

REVISTA

ISSN 2675-7958

TERRITORIALIDADES

v.2, n.1, 2026



Expediente**Revista Territorialidades**

v.2, n. 1, jan./jun. 2026 - Publicação semestral

Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina Universidade de São Paulo - PROLAM da Universidade de São Paulo (USP).

Contato: Prédio da Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, Campus Pituacu. Av. Professor Pinto de Aguiar, 2589 - Pituacu, CEP: 41740-090 - Salvador, Bahia.<https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/revistaterritorialidades>**Email:** revistaterritorialidades@ucsal.br**Projeto gráfico e editoração:** Maina Pirajá Silva**Arte da capa:** Tarcio Vasconcelos**Editores**

Profa. Dra. Maina Pirajá Silva, Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar, Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Prof. Dr. Lucas Amaral de Oliveira (Universidade Federal da Bahia - UFBA)

Profa. Dra. Maya Constance Manzi Delaporte (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)

Prof. Dr. Rafael de Aguiar Arantes (Universidade Federal da Bahia - UFBA)

Prof. Dr. Júlio César Suzuki (Universidade de São Paulo - USP)

Comissão Editorial

Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira (Universidade Católica do Salvador - UCSAL)

Profa. Dra. Carla Galvão Pereira (Universidade Federal da Bahia - UFBA)

Profa. Dra. Débora Carol Luz da Porciúncula (Universidade Católica do Salvador - UCSAL)

Profa. Dra. Laila Nazem Mourad (Universidade Católica do Salvador - UCSAL)

Conselho Científico Nacional

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)

Prof. Dr. Alex Ferreira Magalhães (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR)

Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso (Universidade Federal do Pará - UFPA)

Profa. Dra. Ana Maria Motta Ribeiro (Universidade Federal Fluminense - UFF)

Profa. Dra. Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Prof. Dr. Clovis Ultramari (Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR/Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Prof. Dr. Ewerthon Clauber de Jesus Vieira (Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe - CODAP/UFS)

Prof. Dr. Glaucio José Marafon (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)

Prof. Dr. Henri Ascelrad (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR)

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP)

Profa. Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho (Universidade Federal da Bahia - UFBA/Universidade Católica do Salvador - UCSAL)

Prof. Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS)

Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki (Universidade de São Paulo - USP)

Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno (Universidade Federal do Ceará - UFC)

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida (Universidade Federal de Goiás - UFG)

Profa. Dra. Maria Rita Ivo de Melo Machado (Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE)

Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos (Universidade Católica do Salvador - UCSAL/Universidade Federal da Bahia - UFBA)

Profa. Dra. Rosali Braga Fernandes (Universidade do Estado da Bahia - UNEB)

Conselho Científico Internacional

Prof. Dr. Alex Paulsen Espinoza (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Profa. Dra. Angelina Herrera Sorzano (Universidad de La Habana)

Profa. Dra. Anne Latendresse (Université de Québec à Montréal)

Profa. Dra. Astrid Ulloa (Universidad Nacional de Colombia)

Prof. Dr. Derek Pardue (Aarhus University)

Profa. Dra. Diana Ojeda (Universidad de los Andes, Colombia)

Profa. Dra. Dianne Rocheleau (Clark University)

Prof. Dr. Felipe Link Lazo (Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales - IEUT/Pontificia Universidad Católica de Chile)

Prof. Dr. Javier Alonso Gomez Dávila (Universidad del Valle de México, Monterrey)

Prof. Juan Diego Lopera Pérez (Universidad Nacional de Colombia)

Profa. Dra. Marie Kolling (University of Southern Denmark)

Prof. Dr. Matthew Huber (Syracuse University)

Prof. Dr. Régis Minvielle (Aix Marseille Université)

Prof. Dr. Rubén C. Lois González (Universidade de Santiago de Compostela)

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella AgneloRevista Territorialidades [recurso eletrônico] / Universidade Católica do Salvador. - Vol. 2, n. 1 (jan./jun. 2026) - . - Salvador: UCSal, 2026-
v.: il.; digital.

Semestral.

Acesso: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/revistaterritorialidades>
ISSN (eletrônico): 2675-79581. Território 2. Desigualdades Socioambientais 3. Planejamento Urbano
4. Planejamento Regional 5. Problemática Socioespacial 6. Construções Sociais
I. Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-Graduação em Território,
Ambiente e Sociedade II. Título.

CDU: 711.4

SUMÁRIO

EDITORIAL	4
A PRODUÇÃO DE GEOGRAFIAS URBANAS DESIGUAIS NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA COCAÍNA EM SÃO PAULO E BOGOTÁ	7
<i>The production of unequal urban geographies in Latin America: the cocaine case in São Paulo and Bogotá intervention</i>	
Thiago Godoi Calil da Costa Rubens de Camargo Ferreira Adorno	
SEM-LUGARES, NÔMADES E DESLOCADOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA	22
<i>Non-places, nomads and displaced people in the contemporary city</i>	
Antonio Soukef Júnior Antonio Busnardo Filho Helena Napoleon Degreas	
A HABITAÇÃO E OS GRUPOS SOCIAIS EXCLUÍDOS: CONCEITOS, CONTEXTOS E CORRELAÇÕES	34
<i>Housing and excluded social groups: concepts, contexts and correlations</i>	
Rosali Braga Fernandes Sandra Medeiros Santo Plínio Martins Falcão	
O PASSADO E O PRESENTE, O ANTIGO E O MODERNO: A ALIMENTAÇÃO COMO FUSÃO E MISTURA	56
<i>The past and the present, the old and the modern: food as fusion and mixture</i>	
Vitor Sousa Dittz	

73 **A FARINHA DE MANDIOCA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE
MARAGOGIPE, SÃO FELIPE E NAZARÉ, RECÔNCAVO BAIANO:
PRODUÇÃO, MEIOS DE TRANSPORTES E CONSUMO**

*Cassava flour in the historical formation of Maragogipe, São Felipe and
Nazaré, Recôncavo Baiano: production, means of transport and
consumption*

Felix Souza Santos

89 **“A GENTE TÁ VIVENDO UMA VIDA SEM PAZ”: EXPERIÊNCIAS
DOS PRIMEIROS 6 MESES DE QUARENTENA DO COVID-19 PARA
MULHERES DA PERIFERIA DE SALVADOR**

*“We are living a life without peace”: quarantine experiences during the
Covid-19 pandemic among women on Salvador's outskirts*

Thaíse Sá Santos
Marie Kolling

106 **VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE
DO RISCO ATRAVÉS DOS ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS
NO BAIRRO DA FEDERAÇÃO EM SALVADOR-BAHIA
ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2019**

*Socio-environmental vulnerability: an analysis of risk through
pluviometric indices in the federation neighborhood in
Salvador-Bahia between 2009 and 2019*

Catharina Freire Maciel Rodrigues
Camila Alves Ribeiro
Augusto César da Silva Machado Copque

124 **POLÍTICAS AMBIENTAIS: PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS
SÓLIDOS E A INSERÇÃO DOS CATADORES NO
CONTEXTO LEGAL**

*Environmental policies: problem of solid waste and the insertion of
collectors in the legal context*

Rejeane Santos Conceição
Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi

136 **RISCOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO CAMPO NO
ESTADO DE MINAS GERAIS EM 2020**

*Socio-environmental risks and conflicts in the countryside in Minas
Gerais state in 2020*

Frederico Daia Firmiano
Paula Maria Rattis Teixeira
Amabile Maria de Moura Passos

HETEROTOPIAS

161 **O PATRIMÔNIO TERRITORIAL: REALIDADE, CONCEITO E
CATEGORIA DA PRÁXIS CONTRA-HEGEMÔNICA**

*Territorial heritage: reality, concept and category of
conter-hegemonic praxis*

Marcos Aurélio Saquet

EDITORIAL

O painel geral do Coronavírus Brasil, veículo oficial do Ministério da Saúde para divulgação de dados epidemiológicos da COVID19, continua a ser atualizado, e totalizou 716.626 mortes em 08 de setembro de 2020 (<https://covid.saude.gov.br/>). Começamos este editorial da Revista Territorialidade, v.2 n.1, com esta informação, para lembrar que impactos dessa pandemia continuam a repercutir, uns diretamente, como o dado aqui informado, e outros sob contextos que, embora aparentemente desconectados, estão efetivamente se retroalimentando. Esta compreensão se alinha àquela que considera a COVID19 como “sindemia resultante da interação entre vários grupos de doenças e o contexto socioeconômico” (José Patrício Bispo Júnior; Djanilson Barbosa dos Santos. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde *Cad. Saúde Pública* 2021; 37(10):e00119021). A mesma perspectiva que fundamenta a opção por uma abordagem abrangente em saúde, se coaduna com o perfil editorial da Territorialidades, que acolhe artigos com compreensão interativa, interdisciplinar, multi e interescolar das problemáticas da sociedade, inerentes a abordagens territoriais.

Para além da saúde, os impactos de uma sindemia extrapolam-se para todas as dimensões em que as pessoas estão inseridas. E as pesquisas científicas e as Universidades estão entre tantos outros contextos organizacionais afetados. As perdas econômicas dos trabalhadores atingiram a educação tanto em evasão como na redução de novos ingressos. A Revista Territorialidades, recém criada, também foi impactada, inclusive o PPG da Universidade Católica do Salvador, que origina a parceria interinstitucional que a constitui, foi reconfigurado em pleno processo sindêmico, sendo atualmente denominado Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade. Contudo, a missão, o objetivo e o caráter interdisciplinar da Revista estão preservados. Ampliou-se também a parceria e, já neste número, o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM - USP, integra o Expediente desta Revista.

Enquanto temáticas, neste número, as ciências sociais estão desafiadas a explicar diversas nuances das desigualdades. Tomando a cidade e o urbano como nucleadores, três artigos trazem discussões singulares. Assim, Thiago Godoi Calil da Costa e Rubens de Camargo Ferreira Adorno fazem uma análise comparativa entre São Paulo e Bogotá a partir do dispositivo das drogas, especificamente a cocaína, e reflexiona sobre “como o mercado, a moral e as políticas de drogas atuam na reprodução de geografias historicamente desiguais em contextos urbanos”. Ainda a cidade contemporânea inspirou olhar para indivíduos sem-lugar, nômades e deslocados, e foi isto que Antonio Soukef Júnior, Antonio Busnardo Filho e Helena Napoleon Degreas fizeram ao reconhecer que a não inserção em cadeias produtivas torna esses indivíduos não cidadãos, e quer como esmolares, nômades urbanos ou refugiados, “têm em comum o fato de darem sentido aos espaços vazios da cidade, trazendo à luz sua parte inadequada e esquecida”. As desigualdades na cidade são novamente expostas, desta vez por Rosali Braga Fernandes, Sandra Medeiros Santo e Plínio Martins Falcão que discutem a habitação e os grupos sociais excluídos, na relação teoria e prática, avaliando a política habitacional no Brasil ao longo de treze décadas.

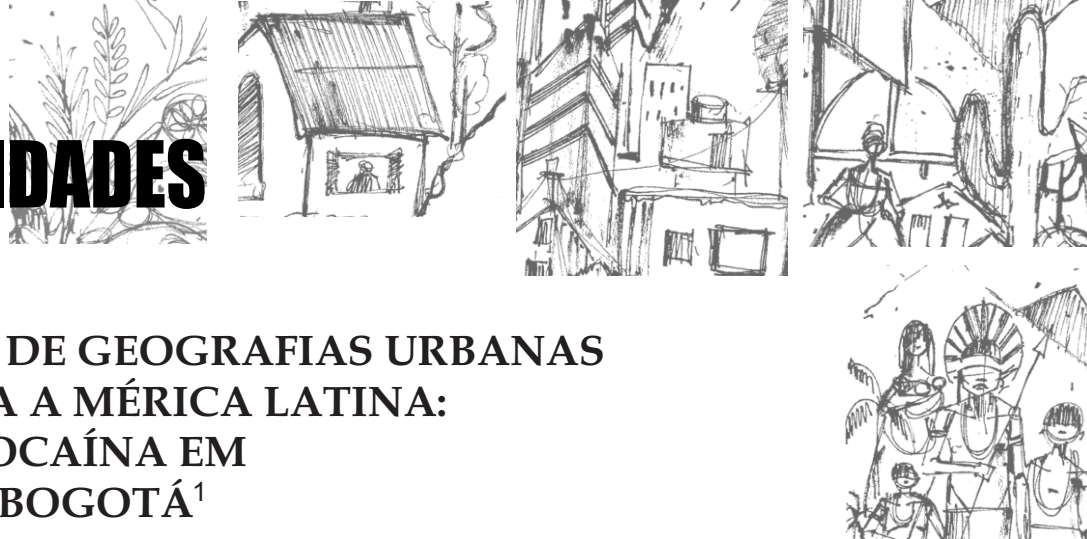
Os demais artigos deste número trazem a relação entre sociedade e natureza como elemento nucleador, embora com diferentes perspectivas. Vítor Sousa Dittz usa a chave do tempo para examinar um espaço peculiar, o Espaço Social Alimentar, como o Espaço do Comestível e o Sistema Alimentar, numa escala intraurbana em Serro (MG), tecida por passado, presente, antigo e moderno, fusão e mistura na na alimentação, configurando os dois sistemas. Como a mesma chave do tempo, mas Félix Souza Santos percorre a formação histórica de municípios do Recôncavo Baiano seguindo os rastros da Farinha de Mandioca em termos de produção, consumo e meios de transporte, numa análise compreensiva dos processos sociais cotidianos dos sujeitos rurais na relação com territórios urbanos.

E a sindemia volta neste editorial, inferida na análise feita por Thaíse Sá Santos e Marie Kolling ao examinar, na periferia de Salvador-BA, os seis primeiros meses do isolamento social imposto pela COVID19, na vida “sem paz” de mulheres negras, subempregadas, e então dependentes das transferências de renda do governo e com sobrecarga doméstica, medos e inseguranças. Catharina Freire Maciel Rodrigues, Camila Alves Ribeiro e Augusto César da Silva Machado Copque trazem a vulnerabilidade socioambiental, também em bairro popular de Salvador, a Federação, examinando riscos produzidos pelas chuvas sobre determinadas características físicas do terreno onde vive a população residente, segundo os parâmetros do Plano Diretor de Encostas do município de Salvador - PDE (2004), onde são intensos os eventos como deslizamento e desabamento. Políticas ambientais associadas à coleta de resíduos sólidos por catadores são examinadas por Rejeane Santos Conceição e Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi, no contexto de crítica ao consumo trazido pela Agenda 21 e situando essa categoria de trabalhadores que atuavam antes mesmo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, nos marcos legais dessa política ambiental. O último artigo que trata de questões socioambientais, sai do espaço da cidade e chega ao campo em Minas Gerais. Neste artigo, Frederico Daia Firmiano, Paula Maria Rattis Teixeira e Amabile Maria de Moura Passos trazem riscos e conflitos recorrentes, “analisando sua dinâmica e suas relações com os setores econômicos mais proeminentes nas chamadas regiões de planejamento do estado”, no ano de 2020. Constataram a grande predominância dos conflitos decorrentes da mineração em seu complexo industrial, maior parte deles na região central do estado. Infeliz, esta é uma problemática que deve pautar mais artigos na Revista Territorialidades, diante das diretrizes que o governo do estado da Bahia anuncia, na perspectiva de seguir o padrão de exploração mineral liderado por Minas Gerais.

Na contramão do planejamento governamental dominante que produz e reproduz vulnerabilidades sociais, cientistas sociais críticos seguem produzindo reflexões heterotópicas. É o que nos traz Marcos Aurélio Saquet, fechando este número da Territorialidades, a partir do patrimônio territorial como conceito/categoria de práxis contra-hegemônica. Em suas palavras, o objetivo do texto “é problematizar o debate internacional e evidenciar a centralidade do patrimônio para a mobilização e para as conquistas das classes populares, atuando na

interface universidade-sociedade, numa perspectiva territorial que consideramos contra-hegemônica". Desistir de um mundo com justiça socioambiental, nunca, é a mensagem que se renova na prática social do cientista comprometido com as condições de vida em todo o planeta Terra.

Boa leitura!



A PRODUÇÃO DE GEOGRAFIAS URBANAS DESIGUAIS NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA COCAÍNA EM SÃO PAULO E BOGOTÁ¹

**The production of unequal urban
geographies in Latin America:
the cocaine case in São Paulo
and Bogotá**

DOI 10.29327/2797743.2.1-1

RESUMO

Desde a década de 1980, a arrancada das políticas “neoliberais”, a exaltação do sistema financeiro e a intensificação dos fluxos comerciais e de mercado têm mantido sua hegemonia na economia mundial. Neste texto, são expostas reflexões sobre as forças disparadas pelo consumo de drogas no espaço público e os projetos urbanísticos que surgem como solução na produção do espaço de cidades como São Paulo e Bogotá. A proposta do texto é evidenciar o papel da cocaína no mercado e na geopolítica mundial, e como intervenções motivadas pela ideia de 'guerra às drogas' servem de alimento ao capitalismo neoliberal na produção de contextos de vulnerabilidade em determinados territórios. A partir de levantamentos bibliográficos diversos, busca-se uma reflexão sobre aspectos sócio-históricos-geográficos da cocaína no desenho das ações políticas e econômicas de duas cidades latino-americanas. A partir do dispositivo das drogas, este texto reflete como o mercado, a moral e as políticas de drogas atuam na reprodução de geografias historicamente desiguais em contextos urbanos.

Palavras-chave: Cocaína fumada. América Latina. Cidade. Desigualdade. Moral.

Thiago Godoi Calil da Costa

Universidade Estadual Paulista

E-mail: calil.thiago@alumni.usp.br

Orcid: orcid.org/0000-0003-1052-6578

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Universidade de São Paulo

E-mail: rubens.adorno@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-8772-3222

ABSTRACT

Since the 1980s, the upsurge of “neoliberal” policies, the exaltation of the financial system and the intensification of trade and market flows have maintained its hegemony in the world economy. This text presents reflections on the forces triggered by drug consumption in public space and the urban projects that emerge as a solution in the production of space in cities like São Paulo and Bogotá. The purpose of this text is to highlight the strengths and possibilities of the role of cocaine in the market and in world geopolitics, and how interventions motivated by the idea of the 'War on drugs' serve the neoliberal capitalism in the production of contexts of vulnerability in certain territories. Based on several bibliographic surveys, we seek to reflect and deepen the socio-historical-geographic aspects of the role of cocaine in the design of political and economic actions in the two cities in the Latin continent. From the drug device, in this case, cocaine, this text aims to reflect on how the market, morality and drug policies act in the reproduction of historically unequal geographies in a Latin urban context.

Keywords: Smoked cocaine. Latin America. City. Inequality. Morality.

¹ Entre outras fontes, este artigo contém trechos e reflexões da tese de doutorado do autor.

INTRODUÇÃO

Não deixaremos uma coisa pequena como as drogas ficar no caminho de situações políticas.

Fala de oficial do alto escalão do governo dos EUA em 1988
(Scott e Marshall, 1991)

A foto do planeta Terra, registrada pelo astronauta William Anders durante a missão Apollo 8 da NASA¹ em 1968, nos fez compreender nossa existência por outros prismas. Sobre a significativa representação da foto intitulada ‘nascer da Terra’, que retratou o planeta azul flutuando na escuridão do espaço, o astronauta da missão Apollo 8 costuma mencionar que foram explorar a Lua e descobriram a Terra². A imagem, transmitida por todo o globo, suscitou sentimentos que, pela primeira vez, transcenderam a sensação de separação e fronteiras geográficas, inaugurando uma representação visual e subjetiva de unicidade em nosso planeta. Porém, para além de um ponto de vista exterior que possibilitou a até então inédita totalidade do planeta em uma única imagem, a ideia de uma unidade global foi também aplicada no aspecto econômico, que, a partir da desregulamentação do mercado financeiro mundial, favoreceu o crescimento da economia política do capitalismo internacional a partir da década de 1970 (Harvey, 2015). Entre as diferentes perspectivas de totalidade entre a imagem do espaço do fim dos anos 1960 e a atual exaltação dos preceitos econômicos neoliberais impulsionados pelo termo “globalização”, assistimos à transferência da centralidade do Estado para Instituições Financeiras internacionais que passaram a controlar o mercado mundial e o fluxo de capital entre nações e seus centros urbanos.

A noção moderna dos fluxos globais contempla uma otimização dos circuitos da economia mundial de produtos, entretanto, a circulação global de mercadorias como um dos elementos constitutivos não é recente. Apesar da movimentação global de mercadorias acontecer no planeta pelo menos desde 1492 – época conhecida pelas grandes navegações e circulação das especiarias –, é a partir da década de 1970 e 1980 que as iniciativas para a exaltação do mercado se tornaram regra quase que absoluta. Vale recordar que uma das primeiras e principais mercadorias que passaram a cruzar os oceanos e circular em nível global no período das grandes navegações foram as drogas (Araújo, 2012, p. 41). Substâncias sacadas de seu contexto original que passaram a ter seus usos ressignificados por todo o planeta. O uso tradicional indígena de tabaco, que é nativo das Américas, representa bem o alcance e a atribuição de novos sentidos ao uso das substâncias nas mais diversas culturas, sociedades e contextos ao longo da história (Escotado, 2004, p. 69). Com a coca não foi diferente. As estimativas mais antigas de seu uso e cultivo datam de 3.000 A.C. em peças de cerâmicas da cultura Valdivia encontradas no Equador, entretanto, sua presença alarga-se pelas Américas Central e Sul, onde existem evidências de seu uso desde a Nicarágua até noroeste da Argentina (Santoni; Torres, 2010). Os arbustos de coca são originários das montanhas andinas na América do Sul e já eram elementos importantes para a economia Inca (Pinzón, 1999), e, após o primeiro contato dos europeus com a substância no século XVI, a economia da coca-cocaína tornou-se motivo de fetiche, ganância e poder, passando a circular por todo o globo e sustentando economias coloniais, principalmente no auge do comércio legal da coca no final do século XIX e início do século XX (Restrepo, 2018, p. 239).

¹ *National Aeronautics and Space Administration* ou Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço é uma agência do Governo Federal dos EUA responsável por pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e programas de exploração espacial.

² “Há exatos 50 anos, a tripulação da Apollo 8 foi a primeira a partir rumo à Lua”. Publicado por Patrícia Gnipper, em Canal Tech, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3hAIK3L>. Acesso em: 15/04/2021.

O curioso, e até esperado, é que, justamente no mesmo período em que o mercado financeiro mundial passava por novos arranjos na circulação de capital financeiro e material, entre os anos 1970 e 1980, a economia ilícita da coca-cocaína também se juntava a essa esteira com o acirramento das políticas de drogas proibicionistas alavancada pelos EUA (Carneiro, 2017, p. 28). Com a desregulamentação do mercado internacional, o tráfico de drogas ilegais também encontrou suas formas de se beneficiar das lucrativas possibilidades promovidas pela lógica da economia “neoliberal”, e assentou-se nas mais diversas rotas rumo à multiplicidade de solos urbanos. A atual circulação geográfica da cocaína, por meio do tráfico internacional de drogas, apresenta pistas sobre a movimentação de exorbitantes valores financeiros e as possíveis consequências da territorialização de seu consumo em determinados espaços (Abreu, 2017, p. 21; Calil, 2015, p. 47). Segundo o relatório sobre ‘Crimes transnacionais e o mundo em desenvolvimento’ da *Global Financial Integrity*, publicado em 2017 (GFI, 2017, p.4), somente em relação à cocaína, estimou-se uma movimentação financeira entre US\$94 e US\$ 143 bilhões de dólares em 2014. Na Colômbia, uma estimativa realizada entre 1981 e 2009 aponta um fluxo de capital ilícito com o mercado das drogas ilegais em 44 bilhões de dólares, apontando uma média de 1,6 bilhões ao ano (GFI, 2019, p.07).

Atualmente, seu consumo é pulverizado na forma de crack, *paco*³ ou *basuco*⁴ pelos mais variados contextos urbanos. Recente estudo, realizado entre 2014 e 2018 e publicado em 2019 sob o título *Mercados de cocaína fumable en América Latina y el Caribe*, traz informações que cidades da América Latina e do Caribe como São Paulo, Bogotá, Buenos Aires, Lima, Medellín, San José, Castries, Salvador, Montevideo, Tijuana, Santo Domingo e muitas outras, estas apresentam, em suas regiões centrais, concentrações de pessoas que usam crack (CORTÉS; METAAL, 2019, p.4). São Paulo, no Brasil, e Bogotá, na Colômbia são centros urbanos que representam bem a produção de dinâmicas internacionalmente reconhecidas em torno do uso de crack. Decisões administrativas históricas, somadas às atuais estratégias estatais nas regiões conhecidas por ‘Cracolândia’ em São Paulo e ‘Bronx’ em Bogotá, por exemplo, produzem e reproduzem espaços que apresentam condições de extrema vulnerabilidade social e econômica. Nestes territórios concentra-se o uso de crack no espaço público, e a vida cotidiana das pessoas é constantemente assolada por violações, por parte da sociedade e do Estado, na reprodução do estigma e na implantação de projetos urbanos de ‘requalificação urbana’ sob justificativas de combate à ilegalidade (Calil, 2021a, p.41; Tovar *et al.*, 2017, p.23).

Atualmente, as políticas de drogas dos mais variados países majoritariamente proíbem o consumo e comércio de coca-cocaína, mas esta economia ilícita, carregada de cargas morais, traz consigo inquietantes indagações: Que dinâmicas e ambientes são produzidos pela inserção totalmente ressignificada e mercantificada da economia da coca-cocaína nas cidades latino-americanas? Quais interesses associados à cocaína refletem nos arranjos geopolíticos e urbanos em um mundo teoricamente ‘globalizado’? Qual a relação das plantações de coca na Colômbia e as desapropriações realizadas por governos em espaços que concentram o uso de crack para a implantação de projetos de renovação urbana nas áreas centrais das cidades?

Com esta breve apresentação, este texto traz reflexões sobre como a economia ilegal e o circuito internacional da cocaína, e seu consumo por via fumada no espaço público urbano, podem induzir a capitalização de determinados territórios na produção do espaço na América Latina. A proposta é evidenciar as forças e possibilidades do papel da cocaína no mercado e na geopolítica mundial, e como intervenções motivadas pela ideia de ‘Guerra às drogas’ servem de alimento ao capitalismo neoliberal na produção de contextos de vulnerabilidade em determinados territórios. A partir de levantamentos bibliográficos diversos, busca-se uma reflexão e aprofundamento sobre os aspectos sócio-históricos-geográficos do papel da cocaína no desenho das ações políticas e econômicas no continente latino-americano. Veremos que,

³ Paco é o termo usado para representar a cocaína fumada na Argentina.

⁴ Basuco é o termo usado para representar a cocaína fumada na Colômbia.

por meio de tecnologias de controle, a geopolítica das drogas acentua desigualdades e torna-se tema central de investigação para ampliar a compreensão dos efeitos de políticas de drogas proibicionistas na região (Vasconcelos, 2019, p. 201).

INTERESSES EM JOGO

É certo que, para além do lucro financeiro ilegal, o tráfico internacional de drogas também faz circular poder político e rearranjos monetários na economia formal. A lucrativa venda de cocaína como *commodity* ilícita pauta negociações e ajustes espaciais no tabuleiro da geopolítica e dos planejamentos urbanos atrelados aos interesses do capital. Neste cenário, a política de ‘Guerra às drogas’, promovida pelos Estados Unidos da América (EUA) do Norte a partir dos anos 1970, é elemento importante nesta trama entre a moral, o mercado e a produção do espaço. Com o esfriamento da Guerra Fria no fim dos anos 1980, os EUA iniciaram uma cruzada de intervenções internacionais na questão das drogas para justificar a perseguição aos movimentos comunistas pelo mundo, e, a partir de interesses geopolíticos, atrelavam esses ‘inimigos comunistas’ (movimentos sociais e demais grupos na luta por direitos humanos) à ilegalidade e criminalidade no continente americano. As drogas caíram na armadilha de inimigos da Saúde Pública, e essa posição fabricada passou a legitimar diversas intervenções políticas e repressivas para cessar sua produção, comércio e consumo em diferentes partes do planeta. Segundo o doutor em relações internacionais Thiago Rodrigues, este momento demarca a mudança de uma era de conflitos para outra (Rodrigues, 2010, p. 7). Nos anos 1980, a declaração de que as drogas eram o inimigo número ‘1’ dos EUA e a implantação de políticas duramente repressivas sob a presidência de Ronald Reagan, expuseram os objetivos bizarramente conflitantes do país na América Central e na América do Sul (Scott; Marshall, 1991; Araújo, 2012).

De forma contraditória e paradoxal, ao passo que disparava inúmeras estratégias de combate ao tráfico internacional, o governo de Washington DC foi conivente com a entrada de exorbitantes quantidades de cocaína em seu território ao financiar e proteger grupos que combatiam as insurgências revolucionárias na América Latina, principalmente na América Central. A ironia é que esses grupos recebiam, também, apoio financeiro do mercado ilegal de cocaína. A intenção principal era proteger e equipar iniciativas para depor o regime Sandinista na Nicarágua, mas declarar publicamente o apoio ao tráfico de drogas por interesses geopolíticos não caíria bem. Ou seja, sim, os EUA, via CIA⁵ e sob o conhecimento e autorização da Casa Branca, fizeram a chamada ‘vista grossa’ para o tráfico internacional em determinados contextos, facilitando também, naquela época, o negócio das drogas no Panamá, México, Honduras, Cuba e Costa Rica (Scott; Marshall, 1991). Assim, essa oculta parceria entre militares de países latino-americanos, agentes da CIA, lideranças guerrilheiras, traficantes e políticos do alto escalão de Washington DC, ‘abriu a porteira’ para o tráfico internacional de cocaína na América Central sob proteção dos EUA.

Obviamente este episódio sofreu inúmeras tentativas da Casa Branca de guardar sigilo e manter confidencialidade do caso, mas Peter Scott e Jonathan Marshall fizeram um denso levantamento sobre o abafamento deste episódio conhecido como Iran-Contra. Os autores enfatizam a importância em destacar estes ocorridos para “evitar que o uso equivocado da temática das drogas tenha desenlaces políticos perigosos” (Scott; Marshall, 1991, p. 06). E assim, por impulsos geopolíticos, entre 1980 e 1990, o crack e a cocaína espalharam-se pelas américas e seus centros urbanos.

Apesar dos diversos tratados internacionais desde o início do século XX, que marcaram uma pactuação global em torno de uma política proibicionista em relação às mais variadas

⁵ Central de Inteligência do Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

substâncias – Conferência de Xangai em 1909, Convenção de Haia em 1912 e a Convenção Única de Entorpecentes realizada em Nova Iorque em 1961 (Araújo, 2012; Torcato, 2016) –, na prática, é a partir dos anos 1980 que o tráfico de drogas passa a ser enfrentado internacionalmente. Até então, políticos de diversas nações não se opunham com veemência, afinal, muitos se beneficiavam das relações financeiras e da corrupção enraizada nas práticas ilícitas (Bowley, 2013), e esta corrupção, aliada aos interesses políticos dos EUA na região latino-americana, possui bases históricas (Rodrigues, 2010). No fim do século XIX, a América Central era dominada pelo monopólio de empresas estadunidenses que comercializavam frutas como a *United Fruit Company*. Na época, o porto da cidade de New Orleans, por exemplo, exigia o pagamento de taxas portuárias para organizar o descarregamento de produtos em suas docas. Entretanto, a abundância de bananas hondurenhas que chegavam a New Orleans não podia estragar esperando a autorização legal para descarga, e eram rapidamente descarregadas à base de extorsões por parte da aliança dos mercadores da banana. As rotas estabilizadas de banana e as negociações subterrâneas da corrupção deste mercado, facilmente tornaram-se rotas de cocaína entre a América Central e os EUA no início do século XX (Scott; Marshall, 1991). Já na segunda metade do século XX, quando o consumo de cocaína cresce nos EUA, a partir dos anos 1960, Honduras, que no final do século XIX era conhecida como a ‘República das Bananas’, nos anos 1980 passou a ser afamada como ‘República da Cocaína’ (Scott; Marshall, 1991).

A partir de 1986 os EUA conseguiram firmar o ‘*Drug Abuse Act*’⁶, que consistiu em estabelecer apoio a países que concordassem em cooperar com as investidas antidrogas de Washington sob a troca de receberem auxílio militar e financeiro (Bowley, 2013). As investidas norte americanas passaram a se intensificar, e na América do Sul, foi a Colômbia um dos principais alvos dos interesses dos EUA. O ‘Plano Colômbia’, executado no início dos anos 2000, realizou inúmeras fumigações de glifosato⁷ nos campos de cultivo do arbusto de coca. Esta ação, arbitrária e inconsequente, resultou na expulsão de muitos pequenos agricultores da zona rural, muitos deles não envolvidos com o plantio de coca, além de empurrar a dinâmica do tráfico para outras áreas do país como a costa Pacífica e centros urbanos (Paley, 2018).

O alto índice de remoções de pessoas disparadas pelo ‘Plano Colômbia’ ainda ocorre na zona rural colombiana, e apresenta consequências na migração para as cidades como uma das únicas alternativas dos camponeses, e, conseqüentemente, colabora para a produção de pessoas em situação de rua na crítica desigualdade urbana colombiana. Além disso, durante o período do ‘Plano Colômbia’, nem o cultivo de coca na Colômbia, e nem a entrada de cocaína nos EUA, apresentaram diminuição em suas respectivas cifras. (UNODC, 2019; UNODC, 2019a). Entre 2006 e 2016, apenas em 2012 e 2013 a Colômbia figurou atrás do Peru como principal país com maiores extensões de campos de cultivo do arbusto de Coca (UNODC, 2018). Neste cenário, a Colômbia desponta simultaneamente como o principal país cultivador de coca e produtor-exportador de cocaína. Ademais, a violência aumentou a partir de 2002, e, na perspectiva declarada de coibir o tráfico de drogas, o ‘Plano’ certamente foi um fracasso (Rodrigues, 2010). Entretanto, seu sucesso se deu nas intenções subterrâneas do Governo de Washington de praticar, na Colômbia, seu laboratório político latino-americano, por meio de estratégias de controle social e apropriação de terras e territórios.

⁶ ‘Ato de Abuso de Drogas’.

⁷ Herbicida não-seletivo N-(fosfonometil) glicina (JUNIOR *et al*, 2002) pulverizado nas plantações na tentativa de matar as plantas. Entretanto, além de eliminarem outros cultivos de subsistência camponesa, atualmente, há suspeitas de novas espécies de plantas de coca que sejam resistentes ao herbicida (“A misteriosa supercoca colombiana”. Publicada por Thiago Lotufo em Super Interessante, 16 out. de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3yqi37L> /. Acesso em 29 jul. 2021.

O combate às insurgências comunistas que motivou as intervenções dos EUA não foi os únicos objetivos das ações da 'Guerra às Drogas'. Tais intervenções também almejavam novos negócios e mercados na economia capitalista global, e a exploração de riquezas naturais em terras sul-americanas certamente fez 'brilhar os olhos' das políticas externas e comerciais dos EUA (Araújo, 2012). As terras indígenas na região de Putumayo, desapropriadas pelas fumigações e pela violência de movimentos paramilitares, foram tomadas pelo Estado para 'entrega' a empresas transnacionais (Paley, 2018, p.86). A expansão de petrolíferas canadenses em território colombiano, por exemplo, é consequência direta de desdobramentos do 'Plano Colômbia', que contou com parceria e assessoria jurídica ao governo Colombiano da '*Canadian International Development Agency*' e da '*Canadian Energy Research Institute* de Calgary'. Esta assessoria, mediada pelo Governo de Washington DC, visou à reforma de leis internas na Colômbia, como, por exemplo, a 'nova lei dos hidrocarbonetos', para melhorar as condições de investimento na Colômbia no ramo da mineração e petróleo. Contudo, estas ações foram justificadas, desenhadas e integradas às estratégias de guerra às drogas apresentadas no 'Plano Colômbia', e com este pano de fundo, o 'boom' do petróleo colombiano, no início do século XXI, realmente não foi um acaso. Empresas petrolíferas canadenses tornaram-se administradoras de gigantescas porções de terras colombianas sob proteção de forças militares dos EUA para seguirem sugando o ouro negro (Paley, 2018, p.87). Uma parceria que delineou um tratado de livre comércio ente EUA, Canadá e Colômbia, que, por meio de multinacionais canadenses, visou integrar o mercado colombiano ao capitalismo global. Segundo a jornalista e doutora em sociologia Dawn Marie Paley, "o que o governo dos EUA aprendeu com o Plano Colômbia? Primeiro, que a guerra contra as drogas pode ser usada como um mecanismo para promover políticas favoráveis aos negócios" (Paley, 2018, p.89 - tradução minha).

A intenção aqui não é simplificar e padronizar as relações políticas dos EUA a partir de situações particulares com países da América Central que, certamente, têm suas inúmeras especificidades, e nem considerar que a experiência do 'Plano Colômbia' seja uma regra, apesar de ter sido adaptada para intervenções no México pela Iniciativa Mérida a partir de 2007 (Rodrigues, 2010, p.11). A ideia é levantar informações que apontem como - seja na América Central, no Brasil ou na Colômbia - a comercialização, fluxo e consumo de cocaína tornou-se pivô de justificativas e negociações diplomáticas para assegurar determinados ganhos financeiros e conquistas políticas. Em escalas nacionais, após a Colômbia, atualmente o México é a bola da vez (Paley, 2018), e nas escalas locais das cidades, como referido acima, São Paulo e Bogotá figuram entre as protagonistas. (Calil, 2021).

Os episódios retratados acima situam como determinadas ações geopolíticas e intervenções internacionais globais - a partir de interesses muito particulares - mostram-se pouco preocupadas com as consequências nas realidades locais que desgarram de suas ações. As situações apontadas foram/são significativamente relevantes no processo dos EUA de buscar a proliferação do livre mercado global sob sua tutela e controle (Harvey, 2015, p.121). Como vimos, o episódio Iran-Contra, na América Central, apresenta participações do Governo de Washington na facilitação ao livre mercado da cocaína e, conseqüentemente, no fortalecimento do tráfico internacional e na distribuição das drogas pelo planeta. Como ponto de ancoragem, a cocaína fumada, na forma de crack, tornou-se protagonista em determinados espaços de uso de drogas nos centros urbanos, produzindo territórios submetidos à lógica das 'transitoriedades permanentes', que, segundo a professora Raquel Rolnik, são espaços submersos na ambiguidade do legal/ilegal, legítimo/ilegítimo e autorizado/não-autorizado (Rolnik, 2019), onde a aplicação da lei é arbitrária. O crack, ao carregar estigmatizações morais em torno do consumo de drogas ilícitas, entra como elemento que chancela o processo de desvalorização-revalorização do solo urbano, tornando estes territórios 'bodes expiatórios' necessários para a implantação de projetos urbanísticos de 'renovação urbana' (Calil, 2021). Assim, estes espaços transformam as cidades em arenas de disputas em que a especulação

imobiliária e o higienismo urbano integram as estratégias das novas acomodações do capital em espaço urbano (Rolnik, 2019; Rolnik; Calil, 2021). Esta lógica de investimentos financeiros submete determinados territórios e seus habitantes a constantes ameaças de remoções, despejos e violências provocadas pela homogeneização social dos projetos de renovação urbana.

O mundo contemporâneo é marcado pelos fluxos de mercados globais, e este movimento caracteriza o termo que comumente reconhecemos por 'globalização'. Porém, é necessário atentarmos para outros interesses inerentes à movimentação global de tecnologias, informações, pessoas e capital que associamos à noção de 'globalização', e é neste ponto que os interesses geopolíticos ganham destaque. O termo 'globalização' aparece entre aspas, pois prefiro acompanhar Harvey em outra perspectiva para nos aproximarmos desta questão. Em livro intitulado 'Espaços de Esperança', o autor aponta certa indiferença que damos à produção dos espaços e propõe a mudança de linguagem de 'globalização' para 'desenvolvimentos geográficos desiguais', pois este deslocamento é capaz de proporcionar positivas consequências políticas ao nos libertar da "linguagem mais opressiva e restrita de um processo onipotente e homogeneizador de globalização" (Harvey, 2015, p. 88). Esta mudança de terminologia é fundamental para compreender as potências, limites e consequências dos processos econômicos, políticos e sociais em determinados contextos, e assim examinar, com mais cautela, as possíveis variáveis para os desenvolvimentos geográficos desiguais dos lugares, seja no aspecto negativo ou positivo. Os contextos que concentram o uso de crack em cidades como São Paulo e Bogotá apresentam desigualdades históricas, e a lógica mercantil da implantação dos projetos de renovação urbana amparados na degradação social, justificada pelo consumo de crack, acentua violações e desigualdades na produção da cidade.

É relevante dedicar atenção aos desenvolvimentos geográficos desiguais dos lugares dentro das cidades, pois o olhar para estas questões pode abrir possibilidades para alternativas na produção de espaços públicos e comunidades que sejam menos excludentes e menos violentas, e que, de fato, interessem ao bem comum. Para isso, preservar a heterogeneidade social e compreender as especificidades dos diferentes contextos é fundamental. A terapeuta ocupacional Isabela Umbuzeiro Valent, que realiza investigações sobre a possibilidade de práticas coletivas, traz rica reflexão sobre a importância da escuta territorial e as trocas de experiências entre diferentes atores. Nas palavras de Valent:

Ao invés de tentarmos corrigir, é preciso ouvir os sintomas, entrar em contato com eles, compreendê-los como canais de comunicação com necessidades vivas que buscam formas de ser atendidas. Escutar o que dizem as vozes delirantes ao invés de sintetizar drogas para silenciá-las. Multiplicar espaços coletivos para essa expressão e escuta é vital para acolhermos aquilo que brota e precisa encontrar passagens para crescer e conviver com o que já existe". (Valent, 2019, p. 184).

Por muito tempo, a ideia de 'globalização' foi apresentada como uma virtude que traria 'desenvolvimento econômico' para as nações, mas localmente esconde as mazelas, violações e prejuízos que a acompanham, invariavelmente, em diferentes partes do globo. Esta narrativa, apoiada no desenvolvimento econômico, ocultou as disparidades e os desequilíbrios, tornando lugares e populações inteiras seletivamente vulneráveis, enquanto o poder e a riqueza são seletivamente distribuídos entre poucos. Uma produção de desigualdades cada vez mais acentuadas e polarizadas, e, segundo Harvey (2015,) são estes os ajustes espaciais do capital que sustentam a vitalidade do sistema capitalista. Nesse cenário, de distribuição

seletiva de riquezas ou violações, a América Latina possui protagonismo histórico no cenário global.

Desde a época das *plantations* no Caribe e América Central com a *United Fruit Company*, da mineração de prata peruana, da borracha e da cana brasileira, ou do ouro e das folhas de coca colombianas, a América Latina é constantemente submetida a uma expropriação das riquezas naturais e minerais e a uma produção de *commodities* despreocupada com a realidade local, ou seja, não visando à subsistência interna, mas sim ao mercado internacional. Esse é o modo capitalista de ser. David Harvey acrescenta que o capitalismo não sobrevive sem estes necessários ‘ajustes espaciais’, e estas reorganizações geográficas são fundamentais para lidar parcialmente com as crises inerentes ao sistema (Harvey, 2015). Contudo, no processo de desenvolvimento geográfico desigual, é preciso estar atentos às diferentes escalas em que se manifesta a desigualdade, pois este ponto é onde o ajuste espacial “necessita de um movimento incessante de desvalorização [...] para poder abrir caminho à criação de nova riqueza” (Rolnik, 2015, p. 110). É aí que as cenas de uso de drogas no espaço público podem ser compreendidas como artifício de desvalorização para posterior investimento, especulação imobiliária, renovação urbana e consequente novo ciclo de acumulação de capital nas cidades. É certo que devemos considerar as especificidades de cada cidade na produção dos espaços e dinâmicas que concentram o uso de cocaína fumada. As trajetórias de territórios nas cidades de São Paulo e Bogotá, por exemplo, ilustram como decisões administrativas e políticas evidenciam que as características de degradação urbana e social não estão relacionadas, necessariamente, à ausência do Estado. Este, jamais esteve ausente nestes territórios, pois é uma constante a presença das forças policiais de segurança pública e as inúmeras tentativas de implementação de projetos urbanísticos de ‘requalificação urbana’ (Calil, 2021a; MENEZES, 2016; Rui, 2014; Suárez, 2012; Tovar *et al.*, 2017). Ademais, paradoxalmente, a presença do Estado é marcada justamente pela ausência de políticas de moradia, trabalho, assistência e cuidado, restando à população local sobreviver de dinâmicas informais, e por vezes ilícitas, constituindo uma população que Varanda e Adorno nomeiam de ‘descartáveis urbanos’ (Varanda; Adorno, 2004, p.94). Em ambas as cidades, estes espaços historicamente acolhem dinâmicas de sobrevivência às margens dos sistemas formais de moradia, trabalho e renda, e quando são associados a dinâmicas em torno de drogas ilícitas como o crack, a produção e reprodução de um imaginário social do perigo é fortemente penetrada por uma paulatina desvalorização moral do espaço (Branquinho, 2007; Calil, 2021). Assim, como ponto de eclosão do processo de nova acomodação espacial do capital em território urbano, atualmente as cenas públicas de uso de crack em São Paulo e Bogotá, por exemplo, atravessam movimentos especulativos entre o Estado e a iniciativa privada, apoiados na moralidade proibicionista. Nas cidades, a tomada de decisão sobre os diferentes destinos de bairros e zonas pode denunciar os ajustes espaciais apontados por Harvey em uma escala local, e, assim, auxiliar na compreensão da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais e as consequências de sua realização.

Como vimos, o ciclo da coca-cocaína nos coloca em contato com diferentes contextos de produção das geografias desiguais, desde os interesses geopolíticas até as cenas públicas de consumo de crack em contexto urbano, e, segundo Harvey (2015), a potência da análise consiste em se debruçar justamente nas mais variadas escalas. A economia da coca-cocaína apresenta a produção de desigualdades e violências em todo seu ciclo, desde a produção até o consumo. Em uma ponta da cadeia, os camponeses nas montanhas na Colômbia, que plantam e transformam a folha de coca em pasta-base de cocaína, representam a escala micro. Esta, em seguida, é abstraída pelo mercado e circulação global do tráfico internacional de cocaína e os interesses geopolíticos na escala macro, e, depois, retorna ao micro, na outra ponta da cadeia, nos contextos locais de uso de drogas nos espaços públicos urbanos. Nesta ponta da cadeia, nas cidades, a incessante busca por investimentos externos atrelados a projetos urbanísticos

de renovação atua na escala macro da produção das cidades. No micro, as consequências locais são expressas pelas violências físicas e simbólicas nos corpos e subjetividades de quem habita determinados espaços como os territórios que concentram o uso de crack. Esta amplitude no olhar é fundamental para análises sobre a vida política e social nas cidades e a produção de contextos latino-americanos de violência e vulnerabilidade.

A crescente urbanização mundial, a partir da primeira metade do século XX, está diretamente associada à ascensão de elites colonizadoras e às novas possibilidades de mercado derivadas da exploração natural e mineral em solo latino-americano. O crescimento da economia capitalista global, que passou a contar com a ascensão das economias latino-americanas no final do século XX, trouxe novos arranjos e desafios para as questões sociais, políticas e econômicas no continente (Almandoz, 2002). Em cidades como São Paulo e Bogotá, é possível acompanhar o desenvolvimento de uma espiral histórica de desigualdades sociais e urbanas que perpetuam condições díspares a partir dos diferentes arranjos nos fluxos de capital e na produção do espaço dentro das próprias cidades. Os contrastes entre os bairros de Jardim Europa e Campos Elíseos/Luz em São Paulo, ou *Chapinero* e *Ciudad Bolívar* em Bogotá, demarcam a desigualdade do desenvolvimento urbano pautado por acomodações políticas e financeiras.

É por meio desses desenvolvimentos geográficos desiguais que se evidenciam as contradições de trajetórias de cidades que são atravessadas pela lógica do capitalismo 'globalizado'. O desemprego, a segregação, o estigma, o racismo e a indiferença culminam nos espaços que acolhem as cenas uso de drogas ilícitas no espaço público. Estas, às vezes, tornam-se os elementos necessários para justificar as oportunidades financeiras para o Estado e a iniciativa privada em projetos que visam à remoção da população local, ao invés de prover melhorias de qualidade de vida para quem historicamente ocupa o espaço. Esta é a realidade da implementação de projetos urbanos em cidades latino-americanas como São Paulo e Bogotá (Calil, 2021). Ao realizar esta análise sobre a produção de desigualdades a partir de arranjos econômicos e geográficos disparados pelos dispositivos das drogas, neste caso a cocaína, como vimos, é preciso associar as diferentes pontas da cadeia da economia coca-cocaína e abarcar amplas questões que, inicialmente, parecem desconectadas, como o campesino produtor rural das folhas e as transformações de requalificação urbana justificadas pelo assombro da cocaína fumada. No meio rural, os campesinos sofrem as consequências da criminalização e as ilusões proporcionadas pelas economias de ciclo-curto, e os reflexos sociais nas comunidades campesinas ilustram as consequências do proibicionismo (Pinzón, 1999 p. 82). Em meio urbano, as pessoas em situação de rua que fazem uso de crack e as demais pessoas que habitam os territórios que concentram o consumo de cocaína fumada formam uma população submetida a remoções e violências pelas implementações de projetos urbanísticos de 'requalificação urbana'. No campo, as plantações de coca; nas cidades, são as cenas de uso de drogas no espaço público que se tornam enclaves similares ao contexto campesino original no que tange a violações de direitos e expropriação do solo e das pessoas. Deste modo, no que tange à economia da coca-cocaína, as violações e a produção de desigualdades giram de forma cíclica.

A realidade de espaços públicos de uso de drogas no centro de São Paulo e Bogotá puxa uma associação ao conceito de 'urbicídio', pois a implementação dos projetos urbanísticos nestas cidades se baseia na destruição total do ambiente construído (Calil, 2021). Apesar de a ideia de 'urbicídio' trabalhar as questões de militarização e destruição bélica em contexto urbano, arrisco a emprestar-me do conceito na proposição de que a violência exercida nas cidades, e também contra as cidades, tornou-se uma ameaça onipresente nas urbanidades de nossos tempos, pois buscam varrer a ordem social por meio da destruição do espaço (Tinajero, 2019). Sejam as 16 quadras totalmente demolidas no antigo *Cartucho* e no *Bronx*, em Bogotá; ou os pelo menos 7 quarteirões arrasados na região da Luz em São Paulo, a

aproximação com o conceito aponta para políticas de negação da cidade por regimes violentos de total reconstrução do ambiente construído. E nas palavras de Giovanni Tinajero:

“Urbicídio” representa uma tentativa discursiva de indicar tanto a natureza sistemática dos ataques ao ambiente construído quanto o efeito politicamente prejudicial de tal violência. Em outras palavras, o “urbicídio” tenta mostrar que uma variedade de casos de destruição urbana compreende um único fenômeno, ao invés de casos isolados. Ao delinear tal fenômeno, “urbicídio” também representa uma tentativa de contestar a política subjacente a tal violência. (Tinajero, 2019, s/p).

Tragicamente, esta é a lógica dos projetos urbanísticos de requalificação urbana de espaços que concentram o uso de crack em cidades latino-americanas como São Paulo e Bogotá (Calil, 2021), e, por mais que sejam reconstruídos posteriormente, ocorrem na esteira da homogeneização do espaço, onde a diversidade e as memórias ali pré-existentes acabam resumidas em escombros. Além da extinção da heterogeneidade específica de cada território, ocorre também a segregação econômica-política-espacial proporcionada pelas remoções e deslocamentos forçados das pessoas de menor poder aquisitivo para regiões distantes das áreas centrais das cidades, e isso pode ser uma grave ameaça de políticas urbanas ‘urbicidas’ experimentadas em nosso continente (Mendonça, 2019). Esta reflexão faz crítica ao fator das demolições generalizadas em zonas históricas das regiões centrais de São Paulo e Bogotá para implantação de projetos urbanísticos. É preciso atenção para as intenções espaciais e sociais relacionadas à destruição total do ambiente construído nestas malhas urbanas submetidas às violências históricas alimentadas por moralismos, racismos e espoliações “determinadas pela estrutura socioeconômica” (Martins, 2011, p.63).

Portanto, soa incoerente escutar discursos de renovação urbana nos centros de cidades como São Paulo, por exemplo, quando o projeto se justifica pela grande oferta de moradias produzidas por uma PPP-Habitacional (Parceria Público-Privada), ao mesmo tempo que se subtrai a moradia de seus habitantes por meio de ações policiais, remoções violentas e destruição total do espaço. Nas ruas e nas vidas das pessoas, a oposição direitos-violações parece caminhar de mãos dadas/atadas. A partir desta reflexão sobre os processos globais de mercado e suas consequências na configuração desigual das geografias urbanas locais, as realidades de territórios como os espaços urbanos que concentram o uso de crack requerem uma importante e ampla discussão. Este texto é uma aproximação inicial sobre o tema, e, com sorte, poderá estimular novas investigações nesta articulação crítica entre drogas, cidade, moral, direitos e mercado.

GEOGRAFIAS DESIGUAIS PARA A DESIGUALDADE DE CIDADÃS E CIDADÃOS

A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar.
Martin Luther King, Jr. (Carta escrita em uma prisão em Birmingham, 16 de abril de 1963)

A geografia desigual na produção das cidades latino-americanas torna lugares como as cenas públicas de uso de drogas em enclaves urbanos, como ilhas de consumo de drogas em meio à agitada vida urbana. Ilhas disputadas por forças do Estado e por forças de seus habitantes locais, como as pessoas de baixa renda, pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas. E são estes permanentes conflitos dentro dos limites e imediações desses territórios que geram ondas de violenta ‘ressaca urbana’. Os enclaves de precariedade e violência que caracterizam os espaços públicos de consumo de crack em São e Bogotá denunciam a

desigualdade política, econômica e social como elemento estrutural do desenvolvimento das cidades latino-americanas (Calil, 2021a).

As propostas de renovação urbana de áreas centrais que, historicamente, acolhem dinâmicas em torno do uso de drogas surgem na intenção de 'requalificar' o centro das cidades por meio da atração de novos investimentos e moradores com maior poder aquisitivo. Como resultado, estes territórios sofrem do paradoxo da carência de políticas públicas capazes de garantir o princípio da dignidade humana de determinadas partes da população, enquanto esbanjam medidas punitivas de repressão e remodelação urbana. Apresentam, assim, simultaneamente, ausências e excessos de políticas públicas idealmente antagônicas (Krupanski; Evans, 2020).

As remoções e desapropriações que ocorrem como resultado da implantação de projetos urbanísticos atingem todos os habitantes e moradores destes territórios. Para além da sistemática violência policial, estas violentas ações de desapropriação de parte da população local colocam em contato a pauta da moradia entre todos do território: os já calejados habitantes em situação de rua e/ou que fazem uso de crack, vítimas da histórica ausência de políticas de habitação, e a população local residente em moradias informais, pensões e ocupações, que passa a se encontrar também desprovida de acessos e garantias de moradia definitiva. Em São Paulo, por exemplo, a implantação do projeto urbanístico que visa 'requalificar' a região conhecida como 'Cracolândia' não obedece às leis de zoneamento municipal (Calil, 2021a), e, neste caso, temos uma demonstração nítida de como interesses políticos e econômicos tendenciosos da gestão pública refletem na produção de violências e vulnerabilidades na vida das pessoas (Han, 2012).

Ao se atentar para os fatos, é espantoso perceber os enormes esforços na luta pela garantia de direitos. Uma luta que, infelizmente, muitas vezes se direciona para evitar maiores violações. Territórios em disputa como espaços que concentram uso de drogas e tornam-se alvos de projetos de renovação enaltecem a variedade de violações possíveis, sendo muitas delas abafadas pelas violências explícitas praticadas arbitrariamente pelas forças policiais contra as pessoas destas determinadas localidades. Entre 2016 e 2017, São Paulo e Bogotá evidenciaram o desafio para as políticas de cuidado junto à população em situação de rua destes territórios, pois, além da quebra de continuidade de projetos que se diluem em disputas políticas ideológicas e partidárias, a rotina de trabalhos das equipes era atravessada sistematicamente por bombas e balas de borracha disparadas pela polícia (Calil *et al.*, 2018; Calil, 2021; Tovar *et al.*, 2017).

Na última década, locais como a 'Cracolândia' de São Paulo e 'Bronx' de Bogotá, por exemplo, apresentaram violações massificadas. O descompasso de políticas públicas embaraçosas apresenta os constantes paradoxos e contradições. Em 2011, Rute⁸, uma mulher em situação de rua na região conhecida como 'Cracolândia', em São Paulo, relatou sobre os processos que os agentes de saúde faziam para buscá-la na calçada e levá-la ao tecnológico acompanhamento pré-natal durante o sexto mês de gestação. Entretanto, Rute não tinha casa. Possuía a garantia de acompanhamento pré-natal sem a garantia de ter onde dormir. Dolorosa contradição.

As pessoas das comunidades afetadas se misturam em um único balaio de violações de direitos humanos, e os níveis de violência rebatem em diversas dimensões da vida e das subjetividades das pessoas (Calil, 2021). As bombas e os óbitos provocados pela força policial e as expropriações de comércios e moradias locais somam-se à fragilidade econômica das comunidades, evidenciando mais uma das especificidades da efetiva violência Estatal (Han, 2012). Podemos dizer que estes territórios se configuram como um estado de exceção, pois a aplicação da lei também é desigual, pois é negociada, a todo instante, de acordo com os

⁸ Nome fictício para preservar anonimato.

interesses e circunstâncias (Calil, 2015; Rolnik, 2019; Rolnik; Calil, 2021). E assim, como consequência do aumento das violências, seja pela policial, pelas proporcionadas pelo avanço do capital, pelo desprovimento de moradia e pelos golpes simbólicos na subjetividade das pessoas, fica explícita a atual relação não-humana entre sociedade e Estado na produção de cidades como São Paulo e Bogotá, que segue desenraizando identidades de pessoas e lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de forças do mercado, dos interesses geopolíticos justificados pela ‘Guerra às drogas’ e das representações sociais morais em torno da cocaína, que a presença e dinâmica em torno desta substância é capaz de produzir territórios urbanos que expressam extrema desigualdade e violência generalizada, inclusive sob responsabilidade da gestão pública. Por trás dos benefícios apresentados pelo desenvolvimento econômico enunciado pelo ‘neoliberalismo’, buscamos aqui explicitar as contradições que evidenciam as assimetrias políticas-econômicas-geográficas associadas à economia da coca-cocaína e seus efeitos rebotes no planejamento urbano. Políticas de drogas repressivas atreladas ao aparato urbanístico tornam-se elementos chave na reprodução de desigualdades e violências históricas em territórios urbanos de cidades latino-americanas como São Paulo e Bogotá.

Recentemente, as cenas públicas de uso de drogas em contexto urbano tornam-se mercadorias políticas em disputas eleitorais pontuais, que, com intenções de aniquilamento, obviamente não aprofundam os pontos necessários para a prática de políticas públicas e urbanas humanizadas. Assim, propomos que a questão das drogas passe a associar-se aos elementos do ‘complexo urbanístico’ apresentado por Rolnik (2015), que, para além dos elementos do setor imobiliário-financeiro, do mercado eleitoral e do setor automobilístico, os territórios que acolhem modos de vida informais e a concentração do uso de drogas também sejam vistos como possíveis ferramentas para justificar transformações e favorecer a reprodução de capital em contexto urbano latino-americano. A moral e o estigma alimentados pela ilegalidade como impulso para manobras políticas capitalísticas.

Por fim, consideramos importante ressaltar que as sociedades de países da América Latina e suas cidades, como São Paulo no Brasil e Bogotá na Colômbia, não são apenas vítimas de forças financeiras exteriores, mas seguem ativas, retroalimentando e perpetuando lógicas de dominação internamente em ritmo forte de pós-colonialidade (Porto-Gonçalves; Quental, 2012).

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. **Cocaína - a rota caipira**: o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.
- ALMANDOZ, Arturo. *Planning Latin American's Capital Cities, 1850-1950*, Routledge, Londres, 2002.
- ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das drogas**. São Paulo: Leya, 2012.
- BOWLEY, Jenna. *Robin Hood or Villain: The Social Constructions of Pablo Escobar*. Honors College. 109. University of Maine, Maine, United States, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3jc1Zjc>
- BRANQUINHO, E. S.; **Campos Elíseos no centro da crise**: a reprodução do espaço no Centro de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- CALIL, T. G. **Cenas públicas de uso de drogas e a produção do risco em cidades latinoamericanas**: consumo do espaço e efeitos sociais - aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2021a.

CALIL, T. G. Cocaína fumada: consumo do espaço e efeitos sociais em cidades latinas - aproximações entre São Paulo e Bogotá. **Revista Cultura y Droga**, Manizales. 26(31), 2021.

CALIL, T. G.; Martins, R. C. R.; Ryngeblum, M. Prevenção - Redução de Danos: des-aproximações arriscadas. In: PUPO, J. L.; TAKAHASHI, M. M.; CALIL, T. G. (Orgs.). **Cuidado na rua: ações de redução de danos em contexto do uso de drogas no centro da cidade de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: É de Lei, v. 01, p. 12-17, 2018.

CALIL, T. G; **Condições do lugar**: Relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARNEIRO, H. O uso das drogas como impulso Humano e a crise do Proibicionismo in **Drogas e Sociedade**: perspectivas para além do proibicionismo. Instituto de Saúde, São Paulo, p.23-32, 2017.

CORTÉS, E., METAAL, P. Mercados de cocaína fumable en América Latina y el Caribe: Llamamiento a favor de una repuesta sostenible en materia de política, 2019. TNI. Disponível em: <https://bit.ly/3idMrw7>

ESCOHOTADO, A. **História Elementar das Drogas**. Lisboa: Antígona, 2004.

GFI (Global Financial Integrity). **Flujos financieros ilícitos y Colombia**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3liSXDU>

GFI (Global Financial Integrity). **Transnational Crime and the Developing World**, 2017. disponível em: <https://bit.ly/3yhTQAK>

HAN, Clara. **Life in Debt: times of care and violence in Neoliberal Chile**. 1.e. Los Angeles: University of California Press, 2012.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

JUNIOR, Ozelito Possidônio de Amarante et al. Glifosato: propriedades, toxicidade, usos e legislação. **Química Nova** [online]. 2002, v. 25, n. 4 Acessado 29 Julho 2021, pp. 589-593. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422002000400014>.

KRUPANSKI, M.; EVANS, S. *A Right to the City? Harm Reduction as Urban Community Development and Social Inclusion*. **Projections**. Practices of Health in Unruly Environments, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2TKpeZ5>

MARTINS, M.L.R; São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estudos Avançados**, 25 (71), p. 59 - 72, 2011.

MENDONÇA, Márcio José. **A cidade como espaço de batalha urbicida**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MENEZES, Letícia Ferreira. **Entre a saúde e a repressão** – políticas públicas na região da Cracolândia SP. Dissertação (Mestrado) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.

PALEY, Dawn Marie. *Capitalismo antidrogas. Una Guerra contra el pueblo*. **Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos**. México: Libertad bajo la Palabra, 2018.

PINZÓN, Hermes Tovar. **Colômbia**: droga, economia, guerra y paz – (Temas de hoy). Colección Grandes Temas – Planeta Colombiana Editorial S.A., Santafé de Bogotá, DC, 1999.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter; DE ARAUJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, Santiago, v. 11, n. 31, p.295-332, abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3rj15Pj> acesso em 06 mar. 2021.

RESTREPO, Andrés López. *Ilusiones defraudadas: auge y caída del comercio legal de coca y cocaína en los países andinos*. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura** 45.2 pp- 233-260, 2018.

RODRIGUES, Thiago. **Apresentação do livro “Geopolítica das drogas”** / Alain Labrousse. São Paulo: Desatino, 2010.

- ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, 5(1), 18–43, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/379EEcu>
- ROLNIK, R.; CALIL, T. G. Território e Proibição – guerras drogas ou guerra aos pretos e pobres? **Projeto: Drogas - Quanto Custa proibir?** Publicado em 08 maio. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ii32ij> Acessado em 29 jul. 2021.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro nome, 2014.
- SANTONI, Mirta y TORRES, Graciela. *La coca (erythroxylum coca). Masticando su historia*. En Revista Kallaway. Instituto de Investigaciones en Antropología Médica y Nutricional. Número especial “La hoja de coca y el coqueo”. La Plata-Salta, 2010.
- SCOTT, Peter Dale; MARSHALL, Jonathan. **Cocaine Politics: Drugs, Armies, and the CIA in Central America**. Los Angeles: University of California Press, 1991.
- SUÁREZ, Carlos José. Políticas de renovação urbana no Centro Histórico de Bogotá, Colômbia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 14, núm. 2, pp. 147-168. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife, Brasil, 2012.
- TINAJERO, Giovanni Perea. *Urbicidio: consecuencias espaciales de la destrucción material de las ciudades*. **Revista Reflexiones Marginales**, Número 51, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rMiQNN>
- TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.
- TOVAR, M.; THOMAS, M. T.; DELGADO, C. E. T.; TORRES, Y. G.; FORERO, G. D. *et al.*; **Destapando la Olla: informe Sombra sobre la intervención en el Bronx**. 1. ed. Bogotá, 2017.
- UNODC (United Nations Office of Drugs and Crime). **World Drug Report 2018**. (United Nations publication, Sales No. E.18.XI.9), 2018.
- UNODC (United Nations Office of Drugs and Crime). **World Drug Report 2019**, United Nations Office on Drugs and Crime. (No. E.19.XI.8), 2019.
- UNODC. (Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito). **Sistema Integrado de Monitoreo de Cultivos Ilícitos (SIMCI), Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2018**, Bogotá: UNODC-SIMCI, 2019a.
- VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade** v.13, n.1, p.56-69, jan-abr 2004.
- VASCONCELOS, Daniel Bruno. A Geografia das Drogas no continente Americano: entre o poder hegemônico e a periferia. In: COSTA, Wanderley Messias da; VASCONCELOS, Daniel Bruno. (Org.). **Geografia e Geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos**. 1ed.São Paulo: FFLCH/USP, v., p. 188-202, 2019.

INFORMAÇÕES DOS AUTORES

Thiago Godoi Calil da Costa

Pós-doutor em Geografia Humana/Urbana na Faculdade de Ciências e Tecnologia na UNESP, campus Presidente Prudente-SP.

Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP.

E-mail: calil.thiago@alumni.usp.br

Orcid: orcid.org/0000-0003-1052-6578

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3097711027278415>

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo/USP.

Programa de Pós Graduação em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo/USP.

E-mail: rubens.adorno@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-8772-3222

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7427719296567082>

Recebido em: 25/04/2021

Aceito em: 10/07/2021



SEM-LUGARES, NÔMADES E DESLOCADOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

**Non-places, nomads and displaced
people in the contemporary city**

DOI 10.29327/2797743.2.1-2

RESUMO

Este artigo procura refletir sobre o espaço dos sem-lugares na cidade contemporânea, indivíduos que não se enquadram em uma cadeia produtiva e, por isso, não são considerados cidadãos. Vivem como esmolares, desenvolvendo artimanhas para sobreviver. O texto aborda outras categorias de sem-lugares, como os nômades urbanos, indivíduos que, devido à perda de uma situação econômica estável ou outras circunstâncias, acabam na rua, como um errante urbano. Fala também dos deslocados internos, obrigados a deixar suas regiões de origem em busca de melhores condições de vida e dos refugiados, que abandonam seus países por conta de conflitos ou perseguição política. Essas categorias têm em comum o fato de darem sentido aos espaços vazios da cidade, trazendo à luz sua parte inadequada e esquecida, como objetivo. O método empírico foi o mais apropriado para a análise desses lugares e sua ressimbolização, já que coloca o observador em relação direta com o objeto da pesquisa, por meio de uma análise mais subjetiva, ou cuja apreensão dos fatos se dá, também, por meio de aspectos afetivos, ou dos sentidos.

Palavras-chave: Sem-lugares. Nômades urbanos. Deslocados. Cidade contemporânea.

Antonio Soukef Júnior

Universidade Federal de Pelotas

Email: asoukef@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0001-7401-5916

Antonio Busnardo Filho

Centro Universitário de Várzea Grande, MT

Email: antbusnardo@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0001-8454-1135

Helena Napoleon Degreas

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Email: hdegreas@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-0929-2551

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the space of the no-places in the contemporary city, individuals who do not fit into a production chain and, therefore, are not considered citizens. They live like alms, developing tricks to survive. The text addresses other categories of placeless, such as urban nomads, individuals who, due to the loss of a stable economic situation or other circumstances, end up on the street like an urban wanderer. It also speaks of internally displaced persons, forced to leave their regions of origin in search of better living conditions and refugees who leave their countries due to conflicts or political persecution. These categories have in common the fact that they give meaning to the city's empty spaces, bringing to light its inadequate and forgotten part, as an objective. The empirical method was the most appropriate to analyse these places and their re-symbolization, as it places the observer in a direct relationship with the research object, through a more subjective analysis, or whose apprehension of the facts also takes place through affective aspects, or of the senses.

Keywords: Non-places. Urban nomads. Displaced. contemporary city.

COMO UMA INTRODUÇÃO...

La rue, que je croyais capable de livrer à ma vie ses surprenants détours, la rue avec ses inquiétudes et ses regards, était mon véritable élément j'y prenais comme nulle part ailleurs le vent de l'éventuel.
(André Breton, Les pas perdus, 1969)

Inspirado por Robert E. Park, que compreendeu a cidade como um espaço de reflexão sobre o cidadão, por meio de seu comportamento e de suas ações no espaço urbano – suas relações com o espaço da cidade –, leva a um olhar empírico, que considera a aquisição do conhecimento advinda da experiência prática, isto é, da experimentação e da experiência, por meio das vivências e apreensões dos sentidos. Essa forma de envolvimento com o espaço urbano aproxima o pesquisador do objeto pesquisado, à medida que o coloca em relação direta com o próprio objeto pesquisado, no caso, o meio urbano. E, por tal fato, o que se propôs entender e ter como objetivo de análise, foi a utilização dos espaços que não “couberam” nos projetos urbanos e que ficam como pequenos “retalhos”, algumas vezes denominados de praças – um local com vegetação e, talvez, uns bancos, mas sem qualquer possibilidade de uso, somente um preenchimento –, e, também, a ressimbolização, mesmo que momentânea, desses espaços, quando utilizados pelos sem-lugares.

Talvez, a maior dificuldade da contemporaneidade, tão móvel, tão fluida, tão efêmera, na sua constituição, seja compreender que as aparências da permanência se diluíram na necessidade da vivência de um novo mundo e de outras experiências que tirem os seres humanos de uma mesmice existencial. Tudo é muito cansativo nesse novo mundo chato. Tudo é muito previsível, contado, descrito e calculado. E assim pretendem que seja a cidade, que pertence a todos, mas não é de ninguém. Pretendem uma cidade como direito do proprietário e do empresário, com caminhos demarcados e calculados para um menor contato com o espaço urbano. Querem uma cidade previsível, como uma maquete, onde tudo é possível antever – como aquelas engenhocas que se movimentam por meio de engrenagens e coisa e tal; com alguns bonequinhos para enfeitar e dar um “ar” realista. Que cidade é esta? Não é a que a maioria dos cidadãos conhece e vive. A cidade do cotidiano é a cidade do trabalho, de uma única e explícita função. É a cidade do empreendimento e dos negócios. Os cidadãos, por mais que trabalhem e corram atrás de suas sobrevivências, pensam uma cidade do lazer, e um *laissez-faire* – no sentido mais amplo do seu significado, principalmente, o econômico –, que permita uma liberdade econômica, não atrelada, totalmente, aos sistemas políticos e nem às amarras de um capitalismo perverso. O cidadão que dá vida à cidade pensa em um espaço para o ócio – o *dolce far niente* –, que permita a troca de experiências, as conversas despreocupadas, e os olhares evanescentes para as efemeridades do dia a dia. Somente nos espaços das calçadas e das ruas, no momento em que se chega do trabalho para o descanso, na conversa de final de tarde nos botecos; enfim, apreender a eventualidade trazida pelo vento, conforme a epígrafe.

A eventualidade permite o reconhecimento de dois tipos de cidadãos: o homem de bem (como se convencionou chamar), aquele que trabalha e que tem na rua um espaço de travessia, um espaço mal olhado e mal vivido. O homem de bem considera a rua como o pior lugar para se vivenciar, atribuindo-lhe todos os tipos de sordidez e perigo. Seus filhos, crianças de bem, desconhecem a intensidade das ruas, porque somente os desvalidos e os vagabundos, aqueles que não produzem e, conseqüentemente, “não prestam”, vivem nas ruas. As pessoas de bem se esquecem de que muitas pessoas mantêm suas famílias trabalhando nas ruas, que existem

pessoas que vivem dos trabalhos das ruas, que existem crianças que têm a rua como único lugar para se divertir, e que, conseqüentemente, a rua é o espaço democrático das manifestações populares, das manifestações políticas e, enfim, é o local daqueles que lutam por uma sociedade mais equânime. Quem nunca foi às ruas para lutar por direitos humanos também não conhece a intensidade histórica das ruas, a profundidade de suas memórias, visto que as mudanças sociais aconteceram e acontecem nas ruas.

Todos esses ensinamentos vêm das ruas, trazidos pelas eventualidades dos ventos. São as intempéries das ruas que mostram a fragilidade do ser, no tempo. O que passa pelas ruas, não é somente o tempo, mas as histórias das pessoas que vivem nela, que a habitam e criam rastros em seus espaços. O cidadão conhece a rua, porque inscreve nela sua história; os outros, os homens de bem, morrem sem memória, ou melhor, com a memória inscrita nos seus apartamentos e casas, como se fossem túmulos protegidos dos perigos externos – assim, já morreram há tempos.

A rua cria as suas comunidades e ensina aos seus habitantes – moradores e pessoas em condição de rua, trabalhadores, etc. – o compartilhamento; que supre as necessidades cotidianas. Para os moradores de rua, a rua os protege quando eles se expõem; quando dormem em lugares mais abertos, visíveis e iluminados. A rua é assim, todos os lugares servem para as funções de um lar. Todos os lugares, por mais esquecidos, abandonados e sombrios têm o seu aconchego. Muitas vezes, esses lugares não são percebidos pelo cidadão comum, que se desloca rotineiramente de casa ao trabalho e, eventualmente, para algum tipo de lazer. A falta de observação por onde andam e das características dos trajetos transforma todo o espaço da rua em meros locais de passagem; esses nômades contemporâneos não reconhecem e nem vivenciam seus trajetos; não apreendem a cidade como uma rede de conexões de lugares e de vivências coletivas; não entendem a cidade como espaço comunitário. Essa descoberta cabe aos “desvalidos”, aos desqualificados e homens de rua... aqueles que não têm para onde ir, senão para um outro lugar – outra rua - da cidade; sempre um deslocamento sobre a região geográfica da cidade; no fundo, sempre traçados psicogeográficos desconhecidos. Os deslocados e desvalidos constroem lugares por onde passam e habitam, mesmo que por tempo ínfimo. As pessoas de bem constroem espaços pontuais – moradia, trabalho, lazer -, e eternizantes. A rua mostra a oscilação ente o móvel e o estável que organiza a sociedade urbana e a vida da cidade – alguns vivem a certeza da rotina e do padrão, do previsível; outros, a incerteza do lugar e a instabilidade do cotidiano. A relação do indivíduo e sua cultura e idiosincrasias com a comunidade, o poder de transformação do espaço urbano pelo hábito e pelo uso, e a inserção de sentimentos peculiares, que transformam uma simples expressão geográfica que revela sentimentos, tradições e história comunitária; que transformam a cidade de um “mecanismo físico” em um “produto da natureza” humana, esta fundada nas ideias de Robert E. Park (1864-1944), senão explicitamente, implicitamente, como inspiração; o seu empirismo (Figura 1).

Figura 1- A transformação do espaço urbano pelo hábito e pelo uso.



Fonte: Felipe Roth, 2017.

PENSANDO O ESPAÇO URBANO: BREVE REFLEXÃO

A movimentação, nas cidades contemporâneas, das pessoas que se deslocam de suas casas para o trabalho, cotidianamente, ou para algum tipo de lazer, eventualmente, formam um tipo novo de nômades (Maffesoli, 2001), que não observam os lugares por onde passam, senão como caminhos de ida e volta, de uma rotina interminável. São cidadãos produtivos, que criam alguns lugares (Augé, 1994) - local de trabalho e a própria residência -, como porto seguro de suas vivências. Esses cidadãos vivem a certeza de sua rotina e pensam que este é o padrão ideal de vida. Qualquer comportamento que não siga, ou que não defina um padrão é um desvio; conseqüentemente, um erro. Assim, vivemos dentro de um padrão socioeconômico culturalmente construído, dentro de um posicionamento ideológico-político das classes que lideram. Somos todos enquadrados e igualados por um comportamento esperado - até em nossos deslocamentos, que são calculados em tempo. Qualquer atraso é passível de ser entendido como uma ruptura no padrão.

Dentro desta forma de comportamento, as cidades definiram o conceito do urbanita, de cidadão e de trabalhador urbano. O local que, por excelência, deveria ser o espaço de uma comunidade (Bauman, 2003) tornou-se um lugar de criação de iguais, um espaço de homogeneização da vida. O ritmo da cidade é uma constante movimentação repetitiva e monótona, com alguns momentos de alteração, que se repetem com a mesma constância - os horários de picos do trânsito, por exemplo.

A partir desta racionalidade, no período de predomínio do Movimento Moderno, o planejamento urbano foi pensado como uma forma de organização espacial que setoriza a cidade e define o ritmo de cada setor, ou área. E as pessoas, no ritmo de um fluxo migratório interno, se deslocam numa dinâmica rotineira de trabalho e descanso. Daquilo que se propõe

como ideal moderno, o lazer não aparece, não é levado em consideração. A vida tem que ser real, para ser produtiva.

Esta forma de espacialização produtiva do urbano conseqüentemente gerida por interesses econômicos, no âmbito da setorização, ampliou-se ainda mais, quando permitiu que o solo urbano fosse investido de valor comercial de compra e venda, transformando-o tanto em mercadoria de consumo, quanto em moeda de troca. Ao valor do bem-estar da comunidade sobrepuja-se o valor do comércio. As pessoas que não podem pagar o valor do solo de uma determinada região urbana mais centralizada, ou mais bem localizada, e com infraestrutura, cada vez mais, são deslocadas para as periferias da cidade, para a periferia da periferia. Contudo, continuam trabalhando nos centros consolidados. É preciso dizer que o ritmo da cidade não muda, o que muda é o ritmo de vida dos moradores da periferia. Nesta dinâmica capitalista do valor do solo urbano e dentro das setorizações da cidade surge uma divisão social marcante e determinante na organização do espaço urbano, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres (Secchi, 2013). Mumford (1982) mostra o descaso do capitalismo em relação ao passado, diante de um sucesso pecuniário – o passado é fato consumado, e o futuro, uma nova possibilidade de empreendimentos lucrativos,

Assim mesmo com as novas ideias no negócio, resultaram – gradativamente, após o século XVI, rapidamente, após o XVIII – na supressão e destruição das guildas, assim também essas novas ideias trouxeram a demolição de velhas edificações e o apagamento dos campos de jogos, jardins de mercado, pomares e aldeias que se interpunham no caminho do crescimento da cidade. Não importa o quanto pudessem ser veneráveis aqueles velhos usos, ou quanto fossem salutar para a existência da própria cidade, eram sacrificados ao tráfego rápido ou ao ganho financeiro. (Mumford, 1982, p. 449).

Na organização dos espaços urbanos, algumas áreas, pela legislação, são destinadas a praças, jardins, parques, etc. – locais que têm, na sua origem, o sentido de reunião, locais que servem para congregar pessoas e facilitar tanto a socialização como a sociabilidade (Maffesoli, 1984). Historicamente, estes locais serviam para a comunicação de eventos sociais, para que os cidadãos decidissem sobre temas que envolviam o destino da cidade: nas praças eram anunciadas as guerras, os casamentos, as visitas reais e praticadas as execuções de condenados. Geralmente, as praças se confundiam com o átrio das igrejas, ou eram as áreas preferidas para a construção das moradias e palacetes dos mais influentes da cidade. Este vazio dentro do espaço urbano era fundamental para a organização social da comunidade.

A PRAÇA E A CIDADE

A praça sempre ocupou um lugar de destaque na cidade. Sempre foi considerada o princípio organizador do espaço urbano. Era a partir das praças que as cidades se organizavam. Esse vazio instituído é pleno de significados e de simbolismos. Pode-se considerar um espaço arquetípico das cidades. Nas praças os eventos aconteciam e a população tomava conhecimento dos acontecimentos mais importantes da cidade. Na Grécia antiga, a Ágora era o espaço, por excelência, da palavra: onde todos os cidadãos podiam se manifestar e onde as decisões políticas eram discutidas. Na cidade romana, era o Fórum que tinha essa importância. As festas localizavam-se nas praças. As trocas simbólicas e a sociabilidade, também. O futuro das cidades era definido nas praças, nas cidades antigas até as medievais. A praça era um vazio no espaço densamente edificado das cidades; um vazio conformado por prédios institucionais e religiosos, além das casas dos nobres. Eram as praças que davam o sentido de pertencimento aos cidadãos, pois era na praça que eles participavam da vida pública; conseqüentemente, só era “cidadão” aquele que participava dos acontecimentos nas praças. Mesmo sendo um vazio na malha urbana, desde os primeiros

assentamentos humanos esse espaço é reconhecido como um local de organização e acontecimentos que dizem respeito aos moradores de tal agrupamento. Esse vazio mantém a sua importância até hoje, mesmo que sua função, às vezes, por um desvio prático, mude. A praça, por mais que tenha mudado o seu sentido na história, não perdeu seu sentido de espaço de congregação dos cidadãos. É (ou ao menos deveria ser) o local em que a população se reuniria para uma convivência mais próxima, que permitisse uma maior troca de experiências entre os cidadãos.

A forma de ocupação varia, mas o sentido arquetípico não desaparece. A praça, ou vazio urbano, polariza o sentido do público e do privado, à medida que organiza o privado a partir do público, isto é, ao se reconhecer o outro nos eventos público, reconhece-se a si mesmo como indivíduo que se destaca e compõe a coletividade.

Essas características da praça, enquanto espaço de convivência, diluem-se, na cidade moderna, numa imensidão urbana e caótica, às vezes tendo a dimensão de uma país, enfraquecendo a coisa pública – *res publica* –, os interesses, as informações e acontecimentos da população.

Hoje, estes espaços perderam sua função social primeira, por não serem usados pela população, como foram nas cidades antigas. Há um medo entranhado nas pessoas, que as afasta dos espaços livres e abertos. Os namorados, os idosos, os pais que levavam seus filhos para brincar nas praças e jardins, já não frequentam estes lugares; na cidade contemporânea, são relatos do passado, histórias contadas pelas memórias deixada pelo local.

As praças e jardins se transformaram em refúgio para moradores de rua, drogados e pequenos infratores. Foi o espaço que a organização urbana deixou para estes desvalidos. Por mais que esta organização queira padronizar comportamentos, a cidade é o local da diversidade e das diferenças; é o local onde o ser humano deve aprender a viver e conviver com o Outro, o estranho, com os invisíveis – que incomodam a classe dos trabalhadores normais.

Esses indivíduos, que são assemelhados a “restos” sociais – aqueles que não se enquadram numa cadeia produtiva, e por isso sobram, não são considerados como cidadãos que têm direito aos espaços urbanos, a um pedaço de chão, já que não podem comprá-lo, e nem mesmo alugá-lo, sem lote, sem pagamento de IPTU, sem direito à cidadania. Esses cidadãos estão abaixo da linha de pobreza, vivem em estado de miserabilidade, são empurrados para as áreas mais centrais da cidade em busca de sobrevivência, encontrando, nos cruzamentos e nos semáforos, o seu posto de “trabalho”. São esmoleres de mil histórias e artimanhas. Desenvolvem uma criatividade de sobrevivência, e alguns até fazem pequenas crônicas urbanas. São pessoas que se deslocam constantemente; não têm ponto fixo. Alguns vivem próximos aos “seus” cruzamentos, nas reentrâncias dos prédios, e outros armam barracas de plástico, papelão, ou com qualquer sobra de material para se protegerem e resguardarem ao mínimo a sua privacidade. Esses são os “sem-lugares”. Formam um pequeno grupo e não permanecerão juntos por muito tempo; mas, enquanto estiverem juntos, serão solidários na sua miséria, compartilharão o mínimo que conseguirem angariar. Esse compartilhamento, esse convívio temporário dá força e proteção ao grupo. É possível dizer que eles formam uma comunidade momentânea, em um arranjo que se desfará, pelos mais variados motivos.

O crescimento das cidades, nas suas necessidades capitalistas, não soube acolher estes indivíduos que, como último recurso de sobrevivência, ocupam espaços livres da cidade, as praças e jardins – quando estes espaços não são cercados –, mudando sua função, que, de lazer e ócio contemplativo, tornam-se áreas de moradia. Do vazio urbano à área de moradia, estes espaços são investidos de experiências e vivências por um determinado tempo, tornando-se

lugares. E aí reside o paradoxo: a vivência dos “sem-lugares” torna o “não-lugar” em lugar, como alguns exemplos encontrados na cidade de São Paulo, como na praça em frente à Caixa d’Água, no bairro da Vila Mariana; na praça ao lado do Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC no centro, e nos baixios do viaduto Humaitá – locais visíveis de “paragem” dos sem-lugares paulistanos.

A cidade conforma uma espécie de cidadão, que se desenvolve historicamente, desempenhando papéis condizentes com as funções urbanas e de acordo com a cultura do grupo que detém o poder; a estes, os seus lugares estão garantidos; aos outros, que, por força de uma situação socioeconômica, transgridem a ordem, resta-lhes o que sobra dos espaços densamente ocupados, que adquirem um multiuso, e, conseqüentemente, múltiplas funções – e multos significados.

Esses lugares deveriam ser – como numa partitura musical – pausas que compusessem a malha urbana, mas, não são mais do que buracos no tecido que forma a cidade. São desprovidos de significados porque são espaços residuais reaproveitados, onde se faz um pretense paisagismo para mascarar um vazio de uso na malha urbana. São espaços que procuram recompor outros espaços, ou usos, como as avenidas de fundo de vale que passam sobre córregos canalizados. Nesses espaços só há vida quando são tomados pelos “sem-lugares”, caso contrário, há somente um fluxo desenfreado de trânsito. São como “feridas”, ou melhor, cicatrizes no corpo da cidade (Figura 2).

Figura 2 – Espaços de lazer tornam-se lugar de moradia.



Fonte: Felipe Roth, 2017.

NÔMADES URBANOS

O deslocamento de pessoas pela cidade, provocado pela situação econômica em consequência da perda de emprego, por exemplo; ou pelo vício, que arrasta o indivíduo à condição de miséria, ou por qualquer outra circunstância que o leva para as ruas, fazendo-o deixar casa e família, transforma-o em um errante urbano, em um indivíduo sem-lugar, que,

junto a outros em situação semelhante, procuram os vazios da cidade para se acomodarem temporariamente. Quando estabelecidos, vivem de esmolas e pequenas doações. Geralmente, estão próximos a semáforos ou avenidas. A rua e o trânsito são suas fontes de sobrevivência. Talvez, sem que percebam, esses errantes estejam descrevendo a essência da estrutura social, conforme Maffesoli (2001), para quem a errância.

É o desejo de rebelião contra a funcionalidade, contra a divisão do trabalho, contra uma descomunal especialização a transformar todo mundo numa simples peça da engrenagem mecânica industrial que seria a sociedade. Assim, exprimem o necessário ócio, a importância da vacuidade e do não-agir na deambulação humana. (Maffesoli, 2001, p. 32-33).

Esses indivíduos representam a outra face do cidadão e dão a dimensão arquetípica da evolução psíquica, social e cultural do ser humano. Esses indivíduos são representações simbólicas do que deveria ser, num estado ideal. Se a errância é arquetípica e essencial a qualquer estrutura social, ela é, também, uma forma estética de perceber a cidade (Careri, 2013). Em ambas as situações, o deslocamento desvela a força do ócio, “com tudo aquilo que a moral econômica chamará de ‘vícios’ que lhe são ligados” (Maffesoli, 2001, p. 33). É senso comum que o polo oposto ao trabalho é o lazer, que, em seu extremo, pode levar a um hedonismo; mas, no caso dos sem-lugares, como perceber essa oposição entre trabalho e lazer e esse estado hedonista? É fato, também, que, ao pedir qualquer tipo de ajuda, essas pessoas não reclamam da vida e nem chantageiam, como os mendicantes profissionais, que sempre contam uma história triste como forma de provocar piedade. Na aceitação de sua situação está o sentido hedonista e, no deslocamento necessário e na forma de ocupação compartilhada do espaço, a ação estética. Esses indivíduos ocupam o espaço como uma intervenção urbana. E assim, deslocam-se produzindo arte sem sequer desconfiar. Lamentável é a percepção restrita do outro polo, o do trabalhador, para quem os sem-lugares não são senão um bando de vagabundos e viciados.

O que incomoda a sociedade produtiva e trabalhadora não é a situação econômica desses andarilhos urbanos, mas a sua presença que aponta o medo do deslocamento social, da mobilidade social do trabalhador “honesto” e “estabelecido”. Os sem-lugares mostram à sociedade urbana os espaços improváveis como lugares para se viver e, acima de tudo, mostram a fragilidade de qualquer situação socioeconômica. A mobilidade é contrária ao estabelecido. Simultaneamente, esses indivíduos que se deslocam sem lugar específico pela cidade, servem de contraponto à normalidade e ao sucesso dos indivíduos estabelecidos, são a representação de seus sucessos. Esses sem lugares não são exatamente vagabundos, já que a dinâmica da cidade grande não os enquadra em suas ofertas de trabalhos, por vários motivos, mas, principalmente, por despreparo intelectual; assim, há uma excentricidade no comportamento desses indivíduos, como diz Park (1973, p. 63), numa aldeia esses indivíduos viveriam isolados, mas,

Na cidade, muitos desses tipos divergentes encontram um meio no qual, para o bem ou para o mal, suas disposições e talentos dão frutos.

Na investigação desses tipos excepcionais e temperamentais que a cidade produz, deveríamos procurar distinguir, na medida do possível, entre as qualidades mentais abstratas em que se baseia a excelência técnica e as características inatas mais fundamentais que encontram expressão no temperamento.

Esses excêntricos podem se aproximar do que fala Maffesoli (2001), como o bárbaro, que perturba a quietude do sedentário. Há no deslocamento do “bárbaro” uma “soberania sobre a própria vida” (idem, p. 44). A cidade é estruturada a partir de um desejo irreprimível de estar junto, instituindo um território, que pode ser qualquer lugar, e assumir diversas formas – “pode ser um lugar sagrado, uma igreja, um mercado, um castelo ou outros lugares de sociabilidade” (Maffesoli, 1984, p. 60). A cidade é, portanto, enquanto um local de sociabilidade, um “indutor existencial” (J. Ladrière *apud* Maffesoli, 1984, p. 61). Assim, qualquer ato do cotidiano banal constrói uma ambiência (e, para lembrar G. Durand, 1990, um *décor mythique*), possibilitando sociabilidades. O que se pode pensar, antes a quietude do sedentário, é a sua inépcia para produzir lugares; como diz Careri (2013), “o caminhar produz lugares (...) antes dos menires, a única arquitetura simbólica capaz de modificar o ambiente era o caminhar, uma ação que, simultaneamente, é ato perceptivo e ato criativo, que ao mesmo tempo é leitura e escrita do território” (Careri, 2013, p. 51). Para os autores citados, o deslocamento remete a uma dimensão mais ampla da percepção do espaço urbano, uma dimensão da construção de um imaginário – um sistema polarizado entre as intimações biopsíquicas da natureza humana e as repressões históricas, sociais, culturais; um trajeto antropológico, que se vale de esquemas (*schèmes*) míticos, para a compreensão filo e ontogenética do ser humano (Durand, 1989) - que polariza com a práxis e a racionalidade com que se pensa o espaço urbano, e esses andarilhos sem-lugares são os instituintes desse imaginário, entendidos pelo pensamento produtivista e pragmático como os desnecessários, a parte inútil da sociedade; no entanto, eles dão o tom do progresso da cidade e apontam para os excessos do cotidiano do trabalho. São eles que revelam a realidade não visível na cidade (Careri, 2013, p. 83). São eles que, na sua deambulação, semelhantes aos surrealistas, desvelam “as zonas inconscientes da cidade, aquelas partes que escapam ao projeto e constituem o que não é expresso e o que não é traduzível nas representações tradicionais” (Careri, 2013, p. 83). Semelhantes aos surrealistas, mas sem o propósito dos mesmos; seus propósitos são diferentes, procuram apenas um lugar para se estabelecerem por um curto período de tempo. Não fazem uma deambulação estética e nem lúdica, é somente um deslocamento coletivo, ou que se coletiviza a partir do momento do primeiro estabelecimento. É possível dizer que os sem-lugares registrem uma psicogeografia (ou uma geografia sensível) do espaço urbano, ao instigar uma outra leitura do espaço urbano, inserindo o ocasional, o inesperado, por estarem em um determinado lugar em um dia, e no outro não. Esta inconstância do estar, tira do cidadão comum a certeza da rotina cotidiana, dando uma insustentabilidade ao real, quando tido como constante. Os sem-lugares polarizam as certezas da cidade e, para os mais “duros” no sentir, transformam os espaços em lugares duvidosos, até perigosos. Mas os espaços que eles ocupam são pouco, ou nada, ocupados pelos cidadãos “normais”, por serem os “restos” mal-arranjados de projetos urbanos, pequenas “praças” em cruzamentos de avenidas, onde o fluxo dos carros não permite que se estacione ou que se sente para um descanso tranquilo, para a contemplação da natureza ou para o mais banal, uma conversa com o outro, num procedimento de trocas sociais, de construção de narrativas e estórias de vidas.

E OS DESLOCADOS?

Pensar os sem-lugares como deslocados pode causar uma certa confusão com o que é definido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, para as Pessoas Deslocadas Internamente. Em 1951, a Convenção das Nações Unidas definiu quem são os refugiados e estabeleceu os direitos e deveres deles e os dos países que os acolhem. Foi uma maneira de minorar os males da Segunda Guerra. Com o tempo, novas situações geradoras de conflitos e perseguições fizeram crescente a necessidade de colocarem novos fluxos de refugiados sob a proteção da Convenção; um protocolo que tratava do Estatuto dos Refugiados foi submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966 (Resolução 2198, 16

de dezembro de 1966). Após sua assinatura pelo Presidente da Assembleia Geral e o Secretário-geral e a transmissão aos governos, entra em vigor em 4 de outubro de 1967. Estes documentos garantem que qualquer pessoa em necessidade possa procurar e receber refúgio em outros países.

Os refugiados são pessoas que se deslocaram de suas casas e países por várias razões, a principal é a violência – guerras internas, lutas étnicas, questões religiosas, etc. -, ou por questões ambientais, como abalos sísmicos e desastres naturais. Esses acontecimentos geraram também o que se denomina como Pessoas Deslocadas Internamente (PDI), que deixam suas regiões, cidades, casas, à procura de melhores condições de vida. Aqui, cabe a questão econômica, a falta de emprego e situações assemelhadas, e lembrando, a violação dos direitos humanos. Os deslocados internos têm as mesmas condições que os refugiados, só não atravessaram as fronteiras de seus respectivos países em busca de proteção, continuando sob o resguardo de seu próprio Estado. A exemplo do deslocamento interno e de seus números, a ACNUR (2020) aponta a “Colômbia, país com o maior número total de deslocados internos registrados, 7,4 milhões. Uma situação mais fluida se apresenta na Síria e no Iraque, ambos com populações grandes e flutuantes de deslocados internos.”

Percebe-se que o deslocamento interno é uma condição atual dos países em desenvolvimento, principalmente, marcado por questões sociopolíticas e ambientais, e os que se deslocam são os que pertencem às classes mais sofridas da população, os que têm menos poder aquisitivo e condições de se manterem em suas regiões. Os deslocamentos são, cada vez mais, internos, isto é, dentro do próprio. Esse fenômeno pode ser percebido nas grandes cidades, com o fluxo ocorrendo em direção à periferia ou, no caso daqueles que já se encontram em situação de rua ou que já perderam todas as suas referências, vagando pelos centros à procura de sobrevivência, por mais parca que esta seja. Esses deslocados entregam-se a deslocamentos que lhes propiciem eventuais possibilidades de viver em “seus” espaços. Atrélam a todas as razões do abandono da vida “segura” a falta de oportunidade ao trabalho, por desconhecimento de novas tecnologias e por excesso de especialização da vida contemporânea. Uma das catástrofes dos países emergentes é o descuido com a educação, a falta de políticas educacionais eficazes e a falta de políticas públicas que priorizem a adequação das pessoas às exigências atuais das formas de trabalho. As várias circunstâncias da vida, mais essas que se referem à falta de acesso à educação favorecem a formação de novos deslocados, sendo as ruas a única possibilidade de sobrevivência. É o que lhes cabe. É o que lhes resta.

Os sem-lugares, os deslocados, os nômades ressimbolizam os espaços vazios da malha urbana, trazendo à realidade da cidade a sua parte inadequada, esquecida, sem vida. O seu ponto de reflexão para o cidadão de bem que trabalha o dia todo e não entende aquele “bando de desocupados num lugar tão inóspito”. Quanta agressão ao cidadão, mas é preciso lembrar que

Todo mundo é de um lugar, e crê, a partir desse lugar, ter ligações, mas para que esse lugar e essas ligações assumam todo o seu significado, é preciso que sejam, realmente ou fantasiosamente, negados, superados, transgredidos. É uma marca do sentimento trágico da existência: nada se resolve numa superação sintética, tudo é vivido em tensão, na incompletude permanente”. (Maffesoli, 2001, p. 79).

Assim, a grandeza e o trágico do destino, juntamente com o mundano, formam a sociedade, a partir do instituinte – ordem afetiva que, ao se opor, complementa a realidade -, enquanto sentimentos submersos na racionalidade. São essas pessoas que se deslocam e ocupam os espaços inóspitos que fazem dos espaços urbanos “esquecidos” parte componente

da cidade. Os “invisíveis” dão visibilidade a lugares que se constituem por breves momentos e se perdem, em seguida, ao serem “abandonados” e esvaziados das vivências dos sem lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - UMA REFLEXÃO A MAIS...

Pensando esses moradores da cidade, ou, melhor dizendo, dos espaços urbanos que sobram, percebe-se a força do estar em um determinado lugar e fazer desse lugar sua moradia, a força do habitar, e o sentido de comunidade que se insere nesse ato de ocupar espaços vazios urbanos. Mesmo sendo desconhecidos, esses indivíduos se cotizam e distribuem entre si o que conseguem das suas atuações nos cruzamentos e faróis, nos congestionamentos e nas abordagens aos transeuntes, para pedirem auxílio. A necessidade faz a união desse grupo de pessoas que ocupam os espaços vazios da cidade, que os ressimbolizam por algum tempo e que transformam a forma da cidade, do comportamento dos cidadãos e mesmo a paisagem do local. O esquecimento é humanizado, mesmo que efemeramente, e, se considerarmos a pedagogia urbana, esses indivíduos, instrumentos de aprendizagem de convivência com as diferenças, com a miséria e com a invisibilidade humana, e, principalmente, o de ensinar que a cidade é de todos e para todos, e que os espaços urbanos são espaços a serem ocupados em suas funções. Os sem-lugares são actantes, “aquele que realiza ou sofre o ato” (Greimas; Courtés, 1979, p. 12), portanto, o que deriva de algo. Assim, os sem-lugares, na sua função de sujeito da ação, são aqueles que fazem uma sutura entre esses espaços, reificando-os e os integrando à paisagem urbana; mostrando-os à cidade, ao mesmo tempo em que se mostram, enquanto seres humanos e cidadãos, mesmo que invisíveis aos olhos do “cidadão de bem”.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Deslocados internos**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/> acesso: 09/07/2020; 15h56.
- AUGÉ, Marc – **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt – **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2003.
- CARERI, Francesco – **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- DURAND, Gilbert. **Le Décor Mythique de la Chartreuse de Parme**: les structure figuratives du roman sthendalien. Paris: José Corti, 1990.
- DURAND, Gilbert – **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. Lisboa: editorial Presença, 1989.
- MAFFESOLI, Michel. **A conquista do Presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MAFFESOLI, Michel. **Sobre o Nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GREIMAS, A. J; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SECCHI, Bernardo. **La Città dei Ricchi e la Città dei Poveri**. Bari, Itália: Editori Laterza, 2013.

INFORMAÇÕES DOS(AS) AUTORAS(ES)

Antonio Soukef Júnior

Pós-doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Professor visitante do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas.

Email: asoukef@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7401-5916>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6377054797585722>

Helena Napoleon Degreas

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Email: hdegreas@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0929-2551>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5025696916035003>

Antonio Busnardo Filho

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

Professor titular do Centro Universitário de Várzea Grande, Mato Grosso.

Email: antbusnardo@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8454-1135>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2235013674233375>

Recebido em: 25/11/2020

Aceito em: 18/03/2021



A HABITAÇÃO E OS GRUPOS SOCIAIS EXCLUÍDOS: CONCEITOS, CONTEXTOS E CORRELAÇÕES

Housing and excluded social groups: concepts, contexts and correlations

DOI 10.29327/2797743.2.1-3

RESUMO

O objetivo é sistematizar temas e conceitos geográficos atuais e polêmicos que tanto são fundamentais para as discussões acadêmicas em distintas áreas, como para os cidadãos de uma maneira geral. Optamos pelo método de abordagem hipotético-dedutivo, buscando e estabelecendo a interação entre a teoria e a prática na análise dos conceitos e aportando propostas de minimização dos problemas apontados. Para tanto, foram analisadas as diferentes relações espaciais, tendo a questão habitacional como foco norteador, utilizando a implantação de unidades habitacionais ao longo de diferentes períodos políticos, no território brasileiro, averiguando como se deu a evolução da política habitacional no Brasil desde 1940 até 2020.

Palavras-chave: Habitação. Exclusão. Geografia. Estado no Brasil.

Rosali Braga Fernandes

Universidade do Estado da Bahia
E-mail: rosalibragafernandes@gmail.com
Orcid: orcid.org/0000-0001-6710-2958

Sandra Medeiros Santo

Universidade Estadual de Feira de Santana
E-mail: smsanto@uefs.com

Plínio Martins Falcão

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador
E-mail: plinio_falcao@yahoo.com.br
Orcid: orcid.org/0000-0002-7534-7709

ABSTRACT

The objective is to systematize current and controversial geographic themes and concepts that are both fundamental for academic discussions in different areas, and for citizens in general. We opted for the hypothetical-deductive approach method, seeking and establishing the interaction between theory and practice in the analysis of concepts and providing proposals to minimize the problems pointed out. To this end, the different spatial relationships were analyzed, with the housing issue as the guiding focus, using the deployment of housing units over different political periods in the Brazilian territory, investigating how the evolution of housing policy in Brazil took place from 1940 to 2020.

Keywords: Housing. Exclusion. Geography. State in Brazil.

INTRODUÇÃO

A sistematização de temas e conceitos geográficos atuais e polêmicos, que tanto são fundamentais para as discussões acadêmicas em distintas áreas, como para os cidadãos de uma maneira geral, são sempre uma tarefa árdua, pois, na maior parte das vezes, ou os estudiosos se debruçam apenas sobre a teoria ou sobre a realidade empírica. Assim, busca-se aqui relacionar as questões teóricas a respeito do espaço, usando análises sobre as políticas habitacionais brasileiras desde 1940, relacionando-as aos diferentes períodos políticos e suas respectivas vertentes ideológicas.

Em termos de método de abordagem, optou-se pelo hipotético-dedutivo, buscando e estabelecendo a interação entre alguns dos importantes conceitos aportados pela Geografia e seus rebatimentos sobre a prática. Quanto aos dados apresentados, foram sistematizados de diversas publicações, tendo como principal fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, a relação espacial torna-se elucidada através do relacionamento entre o Estado e a população de baixa renda, tendo os conjuntos habitacionais como principal objeto de análise.

Nas considerações finais, além das conclusões inerentes às análises empreendidas, foram apontadas propostas de minimização dos problemas levantados.

HABITAÇÃO

Desde que se começa a existir, ocupa-se um determinado espaço. Na realidade, não é possível viver sem ocupá-lo. Bem ou mal, todos moram e morar é sinônimo de residir, de habitar, de viver em um dado âmbito. Em outras palavras, a moradia é para onde o ser se dirige após qualquer outra atividade realizada.

Habitar é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Contudo, na sociedade capitalista, é preciso ser capaz de pagar para morar e o preço inclui a terra e a edificação, além de estar diretamente influenciada pela localização, como será abordado no item 1.1.

A despeito de sua condição estrutural, o direito à moradia, em algumas sociedades, não é encarado como natural e corrente, mas sim, é vinculado à capacidade de pagamento.

Em outras palavras, o “problema” da habitação, com o qual se depara hoje, surge com as relações produzidas pelo capitalismo. Como diz Villaça (1986, p. 11), com o desenvolvimento do capitalismo, a habitação começa a assumir uma forma de mercadoria vinculada à própria tipologia habitacional.

Observe-se, a seguir, como os conceitos de Espaço Absoluto, Relativo e Relacional são importantes para compreender como são atribuídos os preços e a organização do espaço nas cidades capitalistas.

Diferentes espaços - distintos preços

A Geografia, de uma maneira geral, procura analisar, compreender, “dissecar” a sociedade através da interpretação do Espaço Geográfico, largamente reconhecido como o próprio objeto da Geografia.

Considerando que os fenômenos humanos são intrinsecamente espaciais e que absolutamente nada, nem ninguém, pode existir em nosso mundo sem ocupar espaço, não há como realizar nenhuma tarefa, por mais simples que ela seja, sem utilizar o espaço. Aqui já fica patente a importância da contribuição geográfica.

A despeito da amplamente reconhecida importância estrutural do tal Espaço Geográfico, no momento de identificar claramente um conceito para o termo, nos deparamos com o fato de que há muitos conceitos e distintos enfoques sobre o mesmo.

Vários geógrafos dedicam-se a aprofundar as discussões teóricas sobre os diversos conceitos de Espaço. Assinale-se como fundamental a contribuição de Harvey (1980), para quem o Espaço Geográfico é forjado pela construção humana e pode ser entendido em sua existência material (Espaço Absoluto), em suas relações e conexões com outros espaços (Espaço Relativo), e, na medida em que contém e representa relações complexas, (Espaço Relacional).

Silva (1981), analisando a obra de Harvey (1969), coloca:

[...] Assim, por exemplo, como seria possível resumir os principais espaços vistos pelos geógrafos?

O primeiro seria o *Espaço Absoluto*, cujo aspecto principal seria constituído pela escala, pela dimensão e pela necessária caracterização, incluindo-se a busca da individualização da particularização. O segundo espaço seria o *relativo*, cuja preocupação principal é o da localização e das relações decorrentes, isto é, a interpretação das localizações e das interações com outras localizações. O terceiro e último espaço seria o *relacional*,... que procura ver o espaço como uma dimensão social, como um aspecto fundamental na mudança social, destacando-se a formação social e as relações sociais de produção. A associação destes conceitos com as abordagens “idiográfico-monográfica”, “teorético-quantitativa” e “radical” não é difícil”. Em qualquer dos casos, o Espaço Geográfico é também algo dinâmico, embora varie a percepção das transformações em cada caso. No primeiro conceito predominaria a visão histórico-genética do processo; no segundo, o papel e decisões dos agentes de mudança, e no terceiro a ação e a luta política de uma determinada sociedade (Silva, 1981, p. 66).

Durante a nossa prática profissional, explicar os diversos conceitos de Espaço Geográfico e a contribuição de Harvey representava sempre uma enorme complicação. A profundidade teórica, a simultaneidade e a complexidade inerentes ao tema levavam a largas horas de explicações, conjecturas e de dúvidas... Principalmente no âmbito dos campos acadêmicos que utilizam os conceitos dissecados pela Geografia, mas não aprofundam as questões teóricas deste campo do conhecimento científico.

Através da exemplificação com a inserção da variável do preço, fica mais compreensível. Quando avaliadas as especificidades espaciais considerando a questão financeira dos custos de distintos imóveis, fica bem evidente a profundidade da teoria para bem explicar a prática. É o que será visto a seguir.

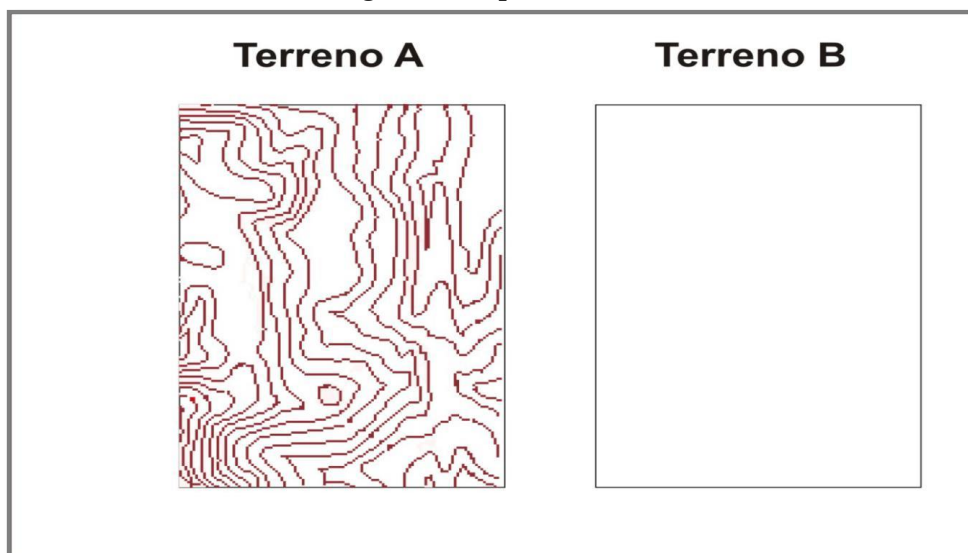
Espaço Absoluto

Segundo as ideias de Harvey (1980), o Espaço Absoluto é aquele analisado em termos concretos, em si mesmo, constituído pela escala, pela dimensão e pela caracterização através da individualização; no Espaço Absoluto estão contidas as questões das relações homem-meio. Os conceitos de espaços podem ser facilmente atribuídos à chamada Geografia Tradicional, composta pelo Determinismo Ambiental e pelo Possibilismo Geográfico.

Analisando a questão através do preço (figura 1), tem-se, por exemplo, terrenos com as mesmas dimensões, porém com topografias totalmente diferentes apresentam preços

distintos: como demonstra a proximidade das curvas de nível¹, o terreno A é bastante acidentado e o terreno B é completamente plano. O terreno B terá um preço maior, pois é economicamente mais propício à ocupação humana que o terreno A. Ou seja, em termos de custos, será menos oneroso construir sobre o terreno plano (terreno B) que sobre o acidentado (terreno A).

Figura 1 - Espaço Absoluto



Fonte: Fernandes, Lima e Pena, 2013, p. 57.

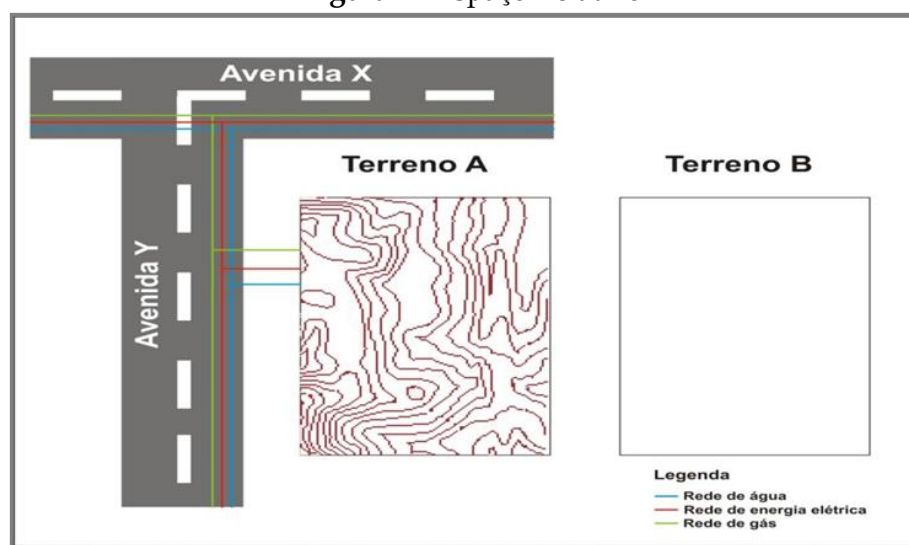
O Espaço Absoluto é, pois, analisado por suas próprias características. O preço atribuído ao Espaço Absoluto está diretamente relacionado às características físicas inerentes ao terreno.

Espaço Relativo

No Espaço Relativo de Harvey (1980) são fundamentais a localização e as relações dela decorrentes, ou seja, o que tem valor é a interpretação das localizações. Considerando os padrões locacionais, este conceito valoriza distância e acessibilidade. Os conceitos de espaços que podem ser aqui inseridos pertencem à chamada Geografia Teorético-Quantitativa, em que o fundamental é considerar as conexões, as correlações que o espaço em análise mantém com outros espaços. Através da inserção do preço (figura 2), na análise do Espaço Relativo, o que de fato importa são as conexões, as diversas redes de serviços (água, energia elétrica, gás, etc.) às quais o espaço em questão está conectado.

¹ As linhas denominadas de Curvas de Nível, num mapa topográfico, unem pontos de mesma altitude em termos de relevo. Quanto mais próximas umas das outras, mais íngreme é a inclinação do espaço representado.

Figura 2 - Espaço Relativo



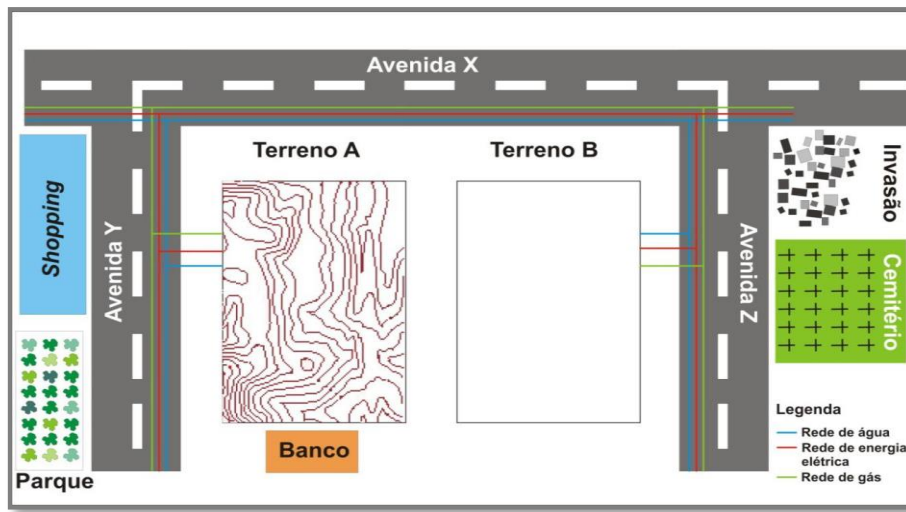
Fonte: FERNANDES, LIMA e PENA, 2013, p. 57.

Embora topograficamente acidentado, o terreno A, possui um maior preço em relação ao plano terreno B. Dita mudança se deve ao fato de o terreno A estar melhor localizado em relação aos serviços de uma maneira geral.

Espaço Relacional

O Espaço Relacional é visto em sua dimensão social, como aspecto fundamental na tipologia social, destacando-se a formação social e as relações sociais de produção; este conceito considera a ideia de preço como base de todos os fenômenos humanos no espaço. Os conceitos de espaços, que podem ser inseridos no âmbito do Espaço Relacional, pertencem à chamada Geografia Crítica.

Quando se parte para a análise através da questão do preço (figura 3), observa-se que, mesmo quando as redes de serviços e as conexões estão disponíveis para os dois terrenos, ainda há outra variável que interfere de forma decisiva sobre o preço: é a tipologia do entorno, em outros termos, é a vizinhança. Por estar próximo a serviços como banco, *shopping center* e parque, o terreno A (apesar de sua topografia bastante acidentada) é mais atraente que o terreno B (totalmente plano e também bem conectado às redes de serviços), devido à vizinhança que o torna mais caro.

Figura 3 - Espaço Relacional

Fonte: Fernandes, Lima e Pena, 2013, p. 57.

Vale destacar que os conceitos de Espaço Absoluto, Relativo e Relacional estão intrinsecamente correlacionados e que são inteiramente complementares.

O entendimento das três dimensões distintas elucidam questões complexas como as que permeiam, por exemplo, a especulação imobiliária urbana (Pena, 2010; Lima, 2016), que interfere de forma implacável em todo o processo que envolve o planejamento, a geração e a comercialização habitacional.

A despeito do processo de segregação residencial (Corrêa, 1989; 1997), baseado nas diferenças de classe, os grupos sociais excluídos precisam morar, seja na periferia social ou na sócio-espacial (Fernandes, 1992). Observe-se agora, de forma bem sucinta e esquemática (Fernandes, 1994), como os diferentes grupos sociais excluídos, ou seja, os menos favorecidos e que mais necessitariam da ação explícita do Estado, “resolvem” a inexorável questão da habitação.

Tipos de habitações dos grupos sociais excluídos

A moradia dos escravos negros, desde que eles começaram a chegar ao Brasil (1549) até a Abolição da Escravidão (1888), era um “problema” dos seus proprietários. Mas, ao contrário do que se costuma apregoar, as famosas senzalas não são a primeira forma encontrada. São, na verdade, a “evolução” da solução aplicada às circunstâncias e à tenebrosa estrutura escravocrata. As moradias dos primeiros escravos foram pequenas casinhas pobres e sem nenhum conforto, feitas de taipa e cobertas de palha, construídas nos arredores das casas dos donos das terras e dos próprios escravos:

En Brasil, la esclavitud ha existido oficialmente desde los inicios de la colonización hasta el día 13 de mayo de 1888, cuando la Princesa Isabel firmó la Lei Áurea que, después de un largo proceso y de mucha lucha, declaró extinguida la esclavitud en el territorio brasileño.

Las primeras viviendas destinadas a los esclavos que venían de África, fueron pequeñas casetas pobres y sin confort, hechas de tapia y cubiertas de paja, construidas en los alrededores de las llamadas casas-grandes, o sea, de las casas de los dueños de las haciendas – los Senhores de Engenho. Estas viviendas acomodaban, cada una de ellas, un grupo familiar.

En la medida en que hubo un empeoramiento de las relaciones entre señores y esclavos, hubo también una involución de las condiciones de vivienda de éstos últimos, dando origen a la vivienda en lo que de denominaba senzala. La senzala era una cabaña colectiva de negros, donde eran alojadas decenas o centenas de esclavos. Cuando la docilidad de los negros fue disminuyendo y convirtiéndose en lucha abierta contra la opresión de los señores, las senzalas pasaron a presentar una configuración constructiva más cercana a la de un presidio, ajustándose a la preocupación básica de mantener a los esclavos lejos de la posibilidad de la huida. (Fernandes, 2003, p. 49).

De acordo com o importante inventário da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP, 1983, p. 31-32), os problemas de quantidade e qualidade das habitações para os pobres se agravaram na passagem do século XIX para o século XX, justamente por força da Abolição da Escravidão (13 de maio de 1888) e da Proclamação da República (15 de novembro de 1889).

No interior das fazendas, os donos não estavam preparados para aceitar as exigências dos trabalhadores livres, principalmente dos que vinham dos países europeus, que traziam um nível de comparação em termos de qualidade de vida, bem superior ao encontrado no país (FINEP, 1983, p. 31-32).

Enquanto desapareciam do campo as senzalas, onde se amontoavam as populações escravas, cresciam nos centros urbanos maiores os cortiços, outro tipo de habitação coletiva, verdadeiras senzalas urbanas. É sabido que já existiam escravos livres, antes mesmo da abolição oficial, e que alguns deles já tinham melhores condições de moradia, mas, como era um grupo muito reduzido, não eram representativos da cruel realidade à qual foi submetida a maioria dos libertos pobres da época.

Como em investigações e publicações anteriores (Fernandes, 1992, 1994, 2000), foram considerados correlatos os conceitos de segregação residencial (Corrêa, 1989) e periferização. De uma maneira objetiva é possível afirmar que eles expressam espacialmente as diferenças de classe. Assim, não há desordem urbana. Cada grupo social reside segundo suas condições financeiras.

No caso dos menos favorecidos em termos econômicos, a moradia pode situar-se numa Periferia Social, que fica próxima ou mesmo incrustada em áreas urbanas pertencentes a classes mais abastadas e, portanto, mais bem servidas em termos de infraestrutura; ou, em pior situação, pode ter que se localizar em locais de Periferia Sócio Espacial, ou seja, distantes, espacialmente afastadas, com baixo preço relativo e relacional, posto que são carentes em tudo que se refere à infraestrutura e não representam preço especulativo.

Principais formas de morar características das áreas de Periferização Social

Cortiços - as primeiras formas físicas de habitação oferecidas ao “homem livre” brasileiro, assim como o aluguel foi a primeira saída econômica para a satisfação da necessidade habitacional. Ambos se constituíram numa solução de mercado e, em termos de forma, inicialmente eram várias casinhas de aluguel, inseridas nos núcleos urbanos, onde tanques e sanitários eram comuns (Villaça, 1986, p. 35-38); atualmente são comuns em áreas deterioradas dos centros urbanos, com coabitação involuntária de várias famílias;

Vilas Operárias - construídas pelos empresários como extensões das empresas para seus operários, conviveram décadas com os cortiços, mas eram mais bem toleradas que aqueles, pela classe dominante; não foram bem sucedidas mundialmente pelo quantitativo exíguo e porque foram utilizadas para exercer demasiado controle sobre a força de trabalho (Villaça, 1986, p. 39-42);

Invasões - estão relacionadas à forma de acesso ao terreno, sendo uma alternativa que implica a ocupação ilegal de uma área (Mattedi, 1979, p. 9);

Favelas – habitações subnormais, ou seja, que estão abaixo dos padrões construtivos mínimos exigidos por cada prefeitura municipal; é onde, efetivamente, os grupos sociais excluídos, para sobreviver, elaboram o espaço urbano, dentro de suas parcas necessidades; as favelas, no contexto de áreas com outros usos e outros grupos sociais circundantes, além de ser uma “solução” habitacional, também o é para o acesso ao trabalho; sua evolução e sua progressiva transformação até converter-se em bairro popular:

[...] resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infra-estrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros. Esta valorização, contudo, desencadeia uma valorização que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros (Corrêa, 1989, p. 31).

São tão recorrentes os exemplos desses tipos de formas de morar dos grupos sociais excluídos, que, por vezes, torna-se difícil dar conta do quanto é cruel a ordem das cidades em países como o Brasil.

Principais formas de morar características das áreas de Periferização Sócio Espacial

As invasões e favelas também ocorrem - e são mesmo recorrentes - em áreas mais afastadas das cidades, em que a situação dos grupos sociais excluídos afastados dos outros grupos e dos serviços seja ainda pior, porque, então, entram os custos, financeiros e de tempo, com os deslocamentos diários;

Conjuntos habitacionais – aglomerados de casas com características comuns em termos de construção; aparência monótona; podem ser horizontais (geralmente com casas geminadas) mas, na maioria são verticais, com cerca de três andares; normalmente pertencem a programas sociais de habitação destinados aos menos favorecidos; a ação é empreendida ou financiada diretamente pelo Estado; são quantitativamente pouco representativos, em relação às demais alternativas possíveis aos menos favorecidos; comumente são construídos com materiais de baixa qualidade e em áreas de baixo preço relativo e relacional, conceitos explicitados anteriormente; não atendem aos mais pobres e sim a uma demanda solvável de baixo poder aquisitivo;

Loteamentos ilegais – implicam gastos iniciais com o terreno e, depois, com a edificação da residência; por não serem formais, são, inicialmente mais baratos, mas, por não oferecerem os serviços elementares exigidos pelas regras legais, acabam onerando os moradores, que devem assumir as consequências da ausência dos tais serviços básicos; também cabe aos que compraram os lotes ilegais todos os custos com o aprovar o local e conseguir a escritura definitiva dos imóveis;

Parcelamentos – subdivisões efetuadas dentro dos lotes dos loteamentos ilegais, que podem ser realizadas pelo dono do loteamento, para aproveitamento de locais menos valorizados, como os que ficam em áreas mais acidentadas topograficamente; os lotes ilegais são subdivididos para evitar perdas de espaço; o parcelamento do lote ilegal também pode ser empreendido pelo comprador do lote, que usa uma parte para si mesmo e subdivide o resto para parentes ou mesmo para revenda (Fernandes, 2003, p. 348-351);

Autoconstrução – pela carência financeira, boa parte da população trabalhadora que tem rendimentos irregulares e inferiores “resolve” a questão da habitação construindo-a; em geral, o processo é coletivo, através de mutirões que demonstram a solidariedade com os que se

encontram na mesma situação de penúria; a própria necessidade da autoconstrução já é indicativa da incapacidade de atendimento do requisito legal de satisfação da necessidade habitacional para todos;

Situação de rua – quando todas as modalidades e esforços para satisfazer a incontestável necessidade habitacional não resolvem, surge a mais dura realidade – “morar” na rua; há registros da existência desta triste realidade desde o século XVI, início da história brasileira, mas é a partir da segunda metade do século XX que a situação se alastra; não houve, historicamente, uma preocupação governamental com esses despossuídos de tudo; a realidade cruel que, segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social, acomete pessoas que têm em comum a condição de pobreza absoluta; sabemos que existem muitos fatores entre os motivos que levam alguém à situação de rua, mas, para o nosso foco, é um dos reflexos do intenso processo de exclusão social. É a população em situação de rua que, em decorrência de a ocupação do solo urbano estar baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra, não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços adequados para a habitação e, sem alternativas, utiliza as ruas da cidade como moradia (Francisco, 2018).

Embora a moradia seja uma necessidade essencial e devesse ser um direito, de fato, ela é, na verdade, uma mercadoria. E cada classe social pode morar onde pode pagar para tal. Assim, como o sistema econômico privado não consegue suprir esta necessidade básica para todos, o oferecimento da moradia para quem não pode pagá-la, passa, progressivamente, a ser do Estado. Mas, o que vem a ser o tal Estado? Como ele vem atuando no Brasil sobre a questão da moradia?

ESTADO

Acredita-se que o Estado resulta e manifesta o inconciliável antagonismo entre classes (LENIN, 1979), mas é compreendido, também, que o Estado não é uma entidade monolítica, ou seja, que ele “é a condensação material de uma relação”; e, que “a luta das classes dominantes – classes dominadas atravessa ela mesma os aparelhos do Estado, na medida em que estes aparelhos materializam e concentram o poder da ou das classes e frações dominantes em suas contradições com as classes dominadas” (Poulantzas, 1977, p.23-27).

Também sob essa ótica de um poder político não tão consolidado e imbatível, constata-se que o “Estado capitalista moderno (em sua forma liberal-democrática) pôde e pode coexistir (ainda que numa relação de integração/contradição) com formas políticas criadas pelas classes subalternas em seu processo de autodefesa, de luta contra os interesses das classes dominantes” (Coutinho, 1985, p. 44).

A influência e a atuação do Estado, porém, não ocorrem sempre da mesma maneira, pois dependem do local, das circunstâncias do momento e, em última análise, dos conflitos e alianças sempre presentes numa sociedade de classes.

São várias as formas de atuação do Estado. Ele age como grande industrial, como consumidor de espaço e de localizações específicas, como proprietário fundiário (terras públicas), como produtor imobiliário, como agente de regulação do uso do solo, como alvo dos movimentos sociais, urbanos, como provedor dos serviços públicos (sistema viário, calçamento, água, esgoto, etc.) e também como elaborador de leis e normas vinculadas ao uso do solo. O Estado utiliza-se também das diferenças nos impostos, da alocação espacial de equipamentos de consumo coletivo e de uma ação explícita quando da criação de núcleos urbanos (Corrêa, 1989, p.24-26).

O Estado também está agindo quando se omite, ou seja, quando não toma nenhuma atitude. É assim que, por exemplo, pelo fato de não se efetuarem melhorias em determinados locais, os mesmos seguem sempre apresentando condições de habitabilidade desfavoráveis.

Outro exemplo é o próprio surgimento e expansão de enormes áreas urbanas de ocupação ilegal como as invasões e os loteamentos informais.

Diante de todas estas colocações sobre o Estado, como se estabelecem as relações dentro dele para que se estruture e ponha em marcha a tão famosa política habitacional? A seguir, estruturam-se algumas colocações e ponderações sobre o referido tema.

HABITAÇÃO X ESTADO

Monterastelli (1977, p. 153-165), tratando sobre a questão da habitação na Itália, expressa claramente que, desde o momento em que um país estabelece uma política de habitação, ele precisa resolver os problemas do emprego de tão vultosos recursos. Cabe ressaltar que a importância dos investimentos em habitação, na economia de cada país, se mede pela participação desta atividade no total dos investimentos e na renda nacional. A intervenção estatal varia e condiciona o desenvolvimento da oferta e da demanda de habitações.

As distintas formas de intervenção surgem com base nas diversas estruturas dos sistemas financeiros existentes.

O mesmo autor afirma, ainda, que, de acordo com o lugar de procedência, os meios de financiar a construção das habitações podem ser:

a) Financiamento dos fundos públicos / O Estado intervém no setor da construção de habitação da seguinte forma:

- Adotando as medidas fiscais que abarquem as normas tributárias, as que regulam o regime de arrendamentos e as do uso do solo edificável;
- Concedendo incentivos que atuam através do sistema creditício e proporcionando garantia estatal aos empréstimos concedidos para a construção ou a aquisição da habitação;
- Construindo habitações diretamente ou através de instituições criadas para isto e colocando em marcha planos a médio e longo prazo, com vistas tanto a proporcionar habitações a famílias de baixa renda como a favorecer o emprego.

b) Financiamento com fundos provenientes do mercado / A maior parte dos recursos econômicos que se originam do mercado provem do sistema de crédito.

c) Financiamento direto pelos particulares / Estes costumam constituir uma parte residual dos meios de financiamento.

Em artigo anterior (Santo *et al.*, 2016), demonstrou-se que o Estado é um importante agente na expansão da cidade, influenciando diretamente sobre esta, por meio de diversos instrumentos, dentre os quais destacam-se as políticas públicas.

A política do Estado sobre a questão habitacional é a forma como ele encara e trata o tema no contexto dos diversos agentes formadores das cidades e das diferentes classes sociais.

Estado e Habitação no contexto brasileiro

Vale notar que, num contexto de sistema capitalista, a habitação amplia seu papel como patrimônio/mercadoria, enquanto agentes como os empreendedores imobiliários atuam para valorizar determinadas áreas, trabalhando exaustivamente na sua exploração e para lucrar com o atendimento às classes mais abastadas (Santo *et al.*, 2016).

Os agentes que vivem da especulação imobiliária não atuam sozinhos. Eles contam com apoio do Estado, que impulsiona a lógica do capital. Ou seja, o Estado costuma favorecer os que já são mais favorecidos. Na verdade, via de regra, o Estado, no Brasil, é o representante dos mais fortes economicamente!

O Estado brasileiro, alvo das nossas atenções, vem interferindo na problemática da habitação principalmente através de programas habitacionais populares, geralmente

insignificantes em termos quantitativos e que apenas atingem aquela parte da demanda que possui condições melhores.

A incapacidade da empresa imobiliária privada e do Estado em satisfazer à demanda de moradias da maioria da população urbana, resulta então na generalização da promoção fundiária como “solução” para o problema habitacional. O oferecimento passa a ser então, não de moradia, mas, de terrenos situados na periferia das cidades, resultando daí um tecido urbano descontínuo [...]. A moradia propriamente dita será geralmente edificada pelo comprador, sua família e amigos em horas de lazer (autoconstrução), o que resulta em sobretrabalho que lhes é imposto (Abreu, 1986, p. 61-70).

A seguir, será avaliada a política da habitação no Brasil e, a partir daí, serão inferidas as reais questões que envolvem a temática no país.

Em termos legais, a incontestável necessidade de moradia está plenamente atendida, ou pelo menos deveria estar, na própria Constituição Federal Brasileira de 1988, no Capítulo II (dos Direitos Sociais), exatamente no Art. 7º, inciso IV, está explícito que:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, **capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.** (Brasil, 1988. grifo nosso).

Um parâmetro para compreender o cenário é a equiparação do salário mínimo oficial e anualmente definido pelo governo federal na moeda vigente de cada época, em relação ao dólar em cada ano analisado. Isso possibilita uma análise mais padronizada e até a comparação com outros países. Daí, então, é possível interpretar, em diversos períodos da história republicana, como o padrão de renda no país dificilmente se encaixaria nas perspectivas constitucionais de um direito à moradia com os padrões mínimos de habitação para o cidadão em geral.

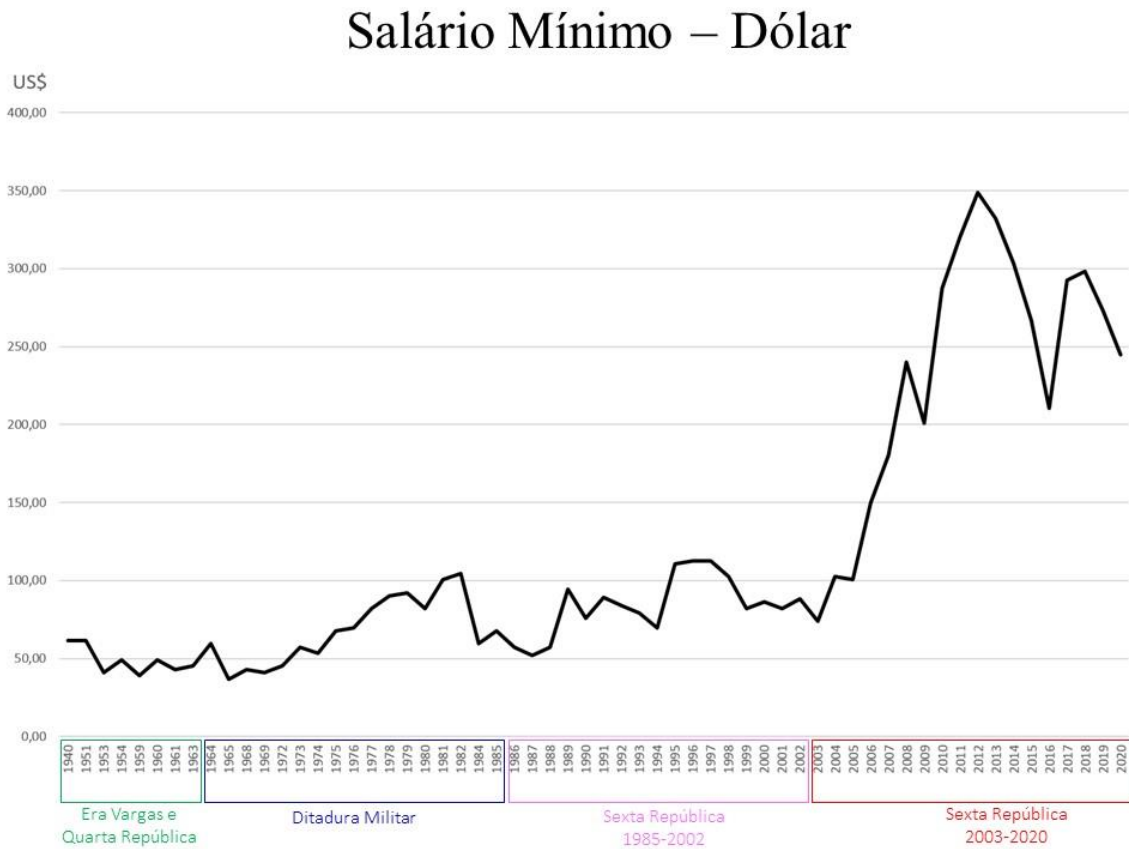
Na prática, sabe-se que nunca o salário-mínimo no Brasil foi capaz de atender às necessidades elementares dos brasileiros. Em 2020, o valor do salário mínimo é de R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco Reais), equivalentes a pouco mais de 200 dólares, que, seguramente, não supre ditas necessidades (figura 4).

Em publicação anterior (Araújo; Fernandes, 2010), no contexto de uma ampla análise da evolução das Políticas Habitacionais no Brasil, foram identificados três grandes períodos: das origens até 1964 - com a Instalação do Governo da Regência e a fundação da primeira Caixa Econômica do Brasil; de 1964 até 1986 - período de vigência do Banco Nacional da Habitação (BNH); e de 1986 até finais do século XX - período de carência de uma política efetiva sobre a habitação no País.

Naquela publicação, iniciou-se a análise das políticas implementadas nos primeiros anos do século XXI, mas a contemporaneidade do momento pedia novas análises, que foram empreendidas no já citado artigo de Santo *et al.* (2016).

Nos quadros 1 e 2 (Santo, 2012, p. 68-81; Araújo, 2016, p. 160-173), está sintetizada e sistematizada a trajetória dos regimes políticos brasileiros entre 1930 e 2020, com suas respectivas políticas habitacionais. Vale notar que são muitas informações importantes para a análise evolutiva e para a compreensão do panorama atual.

Figura 4 – Evolução do salário-mínimo em equiparação ao dólar - USD (1940-2020)



Fonte: Santo *et al.*, 2016. Atualização: Autores, 2020.

Quadro 1 – Síntese dos regimes políticos brasileiros (1930 – 1985) e suas políticas habitacionais

1930 – 1937 e 1937 – 1945: Era Vargas e Estado Novo (Segunda e Terceira Repúblicas)	
Principais Características dos Regimes Políticos	Política Habitacional
Regime Ditatorial populista, centralizador, nacionalista e anticomunista. Período de grande crescimento econômico e expansão urbana, com construção de muitas estradas nacionais (partes das BR 116 e BR 101). O ideário da população era a de um estado provedor do bem estar social, que faria a transformação e modernização do país.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) - 1933; • Normas para a extinção dos mocambos, cortiços e casebres (Decreto-Lei nº. 347/1944).
1946 – 1964: Quarta República (República Populista, República Nova ou República de 1946)	
Principais Características dos Regimes Políticos	Política Habitacional
Criação de Brasília e fundação da Petrobras. Os dirigentes se apoiavam em seus carismas. Há um clima de mais liberdade que a era anterior; pluripartidarismo. No início Vargas implanta um período de nacionalismo e estatização. A partir de 1956 vem o período desenvolvimentista, onde avanços técnicos e industriais levariam o país ao desenvolvimento, caracterizado pela expansão de infraestrutura, industrialização e criação da SUDENE. No início da década de 1960, com a entrada de João Goulart na presidência, há uma severa crise política, pois os militares temem a aproximação comunista, o que leva ao golpe militar.	<ul style="list-style-type: none"> • Proíbe a construção de favelas no meio urbano (Decreto nº. 8.938/1946); • Cria a Fundação da Casa Popular, primeiro órgão para a provisão de casa para a população de baixa renda (Decreto-Lei nº. 9.218/1946); • Cria o serviço de recuperação de favelas e habitações anti-higiênicas (SERFHA) - 1956; • Cria o Instituto Brasileiro de Habitação e o Conselho Nacional de Planejamento de Habitação Popular - 1961.
1964 – 1985: Ditadura Militar (Quinta República)	
Principais Características dos Regimes Políticos	Política Habitacional
Volta-se a um padrão desenvolvimentista e nacionalista, com forte cunho autoritário/repressivo; o auge de sua popularidade foi na década de 1970, quando acontece o chamado “milagre econômico. Neste período há a primeira política habitacional nacional, a implantação de centros industriais em cidades médias e espalhadas por todo território nacional. Na década seguinte entra em decadência, com uma inflação crônica e exacerbada e disparidade acentuada entre as classes sociais, gerando um movimento pró-democrático.	<ul style="list-style-type: none"> • Cria o Sistema Financeiro de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) (Lei nº. 4.380/1964); • Cria as Companhias de Habitação Popular (COHABs) (na Bahia corresponde à Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS) (Lei nº. 2.114/1965)); • Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) (Decreto nº. 58.377/1966); • Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) -1968 • BNH passa a financiar obras públicas (1972); • Criam-se diversos programas para complementar a política habitacional (1964-1973).

Fonte: Santo *et al.*, 2016.

Quadro 2 – Síntese dos regimes políticos brasileiros (1985 – 2020) e suas políticas habitacionais

1985 – 2016: Sexta República (República Nova)	
Principais Características dos Regimes Políticos	Política Habitacional
<p>Pós-ditadura, num processo de democratização e mudança da economia. Com a promulgação de uma nova Constituição (1988), onde se institui o Estado Democrático de Direito e uma república presidencialista.</p> <p>Em sua primeira fase há uma grande preocupação com o controle da inflação e controle dos gastos públicos. Abre-se então a economia brasileira e no período de Fernando Henrique Cardoso, privatizam-se muitas empresas estatais e criam-se agências reguladoras (energia, aviação, petróleo, entre outras), e alguns projetos sociais (Bolsa-escola), é uma fase neoliberal. Quando Lula assume, mantém a linha econômica adotada e aumenta a abrangência de projetos sociais, há um controle da inflação e dos juros e aumento real da renda per capita da população, contudo permanecem ainda sérias disparidades sociais. No final do seu segundo mandato, Lula institui o Programa de Aceleração do Crescimento, que promoveria a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, foi muito importante para evitar que o país entrasse na crise econômica mundial (2008-2009). Em 2011 o PAC entra em sua segunda fase, consolidando e ampliando as atividades, principalmente nas áreas de: transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano (MDU) - 1985; • Extinção do BNH (Lei nº. 2.291/1986); • Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) – Programas: Mutirões Habitacionais; Urbanização de Lotes e Urbanização de Favelas (Decreto nº. 91.500/1988); • Extingue-se o MDE e cria-se o Ministério da Habitação e do Bem-estar social (MBES) - 1988; • Plano de Ação Imediata para a Habitação (Lei nº. 2.629/1990); • É instituído o financiamento direto à pessoa física; Programas Habitar-Brasil e Morar Município (1992-1993); • Criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) (Lei nº. 9.514/1997) • Criação de diversos programas: Habitar Brasil/BID; Arrendamento Residencial (PAR); Subsídio à habitação de Interesse social (PSH); • Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/2001) • Sistema de Habitação de Mercado (Lei nº. 10.931/2004); • Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) (Lei nº. 11.124/2005 e Decreto nº. 5.796/2006 • Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - (Decreto nº. 6.025/2007); • Programas: Morar Melhor, Nosso Bairro, Saneamento é Vida, Carta de Crédito, Minha Casa Minha Vida (a partir de 2008 - atual).
2016 a 2020: Crise na Sexta República (República Nova)	
<p>Impeachment de Dilma Rousseff (2010-2016) e entrada de Michel Temer (2016-2018), quando houve uma radical mudança ideológica, buscando o favorecimento exclusivo das elites, rumo a lógica do Estado Mínimo. Este processo culmina com a eleição/posse de Jair Bolsonaro (2019-atual), representante radical desta ideologia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Extinção do Ministério das Cidades (2003 – 2019); • Relativização da legislação trabalhista, levando às mudanças estruturais com prejuízo para os trabalhadores, durante e após a vida laboral; • Redução do poder de compra do salário mínimo; • Diminuição do subsídio aos Programas Habitacionais.

Fonte: Santo *et al.*, 2016. Atualização: Autores, 2020.

Para além de todo esse panorama, para entender como evoluiu a produção efetiva de unidades habitacionais no Brasil entre 1937 e 2020, vejamos o quadro 3, organizado por Santo

(2020), com base em Cardoso, 2013; Brasil, 2016 (a, b, c, d); Bonduki, 1999; e segundo dados do próprio Ministério do Desenvolvimento Regional sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (<http://sishab.mdr.gov.br/>. 2009-2020).

Quadro 3 – Unidades habitacionais produzidas no Brasil (1937-março 2020)

Período	Unidades Habitacionais	Nº de Anos
1937-1963	142.127	27
1964-1986	4.300.000	23
1987-1993	-*	7
1994-2008	1.100.000	15
2009-2020**	4.914.738	11
TOTAL	10.456.865	83

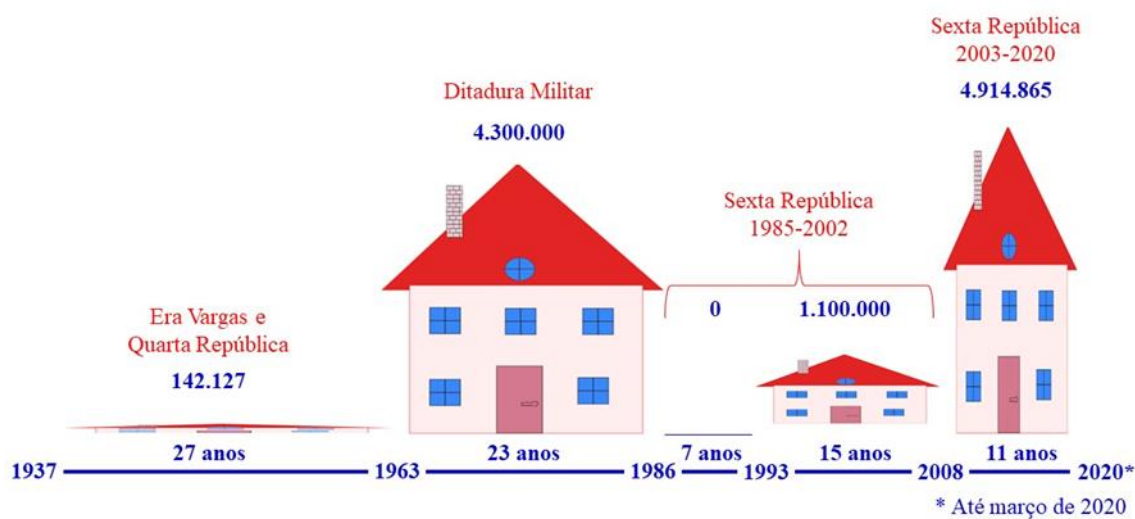
*sem dados divulgados.

**até março de 2020.

Fonte: Organizado por Santo, 2020, com base em Cardoso, 2013; Brasil, 2016 (a, b, c, d); Bonduki, 1999; <http://sishab.mdr.gov.br/>. Acesso em 21 abr. 2020.

Com objetivo de deixar mais evidente o contraste expresso nas informações do quadro 3, foi elaborada a figura 5.

Figura 5 - Unidades habitacionais produzidas no Brasil x Regimes Políticos (1937 - março/2020)



Elaboração: SANTO, S. M., 2020.

Fonte: CARDOSO, 2013; BRASIL, 2016 (a, b, c, d); BONDUKI, 1999; SISHAB, 2020.

Em termos comparativos, segundo os dados expostos anteriormente do Programa Minha Casa Minha Vida, foram produzidas mais habitações por esse Programa em 11 (onze) anos que em todos os demais programas brasileiros (SISHAB, 2020).

Retornando à questão evolutiva, no âmbito da República Brasileira (1889 até os dias atuais), são observados distintos tipos de ideais e de comportamentos do Estado em relação a diversas questões e também à questão da habitação. Elas variam segundo as necessidades de cada contexto histórico. Vale notar que, mesmo quando os planos demonstram boas intenções em termos de enfrentamento dos problemas, nota-se que acabam por sucumbir aos de grupos específicos que, em cada momento histórico e dentro da lógica capitalista, procuram a mais valia imediata.

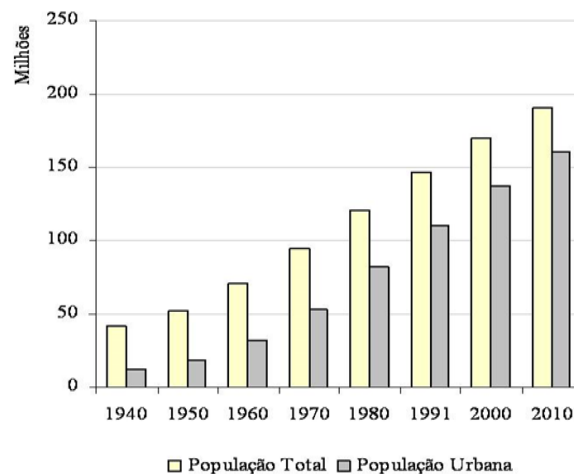
Como dito anteriormente, a questão habitacional urbana está diretamente atrelada ao fenômeno da especulação imobiliária, mas, antes mesmo dessa questão, ela está associada tanto ao crescimento populacional, quanto ao incremento do índice de urbanização.

O Brasil foi oficialmente descoberto por Portugal em 22 de abril de 1500, que empreendeu efetivamente sua escalada de ocupação sobre a então colônia a partir de 1549, e o fez com um foco urbano, através da fundação da Cidade do Salvador, como sede do Governo Geral (1549-1763). Com os ciclos econômicos, para exploração e exportação de produtos primários diversos, o processo de ocupação se internaliza e ruraliza.

A população brasileira até 1940 era de cerca de 40 milhões de habitantes e, após um crescimento demográfico de 361,58%, conta hoje com mais de 200 milhões de habitantes. No que tange ao processo de urbanização, entendido como ampliação da população urbana em detrimento da população rural, ele ganha força somente na década de 1970 (figura 6). Entre 2000 e 2010 a população urbana brasileira supera os 80%.

Desde a proclamação da República, em 15 de novembro 1889, somos uma República Federativa Presidencialista que, em sua evolução, vem tratando de maneiras distintas a questão habitacional. Segundo Santo *et al.* (2016), na Primeira República (1889-1930) não há ações importantes sobre a questão habitacional. No entanto, focou-se, nesta análise, no contexto a partir da 2ª República (1930 – até os dias atuais).

Figura 6 – População Total e População Urbana do Brasil (1940-2010)



Fonte: Santo, 2012, p. 69.

O Brasil ainda é um Estado Democrático de Direito, que atua através da observância das normas constitucionais e, pelo menos em teoria, deveria ter um conteúdo transformador das relações de dominação e de proteção para os que mais precisam. Segundo Streck e Morais (2000, p. 104 *apud* Santo *et al.*, 2016) “a atuação do Estado passa a ter um conteúdo de transformação do *status quo*, a lei aparecendo como um instrumento de transformação por incorporar um papel simbólico protectivo de manutenção do espaço vital da humanidade”.

Na realidade, o Estado não cumpriu com a alteridade em suas políticas e vem passando por um franco processo de enfraquecimento que se reflete em inúmeras privatizações e no crescente papel do que Castells (2007) denomina de redes globais de poder, informações e riquezas. Onde, presume-se, a alteridade passa distante e o grande foco é o acúmulo de capitais.

Vale uma ressalva importante: a referência à entrada do Partido dos Trabalhadores na presidência da República, com a eleição, por duas vezes consecutivas, do operário Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo (2003 – 2011) e, posteriormente, de sua candidata, a economista

Dilma Rousseff (2011 -2016), quando, no segundo mandato, sofreu um golpe e foi substituída pelo vice – Michel Temer, que ocupou o poder até 31 de dezembro de 2018.

Ainda que com falhas e equívocos, durante os 13 (treze) anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no comando do País, os dados e a própria valorização do salário-mínimo frente ao dólar demonstram que houve uma preocupação efetiva com os grupos sociais eternamente excluídos do sistema da dita habitação social no Brasil.

A partir de 2003, quando há uma continuidade na estabilização econômica, inicia-se um período de diminuição das disparidades sociais, com um aumento real do valor do salário-mínimo e através da ampliação e criação de políticas públicas que diminuíssem as disparidades sociais e regionais no Brasil, retornou-se a uma utopia de Estado que garante o bem estar social e que procura promover justiça social. Assim, chega-se em 2007, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que trará uma retomada de crescimento econômico no país e virá com importantes programas na área de habitação, destacando-se aqui o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que, de 2009 até 2015, havia fornecido 2,4 milhões unidades habitacionais pelo território nacional (quadro 3), sendo destas 35% para renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00 (\cong 2 salários mínimos-2016); 57% para renda R\$ 1.600,00 até R\$ 3.275,00 (\cong 4 salários mínimos-2016); e, 8% para a faixa de R\$ 3.275,01 a R\$ 5.000,00 (\cong 6 salários mínimos - 2016) (Santo *et al.*, 2016).

De acordo com diversos estudos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e segundo os próprios dados sistematizados no quadro 3 e nas figuras 4 e 5, o PMCMV, constituiu-se, de fato, num diferencial em relação à preocupação com os menos favorecidos.

Na opinião de D'Amico (apud Santo *et al.*, 2016), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), iniciado em 2009, consiste em um conjunto de soluções que busca atingir os aspectos econômicos dos financiamentos habitacionais por meio da concessão de subsídios às famílias das classes sociais mais baixas, atendendo a uma demanda habitacional na faixa de renda que vai até seis salários mínimos mensais. Ele é composto por: a) o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); b) o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A estes programas foram delegadas as responsabilidades de facilitar a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial de famílias com renda mensal de até seis salários-mínimos, nas regiões urbanas, e, dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, conforme sua faixa de renda, limitando a renda familiar anual a R\$10.000 nas regiões rurais. Toda a sua estrutura é organizada através de faixas salariais, sendo os produtos (unidades habitacionais) diferenciados por cada uma delas.

No intento de minimizar os nefastos impactos do processo de segregação socioespacial, no PMCMV houve a exigência de que, por meio de regulamentações, a implantação dos conjuntos residenciais destinados aos menos favorecidos deveria ser efetivada em áreas integradas à malha urbana existente, com infraestrutura prévia instalada e com equipamentos sociais adequados (Santo *et al.*, 2016). Contudo, na prática, houve desvirtuamentos ao longo do processo.

Constata-se, então, que, apesar da possibilidade utópica da integração e da diminuição da segregação urbana, houve distorções dos tais ideais. Em termos concretos, em cidades como Feira de Santana (Bahia, Brasil), ocorreu uma grande modificação urbana, mas, através de um verdadeiro zoneamento socioeconômico, que criou novas segregações residenciais, o que acaba por gerar insatisfações e mais pressões sociais (Santo *et al.*, 2016).

De uma maneira geral, o que ocorreu foi um reforço ao processo de segregação socioespacial, porque a instalação efetiva dos conjuntos habitacionais no âmbito de cada unidade da Federação sucumbiu à ação dos que lucram com a especulação imobiliária.

Os imóveis destinados aos grupos sociais mais excluídos, aqueles que demandariam mais necessidades efetivas, acabam sendo alocados, principalmente, em áreas com infraestrutura básica deficiente e escassa oferta de serviços públicos, inclusive transporte.

Outra importante questão a ser analisada é a grande responsabilidade municipal nos processos decisórios urbanos gerais e a própria instalação das unidades do PMCMV. Claro que a maior autonomia municipal é importante e está salvaguardada na própria Constituição Federal de 1988, mas, historicamente sempre se sofreu com a descontinuidade política no planejamento e na gestão das cidades e os Planos Diretores previstos por lei não funcionam de fato. Assim, atualmente é vista uma contínua gestão daquilo que não foi devidamente planejado e de onde brotam as plataformas políticas individualistas, sensacionalistas e oportunistas (Santo *et al.*, 2016).

Os mais abastados, e que lucram com a especulação imobiliária, se beneficiam de toda esta lógica cruel e excludente e convertem as políticas, os programas e as ações em mais e mais benefícios próprios. Enquanto isso, aqueles para quem há utopia de uma política pública que possa reduzir o abismo entre as distintas classes, voltam a sofrer com a exclusão espacial, fruto do processo de segregação imposta pela fragmentação do sistema capitalista.

Na sequência da lógica neoliberal extrema, em janeiro de 2019, entra na Presidência da República um grupo político diametralmente oposto ao do Partido dos Trabalhadores. O Ministério das Cidades é extinto (2003-2019) e suas atribuições, juntamente com as do Ministério da Integração Nacional, passam para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Regional. Seguindo a lógica, não são criadas novas políticas, segue o PMCMV. E, para fins eleitorais, em agosto de 2020, o atual governo do Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) criou o Programa Casa Verde e Amarela, muito semelhante ao PMCMV. Destaca-se que, apenas em janeiro de 2021, as novas regras do seu funcionamento foram publicadas. Na prática, percebe-se que o atual governo deseja substituir o PMCMV, sem criar grandes tensões; o novo modelo parece muito com o anterior, já consolidado, incluindo a regularização fundiária e a melhoria habitacional. Contudo, percebe-se, paulatinamente, a diminuição de recursos alocados para este fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, da fundamental importância dos temas aqui apresentados e da premência de alternativas e de direções na busca de um mundo onde o espaço possa ser organizado para a felicidade da maioria dos que nele vivem, o que concluir?

Deve-se começar por constatações evidentes, mas, envoltas em névoas de obscuridade.

Não há desordem urbana - as cidades estão plenamente organizadas e atendem perfeitamente aos interesses de quem as comanda e lucra.

Também não há déficit habitacional - não falta terreno, não falta tecnologia construtiva, não faltam equipamentos para conectar as unidades residenciais ao resto do bairro, da cidade ou do mundo. O que falta é uma distribuição de renda mais equitativa para que, dentro do próprio sistema capitalista no qual se vive, seja possível adquirir os imóveis residenciais e que se possa manter os custos para seguir na relação capitalista que impera entre todos os cidadãos.

E aos representantes do meio acadêmico? Quais as suas responsabilidades?

Por um lado, é necessário seguir investigando e elaborar análises que detalhem a complexidade dos temas aqui envolvidos, na incansável busca de elucidar a realidade. Somente quando se compreende algo, pode-se agir com eficiência no sentido de transformar o presente mirando um futuro mais equitativo para a maioria.

Contudo, “só” pesquisar não basta. É preciso levar o debate e as contribuições produzidas para a sociedade como um todo, inclusive criando meios e oportunidades de

divulgação científica, com utilização de linguagem objetiva, clara e abordagens elucidativas que despertem o interesse pelo conhecimento, em nível [in]formativo.

Daí, defende-se que academia não pode se limitar a diagnosticar.

É uma tarefa premente ir além! Elaborando propostas inovadoras, consistentes e exequíveis, a partir de conhecimentos múltiplos, extrapolando os muros das instituições, chegando aos coletivos e fóruns que possuam legitimidade e capacidade participativa de atuação.

Por fim, são ações como estas que darão valor às preocupações que poderão conduzir ações mais efetivas e partícipes em prol dos tais grupos sociais excluídos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. O crescimento das periferias urbanas nos países do Terceiro Mundo: uma apresentação do tema. In: SANTOS; M., SOUZA, M.A. (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p.61-70.

ANDRIOLI, A.I. Utopia e realidade. Maringá: **Revista Espaço Acadêmico** – UEM. N. 56, jan/2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/056/56andrioli.htm>. Acesso em: 5 abr. 2016.

ARAUJO, H. O. de; FERNANDES, R. B. Las políticas de la vivienda en Brasil. **Portalfio**. Cuadernos Electrónicos N.6. Derecho a la vivienda y a la ciudad, 2010. Disponível em: https://pradpi.es/cuadernos/6/5_-Heloisa-Oliveira-de-Araujo-Brasil.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

ARAUJO, M.M.S. **A produção do espaço urbano periférico e a questão habitacional em Feira de Santana**: o programa minha casa minha vida no bairro da Mangabeira, entre 2009-2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2016.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BRASIL; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa minha casa minha vida – Recursos FAR4**. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp. Acesso em: 18 out. 2011.

BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL; SISHAB. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <http://sishab.mdr.gov.br/>. 2009-2020. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL; PORTAL BRASIL. **Minha Casa Minha Vida entregou 2,4 milhões de moradias**. 10/09/2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/minha-casa-minha-vida-entregou-2-4-milhoes-de-moradias>. Acesso em: 22 mar. 2016. (a).

BRASIL; PORTAL BRASIL. **Minha Casa Minha Vida beneficiará mais de 25 milhões até 2018**. 26/02/2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/02/minha-casa-minha-vida-beneficiara-mais-de-25-milhoes-ate-2018>. Acesso em: 22 jan. 2016. (b).

BRASIL; PORTAL BRASIL. **Brasil de resultados**: área social. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/brasil-de-resultados/area-social>. Acesso em: 22 jan. 2016. (c).

BRASIL; PORTAL BRASIL. **Mais casa mais vida**: notícias. Disponível em: <http://maiscasamaisvida.com.br/noticia/258-O-Minha-Casa-Minha-Vida-transformou-a-vida-de-9-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 22 jan. 2016. (d).

BRASIL; SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88LivroEC91_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

- CARDOSO, A. L. (Org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CASTELLS, M. A **Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 2007.
- CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1997.
- COUTINHO, C.N. **A dualidade dos poderes** – introdução à teoria marxista do Estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- D'AMICO, F. O Programa **Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Caixa Econômica Federal, 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261251530.LivroCAIXA_T_0_033.pdf. Acesso em: 20 set. 2014.
- FERNANDES, E. (Org.). **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- FERNANDES, R.B. A relação entre a pobreza urbana e a habitação. **Revista da Jornada Professor Hernani Sobral**. UEFS/ DTEC, Publicação Especial – Edição única: Salvador, 1994.
- FERNANDES, R.B. La cuestión de la vivienda y los promotores inmobiliarios (incorporadores) en el desarrollo del Cabula. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, dez.2001, a.III, n.5, p.79-85.
- FERNANDES, R.B. **Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula**. 2000. Feira de Santana: UEFS, 2003.
- FERNANDES, R.B.; PENA, J. S.; LIMA, J. B. Cabula: entre produção do espaço e especulação. In: SILVA, F. de P. S. da. (Org.). **Turismo de base comunitária e cooperativismo**: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno. Salvador: EDUNEB, 2013, v. 1, p. 53-68.
- FERNANDES, R.B. **Periferização sócio-espacial em Salvador**: análise do Cabula, uma área representativa. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-UFBA: Salvador, 1992.
- FINEP-GAP. **Habitação popular**: inventário da ação governamental. Rio de Janeiro: Garilli Artes Gráficas e Editora, 1983.
- FRANCISCO, W. de C. e. **População em situação de rua, reflexo da exclusão social**. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/populacao-situacao-rua.htm>. Acesso em 15 out. 2018.
- GEHAB; CEF. **Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Feira de Santana (2009-2014)**. Feira de Santana: Gerência de Habitação da Caixa Econômica Federal – Feira de Santana, 2015.
- HARVEY, D. *Explanation in geography*. New York: St. Martin's Press, 1969.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Prefácio e Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- LENIN. **O Estado e a revolução**. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- LIMA, J. de B. **Os “Cabulas” de Salvador**: confrontando as delimitações de 1992 e de 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2010.
- MATTEDI, M.R.M. **As invasões em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 1979.
- MONTERASTELLI, G. *La financiación de la construcción de viviendas en Itália*. In.: INDOVINA, F (ed.). **El despilfarro inmobiliario**. Barcelona: Gustavo Gili, 1977. p. 153-165.

OLIVEIRA, E.E. **O desigual combinado**: habitação social e processo de periferização urbana em Feira de Santana. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – UNIFACS: Salvador, 2004.

PENA, J. S. **A especulação imobiliária chega à periferia urbana de Salvador**: origens e perspectivas do Cabula sob a ótica da habitação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2010.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

POULANTZAS, N. (Org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SANTO, S.M.; FERNANDES, R.B.; SOUSA, N.G.U.; FALCÃO, P.M. Estado, Política Habitacional e Expansão Urbana no Brasil: utopias democráticas e realidades. **XIV Coloquio Internacional de Geocrítica** - Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/indice-xiv-coloquio.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

SANTO, S.M.; FERNANDES, R.B.; FALCÃO, P.M.; SANTOS, R.L. **Habitação e meio ambiente**: a questão da água em Feira de Santana – Bahia. Salvador: EDUNEB, 2012.

SANTO, S.M.; SILVA, B.-C.M.N.; SANTOS, R.L.; FERNANDES, R.B. População e meio ambiente no umbral do século XXI na cidade de Feira de Santana (Bahia – Brasil). In: **Scripta Nova**. Vol. XVII, núm. 425, 1 de enero de 2013. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-425.htm>. Acesso em: 22 fev. 2016.

SAULE JÚNIOR, N. **A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2004.

SILVA, S.C.B. de M. Espaço, Regionalização e estrutura da Geografia. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v. 11, n. 21 e 22, p. 65-74, 1981.

SOUSA, N.G.U. **Impactos do Programa Minha Casa Minha Vida no sistema de transporte urbano de Feira de Santana**: uma análise do bairro Mangabeira. Monografia (Engenharia Civil) – UEFS: Feira de Santana, 2015.

SOUZA, M.L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STRECK, L.L.; MORAIS, J.L.B. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

INFORMAÇÕES DOS(AS) AUTORAS(ES)

Rosali Braga Fernandes

Doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona

Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: rosalibragafernandes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6710-2958>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3393392811162373>

Sandra Medeiros Santo

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana

E-mail: smsanto@uefs.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8931959145059091>

Plínio Martins Falcão

Doutor em Geografia Física pela Universidade de São Paulo

Docente do Departamento de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador

E-mail: plinio_falcao@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7534-7709>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0688509058131046>

Recebido em: 16/06/2021

Aceito em: 30/07/2021



O PASSADO E O PRESENTE, O ANTIGO E O MODERNO: A ALIMENTAÇÃO COMO FUSÃO E MISTURA

The past and the present, the old and the modern: food as fusion and mixture

DOI 10.29327/2797743.2.1-4

Vítor Sousa Dittz

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Email: vitordittz@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir as mudanças, as permanências e as mutações que o Espaço Social Alimentar dos moradores do bairro rural de Milho Verde, Serro (MG) vêm sofrendo em sua constituição nas últimas três décadas. Nesta análise, ainda que estabeleça um diálogo com a teoria de Jean Pierre Poulain, a ênfase limita-se às duas primeiras dimensões de sua ideia de Espaço Social Alimentar, ou seja, o Espaço do Comestível e o Sistema Alimentar. O objetivo foi desvelar a configuração de ambos e as suas transformações como produto do choque entre o passado e o presente, o moderno e o tradicional. Argumento que, embora nesse período o ecoturismo se desenvolva como atividade econômica principal no contexto analisado, fatores internos e externos foram responsáveis por essas alterações.

Palavras-chave: Bairro rural. Espaço do comestível. Lavrador Camponês. Sistema alimentar. Sociabilidades.

ABSTRACT

This article aims to discuss the changes, the permanences and even the mutations that the Social Food Space of the residents of the rural neighborhood of Milho Verde, Serro, MG, has been through in its constitution in the last three decades. In this analysis, I dialogue more intensely with the theory of Jean Pierre Poulain. The emphasis in the course of this research was limited only to the first two dimensions of the Social Food Space, that is, the Edible Space and the Food System. In the same way, I sought to reveal both their configuration and their transformations as a product of the crash between the past and the present, the modern and the traditional. Although in this period ecotourism developed as a main economic activity, internal and external factors were responsible for these changes.

Keywords: Rural neighborhood. Edible space. Peasant farmer. Food system. Sociabilities

INTRODUÇÃO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS COMO FUSÃO E MISTURA

Neste artigo foi feita uma análise das principais mudanças e permanências que o Espaço Social Alimentar do bairro rural (Candido, 1979; Queiroz, 1973) de Milho Verde, Serro (MG) vivenciou em sua configuração no período entre 1990 e 2018.

As transformações decorrentes do contato com outras formas de pensar, novas tecnologias, valores, referências e mesmo o acesso ao consumo têm causado modificações nos meios e modos de vida dos moradores de alguns bairros rurais (Candido, 1979; Queiroz, 1973;1976) no Alto Vale Jequitinhonha. Estas estão expressas no cotidiano das pessoas, sendo fácil percebê-las, pois estão presentes no vestuário, no mobiliário da casa, nos hábitos, nas formas de produzir, de organizar o espaço e mesmo na alimentação.

Com a intensificação do processo de globalização econômica nas duas últimas décadas, os meios de comunicação e as possibilidades de consumo ampliaram-se, alcançando uma parcela considerável da população. Somado a esse fator, as políticas públicas e os programas sociais desenvolvidos pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016) promoveram melhoria na qualidade de vida e na renda da população em geral, garantindo, desde o acesso ao ensino superior, casa própria, infraestrutura, alimentação até a valorização do salário mínimo.

Facilmente é possível perceber o encontro entre tempos e espaços distintos, uma vez que a penetração do novo no velho não ocorre de maneira abrupta. Esse processo acontece de maneira gradual. Atinge o bairro, seus moradores, sua vida social, familiar e individual. Há momentos, atividades, relações sociais e lugares de maior e de menor intensidade, períodos, formas e funções em que o choque entre objetos, hábitos e valores torna-se mais visível ou não. Nesses bairros rurais, a fusão dessas diferenças está presente em muitos aspectos da vida cotidiana, a todo o momento o antigo e o novo complementam-se e interagem na vida individual e social dos seus moradores. Milton Santos contextualiza bem essa realidade ao afirmar que:

O momento passado está morto como “tempo”, não, porém como “espaço”; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas a sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (Santos, 1997, p.10).

Assim é possível perceber essa mescla de tempos no espaço e no cotidiano das pessoas. As mudanças estão presentes em meio às permanências em um nível próximo da análise de José de Souza Martins (2015) ao afirmar que, no Brasil, assim como na América Latina, a modernidade e o moderno são manifestações “inconclusas”, “inacabadas”, uma vez que se limitam mais a objetos, modas, símbolos, tecnologias, do que a uma maneira de viver, de ver, de interpretar e agir no mundo.

No que se refere ao tema deste artigo, essa mistura de tempos está presente de maneira gradual no sistema alimentar (Poulain; Proença, 2003), no espaço do comestível (Poulain; Proença, 2003), assim como nos próprios espaços de produção e obtenção que passaram por momentos distintos, que ora alteraram, ora permaneceram ou ressignificaram muitos dos seus elementos e sociabilidades.

Alguns gêneros alimentícios básicos do sistema alimentar local, base das refeições e do próprio espaço do comestível (Poulain; Proença, 2003), deixaram de ser consumidos ou diminuíram em quantidade e constância. Outros, não consumidos anteriormente, ou apenas de maneira esporádica, ou somente em ocasiões solenes e festivas, passaram a integrar o cardápio das refeições cotidianas.

Para Canesqui e Garcia (2015, p.11) “o gosto e o paladar, em vez de naturalizarem, são, portanto, cultivados no emaranhado da história, da economia, da política e da própria

cultura". Somente para reforçar, como toda a região analisada passou por transformações nessas últimas décadas, essas também vão se manifestar na alimentação dos seus moradores, sobretudo, no seu Espaço Social Alimentar (Poulain; Proença, 2003). Estas transformações não foram homogêneas no tempo e no espaço, e, de maneira complementar, mudanças e permanências convivem e se integram nos meios e modos de vida, discernindo em intensidade, e variando de acordo com o contato e a absorção das influências advindas do mundo externo.

É importante ressaltar que essas influências não foram nem são vivenciadas de maneira passiva e pacífica. Como receptores, esses lavradores camponeses, ao longo dos últimos anos, foram absorvendo, interpretando, significando e ressignificando essas novas ideias, tecnologias e valores. Em função dessa realidade é que o passado e o presente, o antigo e o novo estão tão fortemente marcados no cotidiano e na vida das pessoas. O foco nessa análise limita-se somente ao espaço do comestível e ao sistema alimentar. Somente as duas primeiras dimensões serão contempladas.

Foram adotados, ao longo do percurso da pesquisa, procedimentos e metodologias como a observação participante em campo, entrevistas, semiestruturas recorrentes, conversas informais e a leitura de produção acadêmica sobre o tema. Um recurso útil adotado nessa etapa foi a concepção de "memória alimentar para" utilizado por Ellen Woortmann, 2016. Essa autora compreende como a memória alimentar para a que "projeta o passado no presente. E que, numa perspectiva de tempo, é constantemente acionada e atualizada. O tempo e o espaço são acionados, emergem recorrentemente, atualizados". (Woortmann, 2016, p.66). Nessa perspectiva, ao comparar o passado com o presente, os entrevistados possibilitaram ao pesquisador melhor compreender e analisar as permanências e as mudanças referentes à alimentação e aos meios e modos de obter o alimento, tanto em períodos pretéritos como na atualidade.

Outro autor utilizado na construção dessa análise foi Carlos Alberto Dória (2009) e sua concepção da culinária brasileira como diversificada, configurada de maneira heterogênea em todo o país por meio de territórios definidos como "distintas manchas culinárias descontínuas". A localidade analisada está situada na área classificada como "mancha culinária caipira". No caso desse artigo, o que esse autor delimita como mancha da culinária caipira aproxima-se e abrange o bairro analisado, uma vez que "compreende especialmente os estados de São Paulo e Minas Gerais e franjas do Centro-Oeste, calcada no milho, no porco e no frango, além de vegetais de horta, com grande assimilação de técnicas portuguesas no preparo" (Dória, 2009, p.63).

Outra importante contribuição desse autor é a sua análise dessa realidade como produto de um processo histórico desigual, quanto à participação dos distintos grupos étnicos e classes sociais que constituíram a população brasileira na formação do Espaço Social Alimentar nacional ao longo do tempo e do espaço. Ao fazer uma analogia entre o presente e o passado para desvelar as permanências e as mudanças no espaço do comestível e no sistema alimentar local, é que diálogo com a sua teoria.

MILHO VERDE: DESVELANDO SEUS MEIOS E SEUS MODOS DE VIDA

Milho Verde é um distrito do município do Serro, está situado na Serra do Espinhaço Meridional, no Alto Vale do Jequitinhonha, MG. Atualmente o distrito possui 1.275 habitantes (IBGE, 2010). Metade dessa população reside no núcleo adensado, com aspecto urbano, e a outra metade nas localidades da Barra da Cega, Ausente e Baú, comunidades rurais formadas por pequenas unidades familiares com produção familiar de subsistência. A terra, enquanto recurso social historicamente está distribuída de maneira desigual, sete proprietários

concentram as maiores reservas de solos propícios ao desenvolvimento da produção agrícola, as “fazendas”.

Na última década do século XX, o bairro rural começa a vivenciar, com maior intensidade, mesmo que de maneira gradual e esporádica, maiores transformações no que se refere aos meios e modo de vida dos seus moradores, assim como nas suas principais formas de sociabilidades.

Nesse início do século XXI, Milho Verde tornou-se um conhecido destino turístico do Estado de MG. Diferentes cursos e políticas públicas de fomentação da atividade turística, de sinalização, divulgação e melhorias de acesso foram desenvolvidos a partir dessa iniciativa. Tanto o Instituto Estrada Real como o Governo do Estado de Minas Gerais, responsáveis pelo projeto, foram os principais incentivadores e financiadores dessas intervenções. Desse modo, foram valorizados enquanto produto turístico tanto aspectos ligados à conservação e beleza da paisagem natural, como aqueles ligados ao patrimônio material e imaterial.

O turismo iniciou-se de maneira tímida já na década de 1980, foi expandindo-se lentamente na década de 1990, e, após o ano 2000, intensificou-se em fluxo, volume e frequência. O período dos feriados e férias são os de maior movimento, sobretudo na época das chuvas. Juntamente com o desenvolvimento dessa atividade econômica, outros setores, direta ou indiretamente ligados a ela, gradualmente foram se ampliando e diversificando como a construção civil, os serviços, o comércio. O número de moradores do núcleo adensado também aumentou consideravelmente nesse período.

Em 2011, uma extensa área do bairro, onde sua maior parte era de uso comum, da qual fazem parte a Serra do Ouro e a Várzea do Lajeado, foi transformada na Unidade de Conservação “Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio”, sob a administração e gestão do Instituto Estadual de Floresta (IEF) do Estado de MG. Essa área, assim como outras porções do espaço do bairro, também já integrava a Área de Preservação Ambiental (APA) “Água das Vertentes”, criada em 2006. Outro fator que merece menção foi a conclusão da pavimentação asfáltica da estrada que interliga o núcleo adensado de Milho Verde à sede municipal, a cidade do Serro.

Ao analisar toda a espacialidade, o turismo não atingiu todas as localidades e todos os seus moradores com a mesma intensidade e grau de contato. No núcleo adensado, os moradores sentiram e vivenciam mais os impactos dessa atividade. Já nas localidades do Baú, Barra da Cega e Ausente, que formam o seu entorno rural, o contato como os seus benefícios são menores. As cachoeiras mais visitadas, as pousadas, restaurantes, bares, enfim, todos os serviços e atrativos turísticos estão situados próximos ou dentro do núcleo adensado.

Desse modo, esse primeiro espaço, assim como os seus moradores, concentraram a maior parte da renda gerada por essa atividade. Como consequência, o ecoturismo surge como o novo produto capaz de dinamizar a economia local, gerando renda, trabalho e melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Durante as entrevistas, as pessoas recorreram à memória e compararam o tempo presente com o passado, para identificar momentos de dificuldades e de escassez que, atualmente, não vivenciam mais.

No passado não havia oferta de emprego capaz de suprir a demanda, as possibilidades de acesso ao trabalho e a renda monetária eram menores. As formas de pagamento, muitas vezes, aconteciam na forma de crédito no comércio local ou pagamento de dívidas e despesas, e o lavrador geralmente não recebia em dinheiro e sim em gêneros alimentícios e produtos básicos de consumo. A remuneração em dinheiro também existia, contudo, o valor pago era sempre diminuído em função do consumo e aquisição de gêneros alimentícios por parte do lavrador, ou mesmo por dívidas e juros provenientes destas.

Além dessa forma de ocupação, a lavoura de parceria, ou o cultivo em lavouras próprias também eram desenvolvidos ao longo do ano, objetivando a subsistência do grupo familiar, assim como o garimpo e a coleta de sempre-viva e flores do campo. Tanto no núcleo adensado como nas outras localidades, essas eram as principais formas de ocupação e acesso ao consumo e renda por parte de seus moradores, variando em intensidade e dedicação ao longo do ano e do espaço. Entre os moradores do núcleo adensado, o número de lavradores parceiros era maior, já no entorno, o de pequenos sítiantes familiares predominava.

Novas possibilidades de acesso ao dinheiro, como o trabalho remunerado em atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo, a prestação de serviços em residências de veraneio ou de moradores locais, a construção civil, o comércio local, o setor público e a previdência social foram os principais meios de acesso à renda e ocupações que surgiram ou se intensificaram nas últimas duas décadas. Com maior oferta de emprego e melhor remuneração, muitas pessoas deixaram de migrar, sobretudo homens chefes de família e os mais jovens. O acesso à aposentaria pelos mais idosos também garantiu a melhoria de vida em muitas famílias, uma vez que a renda proveniente da previdência social garante o consumo, e, em muitas residências, os idosos acabam sendo os responsáveis pelas despesas. É importante mencionar que a taxa de fecundidade em 2010 no distrito era de cinco filhos por unidade familiar, sendo essa elevada se comparada à média nacional e mesmo estadual.

Como consequência do surgimento dessas novas atividades econômicas, uma importante mudança ocorreu: para obter o alimento, a vida dos moradores não precisava mais ser organizada em torno do garimpo, da coleta de sempre-viva e flores do campo, e, principalmente, da agricultura de subsistência. A construção civil, o comércio, a aposentadoria, os serviços e o setor público, além do turismo, passam a oferecer uma fonte de renda em dinheiro que permite ao morador local adquirir seu alimento no comércio, no bairro ou em outras cidades. Muitos lavradores, parceiros ou pequenos sítiantes, passam a desempenhar a agricultura como atividade secundária, ocupando-se da lavoura no fim da tarde, finais de semana ou dias específicos da lida da roça (capina, colheita, limpeza, dobra). Trabalhando em uma ocupação principal não agrícola, ele mantém a família, garante os gêneros alimentícios e itens básicos de sua sobrevivência. Contudo, em algumas famílias, hoje em menor número, a lavoura própria ou no sistema de parceria ainda permanece como parte de seu cotidiano ao longo do ano, mesmo como atividade subsidiária.

Atualmente, com um maior acesso ao trabalho remunerado ampliou-se o consumo. Por não terem mais suas vidas organizadas inteiramente em função da obtenção e produção do alimento para a subsistência, quer seja na pequena lavoura, na horta, no quintal, no campo, no mato, no garimpo ou no extrativismo vegetal, o lavrador camponês passou a ter renda certa mensal, diária ou semanal, muitas vezes em atividades não agrícolas. O que lhe permitiu melhor planejar seu consumo e despesas, tanto no que se refere ao sustento e sobrevivência do grupo familiar, quanto às novas possibilidades de consumir outros bens.

A atividade turística e os seus benefícios não atingiram o espaço de maneira homogênea no tempo e no espaço, tanto no núcleo adensado quanto nas outras localidades. O Baú, o Ausente e a Barra da Cega vêm vivenciando, nos últimos trinta anos, distintas formas de acesso à renda desta atividade, aos seus benefícios e políticas públicas. Mesmo as consequências negativas do turismo têm sido diferentes em termos de impactos nessas localidades. Contudo, em todo o espaço do bairro a melhoria na renda, a valorização do valor pago pelo trabalho remunerado, a mudança na forma de pagamento, a ampliação do acesso à aposentadoria, aos meios de comunicação, as facilidades de deslocamento e do consumo foram mudanças recorrentes na vida de todos os moradores. Independente da localização, todos vivenciaram essas transformações, ora com maior, ora com menor intensidade.

No que se refere à qualidade de vida dos moradores, atualmente predomina uma condição socioeconômica de vida semelhante, e também de consumo, tanto no núcleo

adensado como no entorno. É importante evidenciar que, no primeiro espaço, a exposição e o contato com o turismo geraram, nos últimos anos, uma a estratificação social maior do que nas outras localidades.

As modificações atingem, assim, muito mais as formas, as construções, os objetos, a maneira de vestir, consumir e morar do que o modo de viver, os valores bases das pessoas e as sociabilidades tradicionais. No quintal, na rua, entre vizinhos, familiares, amigos próximos e mesmo novos moradores, persistem muito do modo de ser e de viver “do tempo dos antigos” como diria a lavradora Doralice Paulino, 61 anos. Nessas múltiplas e diversas sociabilidades, relações e interações sociais e pessoais é que o sentimento de pertencimento e coesão interna dos moradores ainda se mantém fortemente presente como elemento de integração e identificando ação.

O ESPAÇO DO COMESTÍVEL: ALTERAÇÕES EM SUA CONFIGURAÇÃO

Para melhor compreender as mudanças e permanências que ocorreram sobre o espaço do comestível, essa análise vai se basear em dois argumentos. Primeiro, é que o espaço do comestível, tomado como base para discutir o que permaneceu ou o que mudou, foi aquele que se configurou até meados da década de 1990, do século XX. O segundo, é que as características da culinária analisada se aproximam da concepção de Carlos Alberto Dória (2009), de manchas culinárias descontínuas que integram toda a colcha de retalhos da gastronomia nacional. Os moradores de Milho Verde, nesse caso, possuem uma gastronomia que pertence ao contexto que ele classificou como mancha culinária caipira.

Quando vamos analisar o espaço do comestível, observamos que algumas características gerais abrangem a todos. Em uma perspectiva passada, a condição de escassez, a dificuldade de trabalho, a grande dependência do meio natural, e também do consumo de refeições fortemente baseada no milho e seus derivados, são características comuns à maioria das famílias no que se refere à alimentação até aproximadamente três décadas atrás.

Nesse período, em um passado que se estende até meados da década de 1990, para um grande número de moradores, comia-se pouco, e em poucas refeições. Tanto a variedade como a quantidade eram bem menor do que hoje.

No decorrer das entrevistas, ficou evidente como a situação de crise está presente na percepção que os moradores possuem sobre a vida antes. Todos identificaram a chegada do turismo e a década de 1990 como sendo o período de maior mudança. A principal diferença, no que se refere à alimentação, está na quantidade, no volume e na disponibilidade. Antes, não havia facilidade de obter no meio natural, na despensa ou a possibilidade de comprar o alimento no momento de necessidade. A maioria das famílias não possuía uma condição financeira que as possibilitava armazenar um volume maior de gêneros. Nas palavras anteriores, essa facilidade em adquirir, hoje, de uma forma menos penosa (difícil), e o fato de sempre estar ao alcance, de ter acesso à comida na hora que precisar, constituem sinônimos de conforto e melhoria.

Uma importante modificação é que, no presente, uma parte dos itens que compõem o cardápio do almoço sobra para o jantar, não sendo necessário fazer toda uma nova comida a cada refeição. A quantidade excedente em relação ao consumo familiar e a capacidade do grupo familiar em armazenar os gêneros de sua dieta se ampliaram, o que permitiu essa mudança nesse período. Dos doze entrevistados, apenas quatro possuem o hábito de fazer almoço e jantar diariamente. Mesmo assim, o arroz e o feijão, ou o macarrão e o feijão, um ou dois itens sempre sobram, ou seja, não são todos os que são refeitos.

Após esse período, a alimentação, assim como a renda e a qualidade de vida da população, melhorou. Para exemplificar melhor, e de acordo com a opinião de todos os

entrevistados, hoje, o número de panelas que compõem as refeições do almoço e do jantar são maiores em número e em volume de comida.

Essa condição de melhor acesso ao alimento e ao seu consumo, ainda enquanto despensa para garantir o sustento do grupo familiar, é identificada como a principal mudança. A quantidade de alimento aumentou e esse fato foi percebido como positivo e como melhoria pelas pessoas. Essa realidade está diretamente ligada à condição de estagnação e crise que o bairro vivenciou por um longo período, a escassez surge como consequência da estrutura econômica.

Nesse contexto, armar mundel (armadilha feita de madeira e pedra para capturar animais e aves de pequeno e médio porte) ou arapuça para obter a caça, o costume de pescar, o cultivo na lavoura, na horta, no quintal, e, principalmente, uma maior integração com o meio natural por meio da coleta foram as consequências desse processo de estagnação e surgiram como estratégias para garantir a sobrevivência do grupo familiar.

É nesse aspecto que houve mudanças no espaço do comestível, uma vez que, tanto a caça, a pesca, quanto a coleta de vegetais objetivando a alimentação diminuíram consideravelmente. Poucos moradores caçam atualmente, a pesca também quase não é praticada. É importante ressaltar que o maior acesso à renda monetária e a ampliação do poder de consumo contribuíram sobremaneira para essa realidade. A maioria dos entrevistados identifica essa condição como causa principal dessa mudança.

A entrevistada Doralice Paulino, 61 anos, afirmou: “tudo do mato para os antigos era de comer”. Em contrapartida, atualmente, para os mais jovens, muita coisa que era comida é considerada mato. O espaço do comestível dos moradores foi reduzido em diversidade e em dependência do consumo dos recursos do meio natural. Folhas, caules, raízes, madeiras e frutas do campo rupestre, do cerrado e da mata como: croá, cariru de veado, embaúba, candio, samambaia-uçu, gondó, cococuti, mangarito, picão, lobrolbro, couve do brejo, come calado, mandiocucu, jequi, araçá, quiabo da lapa, molho de peixe, mangalô, mangaba, jatobá, mané gambelo, jequeri, sangue de cristo, bostinha de tatu, murici, carinha de veado, acaba janta e dom bernardo não são mais consumidos no cotidiano e nem mesmo de maneira esporádica pela maioria dos moradores.

Como bem lembrou Dona Luísa Marilac Araújo, 78 anos: “a gente não caçava, a gente fazia era armadilha”. Os mais jovens não sabem o que é, e muito menos armar, um mundel ou uma arapuça já há alguns anos. Assim a caça e a pesca vivenciaram o mesmo processo de mudança, diminuindo sobremaneira sua participação na dieta alimentar. Animais como a paca, tatu, coelho, tiú, rato do mato, gambá, caxinguelê não são mais consumidos com frequência. O mesmo aconteceu com as aves como o nhambu, jacu, codorna, pombão, juriti, fortuna, seriema, rolinha, e os peixes como: curimatã, matrinchã, traíra, mandin, piau, gia, entre outros.

Na atualidade, a maior parte da carne consumida pela maioria das famílias é adquirida no comércio local, sendo a de boi e a de frango as consumidas diariamente. Como bem lembra Aldair Lúcio, 62 anos, ao falar sobre a alimentação na sua infância: “a carne que nós tínhamos era a de caça”. Esse hábito não existe atualmente no bairro. A carne de caça enquanto complemento alimentar cotidiano deixou de existir há algumas décadas. Já a carne de boi, que não era consumida comumente no passado, quando acontecia, limitava-se às partes menos nobres como feto, fissura, costela, ubre. Hoje se consome as partes nobres da carne bovina, e quase ninguém come mais as partes mais consumidas no passado.

A horta continua como um importante espaço do comestível, sendo que quase todas as famílias as cultivam. Permanece o plantio e o consumo de espécies como: couve, cebolinha, almeirão, beterraba, cebola, alho, maxixe, repolho, almeirão, alface, jiló, quiabo, mostarda, tomatinho, serralha, chuchu, pimenta e salsinha. Já não são mais plantados: azedinho, fava, serralhão, cenoura branca (salvo uma exceção, pois um entrevistado cultiva esses gêneros).

Nas últimas duas décadas, passaram a cultivar, nas hortas, outras espécies vegetais como: cenoura, brócolis, couve flor, rúcula e o tomate.

O quintal e a horta são espaços privados de cada núcleo familiar e, em cada um deles, as estratégias de sobrevivência definiram sua configuração em função da produção de gêneros objetivando o abastecimento, sobretudo em uma condição pretérita. O espaço do comestível dos quintais perdeu o porco no núcleo adensado, embora nas outras localidades ainda seja comum um chiqueiro, com a criação de um ou dois animais, objetivando o consumo familiar. As galinhas aparecem em todo o bairro, e o consumo de ovos no cotidiano, assim como o de carne em finais de semana e ocasiões festivas, ainda permanece como hábito. Quanto às frutas: banana, manga, limão capeta, abacate, laranja, mamão, jabuticaba, goiaba, são as mais comuns, e funcionam, hoje como no passado, como importante complemento alimentar. Algumas espécies como a acerola, amora, graviola, fruta do conde e algumas espécies de laranja passaram a ser cultivadas, ampliando o espaço do comestível local. O urucum, o chuchu, a cana, a mandioca, o café, o feijão andú também permanecem sendo plantados, embora a participação como itens nas refeições cotidianas tenha decrescido nas últimas décadas. O arbusto fedegoso, consumido em períodos de escassez de café, não é mais cultivado no quintal, nem sua semente torrada e moída é mais consumida misturada ao caldo de cana fervido.

Sobre o que ocorreu em relação à utilização do milho e seus derivados em praticamente todas as refeições, a fala de Doralice Paulino, 61 anos, deixa esse fato bem evidente: “Antigamente no dia a dia era o angu, até o fubá suado do tira jejum era pouco porque ele muitas vezes era o angu do almoço”. Na lavoura cultivava-se o milho, feijão, abóbora, batata doce, batatinha e quiabo. Estas espécies ainda são cultivadas na maior parte das roças, porém a quantidade que se planta por unidade familiar diminuiu. O milho, por meio dos seus derivados, principalmente o fubá, já não é mais consumido como a base das refeições.

Quanto ao feijão, esse ainda é consumido cotidianamente e, quando cultivado, ainda é destinado ao consumo. Porém, a mudança ocorrida é que ninguém mais planta em uma mesma lavoura os três tipos de feijão: o “das águas”, o “da seca” e o “pé de milho”. Pouca gente planta na lavoura, atualmente, de maneira conjunta, e mesmo separada, as espécies de vegetais e tubérculos como abóbora, quiabo, batata doce, batatinha. Porém, quando cultivados, esses gêneros permanecem destinados à subsistência.

A cana e a mandioca também continuam sendo cultivadas na lavoura, principalmente quando está situada na terra de propriedade do lavrador, em menor quantidade são cultivadas nos quintais. O consumo de garapa, cachaça, rapadura, melado, farinha de mandioca, mandioca cozida e mesmo de cana *in natura* ainda são itens presentes na dieta alimentar local. Entre as pessoas mais idosas, ainda é comum o hábito de fazer o café misturado ao caldo da cana fervido.

Em relação ao fubá proveniente do milho cultivado, poucas pessoas consomem o fubá do moinho de pedra e alguns moradores já adquiriram o moinho elétrico. O espaço do comestível sofreu mudanças, uma vez que ocorreu uma redução na diversidade e na quantidade de espécies da fauna e da flora local, ou seja, de espécies dos biomas de campo rupestre, cerrado e mata, consumidas como alimento. A caça e a pesca ainda acontecem, porém de maneira esporádica. O extrativismo animal é praticado atualmente por poucos, geralmente como lazer, e não mais como necessidade de subsistência. Somente a samambaia, o pequi, a gabioba e o gondó foram identificados pelos entrevistados como as espécies que ainda consomem desses ecossistemas.

Um importante complemento alimentar no passado, que integrava a dieta cotidiana de alguns moradores, e que não é mais consumido com frequência, e nem por todas as famílias, é o ora-pro-nóbis. Embora tenha virado um produto turístico da culinária do bairro, deixou,

há muitos anos, de ser consumido constantemente como era antes, ou seja, usada para engrossar as misturas e caldos.

Na lavoura, os gêneros cultivados permanecem os mesmos. Aqui existe uma ressalva, nas outras localidades do bairro, com exceção do núcleo adensado, uma parte considerável do milho ainda se destina ao consumo como alimento na forma de fubá ou angu, contudo, em menor volume, se comparado com o passado. Quanto ao feijão e os outros gêneros como a abóbora, quiabo, batata doce, embora cultivados em menor quantidade, ainda têm sua produção destinada ao consumo da família.

É importante ressaltar que, no núcleo adensado, as famílias produzem e consomem mais alimentos cultivados no quintal e na horta. Já nas outras localidades do entorno, Baú, Ausente e Barra da Cega, a produção da lavoura é relevante, e, mesmo na horta e no quintal, é maior em volume e variedade, assim como o consumo pela família do colhido nestes três locais. Contudo, tanto no primeiro espaço como no segundo, todos os moradores vivenciaram uma diminuição da diversidade e da quantidade de gêneros oriundos dos espaços naturais que eram consumidos como alimento. Também, em ambos os espaços, seus moradores têm consumido, cada vez mais, alimentos industrializados como gêneros que passam a integrar o espaço do comestível local. Como se estivesse acontecendo, nas últimas três décadas, um crescente processo de artificialização do espaço do comestível. No que se refere à alimentação cotidiana, quase não se planta, coleta, caça ou pesca, e muito se compra no comércio.

MUTAÇÕES DO/NO SISTEMA ALIMENTAR

O sistema alimentar dos moradores também passou por modificações, assim como o espaço do comestível local. Para melhor compreendermos essas mudanças, é necessário esclarecer que o sistema alimentar envolve todas as etapas por que o alimento percorre, da sua produção, ou extração no meio natural, até chegar à boca do consumidor são partes desse processo.

Como o sistema alimentar está diretamente ligada ao consumo de gêneros alimentícios, toda uma cadeia produtiva, de relações sociais e entre o ser humano e a natureza, estão interligados, obedecendo a uma lógica econômica, histórica, cultural e social. Ao analisar como os moradores se alimentam atualmente, o número de refeições que consomem, e mesmo os gêneros que compõem a sua dieta, esse procedimento nos permite traçar as características principais desse sistema.

Buscamos comparar, a todo o momento, essa configuração do sistema alimentar no presente e passado em uma perspectiva de análise sobre possíveis mudanças ou permanências que o mesmo sofreu após o início da década de 1990 do século XX. Compreendendo a dieta e as refeições dos moradores, melhor condição vou ter para conhecer o seu sistema alimentar.

Atualmente, os moradores cotidianamente realizam quatro refeições, o café da manhã, o almoço, o café da tarde e o jantar. Ainda é costume em uma ou outra pessoa, o hábito de se alimentar mais tarde, à noite, antes de dormir, não sendo, porém, um hábito comum. O café da manhã anteriormente era servido às cinco horas da manhã, sendo denominado “tira jejum”. Hoje a denominação mudou, esse termo é usado somente por algumas pessoas idosas, da mesma forma houve uma alteração também no horário, sendo consumido normalmente em torno de seis e meia, sete horas.

No que se referem aos gêneros consumidos, algumas mudanças ocorreram. O café feito com água fervida e açúcar substituiu o café feito com rapadura ou caldo de cana fervido e espumado. Muitas famílias, no passado, consumiam, na maior parte do ano, apenas o caldo de cana fervido e espumado, sem misturar com o café. Outra mudança é o fato de, hoje, o café ser feito com açúcar e esse segundo item é utilizado com fatura. Doralice Paulino, 61 anos, relata: “se o pobre chegasse em casa com açúcar no saco os outro falava que você estava rica”.

Essa fala deixa clara essa mudança na condição socioeconômica dos moradores e na possibilidade de aquisição desse item nas últimas décadas. O açúcar de “comida de rico” e consumido muito raramente pelos moradores passa a ser um gênero básico, barato e comum na dieta alimentar local.

Nessa refeição, o fubá suado era consumido com maior frequência. Ainda era comum, no passado, o consumo de batata doce cozida, angu doce, mandioca cozida, beiju de mandioca, banana assada, inhame e farinha de mandioca. Atualmente, o consumo de pão, biscoito, bolo e bolacha substitui os gêneros do passado, e mesmo o fubá suado permanece sendo consumido cotidianamente apenas pelas famílias da metade dos entrevistados. Entre as famílias mais carentes e numerosas, e entre os moradores das outras localidades como o Baú, o Ausente e a Barra da Cega, o consumo desse prato é maior no cotidiano. Desse modo, em todo o bairro, sobretudo entre as famílias do núcleo adensado, há uma forte tendência na mudança do item dessa refeição, o trigo vem substituindo o milho em frequência e quantidade no consumo.

Permanece o consumo do milho, em um número considerável de famílias, como item do café da manhã na forma de fubá suado, porém, a tendência desse consumo é decrescer na atualidade. Essa mudança está ligada também à faixa de idade e ao local de moradia, uma vez que, entre os mais jovens e os residentes no núcleo adensado, o seu consumo é menor. Outra transformação é possível de ser percebida em outra fala da mesma entrevistada: “antes a gente plantava quase tudo que comia”. Fato que mudou muito, visto que a maior quantidade do consumido no café da manhã não é cultivado e sim comprado no comércio, sendo industrializado. É o que acontece com o açúcar, a farinha de trigo e seus derivados, a margarina e a manteiga. Mesmo o café e o fubá, quando são plantados não garantem mais o abastecimento do grupo familiar nessa refeição ao longo de todo o ano. Os entrevistados declararam que, hoje, uma parte desses dois últimos gêneros consumidos é comprada, sendo a mesma industrializada. Não sendo, assim, proveniente do quintal ou da lavoura como no passado. Da lavoura e do quintal nem a batata doce, a banana assada, o beiju de mandioca e a mandioca cozida já não compõem o cardápio do café da manhã. Como lembrança, em ocasiões especiais ou de maneira esporádica, é costume o caldo de cana fervido misturado no café ainda ser consumido. Nas localidades do entorno, e mesmo entre alguns moradores mais idosos, esse hábito ainda é recorrente.

O mesmo aconteceu com o almoço, além do fato de hoje ser consumido mais tarde, a quantidade e a variedade de gêneros que integram o cardápio aumentaram. Antes, o almoço era servido às dez da manhã, hoje o horário mudou para entre onze e meio dia, ou seja, é costume almoçar mais tarde se comparado ao passado. Quanto à quantidade e à variedade, duas falas a seguir elucidam bem a realidade pretérita. O entrevistado Sebastião Fabiano, 56 anos, relata: “bem anos atrás mesmo era o seguinte, era duas, três vezes no dia no máximo, e era coisa simples, era coisa da roça mesmo. Era duas ou três panelas e olhe lá, era angu, feijão e uma verdura como mistura”.

A fala de outra entrevistada, Dona Luísa Marilac Araújo, 78 anos, converge para a mesma realidade ao afirmar: “o almoço hoje é um almoço mais completo, antes era um feijãozinho, um anguzinho, um chuchuzinho e pronto”. Em relação à quantidade e ao número de panelas e de gêneros citados, as falas deixam claro que eram, no máximo, três pratos que compunham o cardápio do almoço. Como também já mencionado, tanto o almoço como o jantar eram novamente refeitos a cada refeição, assim, não era comum sobrar para a refeição posterior. Aumentou a quantidade de gêneros como também o volume de cada um desses. A entrevista constata que o número de panelas aumentou (cinco ou seis), sendo hoje comum o consumo de arroz, feijão, carne, verdura, legumes, macarrão ou angu, em cada refeição. Esse é o cardápio comum em todas as casas do bairro no almoço.

Todos os entrevistados relataram que, antes, o angu e o feijão eram a base dessa refeição, a maior panela era a do angu e o feijão acompanhava esse prato. Esse último gênero era consumido em maior volume e frequência, sobretudo, no período após a colheita. Como mistura (preparações que acompanham o prato principal), era comum o consumo de batata doce, batatinha, abóbora, chuchu, mandioca, quiabo, umbigo de bananeira, couve, serralha, flor de embaúba, lobrolobro, gondó, cariru de veado, samambaia, ora-pro-nóbis, carne de porco, sopa de banana, farinha de mandioca, galinha, caça e outros vegetais. O quintal, o mato, o campo, a horta e a lavoura eram os espaços onde eram obtidos esses gêneros.

São evidentes as mudanças ocorridas no sistema alimentar. Em primeiro lugar, o milho era a base da alimentação, uma vez que o seu plantio era uma prática comum entre seus moradores. Independentemente de ser cultivada em terra de parceria ou em gleba própria, todas as famílias o plantavam. Junto com o milho eram cultivados três ou quatro tipos de feijão, variando em espécies e tempo de plantio. Destaco, aqui, que a maior parte das famílias cultivava no sistema de parceria, nas fazendas do bairro, mesmo as que residiam nas localidades do entorno e possuíam a propriedade privada de pequenos sítios. Assim, é possível compreender a composição dessa refeição. Também nessa mesma lavoura, no quintal e na horta eram cultivados outros gêneros que compunham as misturas. Geralmente verdura, legumes e tubérculos.

O consumo cotidiano de carne não era comum, e as carnes de porco, galinha e da caça eram as mais consumidas. Foi constatado que metade dos entrevistados ainda utiliza a gordura do porco no preparo das refeições na maior parte do ano, o que constitui uma permanência. A carne de boi era pouco consumida e, quando acontecia o seu consumo, se utilizavam as partes menos nobres do animal. O arroz e o macarrão eram considerados “comida de rico”, sendo consumidos apenas de maneira esporádica em ocasiões especiais. Porém, ao longo dos anos, estes alimentos foram integrados às refeições, passando a compor o almoço e o jantar dos moradores do bairro.

Houve também mudanças na composição das refeições, pois o número de preparações aumentou, havendo mais variedades de alimentos. O arroz e o feijão passaram a ser as preparações base do almoço e do jantar, sendo o primeiro uma inovação enquanto comida cotidiana e o segundo uma permanência. As verduras, legumes e a carne permanecem como mistura. Já o angu, de alimento base passou à categoria de mistura, sendo consumido, sobretudo, por idosos e adultos. Apesar de a maioria das famílias manterem o hábito de consumi-lo diariamente, a quantidade ingerida diminuiu.

A merenda foi identificada como refeição cotidiana por metade dos entrevistados. Entre os que residiam no núcleo adensado, essa era mais recorrente do que entre os que moravam nas outras localidades. As preparações mais consumidas eram: o fubá suado, o angu doce, batata doce cozida, mandioca cozida, beiju de mandioca, banana assada, além do caldo de cana fervido puro ou com café. O horário de consumo dessa refeição, que era às doze horas, passou a ser por volta das quatorze horas. Esta denominação não é mais utilizada, sendo, atualmente, denominada de café da tarde. As preparações que integram o café da manhã e o café da tarde sofreram modificações, uma vez que o trigo e seus derivados vêm substituindo o milho e os seus derivados. Pães, biscoitos e bolos passaram a ser consumidos no lugar do fubá suado no cotidiano.

O jantar passou a ser consumido mais tarde, sendo servido hoje às dezoito horas. Como já mencionado, uma mudança ocorrida, segundo relatos das pessoas entrevistadas, é que esta refeição atualmente é composta por sobras das preparações servidas no almoço. O arroz, o feijão, legumes, angu e macarrão são os gêneros mais comuns, que não precisam ser refeitos a cada nova refeição.

As mudanças que aconteceram nesse período, como: a composição das preparações, os horários em que as refeições são servidas e o aumento do número de refeições são

consequências diretas de fatores externos e internos ao bairro. Entre os fatores externos, após a década de 1990, a intensificação do processo de globalização econômica e financeira, a estabilidade econômica advinda do plano real, a ampliação do consumo, políticas públicas ou de infraestrutura, o turismo e mesmo os investimentos e a divulgação do “Projeto Estrada Real”, provocaram, gradualmente, impactos que geraram modificações, e mesmo metamorfose, na vida dos moradores, e, conseqüentemente, no sistema alimentar.

AS SOCIABILIDADES EM TRANSFORMAÇÃO

Inicialmente acreditava-se que a principal causa das modificações ocorridas no sistema alimentar e, sobretudo, a diminuição das lavouras de subsistência no bairro, era decorrente do desenvolvimento do turismo, portanto, um fator externo. Essa atividade, por gerar emprego e possibilitar trabalho remunerado em uma ocupação não agrícola, permite ao lavrador obter o alimento que garante a sua subsistência. Com a redução das áreas de lavouras em parte do bairro, conseqüentemente, modificações no rol de gêneros que integram a dieta aconteceram, assim como as formas de obtê-los.

Contudo, ao iniciar as entrevistas, constatou-se que o plantio do capim braquiária (*Brachiaria decumbens*) nas fazendas e a ampliação contínua das áreas de pastagem cobertas por essa espécie foram identificadas pelos lavradores como sendo os principais fatores que influenciaram na redução das áreas de lavoura de milho e feijão no sistema de parceria. Principalmente, para os que residiam no núcleo adensado, e que não possuíam terra própria para plantio, foram os que vivenciaram, de maneira mais intensa, os impactos dessa transformação. Com a diminuição do cultivo nas roças de arrendo (relação de parceria em que o lavrador paga ao dono da terra um quarto do total do milho e feijão colhido), todo um sistema tradicional de produção e acesso aos gêneros básicos de subsistência foi desarticulado. Esse acontecimento acarretou conseqüências que contribuíram para a diminuição, e mesmo extinção, de relações de trabalhos híbridas e formas de ajuda mútua. Como exemplo, o mutirão, a troca de dias de serviço e mesmo as trocas de sementes, alimentos e mudas deixaram de ser praticadas com frequência nas lavouras como eram no passado.

O capim braquiária chegou ao bairro trazido pelo filho de um fazendeiro local, no início da década de 1990. As áreas de pastagens foram se expandindo sobre as porções reservadas às lavouras. No sistema de parceria, as terras, a palhada (área cultivada no ano anterior), eram entregues ao lavrador parceiro em setembro e, em junho, eram devolvidas ao proprietário. Nesse intervalo, o gado era solto neste espaço para se alimentar dos restos do plantio e, ao mesmo tempo, adubar o solo. Posteriormente, a cada ano que passava, a área de pastagem com esse capim foi aumentando e outros proprietários começaram a fazer a mesma coisa. Ou seja, utilizar as terras das roças de arrendo para plantar o capim. Desse modo, o gado, que só ficava nas áreas de lavouras alguns meses do ano, passou, em algumas fazendas, a permanecer o ano inteiro. A terra sempre foi mal distribuída no bairro.

Todos os lavradores entrevistados foram unânimes nas respostas sobre essa realidade. Na primeira década desse século, a situação se agravou, tanto o número de lavradores parceiros como a extensão das lavouras diminuíram. Em contrapartida, as áreas de pastagem compostas com capim braquiária ampliaram, ocupando os espaços antes cultivados no sistema de parceria. O depoimento abaixo retrata bem esse processo.

Nos anos de 2016/2017, nos quais as terras de parceria foram entregues em setembro e recolhidas em maio, se comparada com as pessoas que cultivaram na parceria nos anos de 2017/2018, o número reduziu. De um total de vinte e sete lavradores parceiros, o número diminuiu para vinte. Entre as oito propriedades onde essa relação de produção acontecia,

somente em três essa atividade permanece. Em uma pesquisa realizada em 2010, com meus alunos, existiam, no núcleo adensado do bairro, trinta e oito pessoas plantando no sistema de parceria.

A sucessão de herdeiros foi a principal causa atribuída, no que concerne à redução das roças de arrendo. A concepção de que o lucro com a criação de rebanho bovino é maior do que manter as lavouras de milho e feijão no sistema de parceria predomina entre esses novos proprietários, herdeiros sucessores dos antigos donos das fazendas do bairro. Entre os lavradores parceiros do bairro, no período dessa pesquisa (2016/2018), cinco tinham menos de quarenta anos de idade e cultivavam na parceria como atividade secundária. Esse fato deixa claro que a tradição se renova, que pessoas mais jovens também plantam na parceria e praticam formas de ajuda mútua na lavoura. Doralice Paulino, 61 anos, afirma: “ainda tem muita gente que gosta de planta, que quer planta. Mas só não planta porque não tem terra”.

Nessa fala fica bem evidente que essa tradição no bairro vai se desarticulando, e que, muitas das sociabilidades que elas geravam vão deixando de acontecer ou diminuindo a frequência com que são praticadas. A troca de dias de serviço e os mutirões se encaixam nesse contexto, uma vez que o tamanho das áreas de lavoura vem diminuindo, assim como a quantidade de lavradores parceiros. É interessante ressaltar que, ao longo do período dessa pesquisa, em duas dessas propriedades, o número de lavradores parceiros foi expressivo. Na Fazenda e na Sirivela, as únicas propriedades que pertencem a antigos moradores proprietários em atividade na administração das mesmas, e, que, por decisão pessoal de seus donos, ainda mantêm essa relação de produção tradicional no bairro. Na Sirivela (Silveria), o processo inverteu, ou seja, no ano passado, 2017/2018, nove pessoas cultivaram lavoura de milho e feijão no local, já na safra de 2018/2019, serão onze pessoas.

Essa inversão somente ocorre nesta propriedade pelo fato de o proprietário, o Senhor Leonardo Ferreira de Moraes, 76 anos, ser uma permanência. Este senhor está em plena atividade enquanto agricultor e, diariamente vai a sua propriedade onde, hoje, além de plantar sua lavoura de milho e feijão, juntamente com os lavradores parceiros, também cultiva frutas para fazer doces, cana para fazer rapadura, cria um pequeno rebanho bovino e mantém um pomar.

Entre todos os proprietários antigos das maiores glebas, fazendas onde eram cultivadas lavouras de parceria, apenas o Senhor Leonardo está em atividade no bairro, ocupado na lida e gestão da sua propriedade. O mesmo afirmou, em sua entrevista, que percebe como positiva a permanência do sistema de parceria em sua propriedade.

É interessante ressaltar que as roças de arrendo ainda são entregues em setembro e recolhidas em maio, o contrato é feito com algumas pessoas na palavra, informal, o que é uma permanência. Já com outros, por questões ligadas à previdência social, o proprietário faz um contrato formal para provar que as pessoas realmente se mantêm ativas na ocupação de lavrador. Fato que reforça sobremaneira a permanência dessa tradição, principalmente entre os lavradores que não possuem terra própria. Na Sirivela, dos onze parceiros, dois são aposentados e sete contribuem com a previdência social via sindicato rural. As roças de milho e feijão ocupam toda a área do quintal e do pomar, além das áreas próprias para lavoura. Até mesmo no meio do marmeleiro ocorre o plantio do milho e do feijão pelos agricultores parceiros. Em relação à dinâmica da produção, atualmente, o trator ara a terra, porém todas as outras etapas (plantio, capina, dobra e colheita) são realizadas com base no trabalho braçal e com ferramentas rústicas, a exemplo da enxada. Entre os agricultores parceiros, nessa propriedade, cinco plantaram milho crioulo e seis, milho híbrido. O proprietário também cultiva milho e a semente utilizada por ele é de origem crioula. O trator ara a terra em várias lavouras do bairro, tanto nas maiores como nas menores propriedades, um convênio entre a prefeitura do Serro e a AMAJE (Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha) garante o

acesso dos lavradores a esse serviço por um preço acessível, já há alguns anos. Fator que configura uma transformação em uma etapa do processo de produção do alimento.

Quem trabalha a maior parte do tempo nessa roça de arrendo é o chefe da família, acompanhado pela esposa, em alguns casos. Somente os filhos de um casal lavrador ajudam os pais nessa lavoura. Todas as pessoas utilizam o adubo (adubo 4/4, 14/8) no plantio e ninguém cultiva mais os três tipos de feijão de maneira conjunta e simultânea nessa roça. Ainda é comum obedecer às fases da lua para plantar ou retirar madeira. Hoje, também o volume cultivado é bem menor, assim como a área da lavoura.

É interessante ressaltar que, como permanência, se mantém a forma de dividir as roças entre os parceiros na lavoura com galhos, fileira de capim, ou monte de terra. Mesmo a maneira como se referem ao volume do milho e do feijão plantado e colhido com medidas não usuais como prato, quarta, alqueire, carga, nos remete a unidades de medidas utilizadas até o século XIX. Ao analisar essa dinâmica do sistema de parceria no bairro, algumas permanências e mudanças podem ser identificadas, mesmo com a manutenção da tradição, modificações nas sociabilidades, nas técnicas, nos saberes e nos fazeres, que vão se configurando como uma adaptação a uma nova condição socioeconômica.

Sebastião Fabiano, 56 anos, relata que: “no passado a troca de dia de serviço e o mutirão acontecia por causa do tamanho da lavoura e da pressa para a capina na invernada das águas”. Hoje a troca de dias de serviço é mantida em todo o bairro, sobretudo nas pequenas propriedades, tanto em glebas particulares como nas terras de parceria, contudo, a frequência com que acontece, o número de pessoas que pratica e a quantidade de vezes que trocam dias diminuíram. Na lavoura já não se faz mutirão há algumas décadas. A permanência da primeira forma de ajuda mútua é garantida pela existência de fortes laços de parentesco e vizinhança, sendo esses laços o que tem possibilitado a existência dessa prática no presente. Inclusive, em muitos casos, ainda toda a família participa da troca de dias, sendo comum a participação dos filhos mais jovens, principalmente os homens.

Atualmente, nas localidades do Ausente, Barra da Cega e Baú, assim como no núcleo adensado, o sistema alimentar sofreu mudanças ligadas à origem dos alimentos e como as pessoas agem para obtê-los.

Nas primeiras localidades citadas, a maioria das famílias ainda cultiva na lavoura, no quintal e na horta muitos gêneros que garantem a subsistência do grupo familiar ao longo do ano. Também alguns animais e aves como a galinha e o porco são criados. Essas famílias consomem maior quantidade de alimentos por eles cultivados do que os moradores do núcleo adensado. Porém, a origem dos alimentos consumidos que integram a dieta alimentar atual dos moradores do bairro, no geral, foi modificada. Um volume considerável do que é consumido não é mais cultivado ou coletado, e sim comprado. Também houve aumento do consumo de produtos industrializados, abrangendo até mesmo gêneros do cotidiano como a farinha de mandioca, o feijão e o fubá.

A irregularidade e diminuição das chuvas, a proibição pelo IEF-MG do desmatamento, objetivando formar novas roças, a crescente infertilidade do solo, o êxodo rural dos mais jovens, o surgimento de alternativas de renda e acesso ao consumo de alimentos foram os fatores identificados pelos entrevistados como responsáveis pela diminuição das áreas de lavoura e mudanças no sistema alimentar. Os entrevistados afirmaram que, hoje, a colheita é menor do que nos últimos anos. A falta de espaços para o pousio, assim com o a proibição pelo IEF-MG do desmatamento e as queimadas para formar novas áreas para plantio, como era hábito no passado, foram relatados como fatores que contribuíram para diminuição da fertilidade do solo.

Em função das características pedológicas do solo local (solo arenoso, ácido e raso), muitos anos de uso destinado à lavoura de milho e feijão, plantados nas últimas décadas de

forma ininterrupta sobre o mesmo lugar, em conjunto, são os fatores responsáveis pela redução da fertilidade do solo. O importante é compreender que, em relação ao sistema alimentar, fatores internos interferiram consideravelmente nas mudanças e permanências em relação às formas de obter e produzir os gêneros consumidos.

Condições de permanência e mudança convivem simultaneamente, configurando relações pretéritas e modelando novas dinâmicas em antigas tradições: um lavrador parceiro que perdeu sua palhada (com trinta anos de parceria) na safra de 2017/2018, uma vez que a área foi transformada em pasto, vai plantar sua roça de arrendo na terra de um quilombola proprietário no Ausente. O sistema de parceria tradicional se manteve o mesmo, porém o arrendo não é mais pago a um fazendeiro, ou seja, ao grande proprietário local, e sim ao pequeno sitiante quilombola. O valor do arrendo sobre o milho e o feijão permanece o mesmo, vinte e cinco por cento do total colhido.

Outro exemplo, é que um proprietário (herdeiro), já não recebe há dois anos o arrendo na forma de produto da colheita. Ele calcula o valor do produto, fruto do arrendo, em dinheiro, e o lavrador parceiro paga o valor proporcional à quantidade de milho e feijão do arrendo. Permanece a relação, mas muda a forma de pagamento, não o valor, e sim a forma.

Estas permanências também estão presentes no cultivo de gêneros alimentícios existentes em muitos lotes no núcleo adensado, sendo perceptível nas pequenas plantações de mandioca, milho, feijão e cana nesses espaços transformados em produtivos.

Em relação a trocas que eram comuns no bairro, algumas mudas de espécies vegetais, sementes, frutas, legumes e verduras continuam sendo trocadas entre vizinhos e parentes. O costume de compartilhar a carne de porco com os mais próximos na forma de guisado permanece. Hoje é comum a venda de alguns gêneros desses espaços em períodos de produção, como algumas verduras, frutas, ovos, frango, porém, entre os familiares e vizinhos, o hábito de trocar ainda permanece. Metade dos lavradores parceiros, e muitos que residem em outras localidades, ainda guardam a semente do milho crioulo para plantar na lavoura. A seleção é feita sobre o produto da colheita. Escolhe-se o milho grosso das espigas grandes e sadias.

Do total de entrevistados (12), todos produzem gêneros alimentícios em seu quintal. Quatro são proprietários de pequenos sítios, três cultivam em lotes de terceiros que estão situados no núcleo adensado (que, no máximo, possuem 500 m² de extensão), duas em quintais de casas de veraneio nas quais prestam serviço. Dos doze entrevistados, entre eles um proprietário parceiro, dez continuam cultivando alimentos na horta, no quintal ou na lavoura. Metade dos entrevistados ainda planta no regime de parceria em terras de terceiros. O que mostra as permanências dessa tradição.

Nos quintais e nas hortas, as estratégias de produção do alimento para a subsistência ainda permanecem na gestão integrada desses lugares. Quando o quintal se tornou pequeno, por causa das construções, alguns lavradores (do núcleo adensado) passaram a cultivar horta em quintais de casas de veraneio em que prestam serviço, ou mesmo em lotes de terceiros no interior do núcleo adensado. Reproduzem, nesses espaços, dinâmicas de gestão e produção de gêneros cultivados em outros tempos na lavoura, no quintal e em sua horta.

Fatores endógenos e exógenos modelaram, assim, o sistema alimentar. O turismo aumentou em intensidade e fluxo após meados da década de 1990, mesmo período em que as pastagens de braquiária ampliam-se sobre as lavouras de parceria. Nesse contexto, no bairro de Milho Verde, ocorre a decadência de uma atividade econômica, e forma de produção e obtenção da subsistência, e, simultaneamente, uma nova atividade econômica surge e dinamiza a economia local. É importante mencionar que esse processo aconteceu, e ainda vem acontecendo, de maneira gradual, heterogêneo no tempo e no espaço.

O desenvolvimento do turismo amenizou os impactos negativos da expansão das pastagens de capim braquiária sobre as áreas de lavouras de parceria, visto que gerou novas

formas de acesso à renda na escala local. Como consequência direta, toda a carência alimentar acarretada pela queda da produção de gêneros básicos na lavoura foi compensada com novos meios de acesso ao alimento. Nas localidades que não vivenciaram o turismo, outros fatores influenciaram na diminuição da produção, como a crescente infertilidade do solo e a falta e irregularidade de chuvas. Contudo, em todo o bairro, novas formas de obter o alimento surgiram nessas últimas três décadas, com forte tendência ao consumo de gêneros industrializados e produzidos em espaços externos. Em contrapartida, houve uma diminuição no cultivado ou coletado no espaço do bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionado, diversos fatores internos e externos foram responsáveis pelas mudanças no sistema alimentar e no espaço do comestível local. Neste contexto, novos alimentos, novas formas de preparo e novas receitas surgem, ocorrem mudanças nos horários em que as refeições são oferecidas e na denominação dada às refeições. Não só o caráter nutricional, assim como as sociabilidades foram afetadas nesse processo.

Em relação ao espaço do comestível, ocorreu uma redução do identificado e consumido como alimento. Frutas, raízes, caules, folhas, carnes e leguminosas da mata, do cerrado e do campo deixaram de ser consumidos como mistura e foram substituídas por outros produtos. O consumo de carne aumentou, sobretudo o de carnes de frango e boi, porém a origem destas é cada vez mais industrializada, e a quantidade de carne proveniente da caça, da pesca ou da criação doméstica diminuiu.

Os quintais e hortas ainda permanecem como espaços onde se produz a maior parte do que é consumido como alimento. Embora algumas espécies tenham deixado de ser cultivadas, dando lugar a outras.

O cultivo das lavouras ainda permanece. Em Milho Verde, esta realidade é maior entre os moradores do Baú, do Ausente e da Barra da Cega. No núcleo adensado, as lavouras de parceria diminuíram consideravelmente assim como o número de lavradores. Atualmente, cerca de 30% dos seus moradores nativos ainda cultivam lavouras, seja como ocupação principal ou secundária. Fatores como a infertilidade crescente do solo e a falta de chuvas foram apontados como principais motivos para a redução da quantidade colhida. A sucessão de herdeiros, assim como a expansão das pastagens de capim braquiária foram os responsáveis pela diminuição da tradicional forma de produção no sistema de parceria.

Outra importante mudança ocorreu em relação à origem e às formas de obter parte do alimento consumido no cotidiano, visto que, atualmente, a quantidade de gêneros provenientes do cultivo e do extrativismo é cada vez menor, enquanto a adquirida no comércio de origem industrializada aumentou consideravelmente.

Quanto às sociabilidades, algumas se mantêm, outras se extinguíram e muitas se renovaram. A distribuição de guisado, as trocas de sementes, frutas, comidas, verduras e doces permanece, sobretudo entre vizinhos e parentes. Na lavoura, a troca de dias de serviço ainda é comum. Porém, assim como nas trocas, são os laços de solidariedade e parentesco que influenciam e possibilitam a existência dessas relações hoje.

O turismo desenvolveu-se nos últimos trinta anos, contudo, as mudanças ocorreram no espaço do comestível e no sistema alimentar dos moradores do bairro. Essa realidade nos mostra que fatores externos e internos não necessariamente ligados a essa atividade, também foram primordiais para as mudanças ocorridas.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- CANESQUI, A. M.; GARCIA, R.W. D. Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. *In*: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- DÓRIA, C. A. **Formação da culinária brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2009.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. 3. ed. São Paulo: Ed Contexto, 2015.
- POULAIN, J. P, PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, v.16. n.3, p.245-256, 2003.
- POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: UFSC, 2004, 311 p.
- QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais**. Paulistas. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie A. (Org.). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EDUFRN, 2016.

INFORMAÇÕES DO AUTOR

Vítor Sousa Dittz

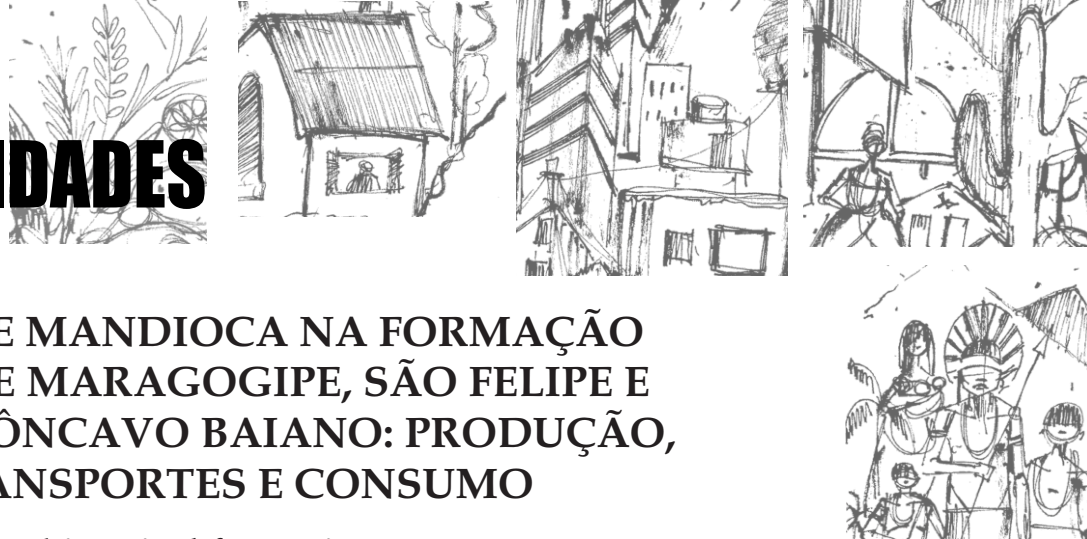
Mestre em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK.

Email: vitordittz@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/698449869992110>

Recebido em: 07/04/2021

Aceito em: 15/08/2021



A FARINHA DE MANDIOCA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MARAGOGIPE, SÃO FELIPE E NAZARÉ, RECÔNCAVO BAIANO: PRODUÇÃO, MEIOS DE TRANSPORTES E CONSUMO

Cassava flour in the historical formation of Maragogipe, São Felipe and Nazaré, Recôncavo Baiano: production, means of transport and consumption

DOI 10.29327/2797743.2.1-5

Felix Souza Santos
 Prefeitura Municipal de São Felipe,
 Secretaria da Educação do Estado da Bahia
 E-mail: felixsantoss@gmail.com

RESUMO

Analisa a formação histórica e o desenvolvimento da lavoura da mandioca e o beneficiamento da farinha de mandioca no território dos municípios de Maragogipe, São Felipe e Nazaré, no Recôncavo Baiano, toma como referência a produção, distribuição, troca e consumo dessa farinha de mandioca e sua destinação à cidade do Salvador e mercados locais. Abrange um longo período histórico, desde o século XVI até os anos 1970. Contempla os meios de transporte pelos quais se distribuíam essa farinha, desde os tropeiros com seus animais, a navegação costeira à Baía de Todos os Santos, a Estrada de Ferro de Nazaré, e destaca, ainda, o declínio desses meios de transportes e sua substituição pelos circuitos rodoviários, que alteraram esses fatores locais e posicionaram Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas como novos centros do comércio atacadista e varejista dessa farinha. Suas fontes são periódicos e livros diversos disponíveis em meios físicos e digitais. Sua metodologia é a análise e síntese das fontes coligadas. Conclui-se pelo reconhecimento que teve a farinha de mandioca e os seus meios de transportes na formação e desenvolvimento dos municípios de Maragoogipe, São Felipe e Nazaré. Contribui nos debates sobre a constituição de paradigmas compreensivos dos diversos processos sociais da vida cotidiana dos sujeitos rurais e suas relações com os territórios urbanos no Recôncavo Baiano tanto no passado como no presente.

Palavras-chave: Farinha de Mandioca. Transporte. Comércio.

ABSTRACT

It analyzes the historical formation and development of cassava and cassava flour processing in the territory of the municipalities of Maragogipe, São Felipe and Nazaré, in the Recôncavo Baiano, takes as reference the production, distribution, exchange and consumption of cassava flour and its destination to the city of Salvador and local markets. Abrange a long historical period, from the sixteenth century to the 1970s. It contemplates the means of transport by which this flour is distributed, from the troopers with their animals, the coastal navigation to the Bay of All Saints, the Railway of Nazaré, and also highlights, the decline of these means of transportes and their replacement by the rodoviári oscircuits, which altered these locational factors and positioned Santo Antonio de Jesus and Cruz das Almas as new centers of the wholesale and retail trade of this flour. Suas sources are periodicals and miscellaneous books available in physical and digital environments. Sa methodology is the analysis and sinthesis of the collected sources. It is concluded by the recognition that had cassava flour and its means of transport in the formation and development in the municipalities of Maragoogipe, São Felipe and Nazaré. It contributes to the debates on the constitution of comprehensive paradigms of the various social processes of the daily life of rural subjects and their relations with urban territories in the Recôncavo Baiano both in the past and in the present.

Keywords: Cassava flour. Transportation. Trade.

INTRODUÇÃO

Neste estudo busca-se ampliar a compreensão sobre a formação e o desenvolvimento históricos dos municípios de Maragogipe, São Felipe e Nazaré, componentes do Recôncavo Baiano, com sua ênfase na produção, circulação, troca e consumo da farinha de mandioca. Estabelece aproximações entre os diversos processos sociais da vida cotidiana dos sujeitos rurais e suas relações com os territórios urbanos. Abarca um longo período cronológico desde o século XVI até o final do século XX. Faz uma síntese e, ao mesmo tempo, amplia muitas das discussões iniciadas por Santos (2018)¹. Ressalta a relevância histórica que teve, e ainda tem, a Serra do Copioba como marco físico identificador da localização dos municípios de Maragogipe, São Felipe e Nazaré. Essa Serra do Copioba se situa, atualmente, entre as localidades do Campo das Flores e Fazenda Velha, pertencentes ao município de São Felipe.

Outra referência relevante a essa Serra do Copioba é a identificação Farinha de Copioba que, desde os anos 1920, passou a ser atribuída a uma farinha de mandioca de qualidade superior às demais farinhas de mandioca manufaturadas na Bahia. É um indicativo de ter sido nas lavouras de mandioca e casas de farinha situadas nas proximidades dessa Serra do Copioba a origem e os atributos identificadores dessa Farinha de Copioba que se distingue por sua característica fina, consistência seca e bem torrada.

A farinha de mandioca foi o principal ingrediente alimentar dos moradores do Recôncavo Baiano desde a sua formação socioeconômica, iniciada pelos conquistadores portugueses no século XVI, e permaneceu no seu destaque até o final do século XX, mantendo-se dentre os principais ingredientes da alimentação dos seus moradores. A lavoura da mandioca e a manufatura da farinha de mandioca resultam do trabalho social dos seus lavradores, no seu cultivo, inicia-se com a escolha e preparo do solo para receber a semente da planta que se chama maniva, maniba ou manaiba, que é o caule da mesma planta. Após o plantio e os tratamentos, decorridos 12 a 18 meses, faz-se a colheita da raiz da planta da mandioca e se procede na sua manufatura para torná-la alimento humano, destacadamente, a farinha de mandioca, que se obtém pelo beneficiamento dessa raiz, que se distingue em duas variedades de raízes, da mandioca e do aipim; essa distinção se faz pelo teor de ácido cianídrico que é maior na mandioca e menor no aipim, outra distinção é que, após cozida em água fervente, a mandioca permanece na sua consistência dura, enquanto o aipim adquire consistência mole, essa distinção também é usada para evitar-se o consumo da raiz da mandioca cozida, que, por seu alto teor de cianeto, torna-se venenosa para consumo humano, porém, esse veneno é dissipado na manufatura da farinha (Santos, 2018, p. 58).

O aipim e a mandioca são plantas originárias da Bacia Amazônica, tornaram-se alimento milenar do povo indígena que habitou nesse território do Recôncavo da Bahia no período pré e pós-cabralino, após o século XVI também se tornou a base alimentar dos moradores das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Nas suas origens, atribui-se a difusão da mandioca nesse Recôncavo aos descendentes do povo Tupi, porque a similaridade linguística de muitos povos indígenas que ocupavam o Recôncavo no século XVI os remete, na sua origem, ao povo Tupi, que se formou no contexto dos povos amazônicos. No seu costume alimentar, o povo Tupi, segundo Roosevelt (1992), entre 4 e 3 mil anos assimilou o cultivo da planta e o consumo alimentar dos derivados da raiz da mandioca, e, nos seus processos migratórios, procederam na dispersão da sua cultura no território brasileiro.

¹ Na sua tese de doutoramento Santos (2018) localizou os municípios de Maragogipe, São Felipe e Nazaré no Vale do Copioba e fixou a Serra do Copioba como o marco físico central desse Vale do Copioba. Essa definição, Vale do Copioba, adotada por Santos (2018), apesar de sustentar-se do ponto de vista das suas referências historiográficas e, também utilizada por moradores desses mesmos três municípios, ainda carece de aprofundamentos teóricos do campo da Geografia para que seja, cientificamente, aceita como tal.

Conforme Barickman (2003) e Santos (2018), desde o século XVI e até meados do século XX, o consumo *per capita* de farinha de mandioca no Recôncavo Baiano situou-se, medianamente, em um litro por dia. A partir da segunda metade do século XX, pela oferta de alimentos industrializados, essa medida de consumo diário de um litro de farinha tem sofrido uma progressiva redução e situa-se, atualmente, em cerca de 200ml *per capita*/dia. Entretanto, a redução do seu consumo diário tem sido compensada pelo crescimento populacional ocorrido nesse mesmo período².

Portanto, o objetivo geral deste texto é destacar a relevância histórica que teve a lavoura da mandioca e a farinha de mandioca na formação histórica dos municípios de Maragogipe, São Felipe e Nazaré. Especificamente, almeja a ampliação do interesse acadêmico sobre a historicidade da lavoura da mandioca, seus lavradores, suas técnicas de trabalho e produção social nesse Recôncavo Baiano. E justifica-se, especialmente, pelo resgate e destaque historiográfico de uma atividade produtiva, ainda predominante manufatureira e de lavoura familiar, que é componente destacado da identidade social e alimentar desse Recôncavo³. Nesse sentido, a escolha da farinha de mandioca como temática deste texto justifica-se, também, como contribuição aos lavradores e pesquisadores que pleiteiam o reconhecimento institucional da Farinha de Copioba pela sua identificação de procedência e/ou sua identificação geográfica, considerando-se imensurável os possíveis benefícios políticos e ganhos pecuniários que poderiam auferir os lavradores de mandioca de Maragogipe, São Felipe e Nazaré, extensivamente, aos lavradores do Recôncavo.

No sentido dos esclarecimentos metodológicos e das fontes deste estudo, adotou-se, na sua metodologia de abordagem e procedimentos, a coleta das informações seguida da sua seleção, análise e síntese. Foram privilegiados acervos de fontes cartorárias, fez-se uso de Leis, Provisões, Alvarás, Decretos, Regimentos e Cartas encontradas nas correspondências da Coroa portuguesa com o Governo Geral do Brasil desde 1549 até 1822. Após 1822, foram usadas correspondências e relatórios governamentais, além de periódicos e livros diversos. As instituições que abrigaram esses acervos foram, destacadamente, a Biblioteca Nacional Digital (BN) e o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Justifica-se a escolha desses acervos, considerando-se que documentos institucionais são importantes como fontes de estudos históricos porque guardam vestígios da memória social situada em espaços e tempos específicos. Apesar desses documentos de caráter institucional guardarem resquícios das relações de dominação do Estado sobre a Sociedade, sua análise comporta variadas interpretações, inclusive, permite averiguar os distintos estágios e usos das técnicas aplicadas à produção, assim como, perscrutar as lutas sociais ocorridas no interior das relações sociais de produção em um determinado território.

Diante das múltiplas possibilidades de interpretação desses acervos documentais, cabe ao pesquisador, munido dos seus referenciais teóricos e metodológicos, extrair dessas fontes uma síntese que seja capaz de aproximar, o máximo possível, a compreensão historiográfica entre a materialidade dos meios de produção, transporte, troca e consumo social da produção da subsistência e seus possíveis excedentes trocáveis, assim como, perscrutar suas lutas sociais nos seus espectros materiais e simbólicos. Documentos institucionais são considerados

² Contava a cidade da Bahia cerca de 118 mil habitantes em 1818 (Vasconcelos, 2016, p. 180). Nos fins do século XVIII havia 40 mil habitantes nessa cidade, em 1805 eram 45 mil. “Em 1872 eram 129 mil, em 1890 tinha-se 174 mil, em 1900 perfaziam 206 mil” (Santos, 2012, p. 45). Sua população teve um acréscimo migratório de 127% entre os anos de 1940-1950. Totalizava 417.235 habitantes em 1950, chegou a 655.735 habitantes em 1960. Em 1970 ultrapassou um milhão de habitantes. Em 1980 passava de 1.502. Em 1996 passou de dois milhões de moradores, a maior parte tinha origem migratória (Vasconcelos, 2016, p. 403).

³ Como neste estudo não se trata de outro Recôncavo, a não ser este Recôncavo baiano, fica sua designação, deste ponto em diante, apenas Recôncavo.

produtos sociais. A sua análise e síntese são inerentes ao ofício do historiador. E a síntese desse ofício é questionar o passado e oferecer respostas e instrumentos políticos às lutas e/ou demandas sociais do tempo presente.

Nesse sentido, após a análise das fontes, procedeu-se na síntese dos seus resultados interpretativos, aproximando-se a sua narrativa às concepções oferecidas pelo materialismo histórico, que situa a sociedade, o trabalho, a produção, o transporte, a troca e consumo das mercadorias socialmente produzidas, e da dialética presente em todas essas fases ou circuitos, como sendo as bases de sustentação de toda formação social devidamente situada no seu tempo e território historicamente configurados. Fez-se a opção narrativa de destacar, neste texto, um vasto acervo de fontes institucionais com o intuito de possibilitar a outros pesquisadores a ampliação desses estudos. Essa opção metodológica pode, aparentemente, indicar que o texto possui um caráter mais empírico que teórico. Mas, não esqueçamos que a teoria, no seu permanente processo de transformação e adequações, compõe os fundamentos e a sustentação de todo o conhecimento científico.

Para explicitar essas relações entre teoria e empiria, adotou-se conceitos, noções e categorias analíticas majoritariamente provenientes da História Social, usou-se, também, categorias provenientes da Geografia Histórica, o que confere ao texto um aspecto teórico interdisciplinar. “A teoria marxista ensina como relacionar, teoricamente, a acumulação e a transformação das estruturas espaciais, e, no fim, é claro, fornece um tipo de compreensão teórica e material que permitirá entender os relacionamentos recíprocos entre geografia e história” (Harvey, 2006, p. 55). Na mesma perspectiva dialética se apresentam as interrelações entre campo e cidade e/ou rural e urbano, porque a base da produção da farinha de mandioca é o campo, enquanto a base do seu consumo é a cidade. “O fundamento de toda a divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo (Marx, 2011, p. 407). Essa separação se entende no seu sentido dialético porque, nas formações sociais de matriz capitalista, há interdependências e diversidades de conexões entre a cidade e o campo, materializando, assim, as hierarquizações dos lugares sociais da produção, quando identifica o campo como lugar de produção do alimento, e a cidade, o lugar da troca de excedentes da produção e serviços. Historicamente, a mais valia extraída do campo destinou-se à cidade. E, como asseverou Williams (2011, p. 88), “Obviamente, a cidade se alimenta daquilo que o campo ao seu redor produz”.

Encontram-se neste estudo referências ao termo território. Conceitualmente, esse termo abriga múltiplas definições; nesses casos, é necessário relacionar, para cada definição, a sua origem e sua aplicação nos diversos campos teóricos das Ciências Humanas. Para uma compreensão ampliada das conceituações de espaço, território e lugar, recomenda-se Santos (2008) e Harvey (2006). Neste estudo, a categorização do território se afasta da sua concepção vinculada ao Estado Nação e se aproxima das concepções nas quais o território não é apenas o resultado da superposição de sistemas naturais, mas, um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. Portanto, o território é o chão e a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (Santos, 2008, p. 96-97).

Considera-se que, por seu caráter histórico, os territórios se diferenciam pelas suas particularidades e identidades, estas, são constituídas de acúmulos de experiências sociais historicamente sobrepostas. Essas sobreposições ocorrem pelas renovações das técnicas incorporadas, dialeticamente, às relações sociais da produção, transporte, troca e consumo dos resultados dessa produção material, adicionados aos acúmulos de experiências simbólicas componentes da sua identidade social. Sendo que o território influi e é influenciado pela dialética da vida social e das relações de produção estabelecidas entre a sociedade, a natureza e o trabalho. Neste estudo, essa identidade se reporta à lavoura e à farinha de mandioca. Nas balizas históricas de localização das origens dessa identidade pode-se remeter às determinações da Lei de 15 de fevereiro de 1688, da Coroa Portuguesa, que tornou obrigatória

a lavoura da mandioca nas terras circunvizinhas a Maragogipe, restringindo a instalação de engenhos de moer cana, proibindo a lavoura do tabaco e a criação do gado vacum. Essa determinação do Estado sobre a produção contribuiu na particularização desse território no contexto da formação social e identitária do Recôncavo.

ORIGENS DA LAVOURA DA MANDIOCA EM MARAGOGIPE, SÃO FELIPE E NAZARÉ

No Recôncavo Baiano, uma das principais referências históricas da formação e desenvolvimento da lavoura da mandioca e produção da farinha de mandioca é o território onde se formaram os municípios circunvizinhos a Maragogipe, São Felipe e Nazaré, este, chegou a ser conhecido como Nazaré das farinhas, e ostenta, nas paredes do seu mercado público, os dizeres: “Farinha de Copioba, a melhor farinha do Brasil”. Enquanto a principal referência do seu comércio e consumo tem sido a cidade do Salvador, que até o final do século XIX foi mais conhecida como cidade da Bahia. Esse Recôncavo teve sua localização e toponímia determinada no começo do século XVI, referia-se às terras que circundavam a Baía de Todos os Santos, assim denominada por Américo Vespúcio em 1º de novembro de 1501. Seus limites políticos/territoriais variaram de acordo com o seu povoamento e suas atividades produtivas, sua referência política e socioeconômica é a cidade da Bahia. Os municípios de Maragogipe, São Felipe e Nazaré formaram-se por extensão da povoação de Jaguaripe, que ficou situada na parte Sul desse Recôncavo. Jaguaripe teve a primazia do seu povoamento em 1561 (Souza, 2000, p. 121). Na ampliação da povoação do território de Jaguaripe formaram-se os municípios de Maragogipe e São Felipe (Sudoeste) e Nazaré (Sul).

Os povoadores portugueses assimilaram os conhecimentos da cultura da mandioca com os índios, que dependiam dos derivados da mandioca para sua subsistência alimentar. Não se sabe precisar o momento exato no qual os índios ocuparam o Recôncavo e iniciaram seus roçados de mandioca. A presença de grupos indígenas nesse território remete às origens da sua organização social, possuíam características migratórias, praticavam lavouras de gêneros alimentícios e aproveitavam a raiz tuberosa da mandioca na sua forma fresca ou pubada; depois de processada, se apurava uma massa que, após seca, peneirada e torrada em frigideiras de barro, se chamou alguidar, resultava na farinha de mandioca. Obtida da mandioca fresca, ralada, prensada, peneirada e torrada, se chamava farinha de guerra; obtida da mandioca pubada, também prensada, peneirada e torrada, se chamou farinha d’água. No Recôncavo Baiano prevaleceu a manufatura e consumo da farinha de guerra; enquanto a mandioca pubada se destinou ao preparo de bolos, cuscuzes e outros acepipes.

Na identificação dos povos indígenas que ocupavam o Recôncavo os portugueses os designaram com maior destaque aos Tupinambás, Aimorés e Tapuias. Gabriel Soares de Souza registrou a presença dos Tupinambás na Ilha de Itaparica, em Jaguaripe, Tinaré e Ilhéus (Souza, 2000, p. 230). Aimorés e Tapuias predominavam nas terras situadas entre Jaguaripe e Cachoeira no sentido do curso dos rios Jequiriçá, Jaguaripe e Paraguaçu, na extensão dos seus cursos do Sertão ao Litoral. Os conquistadores portugueses designaram como índios aos naturais que aceitavam a conversão ao catolicismo e colaboravam na conquista e povoação do território; e designavam gentio aos naturais que não aceitavam sua conversão ao catolicismo e resistiam em entregar seu corpo, sua força de trabalho e seu território ao conquistador. A estes o conquistador declarou a “guerra justa”, conforme determinava os capítulos 5 e 6 do Regimento de Tomé de Souza, de 1548. O padre Manoel da Nóbrega, jesuíta, chegou à Bahia no ano 1549, com Tomé de Souza, conviveu com índios no Recôncavo, informou que a

mandioca era alimento comum de todos: índios, gentios e moradores da povoação que se formava (Nobrega, 1988, p. 98).

Os portugueses, na sua conquista e ocupação do Recôncavo Baiano, após se fixarem em Jaguaripe, expandiu sua ocupação das terras situadas ao Sul desse Recôncavo e, em 1596, iniciou sua povoação de Maragogipe (Lose; Paixão, 2016, v. 2. p. 289). Em 1611 tinham-se religiosos no aldeamento de Santo Antônio de Maragogipe e na povoação de Capanema, nas suas proximidades também se instalou a povoação de Nossa Senhora do Outeiro Redondo, seguiu-se a povoação de São Pedro de Muritiba. Após fixar os índios nessas aldeias próximas à Barra do Paraguaçu, formou-se o povoado de São Bartolomeu de Maragogipe, que se tornou a “cabeça” da Capitania do Paraguaçu. “Ai se puseram essas aldeias por serem fronteiras às terras dos Aimorés, que iam destruindo a Bahia” (Leite, 1945, t. 5, p.162). Pelo costume que tinham os portugueses, depois de aldear os índios, nomeava-se o seu capitão como autoridade civil-militar e um pároco que representava a autoridade eclesiástica; o estabelecimento dessas aldeias e povoações não eliminou a resistência indígena na defesa do seu território. Maragogipe destacou-se nas guerras aos índios do Paraguaçu, notadamente o seu capitão Luís Cerqueira; por seu falecimento em 18 de fevereiro de 1639, o governador geral D. Fernando Mascaranhas, Conde da Torre (1639-1640), proveu nesse posto e patente o capitão Belchior dos Reis, este, permaneceu na conquista, extermínio e/ou escravização dos índios do Paraguaçu (Documentos Históricos, 1930, ed. 00017 (2), p. 177-178).

Em janeiro de 1658, o governador geral do Brasil, Francisco Barreto de Menezes (1657-1663), se reportou à Metrópole sobre os danos que os Aimorés faziam no Recôncavo, em uma das suas investidas mataram 30 dos moradores de Maragogipe. Para combater o gentio, em 1º de fevereiro de 1658, o mesmo governador determinou ao capitão Bartolomeu Aires que, com sua infantaria, fizesse uma aldeia para alojar todos os índios que viviam nas terras de Maragogipe e Jaguaripe. Determinou o mesmo governador que cada índio ou índia levasse o seu feixe de manaiba e nas proximidades dessa aldeia fizessem grandes roçados de mandioca e legumes, assim deviam proceder também os soldados, fazer suas roças para ter com o que se conservar e sustentar, e o seu capitão, elegeisse um soldado que fizesse em um caderno os assentos/controlar com o número de alqueires de farinha recebidos. Determinava que, aos soldados, se devia dar de ração um alqueire de farinha a cada 40 dias (Documentos Históricos, 1928, ed. 00004 (6), p. 72-75). Sendo essa informação relevante para se distinguir e situar as origens das lavouras de mandioca nessas terras de Maragogipe, estimar o consumo *per capita* de farinha e identificar as formas de submissão e exploração imposta aos índios, tomando-se como referência essa lavoura da mandioca.

Em 1661, os moradores de Maragogipe enviaram carta ao governador geral Francisco Barreto de Menezes (1657-1663), pediam providências para conter os frequentes ataques do gentio Tapuia (Documentos Históricos, 1936, ed. 00031 (6), p. 53-119). Nos avanços da sua conquista da Serra do Copioba, os portugueses continuaram na destruição das aldeias dos índios, erradicavam suas roças de mantimentos, matavam e/ou escravizavam os sobreviventes, e, por esses métodos, o conquistador ampliou a posse dessas terras da Serra do Copioba e, em 1678, constituiu a povoação de São Felipe das Roças de Maragogipe. Essas conquistas permitiam a ampliação das lavouras da mandioca, cana e tabaco, mas não supriam a carência de farinha de mandioca que se verificava na cidade da Bahia.

Conforme indicado por Santos (2018), desde os relatos de Nobrega (1988) que se encontram registros da escassez da farinha de mandioca na cidade da Bahia, mas foi no final do século XVII que os oficiais da sua Câmara, em carta de 14 de julho de 1686, solicitaram à Coroa medidas políticas capazes de evitar a escassez desse gênero nessa cidade. Em sua resposta, a Coroa promulgou a Lei de 15 de fevereiro de 1688, determinou que os moradores do Recôncavo plantassem, a cada ano, 500 covas de mandioca por escravo em serviço. A Coroa ampliou essa determinação e, na Carta Régia de 19 de janeiro de 1701, ordenou que se

obrigassem aos senhores de engenhos darem aos seus escravos o sustento necessário, ou um dia na semana para granjear, proibiu a criação de gado vacum e o cultivo do tabaco nessas terras circunvizinhas a Maragogipe. Outro Alvará, de 27 de fevereiro de 1701, reafirmou essas determinações do cultivo de 500 covas de mandioca aos que navegavam e comerciavam com patachos e sumacas da Bahia para a Costa da Mina. Determinou ainda, esse Alvará de 1701, que aos infratores denunciados se devia abrir devassa, constatada a omissão na observância dessa Lei, sem remissão, se condenassem os culpados a 30 dias de cadeia e multa de 200 mil réis. Na mesma Lei de 1701 tornou-se obrigatório aos senhores oferecerem um alqueire de farinha para a alimentação mensal de cada um dos seus escravos. Do mesmo modo, determinou-se que o governo também desse um alqueire de farinha para o consumo mensal de cada um dos seus servidores, eclesiásticos, militares ou paisanos⁴. E, para preservar essa lavoura e os seus lavradores, em 1705, o governador-geral D. Rodrigo da Costa (1702-1705) permitiu que o lavrador de mandioca matasse o gado alheio que destruísse suas roças desse cultivo. No cumprimento dessas leis, os governantes direcionaram suas atenções às terras do entorno da Serra do Copioba, onde se consolidavam as povoações de Jaguaripe, Maragogipe, São Felipe e Nazaré, com os seus distritos anexos; nessas determinações criou-se, em Maragogipe, o posto/patente de Sargento-mor das farinhas.

A farinha de mandioca manufaturada nos distritos de Maragogipe adquiriu reputação por sua qualidade seca, bem torrada, depois se chamou Farinha de Copioba. Em 22 de julho de 1712, o Governador Geral Pedro de Vasconcelos e Souza, segundo conde de Castelo Melhor (1711-1714), em carta enviada ao sargento-mor das farinhas, Felipe Melo Garcia, com seu posto em Maragogipe, pediu-lhe que, por solicitação do coronel Bernardino Cavalcante, entregasse ao também coronel Pedro Barbosa Leal, no porto de Santo Amaro de Sergipe do Conde, dois mil alqueires de farinha de mandioca. Porém, em 22 de agosto desse mesmo ano, o governador reclamou a esse sargento-mor que a farinha remetida era muito mole e úmida, e, para não a perder, encaminhou-se à sua venda na cidade da Bahia. Ficou advertido o mesmo sargento para que mandasse secar a farinha de maneira que não tivesse nem recebesse o menor prejuízo na sua qualidade (BN. Doc. Históricos, 1938, 00042, p. 54).

Essa referência indica duas questões pertinentes: ou a farinha tipo Copioba existia antes dessa data de 1712, ou essa exigência, de que se passou a ter da qualidade da farinha bem torrada, resultou nessa farinha que se passou a chamar Farinha de Copioba, denotando uma característica do saber fazer dos lavradores de mandioca das proximidades dessa Serra do Copioba. O modo de fazer essa farinha, fina, seca, bem torrada e coloração branca e/ou levemente amarelada, criou exigências do seu consumo, porque a farinha de guerra herdada da manufatura indígena, como indicou Santos (2018), tinha características e saber fazer distintos. Porém, mesmo a obrigatoriedade do cultivo da mandioca e da existência da patente específica de sargento-mor das farinhas, mesmo assim, permanecia a sua falta na cidade da Bahia. Para conter sua escassez, em 7 de setembro de 1785 o seu governador, D. Rodrigo José de Menezes e Castro (1784-1788), mandou construir o Celeiro Público da Cidade do Salvador, destinava-se a ordenar o comércio da farinha, evitar sua escassez e descaminhos.

OS CAMINHOS E OS MEIOS DE TRANSPORTE DA FARINHA MANUFATURADA EM MARAGOGIPE, SÃO FELIPE E NAZARÉ

A farinha consumia-se de muitas formas, as mais usuais eram pirões e farofas feitos do caldo de carne ou de peixe cozidos, e/ou na forma de papas e mingaus com seus condimentos

⁴ Na Bahia, um alqueire de farinha equivalia a 36,27 litros, pesava 22,67 kg. Um kg de farinha equivale a 1,22 litro este, equivale a 625 gramas.

e sabores diversos. Na cidade da Bahia, desde a sua formação em 1549 até a década de 1950, o suprimento dos alimentos que se forneciam nessa cidade dependeu da navegação; em menor escala, usavam-se animais de carga. O Regimento de Tomé de Souza recomendou, no seu capítulo 15, que se devia fazer, na ribeira dessa cidade, os navios de remo para o serviço da terra e da sua defesa. No meado do século XVIII, Caldas (2015, p. 33) informou que havia cerca de mil portos de saveiros nessa Baía, que essa cidade era servida por mais de 2.500 embarcações do transporte de mantimentos. Santos (2018, p. 130) informou que, no final do século XVIII, na feira da Vila de Nazaré, aos sábados, se vendiam 10 a 12 mil alqueires de farinha, equivalia a mais de 400 mil litros. Somavam-se nesse comércio, outras mercadorias como: frutas, rapaduras, açúcar mascavado, aguardente, toucinho, arroz, milho, carne seca, que eram os principais gêneros do consumo alimentar; também fumo em rolo, que se dizia fumo de corda, tinha uso recreativo e se fazia rapé, cigarros, e/ou usava-se para mascar, e produtos de olarias. Cronistas estrangeiros escreveram sobre a cidade da Bahia no século XIX, a exemplo de Fernand Denis, informaram que muitos barcos transportavam farinha de mandioca da região de Jaguaripe e outras vilas do Recôncavo para o porto da cidade da Bahia (Denis, 1980, p. 79). Aguiar (1979, p. 314) confirmou, no final do século XIX, que o comércio dessa farinha se fazia por muares e embarcações,

Desde a sua formação social, Maragogipe e Nazaré dispuseram dos seus portos. Utilizavam-se canoas, saveiros, sumacas e bracos diversos, articulavam-se com outros portos do Recôncavo e a cidade do Salvador. A farinha se vendia na medida de alqueire. Como informou Santos (2018), no seu transporte por embarcações, a farinha era acondicionada em barricas ou sacos de lona. Na cidade da Bahia negociava-se a farinha na própria embarcação que procedera no seu transporte, vendia-se a grosso ou a retalho, a maior parte desse comércio se dava nas proximidades do Celeiro Público da Bahia, que existiu de 1785 a 1866. Ainda de acordo com Santos (2018), os Saveiros ou Sumacas costumavam trazer cerca de 6 mil alqueires de farinha por viagem. Nesses transportes adicionou-se, na segunda década do século XIX, a navegação a vapor, servia à Nazaré, Maragogipe e outras localidades na sua expansão teve-se, em 1853, a criação da CNB (Companhia de Navegação Baiana). A navegação a vapor se incorporou mais ao transporte de pessoas; as mercadorias permaneceram transportadas por saveiros e muares, que eram os meios de suprirem as feiras.

As feiras eram os lugares de trocas do excedente da produção social e trocas intercomunitárias; nos locais não acessíveis por navegação, seu acesso dava-se por meio de animais de transporte com seus condutores, que se chamaram tropeiros e/ou comerciantes volantes. Os animais auxiliares no transporte foram bovinos, equinos, asininos e muares. Os tropeiros preferiam os muares para o transporte de mercadorias, cavalos se prestavam melhor à montaria dos seus condutores, bois e asininos eram lentos ao caminhar. Rugendas (1979, p. 54) informou que, nos sertões do Brasil, as mercadorias necessárias nesse comércio tropeiro eram farinha de mandioca, carne seca, toucinho, feijão e aguardente. Designavam caminhos dos currais do Sertão os caminhos e/ou estradas que ligavam a cidade do Salvador ao Recôncavo e outras regiões. Conforme Vilhena (1969), o primeiro e mais usual desses caminhos foi a Estrada das Boiadas, esta, recebia o trânsito de pessoas e animais que saíam ou chegavam por terra à cidade da Bahia pelos caminhos de Brotas, Cabula, Barbalho e Rio Vermelho. A designação Estrada das Boiadas deriva do trânsito desses animais e do comércio tropeiro que se praticava nas povoações fixadas no seu percurso.

A Estrada das Boiadas, também conhecida como Estrada Real, foi a mais usual das vias de acesso por terra à cidade da Bahia. Partia dessa cidade no seu rumo para o Norte e seguia pelas imediações de Brotas, Rio Vermelho, Itapuã, Casa da Torre, Capoaime, Alagoinhas e até Sergipe del Rei. Dessa Estrada das Boiadas, em sua extensão, abriam-se caminhos margeando rios, a exemplo do rio Real, na parte Norte, o rio Paraguaçu na parte central, e o rio Jaguaripe, Jequiriçá e Una na parte Sul desse Recôncavo. Por essa Estrada das Boiadas, podia-se partir do

centro da cidade da Bahia e seguir em direção às Portas do Carmo, Soledade, Lapinha, Pirajá, Paripe, Candeias, Santo Amaro, Iguape, Cachoeira, São Felix, Muritiba, Cruz das Almas, São Felipe, Maragogipe e Nazaré. Da mesma cidade de Cachoeira, beirando seu rio Paraguaçu, seguia-se por São Pedro de Muritiba e daí até a Serra da Jiboia, Currálinho, Santa Teresinha, Itatim, Milagres, Jequié, Serra do Sincorá, Rio de Contas e chegava-se à Goiás⁵.

Gastava-se cerca de uma hora para que o animal, com sua carga ou montaria, percorresse uma légua, medida de distância equivalente a 6.600m. Os muares com suas cargas podiam percorrer cerca de seis léguas por dia, pouco mais ou menos. Em caminhos de massapê, nos períodos de chuvas, reduzia-se a carga na metade desse peso, que variava de 6 a 12 arrobas para cada animal. Muares tinham pouca capacidade de carga, mas se prestavam a deslocamentos longos. Bois não se prestavam a deslocamentos longos, mas, um boi transportava cerca de 200 kg de carga. Uma junta de bois, puxando um carro de bois, podia deslocar até cem arrobas, cerca de 1.500kg, a lentidão com que trafegavam inviabilizava seu uso em longos trajetos. No Recôncavo, o massapê limitava o uso do carro de bois no período chuvoso, que compreende os meses de março a setembro.

O comércio tropeiro da farinha de mandioca dos três municípios citados, para o Sertão, foi facilitado, primeiro, pela expansão da pecuária e exploração aurífera nas Serras Gerais, ampliou-se com a exploração da Chapada Diamantina (Leão, 1978, p. 129). Em 1693 deram-se notícias da descoberta de ouro nas cabeceiras do rio de São Francisco, na sua exploração fez-se a Estrada Real, no seu percurso, facilitou a formação de currais de gado onde se procedia no descanso dos tropeiros e seus animais, favorecendo no surgimento de povoados, vilas e cidades. Por essa Estrada Real se estabeleceram essas rotas do Recôncavo ao Sertão. Em meados do século XVIII, teve o declínio na exploração de ouro nas Minas Gerais. Em 1701, descobriu-se ouro em Minas do Rio de Contas, região da Chapada Diamantina, na década de 1720 tinha-se sua exploração. Esse comércio tropeiro contribuiu na formação das freguesias, depois vilas e cidades, de Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Muniz Ferreira, Dom Macêdo Costa, Castro Alves e Sapé, essas, não dispunham de portos, mas as distâncias que se percorria entre esses povoados e os portos de Maragogipe e Nazaré variavam em torno de 6 a 10 léguas, pouco mais ou menos. A feira favorecia na arrecadação de tributos, dízimos e outras contribuições. Por suas feiras, no século XIX, Cachoeira, Maragogipe e Nazaré se constituíram no centro do comércio tropeiro do Recôncavo com a Chapada Diamantina.

No final do século XIX e começo do século XX, havia, nas cidades de Nazaré e Maragogipe, atividades comerciais urbanas e a presença de pequenas indústrias, favorecendo a instalação do transporte ferroviário, que foi associado à navegação e transporte por muares. Em Nazaré, o transporte ferroviário nasceu como empreendimento particular, na sua origem, ligava os portos de Nazaré e São Roque de Maragogipe. Aguiar (1979, p. 240) informou que a Tram-Road Nazaré, depois se chamou Estrada de Ferro de Nazaré (EFN), teve seus primeiros trilhos implantados em julho de 1871 e foi inaugurada em 1875. Seu percurso inicial foi de 1.600 metros, ligava o porto de Nazaré ao centro dessa cidade. Na ampliação do seu ramal original, em 7 de setembro de 1880, entregou-se ao tráfego a extensão da linha que partia de Nazaré, passava pelo Onha e chegava até Santo Antônio de Jesus, ficou sua extensão em 26 Km. O Governo de José Joaquim Seabra (1912-1916) propôs a construção de um ramal dessa EFN que servisse a São Felipe e Conceição do Almeida, com seu prolongamento até Jequié, Poções e Vitória da Conquista, mas não foi construído esse ramal (Seabra, 1912, p. 33-34).

⁵ A Rodovia BR 242 (Rodovia Milton Santos) inicia em São Roque do Paraguaçu, distrito de Maragogipe, passa nos centros urbanos de São Felipe, Conceição do Almeida, Sapé, Castro Alves, Santa Terezinha, Itatim, Itaberaba; cruza o rio Paraguaçu, depois o rio São Francisco, chega-se em Tocantins e Mato Grosso.

Em 1958, a EFN servia a 12 municípios, beneficiava indiretamente mais 12 (CPE, 1959, p. 9), seus trilhos ligavam São Roque do Paraguaçu, em Maragogipe, até a cidade de Jequié, esta, era acessada pela BR 4, construída na década de 1930, depois se chamou BR 116⁶. Na sua extensão, em 1958, a EFN se compunha por cinco trechos principais: Nazaré-São Roque 31 km, Nazaré-Santo Antônio de Jesus 33 km, Santo Antônio de Jesus-São Miguel das Matas 36 km, São Miguel das Matas à Jaguaquara 125 km e Jaguaquara à Jequié 65 km. No começo dos anos 1960, deu-se a ligação Santo Antônio de Jesus a Cruz das Almas, passava por Conceição do Almeida e ligava-se a Jequié e Ubaitaba (CPE, 1959, p. 39-41).

O aumento dos custos de manutenção, direcionamentos dados pelo Estado ao capital e a concorrência com o transporte rodoviário contribuíram na decadência da EFN. Ao final dos anos 1960, gradativamente, foram desativados seus ramais, as últimas viagens restringiram-se ao trecho Nazaré/São Roque de Maragogipe, conduzia, em média, seis a quinze passageiros por viagem. O último ato administrativo da EFN ocorreu na assembleia de 26 de agosto de 1971, na sua sede, na cidade de Nazaré, foram aprovados os atos finais da liquidação da empresa. A extinção da EFN coincidiu com o declínio das lavouras de fumo e café no Sul do Recôncavo, as terras antes ocupadas por essas duas lavouras foram usadas para pastagens.

A PONTE DO FUNIL E SUA CONTRIBUIÇÃO AO COMÉRCIO DA FARINHA DE MANDIOCA

Das intervenções do Estado e do capital no território e nos meios de transportes, com suas implicações em Maragogipe, São Felipe e Nazaré, na segunda metade do século XX, o impacto social mais significativo se deu no final dos anos de 1960 com a pavimentação das rodovias BR 116, BR 101 e BR 324, esta, duplicada em meados dos anos 1970. As rodovias federais subsidiaram o processo de metropolização da cidade do Salvador e repercutiu na mobilidade dos municípios acima citados. A BR 101 foi construída na década de 1960 e teve sua pavimentação asfáltica nos anos de 1970, passou a coletar automóveis, seus ocupantes e mercadorias do Sul do Recôncavo, facilitando seu acesso a outras localidades. A BR 101 contribuiu no declínio dos saveiros em Nazaré e Maragogipe, concorreu no uso de animais, no transporte de pessoas e mercadorias e influiu na extinção da EFN.

No meado dos anos 1960, ao Sul desse Recôncavo, os municípios mais destacados na produção de farinha eram Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Castro Alves, Cachoeira, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muritiba, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e São Felix (Conceição, 1987, p. 246). A estrutura social da agricultura nesses municípios também foi alterada entre os anos 1960 e 1970, as pastagens aumentavam sua ocupação no território físico na ordem de 44,7%, “as lavouras reunidas se expandiram 9,0%” (Leão, 1987, p. 339). A expansão da pecuária deveu-se, dentre outros fatores, à introdução do capim do gênero *Brachiaria*, planta forrageira de origem africana, que substituiu muitas variedades nativas limitantes à pecuária intensiva; na pastagem de capim nativo se estimava 8 hectares para uma cabeça de gado, o *Brachiaria decumbens* suportava 1 rês por hectare.

A malha rodoviária, que penetrou o Sul do Recôncavo na segunda metade desse século XX e fez sua inclusão no contexto metropolitano da cidade do Salvador, se atrelou à construção da RLAM (Refinaria Landulfo Alves-Mataripe), que passou a funcionar em 1950, situou-se no município de São Francisco do Conde. A RLAM contribuiu no início do adensamento populacional e nas transformações sociais e territoriais da cidade do Salvador. Até o começo

⁶ Vasconcelos (2016, p. 335) informou que o primeiro automóvel circulou na cidade do Salvador no ano de 1901. A rodovia Salvador-Feira de Santana foi concluída em 1929. Em 1939 a rodovia Rio-Bahia, também já estava aberta ao trânsito de automóveis.

da década de 1950, a maior parte dos estabelecimentos industriais da capital baiana se localizava nos seus quarteirões centrais (Santos, 2012, p. 90), o restante se distribuía pela periferia dessa cidade, notadamente em Itapagipe, na Cidade Baixa. Na segunda metade dessa década de 1950, passou-se a incentivar o deslocamento dessas indústrias para a região de Aratu, localidade situada após bairro de Paripe, que fica nos limites do subúrbio ferroviário dessa cidade. Aratu dispôs do seu porto, do acesso ferroviário pela RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A) e do acesso à BR 324. A RLAM tornou-se indutora do desenvolvimento industrial regional, e foi atrativa ao conglomerado de instalações que passou a se denominar CIA (Centro Industrial de Aratu). Até o começo da década de 1970, a RLAM e o CIA representavam as “cabeças” do desenvolvimento industrial do Recôncavo.

Em 1966 iniciaram-se estudos para um projeto agropecuário aplicável ao desenvolvimento integrado do Recôncavo. Atendia ao convênio de assistência técnica do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e tinha participação do ILPES (Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social), OPS (Organização Pan-americana de Saúde), SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil). Por recomendação desse convênio, foi criado, em setembro de 1967, o CONDER (Conselho do Desenvolvimento do Recôncavo); após três anos, pelo Decreto n. 24.178 modificou-se as suas atribuições, CONDER passou a denominar-se Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana. Posteriormente, assumiu outras atribuições e designações (Alencar, 2008, p. 113). Sob orientação do BID, a CONDER fez estudos de viabilidade econômica para implantação de um complexo petroquímico próximo a RLAM, elaborou plano de turismo, projeto agropecuário, ocupação social da área metropolitana de Salvador e estudos sobre oportunidades industriais, disponibilidades de recursos humanos, recursos hídricos, sendo, todos, aplicáveis ao Recôncavo (Conder, 1974, Tomo I, p. 11). Nas análises desse estudo da CONDER não foram identificadas medidas políticas de Estado para conter o avanço da pecuária sobre as terras usadas na lavoura de mantimentos.

Nesse processo de intervenção do Estado e do capital no Sul do Recôncavo, entendido no contexto da criação de novos espaços para produção, reprodução e acumulação de capital, como indicou Harvey, (2006, p. 65), o Governo Federal, pela Lei n. 5.851 de 7 de dezembro de 1972, criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura. A Embrapa organizou a construção de centros de pesquisas no território nacional. Instalou-se na cidade e município de Cruz das Almas, que se divisa com Maragogipe e São Felipe, o CNPMF (Centro Nacional de Pesquisa em Mandioca e Fruticultura)⁷, suas edificações e áreas de experimentação agrícola ficaram em terreno de 1.600 ha adquirido da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA)⁸. O CNPMF se propôs renovar as forças técnicas na produção da farinha de mandioca, mas a presença desse CNPMF pouco alterou o cotidiano dos pequenos lavradores que foram, historicamente, os principais provedores de farinha às feiras dos três municípios objetos deste estudo. A presença do CNPMF também se insere em um contexto político e do capital de migração do lavrador para vender sua força de trabalho nas cidades; essa transferência da força de trabalho do campo para a cidade foi lenta até o final da década de 1960, quando 58,8%

⁷ O CNPMF é uma unidade descentralizada da Embrapa. Foi criado pela Deliberação n. 24, de 13 de junho de 1975, da Diretoria Executiva da Embrapa. Realiza pesquisas nas áreas de melhoramento genético, biotecnologia, fitotecnia, irrigação, fisiologia vegetal, fertilidade do solo, etc.

⁸ Como consta em Santos (2018), os estudos agrônômicos na Bahia datam de 1859 pela instalação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura. Em 1875 fez-se a Imperial Escola Agrícola da Bahia que funcionou a partir de 1877. Decorridos mais de um século, alternando momento de interrupção de atividades, os estudos agrônômicos foram assumidos pela UFBA, por força do Decreto-Lei 250 de 28 de fevereiro de 1967. No ano de 2005, nesse mesmo lugar, foi sediado o *campus* central da UFRB, deu-se continuidade a esse curso de agronomia.

da população da Bahia ainda viviam na zona rural (Leão, 1987, p. 318). O aumento da dispersão dessa força de trabalho deu-se durante a década de 1970, no início dessa mesma década fizeram-se os primeiros trabalhos de terraplanagem e construção da infraestrutura e edificações para abrigar o COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), inaugurado em 1978, ficou localizado entre a RLAM e o CIA. Por seus conhecimentos técnicos, a CONDER colaborou diretamente no planejamento e realização do COPEC, que se caracterizou, dentre outros fatores, como o principal indutor da consolidação da RMS (Região Metropolitana de Salvador), esta, criada pela Lei Complementar n. 14 de 8 de junho de 1973.

A inserção dos três municípios objetos deste estudo no contexto metropolitano da cidade do Salvador forçou a desarticulação dos seus antigos sistemas de transportes: navegação, muares e trens. As pessoas e mercadorias, que antes se embarcavam nos portos de Nazaré e Maragogipe, foram transferidas para o transporte rodoviário. Reduziu-se a importância que antes se atribuía a Nazaré e Maragogipe no comércio da farinha de mandioca. O uso dos veículos automotores fez crescer em importância econômica as cidades de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, tornaram-se os maiores distribuidores dessa farinha no Recôncavo Sul. A BR 101 atravessa as cidades de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, esta cidade também é cortada pela BA 245, que se entronca com a BA 001, essas duas rodovias, BA 001 e BA 245, permitiram ligar Santo Antônio de Jesus a Nazaré e a Ponte do Funil. Essa Ponte do Funil se localizou próxima à barra do rio Jaguaripe, ligou Nazaré à Ilha de Itaparica que, por meio de navios *Ferry-Boats* transportam pessoas, automóveis e mercadorias para a cidade do Salvador.

A metropolização da cidade do Salvador impôs novos meios de distribuição e consumo do alimento; o Estado, por suas instituições e representantes, criou sistemas de distribuição de mantimentos em escala nacional, a cidade do Salvador integrou esse sistema. O Decreto Presidencial n. 55.898 de 7 de abril 1965 instituiu a COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), o Governo Federal justificava esse Decreto pela necessidade que tinha o governo de disseminar empórios comerciais de gêneros alimentícios, comercializá-los em grande escala e diretamente à população, dando preferência à sua instalação em áreas metropolitanas. Na justificativa para a criação da COBAL, o Governo se reportou ao Art. 2º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, atribuía ao Estado competência de agir como regulador do mercado ou para servir, de forma supletiva e competitiva, em áreas não suficientemente atendidas por empresas privadas. Como desdobramento desse Decreto n. 55.898 de 7 de abril 1965 criou-se o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1970) e o I Plano de Desenvolvimento (1972/74), direcionavam à construção de Centrais de Abastecimento nas principais concentrações urbanas do país. Esclarecia esse Decreto n. 55.898 em seu Art. 1º que as Centrais de Abastecimento e os Mercados Satélites se vinculavam ao SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento). Às suas unidades integradas denominaram-se CEASA (Centrais de Abastecimento S.A), seguida da qualificação regional, estadual ou municipal correspondentes. Sua atribuição era oferecer produtos hortifrutigranjeiros, pescados e outros perecíveis.

Na Bahia, em consequência desse Decreto n. 55.898, criou-se a CEASA-BA (Central de Abastecimento da Bahia), instituída em 29 de março de 1973. Constituiu-se maior entreposto do comércio atacadista de farinha e gêneros hortifrutigranjeiros nas proximidades da cidade do Salvador. A Ceasa se assemelhou, modernamente, à função que desempenhou o Celeiro Público da Cidade do Salvador (1785-1866). Nesse processo de criação de centrais de distribuição e troca de alimentos, a COBAL e a CEASA atuavam na distribuição de farinha de mandioca e hortifrutigranjeiros nas escalas nacional, regional e local, respectivamente. A CEASA dispôs de boletins informativos, que informavam sobre a importação regular de farinha de mandioca vinda das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país para suprir a cidade do Salvador (Leão, 1987, p. 342). A Ceasa tornou-se principal atacadista de farinha de mandioca destinada à cidade do Salvador, mas não constitui única forma de comercialização

de farinha. Parte da produção regional continuou saindo dos municípios por meio de caminhões, próprios ou fretados, negociavam e forneciam às feiras, supermercados e outros revendedores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lavoura da mandioca e a manufatura da farinha de mandioca formaram-se no Sul do Recôncavo como atividade econômica integrada a outros cultivos que, no seu desenvolvimento, assumiu um caráter de policultura, compartilhada com a cana-de-açúcar, fumo, café, produtos sazonais como amendoim, milho, laranja, banana, e cultivos de quintal, tinha características que se aproximam do que atualmente se denomina agricultura familiar. Em muitos casos, essa lavoura foi complementada pela criação de animais usados como auxiliares no trabalho social, destacaram-se jumentos, bestas, cavalos e bois. Eram pequenos os rebanhos bovinos pela proibição que se tinha, desde 1701, que vetava a criação de gado vacum nessas terras dedicadas à lavoura da mandioca; a essa limitação somava-se a ausência que se tinha do arame farpado, criava-se o gado contido por cercas valadas, cercas vivas, ou criava-se preso em cordas, caracterizava-se como criação doméstica associada às crias de quintal. Parte dessa criação era gado de corte, comercializava-se nas feiras e açougues do comércio local. As feiras específicas desse comércio de animais eram conhecidas como barganhas, ficavam pouco afastadas das feiras semanais, onde se procedia à troca e aquisição de alimentos e do comércio varejista local. Os animais e embarcações usados no transporte do excedente da produção social prevaleceram até o final do século XX.

A partir do processo de expansão da atividade industrial, iniciado na periferia da cidade do Salvador no final do século XIX, aliado à implantação do transporte ferroviário, com seus ramais no Recôncavo e à navegação a vapor na Baía de Todos os Santos, passou-se a alterar, lentamente, os ritmos do desenvolvimento socioespacial dos municípios de Maragogipe, São Felipe e Nazaré. À presença desses meios de transporte somou-se a criação de pequenas indústrias de beneficiamento e transformação da produção da lavoura local, notadamente em Maragogipe, no beneficiamento do fumo; e Nazaré, beneficiamento do café. A estrutura social da produção, transporte e consumo manteve-se até a década de 1950, concentradas na produção extraída da lavoura da mandioca, cana, café e fumo, criação de animais auxiliares no trabalho e pequena criação do gado de corte.

Desde o final do século XIX, até o começo da década de 1950, a cidade do Salvador abrigava, na sua periferia, notadamente na Cidade Baixa, suas indústrias têxteis e de transformação. O Estado e o capital intensificaram sua penetração no Recôncavo a partir da RLAM-Mataripe em 1950, quando a cidade do Salvador teve sua atividade industrial expandida para a localidade de Aratu, incorporada como extensão do subúrbio ferroviário dessa cidade. Em Aratu formou-se o CIA (Centro Industrial de Aratu), nas décadas de 1950-1960, com seu porto servido por ramal ferroviário, atraiu empresas e indústrias diversas, concentrou mão de obra, favoreceu a expansão do território da capital baiana pela sua integração à BR 324, seguiu-se sua integração à BR 101, BR 242, BR 116, BR 324, BA 245 e BA 001, conjuntamente, à ampliação e os usos do transporte rodoviário facilitaram o trânsito e a migração de pessoas, alteraram os ritmos do desenvolvimento histórico dos três municípios objetos deste estudo. O ritmo lento das mudanças sociais, característicos da sociedade rural, sofreu interferências do ritmo urbano industrial, como se disse, causou o declínio e a extinção da lavoura do café e do fumo, mas gerou a expansão da pecuária de corte.

Nos estudos da CONDER, década de 1970, na estrutura fundiária desses três municípios prevaleciam propriedades rurais com até 10 há de área total. Seguiam-se

propriedades médias, que possuíam acima de 10 e até 100 ha. Em menor proporção, havia grandes propriedades que tinham cima de 100 ha. A lavoura da mandioca se concentrava nas pequenas propriedades, caracterizava-se como produção familiar, a manufatura da farinha atendia ao consumo doméstico, o excedente dessa manufatura era comercializado ou nas feiras, ou por meio de comerciantes atacadistas de farinha, com seus veículos próprios ou fretados, destinavam esse excedente à cidade do Salvador.

A construção e ampliação da malha rodoviária contribuíram na desativação dos ramais ferroviários, notadamente a EFN, declínio da CNB e limitação no uso de animais auxiliares no transporte. Resultaram no declínio econômico das cidades de Nazaré e Maragogipe e suas respectivas feiras de farinha, também resultaram na ampliação do comércio nas cidades de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. As rodovias e o processo de metropolização facilitaram a migração de lavradores para a cidade do Salvador e outros centros urbanos.

Uma particularidade da pequena lavoura da mandioca e a presença do lavrador feirante, que é o trabalhador que lava sua roça e comercializa nas feiras o excedente da sua lavoura, detém a história do produto do seu trabalho desde o preparo das suas ferramentas e do solo, escolha da semente, faz a semeadura, cuida dos tratos e proteção da planta contra predadores, colhe o produto, beneficia, planeja o seu transporte e sua venda. O lavrador feirante é o sujeito histórico do campo porque detém o controle de todas as etapas do processo da sua produção. Sua identidade está estruturada no cotidiano da sua existência material, extensiva à sua família, à subsistência, seus cultivos e às condições climáticas, que podem ser favoráveis ou adversas aos resultados do seu trabalho. Seu lazer está quase sempre impregnado de elementos religiosos, e constituem parte da identidade coletiva do seu grupo social. A existência social desse lavrador é adstrita à sua comunidade, por seus laços de afetividade e solidariedades mútuas, constituem o centro do viver, trabalhar e produzir, primeiro para a subsistência familiar, seguida da troca dos seus excedentes através das feiras, lugar onde o produto do trabalho social é convertido em mercadoria, essa, pelo seu fetiche e/ou por atender ao suprimento de necessidades materiais de outras pessoas, são trocadas e apuradas a sua mais valia. No caso do lavrador feirante, essa mais valia é a síntese do resultado do seu trabalho e pode representar a sua reserva de valor conversível em bens materiais ou simbólicos do seu patrimônio familiar.

Na síntese dos resultados deste texto, aponta-se para perspectivas pouco promissoras à pequena lavoura da mandioca nesse território circunvizinho à Serra do Copioba. Constata-se o permanente avanço da pecuária sobre as terras que servem a essa lavoura, essas têm sido, gradualmente, adquiridas e incorporadas às pastagens. Nota-se a falta de políticas públicas de Estado que protejam a pequena lavoura da mandioca. Esses fatores indicam que, não havendo o apoio efetivo do Estado em proteção a essa pequena lavoura, a tendência é o seu declínio, lento e gradual, com a sua substituição por pastagens e/ou uso das suas terras como reserva de capital.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 168 p.

AGUIAR, D. V. de. **Descrições práticas da Província da Bahia**: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, Vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1888. 317 p.; Brasília/DF: INL, 1979.

ALENCAR, C. M. M.; SCHWEIZER, P. J. (Orgs.) **Transformações territoriais**: de rural a metropolitano. Campinas, SP: Alínea, 2008. 198 p.

BAHIA. EBAL. **Boletins**. Disponível em: http://www.ebal.ba.gov.br/novagestao/ceasa_historico.htm. Acesso em 20 abr. 2019.

BAHIA. **Estudos e Problemas da Bahia**: desenvolvimento do Sudoeste baiano - plano de reequipamento da Estrada de Ferro de Nazaré. CPE. Salvador- Bahia, 1959. (Mimeo.)

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução de Maria Luíza X. de Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 448 p.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Hemeroteca. **Documentos Históricos**, 1936, ed. 00031 (6), p. 53-119). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536>. Acesso em 2 de out. de 2019.

BRASIL. Carta para o sargento-mor Felipe Melo Garcia sobre a farinha remetida para Santo Amaro. In. Biblioteca Nacional (RJ), **Documentos históricos**: 1928 a 2012. Ano 1938, 00042, p. 54. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/094536/20359>. Acesso e 22 de dez. 2019.

BRASIL. Leis, Provisões, Alvarás, Cartas e Ordens Reais. In. **Documentos Históricos**, 1928, ed. 00004 (6), p. 72-75). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536>. Acesso em 2 de out. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 55.898**, de 7 de abril 1965 em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=169137&norma=187660>. Acesso em 23 de ago. 2016.

CALDAS, J. A. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Salvador: Memória e Arte, 2015. 729 p.

CERQUEIRA, A. C. de. **Estudo sobre o rio Jaguaripe**. Diretório Municipal de Geografia do Município de Nazaré. Nazaré, Bahia, 1943.

CONCEIÇÃO, A. J. da. **A mandioca**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1987. 382 p.

CONDER, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo**. Bahia, 1974.

CUNHA, M. C. da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Comp. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 37-52.

DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Tradução de João Etienne Filho; Malta Lima. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Anablume, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 20 - 21.

LEÃO, S. de O. **Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia**. Recife: Sudene, 1987. 412 p.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Lisboa: Portugal, 1945, t. 2. 2196 p.

LOSE, A. D.; PAIXÃO, D. G. Orgs. **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento**: editando 430 anos de história. Salvador: Memória e Arte, 2016, v. 2.

NÓBREGA, Manoel da (Padre). **Cartas jesuíticas I**: cartas do Brasil (1549-1560). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988.

PINHO, J. F. de A. **Mensagem apresentada a Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 9ª legislatura**, pelo Dr. João Ferreira de Araújo Pinho, Governador do Estado da Bahia. Bahia: Diário da Bahia, 1909.

RUGENDAS, J. M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Tradução de Sérgio Milliet. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1979. 166 p.

SANTOS, F. S. **O pão nosso de cada dia: a farinha de mandioca na cidade da Bahia e sua produção no Vale do Copioba no Recôncavo Baiano**. 2018, 329 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/499/1/TESEFELIXSANTOS.pdf>. Acesso em 25 de set. 2019.

SANTOS, F. S. **Crise agrícola no Recôncavo Baiano (1890-1910): Município de São Felipe/ Bahia**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador. Salvador, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, 2013. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/99/1/Felix-UCSAL2013.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI** - 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 19.

SANTOS, M. **O centro da cidade do Salvador estudo de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012. 208 p.

SEABRA, J. J. **Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa da Bahia**, na abertura da 2ª Seção Ordinária da 11ª Legislatura pelo Governador do Estado. Bahia, Revista do Brasil, 1912.

SOUZA, G. S. de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 2000. 369 p.

SOUZA, Tomé de. **Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil**. Almeirim, 17 dez. 1548. Lisboa, AHU, Códice 112, f. 1-9. Disponível em: http://lemaad.fffch.usp.br/sites/lemaad.fffch.usp.br/files/201804/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf. Acesso em 26 abr. de 2019).

VASCONCELOS, P. de A. **Salvador: transformações e permanências: (1549-1999)**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2016. 569 p.

VILHENA, L. d. S. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

INFORMAÇÕES DO AUTOR

Felix Souza Santos

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador. Professor de história vinculado à SEC-Ba. Pesquisador ligado aos grupos de pesquisas: Identificação Geográfica (IG) Farinha de Copioba - UFBA. Desenvolvimento Sociedade e Natureza (DSN) - UCSAL. E-mail: felixsantoss@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6008777499674763>

Recebido em: 11/10/2020

Aceito em: 10/08/2021



“A GENTE TÁ VIVENDO UMA VIDA SEM PAZ”: EXPERIÊNCIAS DOS PRIMEIROS 6 MESES DE QUARENTENA DO COVID-19 PARA MULHERES DA PERIFERIA DE SALVADOR

“We are living a life without peace”: quarantine experiences during the Covid-19 pandemic among women on Salvador's outskirts

DOI 10.29327/2797743.2.1-6

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou entender como moradores da periferia de Salvador, marcada pela pobreza urbana, lidaram com a vida em quarentena durante os primeiros 6 meses da pandemia do covid-19 na cidade. Baseada numa pesquisa antropológica conduzida desde 2012 entre mulheres negras, mães de família, que foram entrevistadas no mês de agosto de 2020. A partir dos dados coletados, ficou evidente que as condições de vida e moradia tornam a experiência de quarentena ainda mais difícil para essas pessoas. Todas tiveram seu meio de sustento afetado, porque a maioria transitava entre trabalhos informais e subempregos, e passaram a depender de auxílios financeiros e de outras ordens, provenientes dos governos. Sobrecarga de trabalhos domésticos, estresse, ansiedade, insegurança e medo de um futuro próximo, quando o auxílio financeiro acabar, marcam a vida dessas pessoas, que se tornaram ainda mais inseguras que antes. Mais que medo do coronavírus em si, as mulheres temiam a pobreza extrema e as outras epidemias que estão impactando a vida na periferia de Salvador.

Palavras-chave: Covid-19. Vida cotidiana em quarentena. Periferia. Desigualdade. Salvador.

Tháise Sá Santos
Danish Institute for
International Studies, DK
E-mail: thaise_itapetinga@hotmail.com

Marie Kolling
Danish Institute for
International Studies, DK
E-mail: mako@diis.dk
Orcid: orcid.org/0000-0002-7696-1022

ABSTRACT

This paper presents the findings from a study examining the experiences and concerns of families living on the outskirts of Salvador during the first 6 months of the Covid-19 pandemic. The study is part of ongoing anthropological research since 2012 among black women and their families and draws mainly on interviews conducted in August 2020. The impact of the quarantine was evident in their daily lives that was marked by anxiety, insecurity and fear of the near future. Financial insecurity was also exacerbated by the pandemic with the majority of the women losing their livelihood or having their livelihoods significantly reduced while their unpaid care work at home increased. They depended on financial aid from the state and various means of credit, acutely aware that the financial aid was only a temporary measure. With the heightened levels of uncertainty about the present and the future, women feared abject poverty more than the coronavirus itself and other epidemics that were causing severe illness and distress in Salvador's low-income neighbourhoods.

Keywords: Covid-19. Daily life during quarantine. Periphery. Inequality. Salvador.

INTRODUÇÃO

Temos que chorar o luto, viver o momento, o tempo de luto precisa ser vivido tranquilamente, precisa viver o tempo da doença, o tempo da tristeza. A Bíblia diz que há tempo para todas as coisas e esse é o tempo, tempo de parar, tempo de reflexão, tempo de refletir, tempo, em especial, de olhar pra nós. (Fala de Dona Conceição)

O coronavírus chegou a Salvador no início de março, por meio de brasileiros da elite que voltaram de férias na Itália. Como em outras cidades brasileiras, eles o repassavam aos amigos em glamorosos jantares e festas de casamento e às empregadas domésticas. As empregadas domésticas levaram o vírus às comunidades pobres da cidade. Duas semanas depois que o vírus chegou em Salvador, o prefeito, ACM Neto, ordenou que as pessoas ficassem em casa e decretou estado de emergência (Secom, 2020). O Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Salvador tomaram medidas semelhantes para conter a pandemia. Surgiu uma relação de cooperação entre o Poder Público Municipal e o Poder Público Estadual, enquanto a relação desses dois poderes e a União, contudo, ganhou outros contornos, o de conflito (Pereira; Arantes, 2020). Desde o início, o presidente Jair Bolsonaro oscilou entre minimizar a gravidade do vírus e negá-lo completamente. Ele afirmou repetidamente que o distanciamento social e as medidas de quarentena são ruins para a economia. Mas nem vidas, nem economia foram salvas. Em 1º de setembro, o Brasil entrou oficialmente em recessão (Mendonça, 2020). Em 15 de setembro, o Brasil atingiu 132.000 mortes causadas pela covid-19, tornando a doença a causa de morte com a maioria das vítimas já registradas em um único ano (incluindo causas naturais e não naturais, como homicídio) (Madeiro, 2020).

As interlocutoras da pesquisa em que esboçamos os resultados neste artigo são mulheres negras, mães de famílias, com diferentes configurações familiares. Elas são moradoras de bairros periféricos, principalmente no Subúrbio Ferroviário, um aglomerado de 12 bairros situados na zona norte da cidade.¹ A quarentena significava, para as mulheres que entrevistamos, um maior tempo em casa com uma sobrecarga de trabalho invisível, aumento das despesas domésticas, a interrupção parcial ou total de suas atividades econômicas e a consequente necessidade de recorrer aos auxílios emergenciais dos governos. O risco do desemprego ou encolhimento do emprego gerou uma profunda incerteza com o futuro e a experiência de uma vida de repente confinada a casa. Antes da pandemia do covid-19, algumas das famílias se sustentavam com o equivalente a meio salário-mínimo por mês ou menos.

A pandemia do coronavírus deixou ainda mais evidentes as desigualdades no país. Pois é justamente para as populações mais vulneráveis econômica e socialmente, e em espaços mais precários da cidade que a pandemia chega de forma mais violenta (Werneck; Carvalho, 2020; Minayo; Freire, 2020; Almeida; Lücman; Martelli, 2020). Em recente estudo, Macedo, Ornelas e Bomfim (2020) chamam a atenção para as possíveis consequências da pandemia em populações “subalternizadas”, o risco apontado por eles era do “cerceamento do direito de compra” e a ausência de políticas públicas eficazes nas favelas. Soma-se a isso a desigualdade de acesso aos serviços de saúde, que atinge de forma mais significativa os pobres e um sistema

¹ Os bairros são: São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha, Plataforma e São João do Cabrito.

de saúde público insuficiente (Costa, 2020; Werneck; Carvalho, 2020). A crise econômica gerada pela pandemia também afeta, de forma desproporcional, essa parcela da população: eles são as maiores vítimas do desemprego e da informalização do trabalho (IBGE, 2020; Costa, 2020). Em maio de 2020, Salvador e sua região metropolitana retomaram o duvidoso recorde da cidade com a maior taxa de desemprego do país e as mulheres representavam 60% dos desempregados (Carvalho; Fernandes, 2019; Da Redação, 2020;).

Nesse sentido é que investigamos as consequências da quarentena na vida das moradoras de periferias de Salvador como parte de um estudo qualitativo sobre a vida em quarentena entre os pobres urbanos no Brasil, realizado por Autor/B e Autor/A. O estudo faz parte da pesquisa em andamento de Autor/B em Salvador, iniciada em 2012, da qual essas mulheres fazem parte desde o início. As entrevistas desta pesquisa foram realizadas em agosto de 2020. No início de setembro, Salvador era a cidade do Brasil com o quarto maior número de infecções e o quinto maior número de mortes, segundo o Portal COVID-19 Brasil (2020).

A pesquisa foi pensada e elaborada remotamente pelas pesquisadoras que mantiveram contato em todas as etapas da pesquisa. Realizamos ao todo 5 entrevistas, além de conversas pelas mídias sociais com essas e outras moradoras que também são nossas interlocutoras nessa e em outras pesquisas em andamento. As entrevistas tiveram duração média de 1:10min. Todas foram feitas por telefone, para seguir as recomendações de isolamento social dadas pela Organização Mundial da Saúde na época, e, assim, não expor as interlocutoras ao risco de contaminação por coronavírus. Antes de iniciar as entrevistas, obtivemos o consentimento informado de cada uma delas, as interlocutoras receberam informação sobre os objetivos da pesquisa e foi solicitada permissão para incluí-las no estudo (Hardon *et al.*, 2001, p. 282). Garantimos, também, que os dados seriam tratados de forma confidencial e que seus nomes não seriam utilizados em nenhuma publicação ou apresentação. Portanto, todos os nomes usados neste artigo são pseudônimos para proteger suas identidades.

Este artigo esboça uma análise que busca elaborar como a pandemia do coronavírus e a quarentena adotada pelos poderes públicos² afetaram o cotidiano das pessoas de comunidades da periferia de Salvador. Na primeira seção, fizemos uma contextualização da pesquisa. Como as famílias já viviam numa situação de carência antes da pandemia, apresentamos o impacto econômico causado pela pandemia e pela quarentena; na seção seguinte, analisamos a consequente dependência dos auxílios emergenciais gerada pela precariedade econômica agravada pela pandemia. Na sessão “Isolamento social, estresse emocional, medo e incerteza do futuro”, analisamos o impacto emocional causado pela pandemia do covid-19. Em seguida, mostramos a convivência dessas pessoas e suas famílias com a pandemia e outras epidemias que assolam o território baiano. Por fim, realizamos uma breve discussão sobre a sensação de insegurança relatada por nossas interlocutoras.

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

Parte de nossas interlocutoras já foi vizinhas em uma mesma ocupação, num parque público de floresta tropical na região do Subúrbio Ferroviário, e sofreram processo de “remoção involuntária” no início da década passada (Conder; Sedur, 2009). Em Salvador, para muitos moradores, ocupações informais tornam-se uma das poucas possibilidades de habitar a cidade, que passa a crescer de forma irregular e autoconstruída, e quase sempre em áreas precárias, nas quais carecem de processo de regularização e os serviços básicos, quando chegam, só chegam tardiamente (Carvalho; Pereira, 2006; Vasconcelos, 2006; Soares, 2009).

² Medidas das três dimensões dos poderes executivos - Nacional, Estadual e Municipal - incidiram sobre a vida dos moradores urbanos no Brasil e é nesse sentido que usamos “poderes públicos” no plural.

O Subúrbio Ferroviário é uma região destinada pelo poder público a ser vetor de crescimento popular, o que, em Salvador, significa concentração da pobreza. Ela cresceu mesclando formas parcamente planejadas, como os loteamentos habitacionais destinados à população de baixa renda, e o crescimento desordenado com construções irregulares.³ É uma região da cidade que concentra diversas sobreposições de carências. Ao falar sobre essa parte da cidade, Carvalho e Pereira (2006, p. 98) descrevem-na como a que contém “condições mais precárias de habitabilidade e uma menor oferta de equipamentos e serviços urbanos [...]”. Foi no Subúrbio Ferroviário que houve a primeira expansão de moradias precárias autoconstruídas em Salvador, na década de 1940, e foi lá onde os primeiros assentamentos informais surgiram uma década depois (Vasconcelos, 2006).

O bairro onde elas moravam era localizado numa área definida como uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, seguindo a mesma lógica da periferização da pobreza histórica do município de Salvador. Nessa área, um projeto de urbanização de favelas foi planejado e implementado por duas agências de desenvolvimento urbano no âmbito do Governo do estado da Bahia, SEDUR e CONDER. Como parte do projeto, a invasão foi demolida e o bairro, que fazia fronteira com o parque, aqui chamado de São Mateus, recebeu nova infraestrutura como pavimentação, drenagem, iluminação, benfeitorias residenciais, novas moradias, novas estradas e áreas recreativas públicas, como parques infantis. Para abrir caminho para essas melhorias, mais de mil famílias, a maioria das quais viviam na área há décadas, foram deslocadas e reassentadas em conjuntos habitacionais construídos pelo Governo do Estado da Bahia no mesmo bairro ou bairros vizinhos.

O processo de reassentamento se deu a partir de 2012. O conjunto habitacional para onde as mulheres foram reassentadas nunca foi regularizado, apesar de a regularização fundiária ter sido uma das promessas feitas pelo poder público às famílias reassentadas nas unidades habitacionais construídas pelo CONDER (Kolling, 2019).⁴

As casas para onde parte das famílias foram realocadas, por sua vez, eram extremamente pequenas, 42m². O novo conjunto habitacional fica localizado a uns 3,5 km da antiga invasão, em uma encosta de frente para o mar. Algumas casas são separadas umas das outras por corredores bem estreitos e não possuíam qualquer traço de acabamento. O chão não tinha piso, as portas e janelas eram de má qualidade e o número de quartos insuficiente para a maior parte das famílias que a receberam. Muitos moradores se endividaram ao longo dos anos com melhorias que empreenderam em suas casas, colocando pisos de cerâmica, construindo puxadinho onde era possível construir. Alguns conseguiram modificar bastante suas casas, transformando-as em espaços melhores para habitar. Outros, simplesmente desistiram dela, se mudaram, mesmo que isso tenha acarretado o retorno à moradia de aluguel. É nesse contexto de sobreposição de carências que se situam nossas interlocutoras.

Duas das interlocutoras moravam em São Mateus antigamente e, na época dessa pesquisa, moravam no bairro do Uruguai, mas continuaram frequentando uma Igreja evangélica no antigo bairro. O bairro do Uruguai sofreu medidas restritivas adotadas no fim do mês de maio devido às elevadas taxas de infecção. Pontos de fiscalização controlados pela Polícia Militar impediam as pessoas de ter acesso a ele, a menos que fossem residentes, e a movimentação dos moradores fora de alguns bairros foi restrita às atividades essenciais. Enquanto o *lockdown* foi suspenso, as medidas de quarentena continuavam com a recomendação de isolamento social e medidas de distanciamento social como: suspensão de aulas em colégios da rede privada e pública; redução ou até suspensão dos transportes públicos; restrição nos templos religiosos; atividades comerciais fechadas, enquanto serviços

³ Vasconcelos (2006) faz um apanhado histórico sobre a formação dos bairros populares em Salvador.

⁴ Kolling analisa esse processo de remoção e reassentamento no artigo “Becoming favela. Forced resettlement and reverse transitions of urban space in Brazil” (2019).

essenciais, como supermercados e farmácias, funcionavam em horário reduzido das 10h às 16h.

ATIVIDADES ECONÔMICAS PREJUDICADAS

*A gente saía pra vender sonho, vender as coisas e agora não tá dando,
né, que ninguém quer comprar*
(Fala de Lúcia)

Mbembe (2020, não paginado) descreveu o mundo assolado pela pandemia do covid-19 como “tempos sem garantia nem promessa, em um mundo cada vez mais dominado pela assombração de seu próprio fim” e alertou para o fato de que “serão muitos aqueles que infelizmente, não passaram pelo buraco da agulha”, esses muitos não seriam aleatórios, mas justamente aqueles já prejudicados pela relação predatória do homem com tudo o que é vivo. Santos (2020), por sua vez, também falou sobre a seletividade da pandemia, ela não chegaria da mesma forma a todos os indivíduos, ao contrário, atingiria alvos privilegiados, de forma desproporcional, alertando entre outros grupos, para aqueles nos quais submeter-se à quarentena e às medidas de isolamento e distanciamento social significaria passar a abrir mão do seu sustento.

Os pobres urbanos de Salvador convivem com uma significativa desigualdade social e econômica. Segundo dados do IBGE (2020), 36,8% da população tinha renda nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo, em 2010. Isso se materializa também no tecido social urbano; no bairro que chamamos aqui de São Mateus, 50,1% dos responsáveis pelos domicílios tinham renda de 0 e 1 salário-mínimo, no ano de 2016, segundo o Observatório de Bairros de Salvador.⁵

Em estudo publicado pelo Observatório das Metrôpoles, Carvalho e Fernandes (2019) sintetizam os dados de desocupação da Região Metropolitana de Salvador a partir da PNAD contínua. Elas argumentam que, se somados “todo o conceito de subutilização da força de trabalho (desocupação, subutilização da força de trabalho e força de trabalho potencial), a RMS parte de 25% em 2012 e ultrapassa os 32% em 2018” (Carvalho; Fernandes, 2019, p. 17).

Em tempos de pandemia, o cenário nacional também não é muito animador. De acordo com dados do PNAD-Covid, a taxa de desocupação no país, no mês de agosto de 2020, transitou entre 13,3% e 14,3%. O número de pessoas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, no mesmo período, oscilou entre 18.311 e 17.056 milhões. E 2.7 milhões de pessoas estavam afastadas dos seus empregos devido ao distanciamento social, na segunda metade do mês de setembro (IBGE, 2020).

Nesse contexto de “vulnerabilidade e precariedade ocupacional” (Carvalho; Pereira, 2006, p. 98) é que se inserem nossas interlocutoras. Elas se encaixam no que Santos chamou de “Sul da quarentena”, “grupos que têm em comum padecerem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e se agrava com ela”. Segundo essa abordagem, “o Sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual” (Santos, 2020, não paginado).

Desde que começou a quarentena na cidade, elas tiveram suas atividades econômicas abaladas. Os trabalhos que realizavam para sustentar a si e, parcial ou totalmente, os filhos

⁵ O Observatório de Bairros de Salvador, iniciativa da Universidade Federal da Bahia, utiliza dados do relatório *Infoms 2016*, da Conder. Infelizmente, o relatório da Conder não está mais disponível na internet.

transitavam entre trabalhos informais e subempregos. Antes do surto da covid-19, Rafaela ganhava a vida com vendas ambulantes, vendas de roupas de segunda mão no bairro e serviços de limpeza mal pagos. Apesar das suas várias atividades econômicas, sua renda total estava abaixo da linha da pobreza. Desde a imposição da quarentena, ela só foi chamada uma vez para um serviço de limpeza. Com a maioria das pessoas em casa, e muitas pessoas com salários reduzidos, as mulheres que a chamavam estão assumindo as tarefas domésticas elas mesmas. E com poucas pessoas nas ruas e o consumo na cidade bastante reduzido, poucas pessoas estão comprando, então, não vale a pena o esforço ou o risco de sair e tentar vender suas mercadorias. Rafaela mora com sua filha na casa da avó, que tem diabetes, por isso ela precisa ter cuidado para não levar o vírus para casa.

Com todo mundo em casa e ninguém na rua, na quarentena elas não conseguiram mais manter esses trabalhos. Rosa vendia roupas, a maior parte de sua freguesia era conquistada indo de porta em porta mostrar sua mercadoria. O esposo dela tem um emprego com carteira assinada numa loja de colchões e, desde que começou a quarentena, ele teve os dias de trabalho, e também o salário, reduzidos. Ela, por sua vez, não conseguiu manter sua atividade com vendas e viu sua renda, que era fruto de “correr atrás”, como ela mesma descreve, ser reduzida a zero.

Lucia vendia sonho de padaria com o filho mais velho nas ruas do bairro; o dinheiro das vendas, mais o Bolsa Família que recebia e a pensão de R\$200,00 paga (quando ele pagava) pelo pai dos três filhos dela era o dinheiro com que eles sobreviviam e, assim como as outras mães, também não conseguiu manter suas vendas.

Dona Conceição, que tinha emprego formal, estava ganhando apenas 10% do valor original do seu salário. No período da entrevista, ela se questionava sobre o que poderia comprar com 10%. O marido dela, que é motorista em uma empresa de ônibus, passou pelo mesmo processo e trabalhava com medo dos assaltos aos transportes coletivos que, segundo ela, haviam aumentado.

A fragilidade econômica da vida de nossas interlocutoras soma-se a outras sobreposições de carências, como o acúmulo de jornadas de trabalho e a falta de qualificação, e, para quem tem filhos pequenos, como Rafaela e Lúcia, a responsabilidade de cuidar dos filhos. Além de lutar para se sustentar com uma renda baixa, elas lidam, no dia-dia, com vários tipos de dívidas por precisarem comprar fiado, com isso abrem linhas de crédito em lojas e atrasam pagamentos de serviços públicos como água e luz. Dentre as contas atrasadas também estão pequenas compras com vendedores ambulantes locais, alguns vizinhos que vendem cesta básica, gás de cozinha e outros artigos de necessidade básica. Dívidas devido a compras com cartões de crédito também são comuns, incluindo cartões emprestados de outras pessoas, como um parente, vizinho, ou empregador, pois, muitas vezes, os próprios cartões já estão esgotados e o “nome sujo” (Kolling, 2020). Quanto às interlocutoras que trabalham como vendedoras ambulantes na área local, também é comum que outras pessoas acumulem pequenas dívidas com elas, alguns clientes atrasam os pagamentos ou deixam de pagar (ibid).

Para muitos brasileiros pobres, como Rafaela e Dona Conceição, ficou difícil pagar suas despesas mensais. Isso é ainda mais complicado por um forte aumento nos preços dos alimentos no Brasil, uma tendência em todo o continente latino-americano durante a pandemia. Alimentos básicos, como feijão, aumentaram mais de 30%. As famílias também têm novas despesas, como máscaras faciais, álcool em gel e produtos de limpeza desinfetantes.⁶ No início, eles eram difíceis de conseguir e difíceis de pagar, mas o fornecimento se tornou

⁶ Nossas interlocutoras afirmam que o preço da máscara de tecido custava entre R \$4,00 e R\$6,00 a unidade. O álcool gel que chegou a ser comprado até por R\$30,00 reais o litro, custava mais barato no período da entrevista e o consumo com material de limpeza havia aumentado bastante.

mais estável e os preços mais razoáveis. Essa precariedade econômica foi atenuada pelo Auxílio Emergencial do Governo Federal.

DEPENDÊNCIA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO FEDERAL

Antes de qualquer jeito a gente pegava a nossa mercadoria na rua e saía vendendo e agora não tá sendo assim [...] E aí o meu medo mais é esse, eles tirar o auxílio e como é que eu vou viver com os meninos?
(Fala de Lúcia).

Entre maio e agosto, as interlocutoras, que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, receberam o auxílio emergencial do Governo Federal. Para elas, o auxílio emergencial foi um alento. Receberam o benefício cerca de 65 milhões de pessoas, entre autônomos, desempregados e trabalhadores informais como Rosa, Rafaela e Lúcia. No Estado da Bahia, 54% dos domicílios tiveram algum indivíduo contemplado pelo Programa, segundo dados do PNAD-Covid (IBGE, 2020). Devido a falhas burocráticas, nem todos os que tinham direito receberam o dinheiro, ao passo que algumas pessoas que não tinham direito se inscreveram indevidamente e conseguiram. Ainda assim, evitou que milhões de brasileiros ficassem abaixo da linha da pobreza extrema.

A pressão por ajuda emergencial veio de uma coalizão de mais de 160 organizações e movimentos da sociedade civil brasileira. Em abril, a Renda Básica Emergencial foi aprovada pelo Congresso, com algumas revisões, e, posteriormente, sancionada pelo presidente. A taxa mensal da ajuda emergencial aprovada, de R\$600,00 e R\$1200,00 (para mães solteiras) era muito mais alta do que a própria proposta do Governo Federal, que foi de uma taxa fixa de R\$200,00 mensais (Rede Brasileira de Renda Básica, 2020; Benites; Betim, 2020).

Quando perguntada sobre o que faria quando o Auxílio Emergencial acabasse, Lúcia demonstrou profunda preocupação e disse ter medo de que o governo acabe com o Programa. Para a família dela, esse dinheiro foi o que permitiu que não faltasse comida dentro de casa, ela ainda conta com três cestas básicas doadas pelo Governo Municipal. Para a família de Ana, que perdeu a renda de suas vendas informais e parte do salário do marido, o auxílio é de grande ajuda, embora insuficiente; ainda é bem difícil pagar tudo como aluguel, alimentação, artigos de necessidade básica e eles ainda acumulam algumas contas abertas.

Rafaela, embora seja mãe solteira, recebia inexplicavelmente apenas R\$600,00, do Auxílio Emergencial. Como suas atividades econômicas também foram suspensas, ela vivia basicamente com esse dinheiro.⁷ O benefício foi estendido por quatro meses, de setembro a dezembro, mas a uma taxa reduzida de R\$300,00 e R\$600,00 para mães solteiras que, para muitas pessoas, nem chega a pagar o aluguel. Para a sorte de Rafaela, a moradia pública, construída pelo Estado onde ela mora, não tem aluguel, então, ela não corre o risco de ser despejada como muitas outras famílias pobres no Brasil.

O fechamento das escolas afetou a vida de todas elas. Rosa, Rafaela e Lúcia têm filhos pequenos e adolescentes matriculados na escola, que passaram a mandar atividades para serem feitas em casa. Desde que as aulas foram suspensas, no mês de março, elas assumiram parcialmente o papel de professoras também, além de serem mães em tempo integral. Rosa e Rafaela falaram do medo de deixarem os filhos voltarem à escola ainda em 2020, pois elas

⁷ Sua filha estudava em uma escolinha local, por isso ela não foi contemplada com as cestas básicas distribuídas pela prefeitura de Salvador para alunos de escolas públicas.

achavam que o vírus ainda não estaria controlado e seria difícil manter as crianças seguras.⁸ Dona Conceição, uma senhora de pouco mais de 50 anos, também é professora infantil e secretária em uma escolinha local e teve o trabalho e o salário reduzidos, ela estava recebendo apenas 10% do que recebia anteriormente e temia a possibilidade de perdê-lo. Ela também precisou trancar a faculdade particular, em que cursava o 5º semestre de Serviço Social, pois não conseguiu mais pagar.

Duas de nossas interlocutoras são mães solteiras e arcam com os custos da criação dos filhos sozinhas. Lúcia tem três filhos, ela havia ganhado na justiça o direito a uma pensão mensal de R\$200,00, mas, desde que começou a pandemia, o pai das crianças não paga a pensão, fato que é recorrente, dessa vez com a justificativa de que o auxílio emergencial seria suficiente. Para Lúcia, o auxílio foi uma espécie de “benção”, o valor a que ela teve direito é bem mais alto do que a renda mensal que ela conseguia ter, que mantinha sua família abaixo da linha da pobreza. Esse dinheiro garantiu uma alimentação melhor para ela e seus filhos e foi usado para pagar despesas de casa e dívidas acumuladas há muito tempo. Rafaela, por sua vez, tem uma filha, ainda criança, ela estava matriculada em uma escolinha particular local até agosto, mas, por dificuldades financeiras e por não ter aulas esse ano, Rafaela optou por cancelar a matrícula.

Soma-se a essa realidade descrita o fato de que elas são as principais cuidadoras de suas famílias e relatam uma sobrecarga de trabalhos domésticos, o cuidado em tempo integral dos filhos, já que o meio período em que passavam na escola foi suspenso, e a preocupação e os custos de manter o vírus fora de casa. Os companheiros de Rosa e de Dona Conceição mantiveram seus empregos e elas relatam os cuidados com as roupas deles ao retornarem para casa.

ISOLAMENTO SOCIAL, ESTRESSE EMOCIONAL, MEDO E INCERTEZA COM O FUTURO

No começo, eu pensei que ia ficar louca. Ficava vendo um bocado de coisa, não conseguia dormir, amanhecia o dia em claro. Cochilava, acordava, não conseguia dormir. Você saber que vai dormir, vai acordar e isso não vai acabar.
(Fala de Rafaela).

Em agosto de 2020, Salvador fechou com 76.415 casos confirmados de covid-19, o número de mortes era de 2.347 (Salvador, 2020). O isolamento social tem sido recomendado como uma das principais estratégias de enfrentamento à pandemia do coronavírus, pela Organização Mundial da Saúde e por chefes políticos em todo o mundo. Alguns governos adotaram medidas de distanciamento social, suspendendo atividades não essenciais, flexibilizando outras para que pudessem ser realizadas via *home office*, restringindo circulação em determinados locais públicos, recomendando o mínimo de contato possível em atividades indispensáveis. Contudo, pesquisa do Datafolha apontava que o índice de isolamento social começava a reduzir (Datafolha, 2020).⁹ Como as mulheres relataram, as ruas estavam vazias,

⁸ Este artigo foi escrito finalizado no mês de dezembro e até o momento não há uma data oficial para o retorno às aulas no Estado da Bahia ou no município de Salvador.

⁹ Em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, o índice de isolamento social em agosto era de 51%, sendo que destes 43% saiam de casa quando necessário e 8% não saiam de casa de forma alguma. Os meses anteriores apresentaram índices mais altos.

mas, ao mesmo tempo, nas comunidades também houve muitas aglomerações com festas durante a quarentena.

Um vácuo de presença se instalou a partir das medidas de isolamento e distanciamento social adotadas pelo governo estadual e municipal com o intuito de conter a propagação do vírus. Bittencourt (2020, p.171), define isolamento social como sendo uma “situação de contenção humana no perímetro domiciliar”, Aquino e Lima (2020, não paginado), por sua vez, o definem como “sendo a separação das pessoas doentes daquelas não infectadas com o objetivo de reduzir o risco de transmissão da doença”. Para essas mesmas autoras, o distanciamento social é entendido como “medidas que têm como objetivo reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas” (não paginado). Todas as definições descortinam uma realidade não só de maior distância com outros indivíduos, mas também de um confinamento doméstico em tempo quase integral com todas as obrigações que essa realidade trouxe.

Para nossas interlocutoras, a quarentena com o isolamento e distanciamento social foi uma realidade bem difícil. Ansiedade, estresse, insônia, angústia, tristeza e o uso de remédios para dormir por si próprias ou por terceiros são relatos frequentes nas falas delas. Como Rafaela disse: “A gente tá vivendo uma vida sem paz”. Santos em *A cruel pedagogia do vírus* (2020, não paginado) chama a atenção para o fato de que a quarentena seria especialmente difícil para as mulheres e, em certa medida, até perigosa. Os motivos dessas dificuldades não eram distintos daqueles encontrados nas histórias que ouvimos, onde todas relataram que a rotina dentro de casa ficou bastante estressante, os desafios passavam por reorganizar as atividades diárias, encontrar novas atividades para ocupar o tempo dos filhos, viver na corda bamba entre as despesas domésticas, que aumentaram no período da pandemia, o medo da doença, a sensação de que a violência no bairro aumentava e a incerteza do futuro.

Para Rafaela e Lúcia, o desafio é ainda maior: conviver com toda família, em tempo integral, em 42m², espaços domésticos precários e sem área de lazer. Soma-se a isso, o fato de que os brasileiros convivem, desde o início da pandemia, com divergências de discursos oficiais sobre a doença e a condução da crise que ela provocou entre Governo Federal, de um lado, e Governos Estadual e Municipal, de outro.

Rafaela nos contou que deixou de assistir aos noticiários, eles a deixavam mais ansiosa e com medo. Embora ela saiba que o objetivo da quarentena é impedir a propagação do vírus, ela a acha insuportável. Para quem estava acostumada a sair todos os dias e a “correr atrás”, como ela diz, querendo ser trabalhadora e constantemente ganhar dinheiro, é muito difícil ser forçada a ficar em casa. Ela sofre com a sobrecarga de ter que ensinar o conteúdo das atividades escolares à filha. No início da quarentena, ela perdeu o sono e, além de conviver com a insônia, ela fala bastante em depressão. O espaço doméstico nunca foi muito confortável para ela, que divide um quarto apertado com a filha, na casa da avó. Elas se espremem junto com os seus objetos num cômodo do andar de cima, a sensação é de que toda a vida delas está guardada neste mesmo quarto. Os sonhos de Rafaela oscilam entre construir um quarto puxadinho para sua filha e conquistar a casa própria em outro bairro, distante dali. Embora tente seguir uma quarentena mais rígida, as fugas para a casa da irmã parecem ser frequentes, como uma estratégia para aliviar a tensão cotidiana. Antes de sair, porém, ela tem que deixar toda a casa arrumada, organizada e a comida feita para a avó de 80 anos.

As duas moram nas casas do conjunto habitacional cedidas pelo Estado. Lucia, embora pareça ter se adaptado melhor ao espaço doméstico, também fala de ansiedade, de estresse por ter que ficar presa em casa. Assim como Rafaela, ela conta que deixou de ver as notícias sobre a doença e que também não procura se informar mais para não ficar mais ansiosa. Ela nos contou que temia mais o fim do Auxílio Emergencial do que a própria doença.

Rosa, junto com seu marido e os dois filhos, se mudou, alguns meses antes da pandemia começar, para outro bairro também periférico. Essa decisão foi tomada depois de muito aborrecimento e tentativas frustradas de uma reforma fracassada em sua casa, em São Mateus, feita pelo governo estadual durante o projeto de urbanização. Nas palavras dela, “a gente não tinha mais o que mexer, pra onde mexer, na verdade, a gente não poderia mais tirar um bloco do lugar devido à estrutura mesmo da casa que já tava abalada, o que a gente vinhesse a fazer poderia cair”. A casa era muito pequena, “três vãos”, e ela se sente aliviada por ter abandonado aquele lugar tão precário, mesmo que isso tenha significado pagar aluguel. Da mesma forma que Rafaela e Lúcia, ela fala do estresse de ficar confinada em casa (que, segundo ela, ainda não é uma casa ideal para sua família, mas possui dois quartos), de como tem sido difícil lidar em tempo integral com os filhos e que foi necessário desenvolver estratégias para criar uma nova rotina com eles. Contou-nos também como foi doloroso deixar sua atividade com vendas e, mesmo o valor de R\$1200,00 do auxílio emergencial, às vezes, não é suficiente para pagar as despesas mensais da família.

Por outro lado, o isolamento social nem sempre é possível. São elas que saem para fazer as compras no mercado¹⁰ ou buscar as atividades dos filhos no colégio, quando não são enviadas pela internet e, por vezes, saem para ajudar algum vizinho da comunidade. Como uma situação já precária de inserção social ficou ainda mais precária com a pandemia, algumas estratégias de solidariedade fazem parte do cotidiano dessas pessoas. A necessidade do trabalho também é uma imposição dada a escassez de dinheiro com que elas vivem. Dessa forma, Rafaela nos confessou que “assim que aparecer alguma coisa eu caio pra dentro, não posso ficar sem trabalhar, não posso ficar parada”.

Dona Conceição, que é missionária em uma Igreja evangélica em São Mateus, conta sobre outras mulheres, mulheres da comunidade, que frequentavam sua igreja e que, na quarentena, também ficaram ansiosas, estressadas e começaram a tomar remédios para dormir.

Embora todas elas tenham falado de ansiedade, estresse, e Rafaela fala até em possibilidade de depressão, quando perguntamos sobre procurar terapia, a surpresa paira no ar. Fica claro que o consumo de terapia não faz parte do habitus social dessas pessoas. No caso dessas mulheres, que nos relatam uma vida dura e cotidiana de “correr atrás” de alguma renda, que nunca é suficiente para pagar as contas, terapia seria uma despesa impensável. Elas também afirmavam não conhecer atendimento psicológico gratuito. Por outro lado, a busca por ajuda espiritual em espaços religiosos que frequentam ou com hábitos religiosos individuais como orações, por exemplo, é uma atividade presente na vida de todas elas.

Os cultos que algumas das mulheres frequentaram foram suspensos no início da pandemia. O Decreto nº 32280, de 23 de março de 2020, recomendava a restrição de, no máximo, 50 pessoas nos templos religiosos e a obediência de distanciamento de, pelo menos, 1,5m entre elas. Na Igreja em que Dona Conceição é Missionária, o pastor começou a realizar os cultos online uma semana após esse decreto. No período da entrevista, os cultos presenciais voltavam aos poucos e eram intercalados com os cultos online, realizados por *lives* nas redes sociais, medidas de segurança eram tomadas no espaço religioso.

Dona Conceição, percebendo um número grande de mulheres ansiosas e angustiadas em sua igreja, neste período de pandemia, fundou um grupo de mulheres e começou a realizar algumas atividades religiosas remotas. Ela conta que foi uma espécie de terapia para algumas delas. A Igreja dela conta com atendimento psicológico e encaminha algumas pessoas para a psicóloga. A Igreja também tem feito esforços para distribuir cestas básicas para fiéis que estão passando por dificuldades financeiras e paga contas de luz e água quando algum deles precisa.

¹⁰ O uso do delivery como meio de comprar artigos de necessidade básica não faz parte do cotidiano dessas famílias, pois além de aumentarem os custos das compras, necessitaria do acesso corriqueiro à internet, que é bem limitado.

Para algumas das mulheres, o momento de crise proporciona experiências de solidariedade em meio à pandemia. Lúcia tem três filhos em escolas públicas e recebe três cestas básicas da Prefeitura Municipal de Salvador. Ela doava, todo mês, uma cesta para uma vizinha idosa que passava por muita dificuldade. Fornecer alimentos básicos para famílias pobres foi uma iniciativa das autoridades municipais para enfrentar a potencial epidemia de desnutrição entre as crianças quando as escolas fecharam; as escolas municipais fornecem uma refeição gratuita para as crianças matriculadas, que, geralmente, é a principal refeição do dia (Folha de São Paulo, 2020).

Para quem não frequentava culto nem online como Rafaela, ela tomou outra iniciativa para não ficar deprimida. Ela começou a cantar e explicou:

Quando eu vejo que eu estou ficando triste, eu ligo o som para não ficar triste, começo a cantar. Eu falo para mim mesmo: “não posso ficar triste, estou com saúde, tô andando, posso fazer tudo o que eu gosto, apesar dessa quarentena”. Entendeu? Aí eu penso assim “eu tô presa, mas eu posso andar, eu posso levantar, eu posso fazer tudo”, aí começa a ligar o som, a cantar, a ficar feliz com a vida. Rafaela acrescentou, tentando se consolar que: “isso vai passar, vai voltar ao normal, por mais que não volte (ao normal), mas a gente tem que crer, né? Inclusive, para pensar assim alto, senão a gente fica mal.

O COVID-19 E AS OUTRAS EPIDEMIAS

Ao falarem sobre o coronavírus, os relatos transitam entre um certo pânico, causado pelo noticiário no início da pandemia, e o sentimento de desinformação em relação à doença. Quando realizamos as entrevistas, em agosto de 2020, a morte por covid-19 tinha atingido pessoas conhecidas para duas de nossas interlocutoras. Uma terceira suspeitava que já tivesse tido a doença, assim como seu filho mais velho e alguns vizinhos na comunidade. Ela chegou a ir ao posto de saúde local, onde recebeu orientação para que se cuidasse em casa e só se dirigisse ao hospital se a situação se agravasse. Rosa, Lúcia e Rafaela pensaram em fazer o teste, mas disseram que os locais destinados para testagem pela Prefeitura ficavam superlotados, o que as desencorajava, pois achavam arriscado estar em aglomerações.

Todas as mães que entrevistamos disseram que ficaram com muito medo no início da quarentena. O fechamento dos estabelecimentos, a suspensão de algumas atividades e serviços, a incerteza de como se contraía a doença, o medo de pegar o vírus e a preocupação de algum familiar adoecer foram coisas nunca antes experimentadas por elas. Ao falar sobre isso, Rosa disse que se viu “muito aterrorizada com muitas coisas, não queria nem que Sofia e João saíssem nem na porta, nem que olhassem, porque eu fiquei muito com medo.”

Além da convivência com a possibilidade de contrair o covid-19, nossas interlocutoras ainda convivem com outras epidemias. Desde 2015, as arboviroses como dengue, zika e chikungunya assolam o território baiano e nunca foram, de fato, erradicadas. Em Salvador, essas doenças ganharam novamente o status de epidemia em 2020. No mês de julho, a cidade experimentou um crescimento vertiginoso dessas doenças, o número de casos de zika passou de 166, no mesmo período em 2019, para 627, em 2020; a chikungunya cresceu de 831 casos notificados para 4.749; e a dengue saltou de 3.112 para 5.980 casos (Bahia, 2020). As mulheres relataram mais casos dessas doenças nas comunidades delas, e nas comunidades religiosas que frequentam, do que casos de covid-19.

Lúcia achava que já tinha pegado o covid-19, pois ela e o filho mais velho apresentaram alguns sintomas, assim como outros vizinhos próximos da comunidade. Ela ficou muito doente e tinha sintomas como febre alta e perda do olfato. No posto de saúde local, não realizaram o teste para comprovar a doença, mas ela foi orientada a ir ao pronto-socorro se sua

condição piorasse. Lúcia também contraiu o vírus da zika no ano passado, o que, segundo ela, foi "muito pior".

A filha de Ana pegou dengue depois que a quarentena começou, mesmo com o cuidado para não deixar os filhos saírem nem na porta, como ela disse. A filha ficou bastante doente, com febre alta e, embora Ana tenha ficado preocupada com os sintomas da menina, preferiu fazer o atendimento pelo telefone, com o Ministério da Saúde, onde recebeu orientações sobre como tratar da doença. No relato dela podemos perceber que a situação se agravou um pouco:

Todo mundo estava tão focado no covid-19 que esqueceu a zika e a chikungunya. Então assim, foi uma semana de luta! Uma febre que não baixava, depois quando tudo cessou, veio a empolgação, porque a zika traz uma empolgação, uma coceira e minha filha se coçavam muito. A gente levou duas madrugadas aqui com ela toda empolada e tomando antialérgico...

Muitos vizinhos de Rafaela e Lúcia sofreram efeitos adversos do estresse emocional, que impactou negativamente aqueles que tinham doenças crônicas como hipertensão e diabetes, doenças comuns na periferia de Salvador (Kolling, 2012). Nas últimas décadas, o Brasil tem passado pelos processos de transição epidemiológica e, conseqüentemente, tem ocorrido um aumento da incidência, prevalência e mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis como diabetes e hipertensão (Ministério de Saúde, 2009). A morbidade e a mortalidade devido às doenças crônicas como diabetes são maiores na população pobre (Schmidt *et al.*, 2011). Tanto Rafaela quanto sua avó lutam contra essas doenças. Os idosos, em particular, temem ir ao hospital para tratamento e, em seguida, contrair o coronavírus. Uma das vizinhas de Rafaela morreu, em agosto de 2020, depois de um ataque cardíaco em casa. Ela foi uma das primeiras moradoras na antiga ocupação e lutou pelo reassentamento com melhores condições em um novo conjunto habitacional.

SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA AUMENTADA

As moradias precárias, a sobrecarga de trabalho doméstico invisível, a incerteza com o futuro e as angústias e ansiedades causadas por ela não são as únicas preocupações dessas mulheres. Nessa última parte do artigo tratamos da insegurança devido aos assaltos frequentes, o tráfico de drogas e a guerra armada da polícia com os traficantes, que estão presentes nos bairros em que vivem. No meio dessas disputas, pessoas comuns e famílias tentam levar suas vidas dignamente (Kolling, 2019).

Nossas interlocutoras já conviviam com uma sensação constante de insegurança antes da quarentena e, desde que a pandemia do coronavírus começou, essa sensação tem aumentado para elas. Rafaela contou que estava tendo "mais crimes" durante a quarentena, que "a bandidagem aumentou mais" e que o tráfico aumentou "porque eles tão tomando conta do Bairro". Ela achou que estava "tendo pouco policial" e explicou que: "Se tiver alguma coisa, quem resolve são eles. A polícia não resolve nada".

A insegurança e a criminalidade já limitavam os movimentos das mulheres e a forma como se comportavam ao saírem de casa. Era costumeiro deixar o celular em casa quando iam buscar os filhos na escola, mesmo perto de onde moravam, e também usavam a estratégia de esconder dinheiro no corpo para evitar que fosse levado, caso acontecesse um assalto. A sensação intensificada de insegurança contribui para reduzir, ainda mais, o movimento delas e as fez ficar em casa além das restrições por conta do coronavírus.

Embora não tenhamos estatísticas sobre aumento de insegurança para este bairro durante a pandemia, um tipo de assalto deixou Dona Conceição muito preocupada, os assaltos a ônibus. O marido dela é motorista de ônibus e sofreu alguns assaltos desde que começou a pandemia. Dona Conceição nos conta que os trabalhadores do transporte coletivo passaram a ser alvos e os horários preferenciais passaram a ser o período em que as empresas estão recolhendo os trabalhadores e levando para as centrais onde ficam os veículos que eles dirigem. A avenida principal, que dá acesso ao bairro, se tornou cenário desses assaltos que são noticiados com frequência no jornal local. O número de roubos a ônibus, registrados esse ano pela Secretaria de Segurança Pública, entre os meses de janeiro e outubro, foi de 1.381 (Bahia, 2020b). Embora a SSP afirme que esse número seja bem menor que no ano passado, a sensação pode ser outra para os trabalhadores do transporte coletivo e suas famílias.

CONCLUSÃO

Em *O direito universal à respiração*, Mbembe (2020) resgatou seu conceito de "redistribuição desigual das vulnerabilidades" ao falar dos tempos pandêmicos. No mesmo sentido, Santos (2020) traçou seu argumento em *A cruel pedagogia do vírus*, mostrando que a pandemia do coronavírus não instalou uma crise desvinculada de um contexto maior de crise neoliberal, pelo contrário, veio aprofundar um estado de crise econômica, social e política permanente do modelo neoliberal em que grupos humanos inteiros ao redor do mundo são relegados à condições vulneráveis de vida, condições essas que se tornam mais evidentes e mais graves no cenário atual (Santos, 2020).

Nesse sentido é que a crise econômica agravada pela pandemia de covid-19 impulsionou a desaceleração econômica e a turbulência política do Brasil, que começaram em 2014. Desde então, houve um aumento da pobreza, da desigualdade e do trabalho informal (IBGE, 2020). Segundo as Nações Unidas, tanto no Brasil quanto na América Latina, mulheres foram afetadas de forma desproporcional pela pandemia, entre outros fatores, porque elas são amplamente empregadas na informalidade e nos setores mais atingidos, embora sua capacidade de absorver choques econômicos seja menor, elas assumem maiores demandas não assalariadas de cuidados em casa (Eclac, 2021). Essa realidade se materializa na vida das mulheres da nossa pesquisa. As preocupações com a aquisição de dinheiro, com a saúde e a educação dos filhos são mais constantes que antes, assim, elas passam a conviver com angústias, ansiedade e incerteza com o futuro. Elas queriam que a vida voltasse 'ao normal', mas sem nenhuma perspectiva disso. Como dona Conceição disse na entrevista: "as coisas não vai melhorar, vai piorar. De acordo a palavra de Deus, ainda tem muita coisa aí por vir. É uma das etapas ainda."

Elas vivem como a maioria das mulheres negras nas periferias de Salvador e de outros grandes centros urbanos: levam uma vida em que "correr atrás" cotidianamente é o meio de sobrevivência econômica. Com a alta concentração dessas mulheres em empregos informais e de baixa remuneração, somado ao aumento do trabalho doméstico, do cuidado com crianças, que não podem ir à escola ou creches, as mulheres em bairros pobres de Salvador enfrentam o aumento das vulnerabilidades financeiras e sociais. As moradias precárias também tornam as experiências de quarentena mais difíceis. Algumas de nossas interlocutoras passam parte significativa de seu dia confinada em 42m², devido à exigência de isolamento social, das medidas de distanciamento social, do lockdown temporário no bairro, e também da insegurança fora de casa. A pandemia afetou psicologicamente essas pessoas, que passaram a conviver com a ansiedade, o estresse e a insônia. Mais que medo do coronavírus em si, as mulheres temiam a pobreza e as outras epidemias impactando a vida e a saúde da população na periferia de Salvador.

A fragilidade da vida dessas pessoas, somada à sobreposição de carências e um alento financeiro dado pelo auxílio emergencial fez com que elas tivessem mais medo do fim do auxílio que da própria doença em si. Em estudo do Data Favela, publicado em março de 2020, apontava-se que “7 a cada 10 famílias da favela tiveram a renda familiar diminuída por causa do coronavírus” (Data Favela, 2020), os dados são de antes da aprovação do Auxílio Emergencial. Essa é a realidade que volta a espreitar novamente a realidade de milhões de brasileiros. Assim, a pandemia de covid-19 está tendo um impacto desigual em diferentes territórios e grupos sócio raciais que constituem o espaço urbano, o que aprofunda ainda mais as já avassaladoras desigualdades em uma cidade como Salvador (Oliveira; Arantes, 2020).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C.; LÜMANN, L.; MARTELLI, C. A pandemia e seus impactos no Brasil. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, vol. 4, nº 1, p. 20-25, junho, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carla_Almeida23/publication/342653340_A_pandemia_e_seus_impactos_no_Brasil/links/5f443492299bf13404eef669/A-pandemia-e-seus-impactos-no-Brasil.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2021.
- AQUINO, Estela M. L.; LIMA, Raíza Tourinho dos Reis Silva. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 25, junho, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt/>. Acesso em: 22 de maio de 2021.
- BAHIA. **Informe Epidemiológico das Arboviroses Urbanas, Semana Epidemiológica 06, Bahia**, 2020. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/informeArbovirosesSemana06_2020.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2021.
- BAHIA. Mês de outubro tem a maior queda de roubos a ônibus no ano. **Secretaria de Segurança Pública**, Bahia, 2020b. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/2020/11/8697/Mes-de-outubro-tem-a-maior-queda-de-roubos-a-onibus-no-ano.html>. Acesso em 26 de dezembro de 2021.
- BENITES, Afonso; BETIM, Felipe. Congresso aprova renda básica por crise do coronavírus enquanto Planalto luta por protagonismo. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-31/congresso-aprova-renda-basica-emergencial-por-crise-do-coronavirus-enquanto-planalto-luta-por-protagonismo.html>. Acesso em: 23 de maio de 2021.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. Pandemia, isolamento social e colapso global. **Revista Espaço Acadêmico**. nº 221, p.168-178, mar./abr., 2020. Bimestral. Ano XIX - ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827/751375149744>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.
- CARVALHO, Ináia M.M; PEREIRA, Gilberto Corso (Org). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- CARVALHO, Inaiá; FERNANDES, Cláudia Monteiro. Transformações recentes da estrutura social das metrópoles brasileiras - Relatório RMS. In: **TD Observatório das Metrôpoles**, nº 009, 2019, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/11/RMS_Final.pdf. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.
- CONDER e SEDUR. **Parte 2 – Política de Atendimento do Programa de Reassentamento Involuntário**. 2009. Salvador da Bahia, Brazil.
- COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio De Janeiro, vol.54, nº 4, p.969-978, jul./ago., 2020. Epub Aug 28. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000400969&script=sci_arttext. Acesso em: 03 de janeiro de 2021.

DA REDAÇÃO. "Salvador tem segunda maior taxa de desocupados entre as capitais, diz IBGE". **A Tarde**, Salvador, 15 de mai. 2020. Disponível em: [https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2127613-salvador-tem-segunda-maior-taxa-de-desocupados-entre-as-capitais-diz-ibge#:~:text=Salvador%20%C3%A9%20a%20segunda%20capital,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)](https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2127613-salvador-tem-segunda-maior-taxa-de-desocupados-entre-as-capitais-diz-ibge#:~:text=Salvador%20%C3%A9%20a%20segunda%20capital,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).). Acesso em: 03 de janeiro de 2020.

DATA FAVELA. **Coronavírus nas favelas**. Instituto Locomotiva, 2020. Disponível em: https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Coronav%c3%adrus-nas-favelas_divulg_rev2.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2021.

ECLAC - Economic Commission for Latin America and the Caribbean, United Nations. **Social Panorama of Latin America, 2020**. Rev.1, Santiago, 2021.

HARDON, Anita, et al. 2001. *Health Systems in Applied Health Research Manual - Anthropology of Health and Health Care*. Amsterdam: Het Spinhuis.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 de dezembro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) COVID-19. Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE; 2020. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_PNAD_COVID19/Microdados/PNAD_COVID19_052020.zip. Acesso em: 26 de dezembro de 2020.

ISOLAMENTO atinge menor patamar da pandemia em dezembro. **Datafolha Instituto de Pesquisa**, 2020. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/12/1989191-isolamento-atinge-menor-patamar-da-pandemia-em-dezembro.shtml>. Acesso em: 24 de mai. de 2021.

KOLLING, Marie. 2012. *Doing gender, doing away with illness. Diabetic disruptions to masculinity and sexuality in Northeast Brazil*. **Nordic Journal for Masculinity Studies**, 7(1), 91-115. Disponível em: https://www.idunn.no/norma/2012/01/doing_gender_doing_away_with_illness_diabetic_disruptions. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

KOLLING, Marie. 2019. Becoming Favela: Forced Resettlement and Reverse Transitions of Urban Space in Brazil. **City & Society**, vol. 31(3), p.413-435, nov., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ciso.12237>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

KOLLING, Marie. 2020. *Debt and Dirty Names: Tracing Cashlessness and Urban Marginality in Brazil*. In: **Who's Cashing In? Contemporary Perspectives on New Monies and Global Cashlessness** (eds. Sen A, Lindquist J, Kolling M). Berghahn Books. *Critical Interventions: A Forum For Social Analysis*, Vol. 19. Disponível em: https://berghahnbooks.com/downloads/OpenAccess/SenWho/SenWho_02.pdf. Acesso em: 26 de dezembro de 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas. Covid-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, Bom Jesus da Lapa, vol. 2, p.01-10, jan./dez, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

MADEIRO, Carlos. Covid-19 já é a maior causa de mortes no Brasil registrada em um único ano. **UOL**. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/09/15/com-133-mil-obitos-covid-ja-tem-recorde-como-causa-morte-no-pais-em-um-ano.htm> Acesso em: 22 de maio de 2021.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598111-o-direito-universal-a-respiracao-artigo-de-achille-mbembe>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

MENDONÇA, Heloísa. PIB tem queda histórica de 9,7% no segundo trimestre e pandemia arrasta o Brasil para recessão. **El País**. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/economia/2020-09-01/pib-tem-queda-historica-de-97-no-segundo-trimestre-e-pandemia-arrasta-o-brasil-para-recessao.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FREIRE, Neyson Pinheiro. Pandemia exacerba desigualdades na saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol.25, n° 9, p.3555-3556, set., 2020. Epub Aug 28. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020000903555&script=sci_arttext. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2009. **Painel de Indicadores do SUS**. Brasília. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/panoramico_v_3_n_7.pdf. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

PEREIRA, Carla Galvão; ARANTES, Rafael de Aguiar. *Fighting Covid-19 in Salvador: cooperation and conflict in intergovernmental relationship*. **Revista Ambiente e Sociedade**. vol.23, p.1-11, jul., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-753X2020000100901&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

OBSERVATÓRIO de bairros Salvador. Salvador. Disponível em: <https://observatoriobairros.salvador.ufba.br/bairros/sao-joao-do-cabrito>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de; ARANTES, Rafael Aguiar. Neighborhood Effects and Urban Inequalities: the impact of covid-19 on the periphery of Salvador, Brazil. **City & Society**, vol. 32 (1), abr., 2020. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/ciso.12266>. Acesso em: 07 de janeiro de 2021.

PORTAL COVID-19 BRASIL. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/municipios-br/>. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

RENDA básica emergencial: a campanha que levou a ela e seus passos. **Rede Brasileira de Renda Básica**, 2020. Disponível em: <http://rendabasica.com.br/renda-basica-emergencial-campanha-levou-ela-seus-proximos-passos/>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

SALVADOR, Decreto nº 32280, de 23 de março de 2020, Diário Oficial do Município. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391448>. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

SALVADOR. **Informe Salvador**, 2020. Disponível em: <http://informe.salvador.ba.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 26 de dezembro de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2021.

SECOM. Salvador decreta situação de emergência e fecha shoppings contra coronavírus. 18 de março, 2020. Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/56277-salvador-decreta-situacao-de-emergencia-e-fecha-shoppings-contracoronavirus> Acesso em: 22 de maio de 2021.

SCHIMIDT, Maria Inês; et. al. 2011. *Chronic non-communicable diseases in Brazil: Burden and current challenges*. **The Lancet** 377(9781), 1949-1961.

SOARES, Antonio Mateus de C. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador. **Geografias**. +Belo horizonte, vol.05(1), p.83-96, jan./jun., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13265/10497>. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

NAÇÕES UNIDAS. *The Impact of COVID-19 on Latin America and the Caribbean*. **Policy Brief**, jul, 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/policy-brief-impact-covid-19-latin-america-and-caribbean-july-2020>. Acesso em: 03 de janeiro de 2021.

VALADARES, et. al. Alunos recebem refeição diária, cestas básicas e vouchers como merenda. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/alunos->

recebem-refeicao-diaria-cestas-basicas-e-vouchers-como-merenda.shtml. Acesso: 28 de dezembro de 2020.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza Urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 20, p.19-30, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74005/77664>. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia do covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Caderno de Saúde Pública**, vol. 36 (5), p.1-4, mai., 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2021.

INFORMAÇÕES DAS AUTORAS

Tháise Sá Santos

Cientista Social e Cientista Política formada pela Universidade Federal da Bahia.

Professora no Estado da Bahia e assistente de Pesquisa no Danish Institute for International Studies-DIIS.

E-mail: thaise_itapetinga@hotmail.com

Marie Kolling

Anthropology, PhD, Institute of Anthropology, Copenhagen University

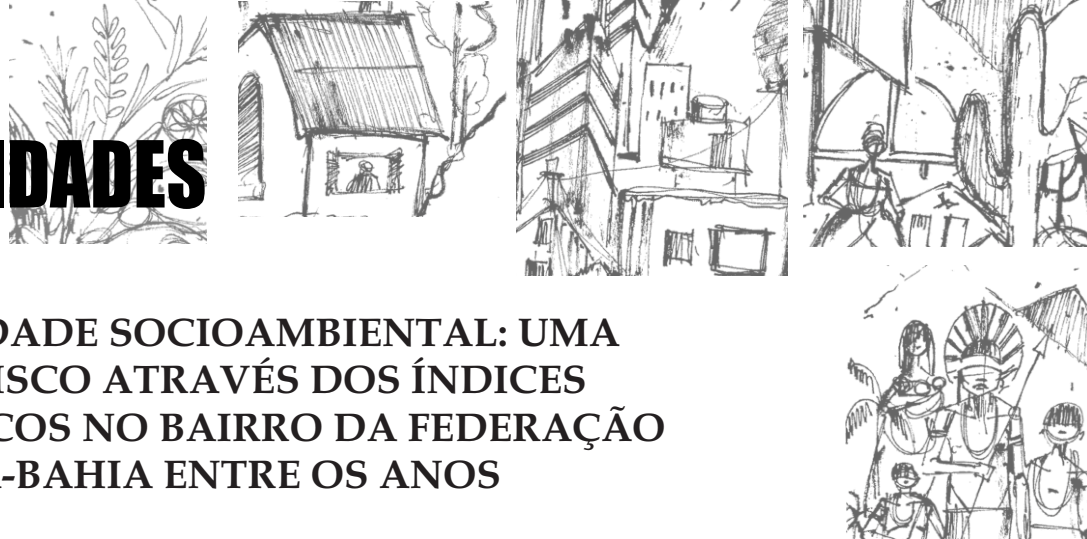
Danish Institute for International Studies, DK

E-mail: mako@diis.dk

Orcid: orcid.org/0000-0002-7696-1022

Recebido em: 12/01/2021

Aceito em: 16/08/2021



VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO RISCO ATRAVÉS DOS ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS NO BAIRRO DA FEDERAÇÃO EM SALVADOR-BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2019

Socio-environmental vulnerability: an analysis of risk through pluviometric indices in the federation neighborhood in Salvador-Bahia between 2009 and 2019

DOI 10.29327/2797743.2.1-7

RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidades identificar e analisar os principais riscos referentes às instabilidades existentes no bairro da Federação em Salvador-Bahia, bem como ponderar sobre as características físicas do terreno e a exposição da população residente quando associados aos índices pluviométricos, levando em consideração o intervalo temporal de 2009 e 2019. Este trabalho buscou uma abordagem quantitativa e qualitativa, revisitando obras de autores especializados no assunto, coletando índices pluviométricos através do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), utilizando o método de Crepani *et al.* (2001) para análise quantitativa da vulnerabilidade, e aplicando o quadro do Plano Diretor de Encostas do município de Salvador - PDE (2004) para determinar qualitativamente o grau de risco. Houve também o levantamento de fotografias, *in loco*, com objetivo de fomentar a análise crítica do espaço e confirmar os dados mapeados. Foi constatado, depois da sistematização e análise dos dados coletados, que os riscos socioambientais oriundos das construções de moradias irregulares em ambientes instáveis do ponto de vista natural tornam a população vulnerável e intensificam a ocorrência de eventos como deslizamento e desabamento, sobretudo em meses de fortes e prolongadas chuvas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Socio-ambiental. Índices pluviométricos. Risco ambiental. Ocupação espontânea.

Catharina Freire Maciel Rodrigues
Universidade Católica do Salvador
E-mail: cathy.freire@hotmail.com

Camila Alves Ribeiro
Universidade Católica do Salvador
E-mail: camila.ribeiro@ucsal.edu.br

Augusto César da Silva Machado Copque
Universidade Católica do Salvador
E-mail: augusto.copque@ucsal.br

ABSTRACT

This research aims to identify and analyze the main risks related to the instability existing in the neighborhood of Federação in Salvador-Bahia, as well as the physical characteristics of the land and the exposure of the resident population, when associated with the rainfall indices, taking into consideration the time interval of 2009 and 2019. This study sought a quantitative and qualitative approach, revisiting works by authors specialized in the subject, collecting rainfall indices through the National Meteorological Institute (INMET), using the Crepani *et. al* (2001) method for quantitative analysis of the vulnerability and applying the framework of the Hills Stewardship Plan of the Salvador County - PDE (2004) to qualitatively determine the degree of risk. There was also the survey of photographs, *on-site*, with the objective of promoting the critical analysis of the space and confirming the mapped data. It was found, after systematization and analysis of the collected data, that the socio-environmental risks arising from the construction of irregular housing in environments that are unstable from the natural point of view make the population vulnerable and intensify the occurrence of events such as landslides and collapses, especially in months of heavy and prolonged rains.

Keywords: Socio-environmental Vulnerability. Rainfall Indices. Environmental Risk.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no território brasileiro ocorreu de forma heterogênea, dando subsídios para a ocorrência de problemas de diferentes ordens, dentre eles, a ocupação populacional espontânea em ambientes instáveis do ponto de vista natural, como a exemplo das encostas íngremes que, segundo o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), devem ser consideradas como Área de Preservação Permanente (APP) quando sua declividade for superior a 45°. Notadamente, esta lei enfatiza os aspectos ambientais de prevenção de riscos associados à ocupação irregular de encostas.

O conceito de vulnerabilidade traz consigo uma série de interpretações, sendo que, no presente estudo, buscou-se determinar seu viés no que diz respeito à exposição aos riscos socioambientais. A definição de risco, por sua vez, possui uma série de possibilidades interpretativas, entretanto, é aqui apropriada para determinar o potencial e/ou probabilidade da ocorrência de eventos resultantes de um perigo natural, podendo ser ampliado pelas atividades antrópicas e pela ocupação do território, afetando (direta ou indiretamente) a vida humana.

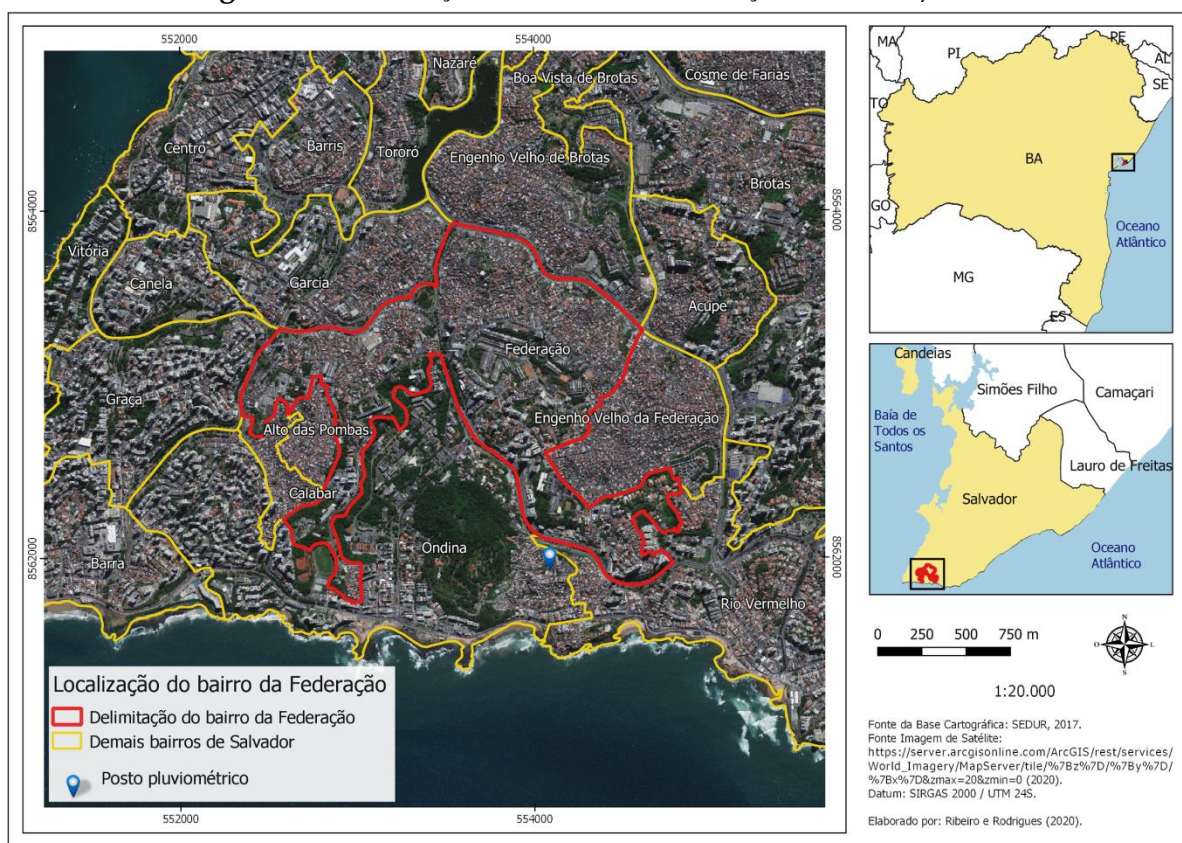
Neste contexto, associado aos termos supracitados, o estudo da pluviosidade exerce um papel significativo sobre o espaço geográfico, sobretudo na faixa tropical, zona reconhecida pela ocorrência de fortes chuvas que intensificam o potencial erosivo. A magnitude e frequência das precipitações, a nível espacial e temporal, a tornam um agente causador de diversos problemas desencadeados, especialmente, nos grandes centros urbanos, que, considerando sua morfologia e infraestruturas de habitação, podem favorecer a ocorrência de eventos como inundações, enchentes, deslizamentos de terra, entre outros. Assim, os riscos desses eventos acontecerem aumentam, consideravelmente, quando ocorrem precipitações frequentes, de longa duração e/ou intensas.

Semelhante à realidade brasileira, na metrópole Salvador, um dos mais importantes centros urbanos do país, encontram-se complexos impasses relacionados à ocupação informal em ambientes instáveis, resultantes, em parte, por seus atributos físicos, associados às falhas geológicas, fatores socioeconômicos, bem como ao perfil da população que habita os locais de risco. Para Cunico (2013, p. 23) “o processo de uso da terra pode ser decisivo, e até mesmo determinante, das condições de riscos e vulnerabilidades a que a população está submetida”. Dessa forma, a ocupação de áreas definidas como vulneráveis tem importante correlação aos residentes da cidade, sobretudo em alguns bairros, quando atingidos por eventos atmosféricos intensos. Considera-se, ainda, que Salvador possui um elevado índice pluviométrico, principalmente nos meses de abril, maio e junho, apresentando uma média de 196,8 mm de chuva por mês (INMET).

Para análise a respeito da vulnerabilidade e risco, levando em conta os padrões pluviométricos e sua ação causa-efeito no meio socioambiental, foi definido como área de estudo o bairro da Federação, devido às suas características geográficas específicas, que compreendem morros, vales e depressões, as quais permitiram uma análise efetiva e relevante.

O bairro da Federação está inserido na porção sul do município de Salvador, conforme a Figura 1, localizando-se entre as coordenadas 12°59'23.61"S, 38°29'39.60"W e 13°00'34.85"S, 38°31'2.41"W, abrangendo uma área de 215,05 hectares. É limítrofe aos bairros da Graça a oeste, ao norte com o Garcia e o Engenho Velho de Brotas, a leste com o Acupe, ao sul com os bairros Alto das Pombas, Ondina e Engenho Velho da Federação. Além de possuir uma densidade demográfica de 169,08 hab./ha (Conder/Informs, 2016).

Figura 1 - Localização do bairro da Federação, Salvador/Bahia



Fonte: Elaborado pelas Autores, 2020.

A Federação constitui-se em um dos bairros mais elevados de Salvador, cujo ponto culminante atinge 75 metros de altitude, destacando-se, pois, o ponto mais alto da cidade que se encontra a aproximadamente 120 metros, no bairro da Valéria. Devido à sua topografia, a região da Federação apresentava-se isolada do centro da cidade. Entretanto, por volta da década de 1890, o bairro foi cortado por uma nova e importante via chamada Estrada da Federação — a qual denomina o bairro — atual Rua Caetano Moura (Figura 2), sendo a primeira grande obra realizada na região, além de propiciar a ligação com outros bairros da cidade. Ademais, é caracterizada como polo de implantação das redes de diversas emissoras de rádio e televisão, a exemplo das sedes da Bahia FM, Rádio Transamérica, TV Aratu, TV Bandeirantes.

Desse modo, a presente pesquisa sobre vulnerabilidade socioambiental no bairro da Federação tem por objetivo identificar e analisar os principais riscos referentes à instabilidade existentes no território, bem como as características físicas do terreno e a exposição da população residente, quando associados aos índices pluviométricos no intervalo temporal de 2009 e 2019.

Figura 2 - Fotografia da Estrada da Federação



Fonte: Arqueologia e Imagem (2012). Acesso em 12 de set. de 2020.

Foto: Allen Morrison, (s./d.).

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica abrangeu uma pesquisa documental, utilizando principalmente o livro “Riscos ambientais e vulnerabilidades nas cidades brasileiras” do geógrafo Almeida (2012). Nele se encontram pertinentes reflexões como a ideia da “onipresença do risco”, ou seja, o risco sendo inerente desde quando é concebida a vida humana. De forma geral, o risco pode ser definido como:

Categoria de análise associada a noções de incerteza, exposição ao perigo, prejuízos materiais e humanos, atrelados não só a processos naturais, mas também a processos oriundos das atividades humanas [...] ao determinar que o risco é a percepção de um indivíduo ou grupo, da probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso, aponta que as consequências desses eventos são em função da vulnerabilidade intrínseca desse indivíduo ou grupo (Almeida, 2012, p. 19).

Esta definição insere noções sobre a probabilidade da ocorrência e/ou susceptibilidade de eventos espontâneos da natureza ou antrópicos, juntamente à avaliação de suas implicações ou danos (vulnerabilidade) pelo ser humano. A avaliação do risco pode ser realizada de forma qualitativa e/ou quantitativa, mensurando o nível de perda e a probabilidade de que o evento ocorra.

No âmbito das Geociências, a utilização do conceito de risco é empregada através da análise da possibilidade de ocorrência de acidentes. Deste modo, é associado com frequência a conceitos de acidente (fato que já ocorreu, com registro de complicações sociais e/ou econômicas), e evento (fato que também já ocorreu, porém, sem o registro de complicações sociais e/ou econômicas diretamente a ele relacionadas) (Cerri; Amaral, 1998 *apud* Almeida, 2012, p. 20).

Já as Nações Unidas, por meio do Escritório de Coordenação de Auxílio a Desastres (UNDRO), contribui para a definição de vários conceitos relativos ao estudo dos desastres naturais, incluindo risco. O termo é definido como sendo o “grau de perda prevista devido a um fenômeno natural determinado e em função tanto do perigo natural quanto da vulnerabilidade” (Aneas de Castro, 2000).

Vale ressaltar que não há um consenso sobre o conceito de vulnerabilidade na literatura científica. Entretanto, é possível determinar como frequentemente a mesma está associada ao crescimento das desigualdades sociais e a pobreza.

Entre as ciências ambientais, a ciência da vulnerabilidade pode contribuir para o entendimento das circunstâncias que põe as pessoas sob o risco e das condicionantes que reduzem a habilidade com que as pessoas e os lugares respondem às ameaças ambientais, ou seja, reduzem sua resiliência (Cutter, 2003 *apud* Almeida, 2012, p. 31).

Ou seja, expõe um indivíduo ou grupo a um evento potencialmente perigoso do ponto de vista natural. Já Cerqueira (2019), em sua tese, correlaciona às noções de risco e vulnerabilidade a partir da dinâmica da exposição em ambientes urbanos:

Diante da multidimensionalidade que o caracteriza, optamos pelo cerne da vulnerabilidade pelo viés da exposição a diferentes situações de riscos urbanos, que consideramos ser um caráter inovador e relevante da tese. Assim, será mais vulnerável aquela população que conviver em espaços onde os riscos sejam mais graves, intensos e sobrepostos (Cerqueira, 2019, p. 24).

Em contraposição com o desenvolvimento de grande relevância de mecanismos de resposta a desastres na comunidade internacional, ainda não foi desenvolvida uma metodologia comum, que seja suficiente para identificar ou mensurar os riscos e as vulnerabilidades a desastres, uma metodologia que possibilite a definição de formas de gestão dos riscos e de prioridades (Birkmann, 2007 *apud* Almeida 2012, p. 42).

Com isso em mente, para fortalecer o processo de mensuração dos riscos e/ou vulnerabilidades, é necessário dar ênfase à obtenção do conhecimento sobre os mais vulneráveis, assim como aos espaços em exposição a riscos, e os fatores que podem influenciar e causar vulnerabilidade/risco.

De modo geral, pode-se dizer que, embora não haja consenso sobre o conceito de vulnerabilidade, os espaços de susceptibilidade a eventos naturais perigosos têm uma tendência a serem ocupados por populações de menor renda, com difícil acesso a serviços e infraestrutura adequada de habitação.

Diante desta realidade vivida e divulgada quase que diariamente nos meios de comunicação por todo o Brasil, sobretudo nos períodos chuvosos, a discussão a respeito do risco e vulnerabilidade é contemporânea e relevante, demonstrando a amplitude e a intensidade desses fenômenos, inclusive no cotidiano da cidade do Salvador.

Neste trabalho, a ótica da vulnerabilidade é qualificada como socioambiental. Conforme explica Cerqueira (2019), o uso do adjetivo “socioambiental” é justificado por ter não só uma perspectiva ambiental, quando se refere às formas de ocupação e uso da sociedade de um substrato físico (hidrografia, solo, relevo, etc.), como também um aspecto das relações sociais por meio da análise das moradias construídas de modo irregular em ambientes instáveis do ponto de vista natural, que torna vulnerável a população e intensifica cenários de deslizamento e desabamento, principalmente em meses de fortes e prolongadas chuvas.

METODOLOGIA

Para a análise da vulnerabilidade socioambiental e risco através dos índices pluviométricos no bairro da Federação, no período de 2009 a 2019, parâmetros legais foram consultados referentes às encostas e situações de risco, mediante a Lei nº 12.651/2012, que institui o Novo Código Florestal. Além de um arcabouço metodológico utilizado em teses de doutorado dos autores como Cerqueira (2019), Cunico (2013) e Santana (2014), além da dissertação de mestrado de Silva (2018), entre outros. Trabalhos estes fomentados pela análise espacial através da ótica da vulnerabilidade socioambiental em diferentes territórios.

Os dados coletados para a produção desta pesquisa foram extraídos de três fontes. Na primeira parte, as informações foram obtidas através da Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador - CODESAL, órgão pertencente à Prefeitura Municipal do Salvador, que disponibilizou os dados de ocorrências de deslizamentos e desabamentos do período de 2009 a 2015¹. A partir deste levantamento, foi realizado um cruzamento entre as informações das ocorrências de deslizamentos de terra e desabamentos – risco ambiental – com as áreas de vulnerabilidade ambiental do bairro da Federação.

Na segunda parte, foi consultado o Banco de Dados Meteorológicos - BDMEP do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, órgão federal administrado pelo Ministério da Agricultura. Os valores mensais/ anuais correspondentes ao volume de chuva do período 2009-2019 foram referidos à estação climatológica de Ondina, onde se localiza o posto pluviométrico em Salvador mais próximo da Federação, entre as coordenadas 13°00'19''S e 38°30'31''W. De posse dos dados, foi organizada a tabulação e análise gráfica com auxílio do Microsoft Excel 2016, ordenando de acordo com a distribuição mensal/ anual dos totais pluviométricos do posto.

A terceira parte diz respeito às informações do setor do Instituto de Pesquisa Operacional e Ciências de Gerenciamento - INFORMS da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER (2016), baseando-se no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

A fim de sistematizar, tratar e interpretar os dados, executou-se o ordenamento das informações coletadas no que se refere à vulnerabilidade e risco na perspectiva socioambiental. Para o tratamento digital dos dados e a digitalização dos mapas, foi utilizado o *software* de Geoprocessamento QGIS, na versão 3.10.8, assim como fotografias *in loco* adquiridas por meio de uma visita em áreas escolhidas previamente, com objetivo de fomentar a análise crítica do espaço e confirmar dados mapeados. A partir deste viés de análise, pôde-se observar áreas no bairro de relevante interesse de estudo, utilizadas para uma avaliação quantitativa e qualitativa em que foram ponderadas características físicas e sociais do local.

Com o cruzamento dos dados levantados da CODESAL e do INMET, estabeleceu-se a interseção entre as duas variáveis (deslizamentos/ desabamentos e pluviosidade), tendo, deste modo, o quantitativo de suas ocorrências na área vulnerável delimitada. Portanto, foi possível observar de que forma as condições socioespaciais e ambientais são determinantes no desencadeamento das circunstâncias de risco em áreas de vulnerabilidade.

Outra metodologia que deu norte à pesquisa, no viés da análise quantitativa da vulnerabilidade ambiental, foi a proposição de Crepani *et al.* (2001). O autor se baseou na ideia da resistência dos elementos naturais aos agentes erosivos, considerando a ação humana na intensificação desse processo (Santana, 2014).

A mensuração do grau de vulnerabilidade ambiental associado aos valores de declividade, de acordo com Crepani *et al.* (2001), é determinada por uma grandeza escalar variando entre 1,0 a 3,0. Sendo o valor 1,0 avaliado como uma vulnerabilidade muito baixa/ estável, possuindo declividade entre 0 e 2%, representado pela cor verde e 3,0 como bastante alta/ vulnerável, com declividade superior a 50%, caracterizado pela cor marrom, conforme demonstrado na Tabela 1.

¹ Devido à falta de monitoramento e sistematização, os dados utilizados não se referem à delimitação temporal da pesquisa (2009-2019), pois o órgão responsável não disponibiliza dados atualizados sobre as ocorrências de deslizamentos e desabamentos.

Tabela 1 - Grau de vulnerabilidade/estabilidade com as respectivas classes de declividade

Grau de Vulnerabilidade	Valores de vulnerabilidade	Declividade (%)	Cor da classe
Estável / Muito Baixa	1,0	0 - 2	Verde
Moderadamente Estável / Baixa	1,5	2 - 6	Amarelo
Medianamente (Estável/Vulnerável) / Média	2,0	6 - 20	Laranja
Moderadamente Vulnerável / Alta	2,5	20 - 50	Vermelho
Vulnerável / Muito Alta	3,0	> 50	Marrom

Fonte: Adaptado de Crepani *et al.* (2001).

Para Crepani *et al.* (2001), as características físicas fundamentais da chuva compreendidas nos processos erosivos são: a quantidade ou pluviosidade total, a intensidade pluviométrica e a distribuição sazonal. Este método foi adaptado ao interesse da pesquisa e aplicado de forma que o grau de vulnerabilidade fosse associado à declividade e à pluviosidade. Dessa forma, a Tabela 2 representa a escala de erosividade, construída com base na disposição linear dos valores entre os possíveis intervalos de intensidade pluviométrica.

Tabela 2 - Escala de erosividade da chuva para análise da vulnerabilidade ambiental

Intensidade Pluviométrica (mm/mês)	Vulnerabilidade	Intensidade Pluviométrica (mm/mês)	Vulnerabilidade	Intensidade Pluviométrica (mm/mês)	Vulnerabilidade
< 50	1,0	200 - 225	1,7	375 - 400	2,4
50 - 75	1,1	225 - 250	1,8	400 - 425	2,5
75 - 100	1,2	250 - 275	1,9	425 - 450	2,6
100 - 125	1,3	275 - 300	2,0	450 - 475	2,7
125 - 150	1,4	300 - 325	2,1	475 - 500	2,8
150 - 175	1,5	325 - 350	2,2	500 - 525	2,9
175 - 200	1,6	350 - 375	2,3	> 525	3,0

Fonte: Adaptado de Crepani *et al.* (2001).

Para efeito da caracterização do grau de risco, foi utilizado, nesta pesquisa, o levantamento do Plano Diretor de Encostas - PDE, 2004, tratando-se de um instrumento de caráter administrativo, abrangendo estudos técnicos, econômicos e sociais sistemáticos, idealizados para o enfrentamento do complexo problema do risco geológico associado às encostas da paisagem de Salvador. Assim sendo, este documento se refere ao planejamento e controle de ações necessárias para a estruturação urbano-ambiental de assentamentos em situação de risco e de auxílio ao desenvolvimento urbano, elaborando um quadro propondo critérios para a classificação qualitativa do grau de risco (Figura 3).

A classificação do grau de risco leva em consideração fatores condicionantes relacionados a: instabilidade comprovada; efeito e consequências da instabilidade observada; topografia desfavorável e aspectos geotécnicos desfavoráveis. Por conseguinte, a classificação se torna uma importante ferramenta, pois identifica locais de risco que se agravam nos períodos de altos índices pluviométricos, ocasionando escorregamentos ou desabamentos, levando consigo as construções ali existentes e colocando em risco a vida da população.

Figura 3 – Critérios para a determinação do grau de risco

CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE RISCO – ASPECTO DO LOCAL	
BAIXO - Presença dos fatores condicionantes 03 e/ou 04. Não se observam processos de instabilidade.	Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos durante a época de chuvas intensas e prolongadas.
MÉDIO - Presença dos 04 fatores condicionantes. Processo de desestabilização incipiente.	Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante a época de chuvas intensas e prolongadas.
ALTO - Presença dos 04 fatores condicionantes. Processo de desestabilização em pleno desenvolvimento, podendo-se monitorar a sua evolução.	Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante a época de chuvas intensas e prolongadas.
MUITO ALTO - Presença dos 04 fatores condicionantes, processo de desestabilização em avançado estágio de desenvolvimento, não sendo mais possível monitorar a sua evolução.	Mantidas as condições existentes, é grande a probabilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante a época de chuvas intensas e prolongadas. Em alguns casos a ocorrência do evento destrutivo é iminente.
SEM RISCO - Não há presença de nenhum dos 04 fatores condicionantes.	

Fonte: Relatório Síntese do PDE (2004, p.17 *apud* Sucom, [s.d.], p. 512).

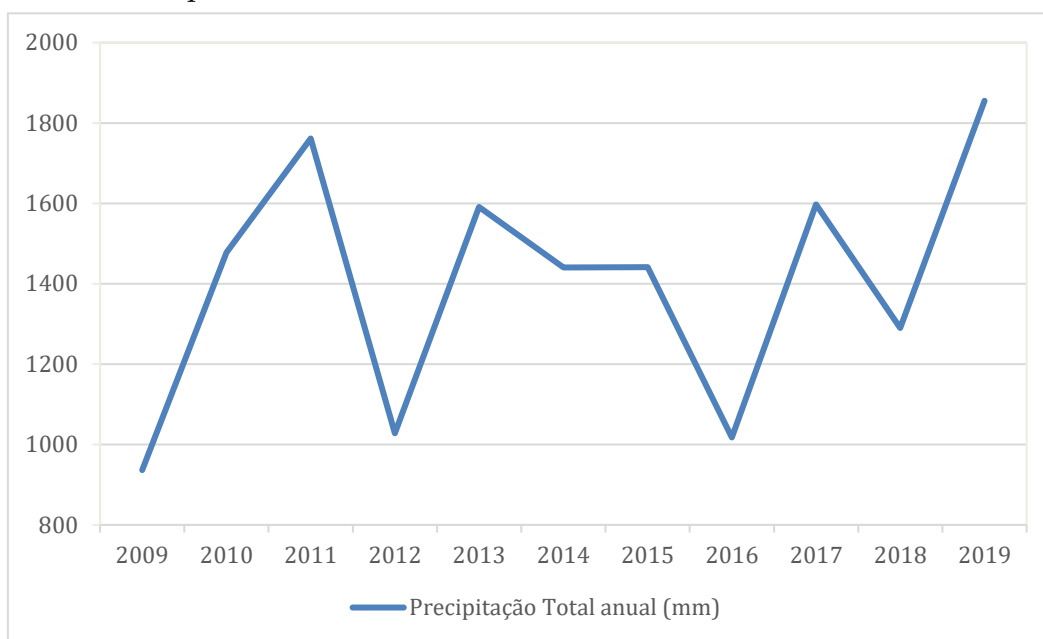
RESULTADOS E DISCUSSÕES

As mudanças nas formas de uso e ocupação e o problema das encostas em Salvador decorrem expressivamente de uma ocupação espontânea por parte das famílias de menor renda. Todavia, no contexto de intensa desigualdade em que as cidades se transformam, zonas consideradas de risco, como a exemplo das encostas íngremes, se tornam a única alternativa de acesso à habitação em terra urbana e, desse modo, há um crescente no contingente de moradias sem adoção dos critérios técnicos requeridos pelas normas expostas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Salvador - PDDU (Lei nº 9.069/2016) e no PDE (2004).

Como propõe o autor Cerqueira (2019), os riscos de deslizamentos/desabamentos aumentam consideravelmente quando ocorrem precipitações frequentes e de longa duração. Para esta análise foram coletados dados pluviométricos da estação climatológica de Ondina entre o período de 2009 a 2019. A partir desta coleta, foi verificado um grande volume de chuva, mesmo nos anos de menor índice, como é o caso do ano de 2009, que apresenta a menor precipitação total anual com 936,4 mm de chuva, destacando que o motivo da queda dos índices nos anos de 2009, 2012 e 2016 foram anomalias cujas causas não foram identificadas nesta pesquisa. Em contrapartida, a partir de 2016, há um crescente que chega ao pico no ano de 2019, com 1.855,4 mm, conforme Gráfico 1.

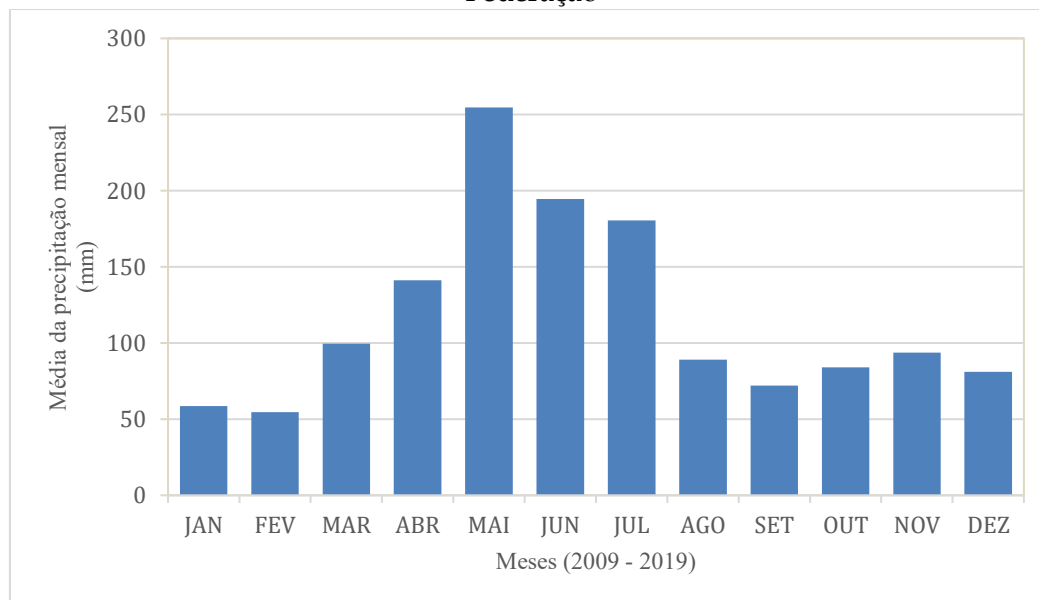
Condizente com a análise temporal do período entre 2009 e 2019 a que esta pesquisa se propôs, foi realizada a identificação das médias de precipitação mensais correspondentes aos referidos anos, vide Gráfico 2, a fim de verificar quais meses representam maior e menor grau de vulnerabilidade segundo o método de Crepani *et al.* (2001).

Gráfico 1 - Precipitação total anual entre os anos de 2009 e 2019 no bairro da Federação



Fonte: INMET. Elaborado pelas Autores, 2020.

Gráfico 2 - Média da precipitação mensal entre os anos de 2009 e 2019 no bairro da Federação



Fonte: INMET. Elaborado pelas Autores, 2020.

No período de abril a julho têm-se as maiores médias mensais de precipitação, correspondentes às estações de outono e inverno, sendo que o mês que apresentou a maior média foi maio, com 254,7 mm. Este valor, segundo a Tabela 2 (que correlaciona vulnerabilidade e a escala de erosividade da chuva segundo sua intensidade), encontra-se entre 250-275, ou seja, o grau de vulnerabilidade corresponde a 1,9 avaliado como média vulnerabilidade. Os meses com menores médias (de janeiro a março e de agosto a dezembro) condizem com as estações do verão e primavera, sendo que fevereiro apresenta a menor média do período, com 54,49 mm. Este valor, vide Tabela 2, refere-se a um baixo grau de vulnerabilidade, com valor de 1,1.

Tais dados, apesar de serem considerados como média e baixa vulnerabilidade, se analisados em consonância com os aspectos ambientais do local, ou seja, com ausência de infraestrutura adequada de habitação, elevada declividade, solo exposto, dentre outros fatores, representam grande risco à população, como será visto posteriormente.

Acrescenta-se ainda que, tanto a ação das gotas das águas pluviais quanto o escoamento superficial, causado pelas enxurradas (também conhecido como “runoff”), possibilitam um impacto direto, além da influência, de forma indireta, do tipo de vegetação, modo de drenagem, impermeabilização e das formas de ocupação do solo, entre outros elementos que compõem uma determinada paisagem.

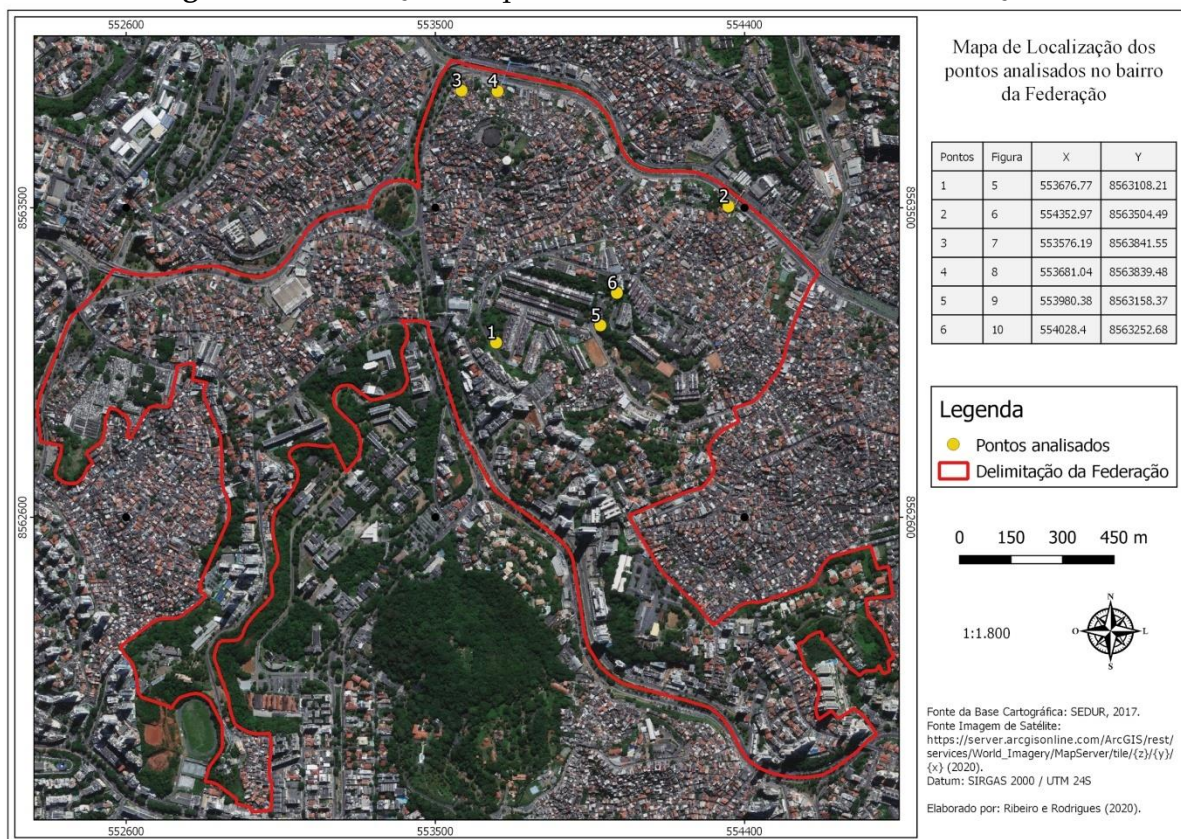
Para fundamentar o estudo voltado ao bairro da Federação, buscou-se, a princípio, os registros de ocorrência de deslizamentos e desabamentos de parte dos imóveis (Codesal, 2012), estes que poderiam estar caracterizados como acidentes com prejuízos associados, conforme trata o autor Cerri e Amaral (1998 *apud* Almeida, 2012, p. 20). Constatando que, de fato, são acidentes recorrentes, podendo ter diversas causas, dentre elas a inexistência de contenção, ausência de rede de drenagem adequada e saturação do solo, estas que, se associadas ao elevado índice pluviométrico, propiciam cenários para a ocorrência de eventos extremos.

O primeiro acidente foi registrado de 2009 e ocorreu em um dos meses com maior volume total de chuva, em abril. Esse registro se trata de um desabamento de muro na rua Dr. Rômulo Serrano, nº 261, causado pelas fortes chuvas no mês em questão, com total de 110,2 mm. O segundo registro também se trata de um desabamento de muro ocorrido em dezembro de 2013, em um dos prédios na rua Engenheiro Jaime Zaverucha, devido ao alto índice pluviométrico (com total de 159,2 mm, destacando que, neste ano, desde setembro houve um elevado índice variando de 116 a 219 mm) porque, geralmente, neste período, as médias de chuva são baixas (Gráfico 2).

O terceiro registro se refere a um deslizamento de terra que ocorreu na rua Barão do Triunfo, nº 455, em 2014, sendo causado pela falta de contenção no local, sem uma rede de drenagem adequada. Esse evento ocorreu no mês de dezembro, caracterizado pelo alto índice pluviométrico, com 201,2 mm de chuva. O quarto registro também diz respeito a um deslizamento ocorrido em maio de 2009, na avenida Anita Garibaldi, nº 2263. Nesse mesmo mês não houve, como o esperado pela média mensal (Gráfico 2), um elevado índice pluviométrico, atingindo um total de 2,4 mm, porém, em abril, houve 110,2 mm de chuva, o que pode ter saturado o solo que cedeu.

No que diz respeito à análise da vulnerabilidade socioambiental e do risco existentes na Federação, foi feita uma seleção de 06 pontos que foram considerados como aspectos expressivos a serem estudados e fotografados. Cada um deles traz características específicas e comuns, que possibilitam o acontecimento de eventos extremos como os que já foram vistos no bairro. Levando, ainda, em consideração que o mesmo possui 12.568 domicílios, sendo que 59,65% (ou seja, 7.497) correspondem a domicílios subnormais (Conder/Informs, 2016) que, de acordo com o IBGE, são habitações irregulares em terrenos públicos ou privados, caracterizadas pela localização em áreas que apresentam restrições à ocupação e carência de serviços públicos essenciais.

Figura 4 - Localização dos pontos analisados no bairro da Federação



Fonte: Elaborado pelas Autores, 2020.

As formas de ocupação espontânea concebida em determinados locais de encosta do bairro da Federação perpetuam e causam problemas de instabilidade que resultam das intervenções antrópicas. Segundo dados da Conder/Informs (2016), o percentual de cobertura vegetal corresponde a 11,17% da área total do bairro. A substituição desta vegetação nativa em prol da urbanização é incontestável, como na Figura 5, por exemplo, onde ocorre em função da construção de vias de acesso, (localizado na rua Engenheiro Rubéns Pires Ferreiras), que expõe o solo à ação da chuva e do vento, tendendo a causar uma sobrecarga natural intensificando, assim, o processo erosivo.

Figura 5 - Vista do ponto 1, localizada nas coordenadas 553676.77m E e 8563108.21m S;
Datum: WGS84 / UTM zona 24S



Foto: Autores (2020).

Foi identificado na Figura 5, de acordo com o PDE (2004), os 4 fatores condicionantes que tornam o local de médio risco, sendo possível visualizar instabilidade incipiente devido ao processo contínuo de erosão hídrica laminar², caracterizado pela construção a meia encosta de vias de acesso desprovidas de qualquer tipo de revestimento e dispositivos de drenagem das águas pluviais e exposição das raízes das plantas. Este tipo de remoção de cobertura vegetal ocorre ano após ano, sendo identificado somente com a exposição das raízes das plantas, o que o torna ainda mais perigoso, pois dificilmente é notado. Além da topografia desfavorável, evidenciada por um terreno acidentado que, no período de chuva intensa e prolongada, pode ocorrer escorregamento.

O local representado pela Figura 5 possui a maior declividade dos pontos levantados, chegando a atingir aproximadamente 32,5%. A vulnerabilidade verificada no local, conforme a Tabela 1 de Crepani *et al.* (2001), foi considerada alta por conta da sua declividade, que se encontra entre a classe 20% a 50%, o que caracteriza um grau alto de vulnerabilidade com valor de 2,5. Acrescentando ainda que, devido à localização do estacionamento, logo abaixo da encosta, encontra-se vulnerável quem transita pelo local, os automóveis estacionados e parte da área do fundo dos prédios.

Também no bairro da Federação, na Avenida Vasco da Gama, 351, localiza-se outro ponto relevante à pesquisa (Figura 6). Considera-se o grau de risco de acordo com a classificação do PDE (2004) como alto, com a presença dos 4 fatores condicionantes. A camada superficial do solo em algumas porções do terreno encontra-se exposta, sendo a mesma o componente mais rico, contendo a matéria orgânica responsável pela manutenção da cobertura vegetal (principal defesa de um terreno contra o processo de erosão), eliminando ou reduzindo drasticamente o impacto da chuva sobre o solo, reduzindo a velocidade do escoamento e a desagregação das partículas do solo, e aumentando a infiltração da água devido à vegetação que não supre a necessidade de sustentação.

As construções de baixo padrão construtivo existentes neste local fazem com que a instabilidade esteja em pleno desenvolvimento, além dos aspectos ambientais que tornam perfeitamente possível a ocorrência de deslizamentos e/ou desabamentos, principalmente durante a época de muita chuva, como no mês de maio, vide Gráfico 2.

² Primeira forma de erosão a atingir qualquer terreno, na qual ocorre a remoção de uma fina camada superficial ocasionada pela passagem de água durante uma chuva.

Figura 6 - Vista do ponto 2, localizada nas coordenadas 554352.97m E e 8563504.49m S;
Datum: WGS84 / UTM zona 24S



Foto: Autores (2020).

A declividade do ponto da Figura 6 tem aproximadamente 11%, chegando a alcançar, em um ponto mais acima, aproximadamente 18%, caracterizando-se por uma vulnerabilidade ambiental média, segundo o método Crepani *et al.* (2001). Entretanto, os domicílios subnormais existentes em um ambiente desfavorável e instável acabam elevando o grau de vulnerabilidade para alto devido a estas características socioambientais. Naturalmente, o processo do uso e ocupação do solo é decisivo para que haja manutenção, e, até mesmo, intensificação das condições de risco e vulnerabilidade. Ressaltando, como elucidado por Cutter (2003 *apud* Almeida, 2012, p. 31), o estudo da vulnerabilidade é importante para a compreensão das circunstâncias a que a população existente no local está submetida.

Outro ponto pertinente localiza-se na Avenida Anita Garibaldi (Figura 7). Foi atribuído ao local um risco alto pela constatação dos 4 fatores condicionantes do PDE (2004). Há presença de uma topografia desfavorável, que se agrava pelas ocupações espontâneas, assim como a Figura 6, que predispõe as encostas a uma série de fatores causadores dos problemas de instabilidade, decorrentes dessas ações antrópicas, como a retirada da proteção vegetal e escavações sub verticais. Desse modo, mantendo essas condições sem ainda a existência de medidas de contenção efetivas no local, a possibilidade de escorregamentos do solo evolui.

Figura 7 - Vista do ponto 3, localizada nas coordenadas 553576.19m E e 8563841.55m S;
Datum: WGS84 / UTM zona 24S



Foto: Autores (2020).

A vulnerabilidade, segundo Crepani *et al.* (2001), foi analisada através da declividade do local com aproximadamente 25,5%. O que torna o local portador de indicadores naturais desfavoráveis à presença de ocupação humana, sendo o grau de vulnerabilidade 2,5 considerado alto. Constitui-se em um dos pontos de maior vulnerabilidade, pois, além de estar em uma das localidades de maior declividade, as habitações do local carecem de infraestrutura e cuidados, tendo como única medida de contenção existente a utilização paliativa da lona preta. Outra situação preocupante é a concentração de entulhos oriundos do descarte da população, para o qual não parece haver ações do poder público intervindo. É considerado o ponto mais carente no sentido de infraestrutura adequada em contraposição ao risco.

O ponto que se refere à Figura 8 localiza-se na Avenida Vasco da Gama, 177. A classificação quanto ao risco varia entre médio e alto em determinados pontos da mesma extensão (PDE, 2004). Na imagem (a), por exemplo, o processo de erosão e retirada de cobertura vegetal para a construção de loteamentos é visível e está em desenvolvimento, enquanto na imagem (b) já existe uma contenção (teoricamente mais resistente do que a lona preta, medida utilizada no local da Figura 7) que diminui a propensão desse processo nessa parte do terreno.

Figura 8 - Vista do ponto 4, localizada nas coordenadas 553681.04m E e 8563839.48m S; Datum: WGS84 / UTM zona 24S



Foto: Autores (2020).

Local de vulnerabilidade perceptível pela presença de loteamentos informais, vegetação de mato carpido e declividade de 22,5% considerando, assim, um valor alto de vulnerabilidade de 2,5 segundo Crepani *et al.* (2001). O ponto 4 contém uma proteção de concreto que não abrange toda a área em exposição e é extensa em largura. Um dos parâmetros investigados foi o motivo pelo qual a população acaba residindo em ambientes instáveis como o citado. Existem inúmeras variáveis que motivam a construção nestas áreas (Figura 8), sendo as principais: o baixo custo de moradia, a proximidade conveniente, no sentido urbano, de regiões que concentram forte atividades comerciais e a fácil disponibilidade de conexões para a maioria dos pontos da cidade através da rede de transporte público.

O ponto 5 localiza-se na rua Sérgio de Carvalho, 1020-902. Pode-se perceber que, na Figura 9, o risco foi detectável pela ausência de uma vegetação firme/densa na parte em que há presença de solo exposto que aumenta a velocidade do escoamento da água que depende da declividade do terreno e da densidade da cobertura vegetal, contemplando, assim, os 4 fatores condicionantes conforme o PDE (2004). Por conseguinte, neste ponto, o risco foi considerado médio.

Figura 9 - Vista do ponto 5, localizada nas coordenadas 553980.38m E e 8563158.37m S;
Datum: WGS84 / UTM zona 24S



Foto: Autores (2020).

Neste ponto, por conta da declividade de aproximadamente 23%, foi considerado pelo método Crepani *et al.* (2001) alto grau de vulnerabilidade com valor de 2,5. Além disso, embora a infraestrutura seja mais estável em comparação aos pontos anteriores, já é possível detectar processo de erosão, levando aos moradores um perigo por conta dessa instabilidade.

Na rua Engenheiro Afonso Oliva, 274-424, encontra-se outro ponto de importante estudo, evidenciando um local que possui uma topografia desfavorável para construção de qualquer tipo de imóvel, mesmo sendo de alto ou baixo padrão construtivo. Sendo assim, o ponto da Figura 10 possui médio risco em razão da instabilidade identificada em função dos fatores condicionantes existentes.

Figura 10 - Vista do ponto 6, localizado nas coordenadas 554028.40m E e 8563252.68m S;
Datum: WGS84 / UTM zona 24S



Foto: Autores (2020).

Com declividade aproximada de 25%, o local possui alta vulnerabilidade, segundo Crepani *et al.* (2001). Todavia, além da elevada inclinação, encontram-se prédios de muitos andares que, mesmo possuindo infraestrutura melhor adequada em contrapartida aos outros pontos tratados nesta pesquisa (como os pontos 2, 3 e 4), podem, com o peso e pela forte e

prolongada chuva, ocasionar um desabamento ou deslizamento de terra, proporcionando, assim, inúmeros prejuízos para as pessoas que ali residem e para as que circulam pelo local utilizando a rua Engenheiro Afonso Oliva.

A compreensão gerada a partir da análise dos pontos de vulnerabilidade no bairro da Federação é similar à realidade da própria cidade, refletindo problemas urbanos recorrentes. O problema da ocupação irregular de encostas, que se constitui em uma área de risco, é pautado principalmente na necessidade de moradia da população que não possui condições de pagar por espaços de alto valor relacional, levando-os em busca de áreas periféricas para construção de seus domicílios, tornando-os vulneráveis a qualquer evento que possa acontecer, sobretudo em meses com fortes e prolongadas chuvas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises efetuadas é possível constatar a indiscutível relação entre riscos ambientais urbanos e questões relacionadas ao uso e ocupação do solo, estas que tornam a população vulnerável. No que diz respeito aos aspectos socioambientais do bairro da Federação, são perceptíveis problemas de diversas categorias de risco, com diferentes tipos de infraestrutura em exposição, a maioria com sérias dificuldades de enfrentamento.

Os 6 pontos identificados e fotografados nesta pesquisa evidenciam e comprovam a forma como a população está exposta e como, de fato, ocorre a vulnerabilidade socioambiental. As condições nas quais a população se torna vulnerável a determinado risco ambiental, quase sempre se associam à ausência de opções adequadas de habitabilidade. Em nenhum dos pontos analisados verifica-se baixa vulnerabilidade ou risco, essas são circunstâncias irrefutáveis da ausência da gestão pública adequada. Nesse sentido, as encostas íngremes acabam se tornando a única opção pelo baixo custo, e, no caso da Federação, a questão de ser um bairro de fácil conexão para outros locais da cidade.

Um dos principais impasses para o enfrentamento dos problemas ambientais oriundos da alta pluviosidade em Salvador é a falta de atualização constante das ocorrências de eventos como os de deslizamento e desabamento, entre outros, por parte da CODESAL. Todavia, em veículos de imprensa como A Tarde, G1, Correio24Horas, frequentemente o sítio da Federação é abordado como área de risco de acidentes ligados às fortes chuvas e ausência de infraestrutura, o que evidencia a importância de aparelhar órgãos de defesa civil municipal e estadual para o conhecimento do mapeamento geológico e das áreas de risco. Assim como é necessária a criação de núcleos comunitários de defesa civil com equipes treinadas para reconhecer a probabilidade de um determinado evento desastroso e a solução antes da sua ocorrência.

É fundamental, do mesmo modo, uma renovação do Plano Diretor de Encostas - PDE (2004), pois, além do fator tempo, considerando a constante mudança a que ambientes urbanos estão submetidos, a sua implementação é considerada insuficiente em termos de prevenção e redução do risco, o que expõe as encostas a desastres anuais. Sendo assim, não cumprindo seus objetivos de promover a redução da vulnerabilidade através do gerenciamento de risco.

Cabe ressaltar que Salvador registrou o período mais chuvoso, em 36 anos, no ano de 2020. De acordo com dados do INMET, os meses de janeiro (92,8 mm), março (265,4 mm), abril (527 mm), maio (457,4 mm), junho (270 mm), agosto (130 mm), setembro (87,4 mm) e novembro (137 mm) ultrapassaram as normas climatológicas para o período. Fevereiro, com 37,6 mm, julho, com 168,2 mm e outubro com 59,4 mm foram os únicos que fecharam abaixo da média. Em um ambiente onde a influência das chuvas é marcante, tanto em volume quanto na intensidade, faz-se necessária a ampliação da rede de postos pluviométricos e estações climatológicas ativas na cidade (atualmente estão em funcionamento apenas 9 deles) e a

garantia da sua manutenção por longo período, a fim de entender melhor a variabilidade espacial em toda sua plenitude.

O monitoramento pré e pós desastres é essencial para dar suporte às famílias vítimas do risco, bem como a implantação de redes de drenagem, obras de contenção de taludes, remoção de moradias e/ou regularização de loteamentos precários são medidas de segurança para conter e minimizar o risco em áreas vulneráveis à ocorrência de escorregamentos. Além de assegurar educação ambiental para a população, servidores públicos, especialmente os integrantes dos órgãos que compõem o Sistema Municipal de Defesa Civil e professores de escolas próximas a áreas de risco, com intuito de se tornarem agentes multiplicadores na criação de uma cultura de prevenção de riscos.

Almeja-se que este trabalho possa impulsionar futuros estudos e reflexões no tocante às questões relativas à vulnerabilidade socioambiental em áreas de riscos tanto no bairro da Federação, como em outros bairros da cidade de Salvador que enfrentam problemas similares, colaborando, assim, para o mapeamento e acompanhamento desses locais. Enfatizando, ainda, que o gerenciamento integrado das complexidades das condições socioeconômicas, geotécnicas, institucionais e de gestão do PDE, sem uma gestão integral do risco, propicia cenários de tragédia, como são os deslizamentos de encosta, que, em questão de segundos, acabam causando prejuízos incontáveis à população vulnerável.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. Q. **Riscos ambientais e vulnerabilidades nas cidades brasileiras**: conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579832895.
- ANEAS DE CASTRO, S. D. Riscos e perigos: uma visão da geografia. Scripta Nova. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais** (Barcelona), n. 60, 15 mar. 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-60.htm>. Acesso em 22 jul. 2021.
- BRASIL. **Código Florestal**. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 22 de set. em 2020.
- CERQUEIRA, E. C. **Vulnerabilidade socioambiental na cidade de Salvador-Bahia**: análise espacial das situações de risco e ações de resiliência. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- CODESAL. Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador. **Histórico de Acidente**. Salvador, 29 out. 2004. Disponível em: www.defesacivil.salvador.ba.gov.br/. Acesso em: 22 set. 2020.
- CONDER. **Painel de informações**: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro / Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador). 5. ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016.
- CREPANI, E. *et al.* **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicados ao Zoneamento Ecológico-Econômico e ao Ordenamento Territorial**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <http://sap.ccst.inpe.br/artigos/CrepaneEtAl.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.
- CUNICO, C. **Do Risco à Adaptação**: a Identificação da Vulnerabilidade Socioambiental de Curitiba – PR. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. BDMEP. **Banco de dados meteorológicos**: para coleta dos dados totais pluviométricos anuais e mensais. Disponível em: <https://bdmep.inmet.gov.br/>. Acesso em: 1 out. 2020.

SALVADOR. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador** (PDDU). Lei nº 9.069/2016. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

SANTANA, S.N. **Análise da Vulnerabilidade Ambiental de Salvador: Um Subsídio ao Planejamento e à Gestão Territorial da Cidade**. 2014. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, C. C. **Uma proposta de atualização do Plano Diretor de Encostas de Salvador-PDE: Por uma cidade mais resiliente aos desastres socioambientais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2016.

SILVA, N. T. **As chuvas no município de João Pessoa: impactos, risco e vulnerabilidade socioambiental**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SUCOM. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Plano Salvador 500: Relatório de caracterização atual**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/uploads/pddu/Caracterizacao%20Atual.pdf>. Acesso em: 31 set. 2020.

INFORMAÇÕES DOS AUTORES

Catharina Freire Maciel Rodrigues

Bacharel em Geografia pela Universidade Católica do Salvador
Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO) e o Grupo de Pesquisa de GeoAmbiental (GPGA)
E-mail: cathy.freire@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5688030799360426>

Camila Alves Ribeiro

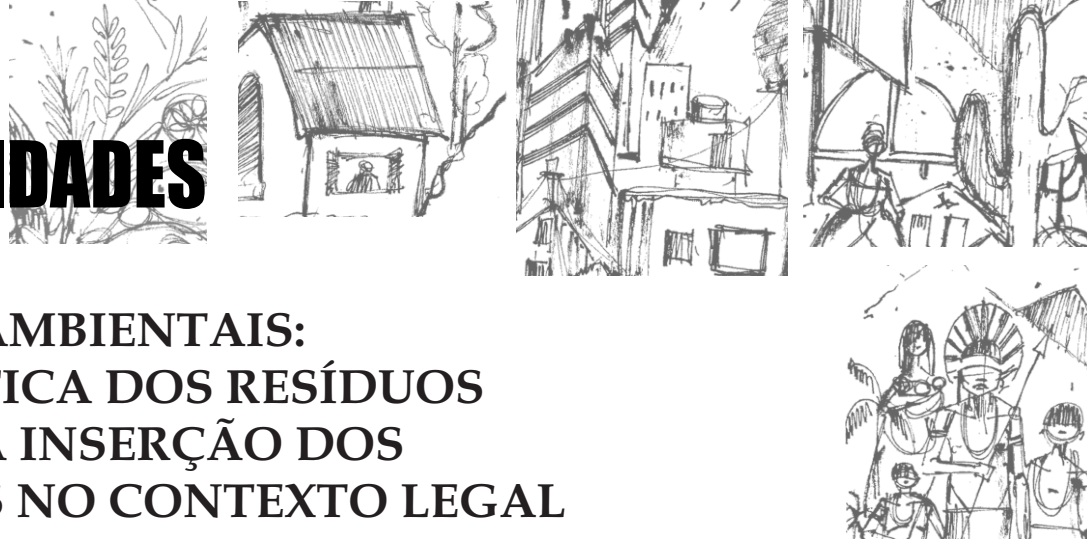
Bacharel em Geografia pela Universidade Católica do Salvador
Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO) e o Grupo de Pesquisa de GeoAmbiental (GPGA)
E-mail: camila.ribeiro@ucsal.edu.br

Augusto César da Silva Machado Copque

Doutor em Geografia pela Universidade do Minho, UMINHO, Portugal. Professor da Universidade Católica do Salvador. Líder do Grupo de Pesquisa de GeoAmbiental (GPGA)
E-mail: augusto.copque@ucsal.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8214402589596535>

Recebido em: 20/03/2021

Aceito em: 30/07/2021



POLÍTICAS AMBIENTAIS: PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E A INSERÇÃO DOS CATADORES NO CONTEXTO LEGAL

**Environmental policies: problem of
solid waste and the insertion of
collectors in the legal context**

DOI 10.29327/2797743.2.1-8

RESUMO

A problemática ambiental que vivenciamos atualmente, em um panorama mundial, pode ser definida como reflexo da falta de planejamento para o consumo diante do vasto crescimento populacional e uso irresponsável dos recursos disponibilizados pela natureza. A problemática entre o alto consumo e a geração de resíduos foi um dos itens abordados na Agenda 21 elaborada na Rio 92, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O desemprego e a alta geração de resíduos são os principais fatores para a expansão do trabalho de coleta como estratégia de sobrevivência. As etapas dessa ocupação do catador de resíduos consistem em coletar, transportar, triar, armazenar e beneficiar a reutilização contribuindo para o meio ambiente. Este estudo objetiva apresentar o marco legal referente à problemática dos resíduos sólidos relacionando com a profissão dos catadores no contexto ambiental do Brasil. Trata-se de um estudo descritivo através de uma revisão narrativa de literatura. Os catadores de resíduos sólidos atuam desde muito antes da instituição da PNRS. Essa classe de trabalhadores vem realizando uma função de grande importância ambiental, colaborando significativamente com o beneficiamento de diferentes materiais para o ciclo produtivo, evitando que esses resíduos sejam destinados a aterros.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Políticas públicas ambientais. Catadores de resíduos.

Rejeane Santos Conceição

Universidade Católica do Salvador

E-mail: anne.cosan@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0001-5013-2157

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi

Universidade Católica do Salvador

E-mail: cristina.marchi@pro.ucs.br

Orcid: orcid.org/0000-0003-2078-9048

ABSTRACT

The environmental problem that we currently experience in a world panorama, can be defined as a reflection of the lack of planning for consumption in the face of the vast population growth and irresponsible use of the resources made available by nature. The problem between high consumption and waste generation was one of the items addressed in Agenda 21 prepared at Rio 92, during the United Nations Conference on Environment and Development. Unemployment and the high generation of waste are the main factors for the expansion of collection work as a survival strategy. The stages of this occupation of the waste picker consist of collecting, transporting, sorting, storing and benefiting from reuse, contributing to the environment. This study aims to present the legal framework related to the problem of solid waste relating to the profession of waste pickers in the environmental context of Brazil. This is a descriptive study through a narrative literature review. Solid waste collectors have been operating since long before the PNRS was instituted. This class of workers has been performing a function of great environmental importance, significantly contributing to the processing of different materials for the production cycle; preventing these wastes from being sent to landfills.

Keywords: Solid waste. Public environmental policies. Waste collectors.

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental que vivenciamos atualmente, em um panorama mundial, pode ser definida como reflexo da falta de planejamento para o consumo diante do vasto crescimento populacional e uso irresponsável dos recursos disponibilizados pela natureza. Segundo Silvestre (2008), o contexto ideológico atrelado à palavra “recurso” transforma o que é “natural” em político e econômico, estimula a apropriação e a dominação da natureza como moeda exploratória, o que, em longo prazo, gera problemas de sustentabilidade em níveis globais.

Sabemos que, diferente do que foi proposto nos estudos patrocinados pelo Clube de Roma e publicados no ano de 1972, o desenvolvimento da sociedade humana é ascendente, o consumo gera impactos negativos nos ecossistemas e necessita de mitigação adequada, principalmente no que se refere à problemática dos resíduos sólidos (Oliveira, 2012). Um planejamento ambiental dito como ideal seria definido como a capacidade da sociedade em desenvolver-se usando a natureza como suporte, porém sem prejuízos permanentes aos ecossistemas, sem danos progressivos, mantendo o meio ambiente funcional e passível de conversação (Erse; Philomena, 2005).

É possível destacar duas proposições básicas sobre o equilíbrio que deveríamos buscar entre homem e natureza, são elas: não se deve retirar dos ecossistemas mais do que sua capacidade de regeneração e não lançar mais rejeitos que sua capacidade de absorção. Assim, a problemática socioambiental pode ser vista como uma situação provocada e diretamente relacionada às atividades sociais que ocorrem sobre a natureza (Fernandes; Sampaio, 2008). O consumo em demasia gera um problema bastante discutido na sociedade atual: os resíduos sólidos. O estilo de vida cada vez mais urbano, imediatista e com alto consumo, compromete a viabilidade e qualidade dos ecossistemas e infere na necessidade de planejar, educar e criar alternativas com suporte legal para a destinação final dos resíduos sólidos (Geitenes; Autora, 2015).

Resíduos sólidos são definidos como os materiais, substâncias, objetos, nos estados sólidos ou semissólidos, resultantes do consumo humano e que necessitam de tecnologias economicamente viáveis para a sua destinação final ambientalmente adequada, incluindo processos de reutilização, reciclagem, recuperação e compostagem com atenção a normas legais que protegem a saúde pública e minimizam os impactos ambientais adversos (Vilar; Machado; Carvalho, 2015; Cunha, 2018).

O desemprego e a alta geração de resíduos são os principais fatores para a expansão do trabalho de coleta como estratégia de sobrevivência, e, apesar de muitos estarem organizados em cooperativas, os catadores de resíduos sólidos são excluídos pela atividade que desempenham (Vilar; Machado; Carvalho, 2015). A exclusão social é motivada pela ausência de dignidade laboral, já que o trabalho de catação não é reconhecido pela sociedade, pela insalubridade da atividade e pela exposição dos sujeitos a fatores de riscos físicos, químicos e ergonômicos.

Segundo a linha histórica descrita por Rigoto (2003), verifica-se que, apesar da atividade de catação ter seus primeiros registros ainda no século XIX, é a partir das alterações no setor produtivo e pela questão do desemprego estrutural no Brasil que o trabalho vai se apresentar como uma alternativa, incorporando aquelas pessoas que não conseguem se inserir ou reinserir no mercado de trabalho formal, tendo em vista que, mesmo após o reconhecimento do trabalho de catador como profissão, as condições de vida e trabalho desses profissionais não passaram por grandes mudanças, mesmo com as modificações políticas no contexto ambiental.

As etapas dessa ocupação do catador de resíduos consistem em coletar, transportar, triar, armazenar e beneficiar a reutilização contribuindo para as indústrias, governo (em todas as esferas) e, principalmente, para o meio ambiente (Autora, 2011). Visto que os resíduos sólidos são considerados, por muitos autores, um problema de saúde pública, é necessário um olhar mais apurado para essa classe de trabalhadores que vivem entre o descarte e o reuso, sendo, assim, trabalhadores em atividade insalubre num grau máximo (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2018).

A problemática entre o alto consumo e a geração de resíduos foi um dos itens abordados na Agenda 21 elaborada na Rio 92, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Antecessora a esse evento, a Conferência de Estocolmo, na década de 70, já sinalizava a importância dos estados em protagonizar o processo de proteção ambiental com a criação de políticas públicas e práticas de gestão ambiental efetiva (Siqueira; Moraes, 2019). No que tange à problemática dos Resíduos Sólidos no Brasil, foram instituídos importantes instrumentos legais como: a Política Nacional do Meio Ambiente em 1981, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, a Lei Federal de Saneamento Básico em 2007, a Lei Estadual de Saneamento Básico em 2008, a Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010 e Política Estadual de Resíduos Sólidos em 2014.

Assim, este estudo objetiva apresentar o marco legal referente à problemática dos resíduos sólidos relacionando com a profissão dos catadores no contexto ambiental do Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma análise histórico-institucionalista da questão ambiental no Brasil, no contexto da inserção dos catadores de materiais recicláveis, com análise de documentos publicados em conferências internacionais e leis federais, destacando o marco legal na conjuntura desses profissionais.

Delineamento do Estudo

Para atingir o objetivo desse estudo foi realizada uma pesquisa descritiva, através de uma revisão da literatura acerca do tema, utilizando documentos técnicos, normativos e científicos com abordagem teórica. A pesquisa descritiva permite a ampliação de experiências sobre a situação desconhecida, explorando o tema e criando maior ligação com o objeto estudado, possibilitando, assim, estratégias para proposições de melhorias referentes à prática, por explorar uma realidade através da identificação de suas características, sua regularidade e/ou sua mudança (Leopardi, 2002).

Base de Dados

O aporte teórico deste presente estudo foi realizado dando atenção especial às pesquisas realizadas em principais bases de dados indexadas, como o *Scientific Electronic Library Online SciELO®* (<https://search.scielo.org/>), *Web of Science do Institute for Scientific Information* (<https://login.webofknowledge.com/>), *Scopus® Elsevier* (<https://www.scopus.com/>), e documentos oficiais disponíveis em endereços eletrônicos oficiais do Ministério do Meio Ambiente no Brasil, entre os meses de setembro de 2019 e janeiro de 2020, utilizando os seguintes descritores: resíduos sólidos, políticas públicas ambientais e catadores de resíduos. A apreciação dos elementos das publicações foi feita por leitura exploratória e analítica do material encontrado.

Crítérios

Crítérios de inclusão: artigos científicos, dissertações, teses, relatórios oficiais e instrumentos legais que abordam os temas Resíduos Sólidos e Catadores de Resíduos. Não foram estabelecidos critérios para recorte temporal das publicações.

Crítérios de exclusão: produções não disponíveis gratuitamente na íntegra e de forma virtual.

DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A Ideologia do “Crescimento Zero”

Criada em 1970, a Organização Clube de Roma reuniu, inicialmente, cerca de 30 membros (industriais, empresários e cientistas) com o objetivo de discutir o sistema global e combater, com sugestões, a degradação ambiental em níveis mundiais.

Em 1972 o Clube de Roma, liderado naquele ano pelo seu fundador Aurelio Peccei, tornou-se muito conhecido por publicar um preocupante relatório elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Esse documento foi intitulado como “Os Limites do Crescimento”, dispunha sobre dados alarmantes a respeito do futuro desenvolvimento populacional no mundo, baseado no consumo exacerbado dos recursos naturais e com impacto direto nos ecossistemas (Oliveira, 2012).

Os impactos descritos pelos pesquisadores apontaram para um destino mundial colapsado, com uma previsão catastrófica apontando que, dentro de um século, o planeta chegaria ao seu limite, e como sugestão foram elaboradas metas em curto prazo para controle do crescimento populacional, redução de 75 % do consumo de algumas matérias-primas, e a proposta ideológica do “crescimento zero” (Braun, 2005; Oliveira, 2012).

A surpresa causada pela publicação patrocinada pelo Clube de Roma serviu como um alerta mundial sobre a problemática ambiental, estimulando os pesquisadores e gestores a discutir o futuro dos ecossistemas em um panorama mundial. Porém o radicalismo das conclusões do “Os Limites do Crescimento”, que não era aceitável nos âmbitos econômicos e políticos, principalmente por determinar que o verdadeiro crescimento das nações estivesse pautado na fundamentação capitalista, onde os países ricos e industrializados iriam manter-se hegemonicamente no topo das lideranças mundiais, resultando na estagnação dos países mais pobres em condição permanente de subdesenvolvimento (Brundtland, 1988).

A publicação mais conhecida do Clube de Roma foi o centro das discussões ambientalistas por muito tempo, estimulou conferências como a de Estocolmo e anos depois na Rio 92, e consolidou o debate sobre o meio ambiente x desenvolvimento. Sendo assim, vamos considerar, neste estudo, a publicação “Os Limites do Crescimento” como o ponto de partida para a discussão e elaboração das políticas ambientais no Brasil, com o foco na problemática dos resíduos sólidos.

Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente e sua Relação com os Resíduos Sólidos

As conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, e a ação dos movimentos ambientalistas internos, estimularam o governo brasileiro a instituir, gradualmente, um sistema de agências ambientais, fazendo do Estado o agente protagonista da formulação e implementação de políticas e práticas de gestão ambiental no país.

O evento em Estocolmo ocorreu sob o choque causado diante do relatório do Clube de Roma, e apresentou uma primeira avaliação após discussões e declarações sobre a participação

humana global na precarização do meio ambiente, como uma proposta de uniformizar a ideia fundamental sobre como realizar o enfrentamento da problemática do desenvolvimento perante a necessidade da conservação da natureza (Castro; Araújo, 2004).

Segundo Handl (2012), a Conferência de Estocolmo se resume em indicar metas e objetivos para questões ambientais de maneira muito básica ou simplista, sem preocupações em estabelecer normas mais específicas, porém despertou o início de uma consciência global importante, principalmente nos movimentos ativistas ambientais internacionais. Já a Conferência do Rio em 1992, (ECO 92), tratou de colocar o homem no centro das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, com uma abordagem mais instrumentalizada e normativa, um possível exemplo da mudança positiva diante das discussões sobre o meio ambiente.

Para Ferreira e Salles (2016), a etapa inicial das ações legais com o objetivo de disciplinar o uso de recursos naturais no Brasil acontece de maneira discreta, a partir do ano 1930, com o processo de industrialização durante a reorganização do país promovido pelo presidente Getúlio Vargas. Neste período, destacam-se alguns instrumentos legais importantes no contexto histórico da legislação ambiental brasileira: o Código das Águas, o Código da Mineração e o Código Florestal em (1934).

Já a segunda fase da estratégia política ambiental brasileira sofreu influência da Conferência de Estocolmo, em 1972, marcando o início das relações entre as ações realizadas no Brasil com os grandes marcos legais internacionais, e, como resultado, a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), por meio do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973 (Ferreira; Salles, 2016).

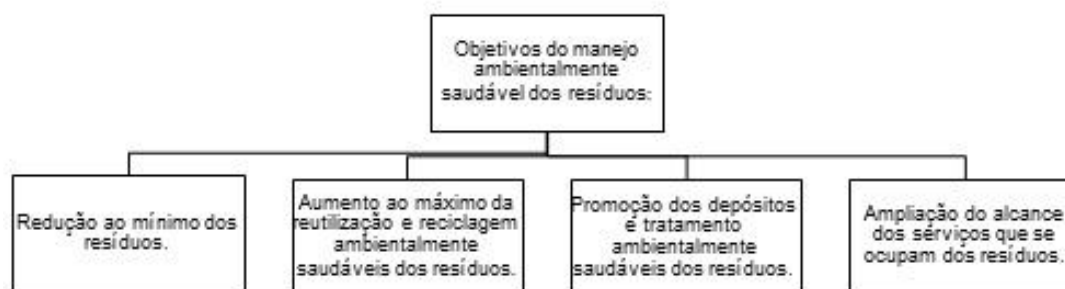
Entre as Conferências de Estocolmo e a ECO 92, surgiu a Resolução nº 44/228, de 22 de dezembro de 1989, durante a Assembleia Geral da ONU, iniciando a ideia da discussão sobre os resíduos resultantes do alto consumo, com a defesa de estratégias de gestão para minimizar a degradação ambiental e afirmando que "... o manejo ambientalmente saudável dos resíduos se encontrava entre as questões mais importantes para a manutenção da qualidade do meio ambiente da Terra e, principalmente, para alcançar um desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável em todos os países." Posteriormente, durante a ECO 92, é lançado o documento intitulado "Agenda 21", relatando o compromisso dos Estados em adequar o desenvolvimento à preservação ambiental (Chamon; Cardoso; Barros, 2013).

A sessão 7 do capítulo 21, da Agenda 21, dispõe sobre as bases para as ações relacionadas a problemática dos resíduos:

A existência de padrões de produção e consumo não sustentáveis está aumentando a quantidade e variedade dos resíduos persistentes no meio ambiente em um ritmo sem precedente. Essa tendência pode aumentar consideravelmente as quantidades de resíduos produzidos até o fim do século e quadruplicá-los ou quintuplicá-los até o ano 2025. Uma abordagem preventiva do manejo dos resíduos centrada na transformação do estilo de vida e dos padrões de produção e consumo oferece as maiores possibilidades de inverter o sentido das tendências atuais. (Romeiro, 2012, p. 102).

Frente à tendência consumista global, destacamos quatro objetivos específicos da Agenda 21 relacionados com a mitigação da problemática dos resíduos (fluxograma 1). O consumo em demasia reflete o comportamento global associado ao alto poder econômico da industrialização com padrão capitalista, bem como os avanços tecnológicos que resultam em produção de materiais descartados de maneira inadequada, sobrecarregando os aterros sanitários que consistem em local específico para destinação dos resíduos domésticos e oriundos da limpeza urbana sem a participação da coleta seletiva (Abrelpe, 2018).

Fluxograma 1 - Objetivos do manejo saudável dos resíduos conforme a Agenda 21



Fonte: Adaptado do Ministério do Meio Ambiente/CPDS. Agenda 21 brasileira (Brasil, 1992).
Elaboração: as autoras

Autora (2011) destaca a importância do descarte adequado, afirmando que, para diminuir os impactos ambientais produzidos e oriundos da alta geração de resíduos sólidos na sociedade moderna, cresce, em todo o mundo, a prática do reciclar. Porém o comportamento não ambientalista da grande maioria dos indivíduos não pratica o hábito de separar os resíduos orgânicos dos recicláveis, proporcionando uma mistura que impossibilita a padronização correta e destinação final para o reaproveitamento sustentável.

Uma das tecnologias mais factível atualmente como destino final dos resíduos sólidos é o aterro sanitário, em substituição aos lixões, como estratégia que contribui para a preservação de ecossistemas. Entretanto, este equipamento de destinação final possui vida útil restrita a até 30 anos e limitação espacial, com necessidade de evitar a sobrecarga desses espaços, buscando opções que agreguem diminuição do acúmulo em demasia dos resíduos sólidos com oportunidade social aos trabalhadores, que já desempenham a prática do reciclar, porém de maneira desorganizada, com necessidade de apoio de políticas públicas efetivas.

Cunha (2018) propõe que a reciclagem, através da coleta seletiva, é uma alternativa amplamente benéfica para a problemática da destinação final dos resíduos sólidos urbanos, que consiste em recolher materiais recicláveis (papel, metais, papelão, etc.) separados dos resíduos orgânicos. Para essa alternativa ambiental ocorrer de maneira ideal, é necessário o funcionamento organizado de cooperativas para catadores de resíduos sólidos que atuam no transporte, triagem e beneficiamento desses resíduos, transformando esse problema ambiental em objetos geradores de trabalho e renda, além de gerar inclusão socioproductiva desses trabalhadores, também chamados de agentes ambientais.

Política Nacional do Meio Ambiente

No ano de 1981 é estabelecida no Brasil a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A Lei nº 6.938/81 descreve definições e conceitos básicos como o de meio ambiente, degradação, poluição, poluidor e recursos ambientais (quadro 1), além de determinar diretrizes, instrumentos, e iniciar importantes discussões sobre a teoria da responsabilidade. A grande questão da política ambiental incentivada pelas conferências internacionais é a organização da gestão do Estado sobre o controle dos recursos naturais e a determinação de

instrumentos econômicos capazes de incentivar as ações produtivas com necessidades ambientalmente corretas (CARNEIRO, 2003; SIRVINSKAS, 2005).

Quadro 1 – Conceitos sobre meio ambiente, degradação e poluição

Meio Ambiente	O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
Degradação	Alteração adversa das características do meio ambiente.
Poluição	Degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
Poluidor	Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
Recursos ambientais	Atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Fonte: Adaptado do Ministério do Meio Ambiente/CPDS. Lei nº 6.938/81 (BRASIL,1981).
Elaboração: as autoras.

Os conceitos descritos no quadro acima são de grande importância para as futuras legislações ambientais que normatizam a gestão dos resíduos no Brasil. Diante da caracterização de alguns conceitos básicos inicia-se uma vasta discussão sobre o manejo dos resíduos, porém a política relacionada a essa problemática só será instituída no Brasil no ano de 2010; antes disso, destaca-se, na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 225 afirmando que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 2015)

Seguindo os conceitos na Política Nacional do Meio Ambiente em 1981 e o direcionamento do artigo 225 da Constituição Federal Brasileira em 1988, o contexto dos resíduos, diante da problemática ambiental, passa por uma grande lacuna temporal. Somente em 2007 a temática será abordada novamente de maneira legal, com a instituição da Lei Federal do Saneamento Básico.

Lei do Saneamento Básico

Durante o século XIX, ocorreram no Brasil epidemias como a cólera e a varíola, período marcado pela difusão de teorias relacionadas à saúde e meio-ambiente, que dificultaram o processo de legislação para o saneamento básico. Dentre diversas teorias se destaca a “teoria dos miasmas, que considerava que as doenças se originavam das impurezas atmosféricas produzidas pela decomposição de substâncias orgânicas” (Murtar; Castro; Heller, 2015, p. 201).

Problemas de saúde pública são apontados como parte da necessidade para as transformações e ações mitigadoras contra os impactos ambientais que geram risco à qualidade da vida humana, porém o marco legal do saneamento básico somente aconteceu em 5 de janeiro de 2007, com a Lei nº 11.445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico (Brasil, 2007; Cunha, 2018).

Autora (2011) ressalta que a Política Federal do Saneamento Básico merece destaque pelo seu foco participativo, onde os serviços públicos de saneamento básico devem estabelecer a política pública, através da elaboração do plano de saneamento básico com participação da sociedade civil nesta elaboração. Esse planejamento participativo inclui o acesso para todos as consultas e audiências públicas, resultando na inserção da sociedade em temáticas anteriormente pouco alcançadas.

Ocorre, nesta etapa legal, a apropriação de alguns conceitos referentes ao saneamento e que fazem relação direta com os resíduos sólidos, ilustrados neste estudo no Quadro2:

Quadro 2 – Conceitos sobre Saneamento Básico

Saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:	
1- Abastecimento de água potável	Alteração adversa das características do meio ambiente.
2- Esgotamento sanitário	Constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.
3- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.
4- Drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas	Conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Fonte: Adaptado do Ministério do Meio Ambiente/CPDS. Lei nº 11.445/07 (BRASIL,2007).

Elaboração: a autora.

Destacamos aqui o item 3, que dispõe sobre limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e explicita a importância das instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

Uma alternativa amplamente benéfica na gestão de resíduos sólidos urbanos é a reciclagem através da coleta seletiva, que consiste em recolher materiais recicláveis (papel, metais, papelão, etc.) separados dos resíduos orgânicos. Para essa alternativa ambiental ocorrer de maneira ideal, é necessário o funcionamento organizado de cooperativas para catadores de resíduos sólidos que atuam no transporte, triagem e beneficiamento desses resíduos, transformando esse problema ambiental em objetos geradores de trabalho e renda, além de gerar inclusão socioprodutiva desses trabalhadores, também chamados de agentes ambientais. (Cunha, 2018)

O reconhecimento desses agentes ambientais é estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305) com incentivo da criação e desenvolvimento de cooperativas, e com o objetivo de aquecer a economia, minimizando os impactos negativos à saúde e ao meio ambiente.

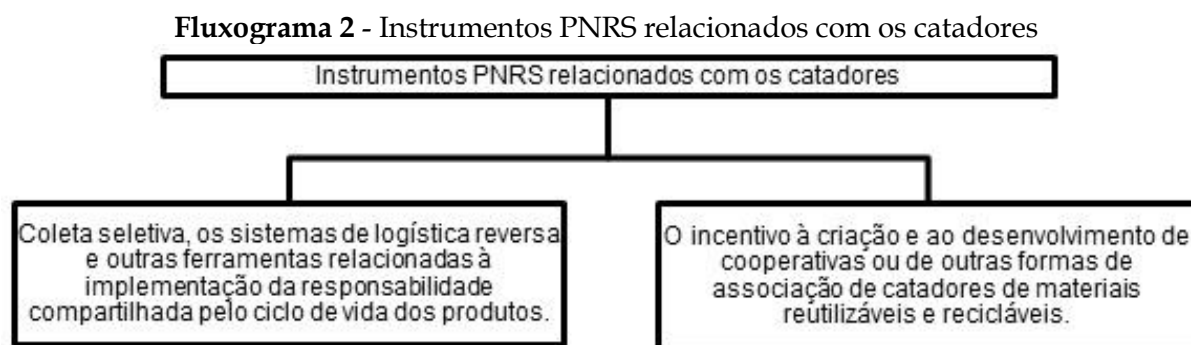
Lei dos Resíduos Sólidos e os Catadores

Gouveia (2012) relata que, desde a ECO 92, até a Lei 11.445/07, o tema sobre manejo de resíduos sólidos é tratado com destaque menor na legislação brasileira, mesmo com estudos confirmando que essa problemática tem participação em questões como a emissão de gases de efeito estufa, tema muito debatido na comunidade científica atual.

Com o objetivo de normatizar e facilitar o entendimento da sociedade civil, dos gestores municipais, indústrias, comércio e instituições de saúde, foi sancionada, em 2 de agosto de 2010, a Lei nº 12.305, intitulada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que dispõe, entre outros pontos, sobre as ações de saneamento básico que visam adequar o gerenciamento dos resíduos de forma segura para proteção à saúde pública e do meio-ambiente, além de incentivar a inclusão socioeconômica de catadores de matérias recicláveis, denominados por muitos autores como “agentes ambientais” (Santos, 2016).

Os catadores de resíduos sólidos atuam (de maneira avulsa ou organizada em cooperativas) desde muito antes da instituição da PNRS. Essa classe de trabalhadores vem realizando uma função de grande importância ambiental, colaborando significativamente com o beneficiamento de diferentes materiais para o ciclo produtivo; gerando economia de energia e de matéria prima, e evitando que esses resíduos sejam destinados a aterros que, mesmo considerados como uma solução ambientalmente correta, possuem uma vida útil limitada.

Dentre os instrumentos mais importantes da Lei nº 12.305 (PNRS), destacamos nesse estudo os seguintes itens do capítulo 3, artigo 8, apontados no Fluxograma 2:



Fonte: Adaptado do Ministério do Meio Ambiente/CPDS. Lei nº 12.305/10 (BRASIL, 2010).
Elaboração: a autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conferências internacionais se mostram de suma importância no processo de discussão e elaboração de ações que protejam o meio ambiente, minimizem os impactos negativos aos ecossistemas e favoreçam a relação saúde e meio ambiente, incluindo a mitigação da problemática dos resíduos sólidos, que pode ser melhorada com o estímulo da reciclagem com propostas para educação ambiental e programas de promoção à atividade dos catadores de materiais recicláveis.

Com base no arcabouço legal estimulado pelas discussões geradas após a publicação do documento Os Limites do Crescimento, conferências como a Estocolmo 1972 e a ECO 92, percebe-se o quanto tardou o início das normatizações que relacionam a problemática dos resíduos sólidos com a inserção do catador nesse contexto como agente facilitador do processo socioambiental.

O termo “catador” somente é descrito na PNRS instituída em 2010, ou seja, desde a Conferência de Estocolmo até a PNRS são 32 anos de lacuna, refletindo na marginalização

dessa ocupação e dificultando o entendimento da sociedade civil sobre a importância de inserir o catador como participante ativo na mitigação da problemática dos resíduos sólidos, questão que atinge não somente as questões de conservação ambiental, mas altera as necessidades socioambiental e de saúde pública.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, 2017**. São Paulo, 2018. 74 p. Disponível em: https://belasites.com.br/clientes/abrelpe/site/wp-content/uploads/2018/09/SITE_grappa_panoramaAbrelpe_ago_v4.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 1981**. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm Acesso em 03 de dezembro de 2019.

BRASIL. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf Acesso em 03 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.445** de 2007. Dispõe sobre a política nacional do saneamento. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm Acesso em 10 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.305** de 2010. Dispõe sobre a política nacional de resíduos sólidos. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em 22 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Lex: coletânea de legislação, edição federal. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRAUN, R. (Org.). **Novos Paradigmas Ambientais: Desenvolvimento ao ponto sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRUNDTLAND, G. H. Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland). *In: Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - 1988*. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2019.

CARNEIRO, R. **Direito ambiental: uma abordagem econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 98.

CASTRO, B. A.; ARAÚJO, M. A. D. Gestão dos resíduos sólidos sob a ótica da Agenda 21: um estudo de caso em uma cidade nordestina. **R AP Rio de Janeiro**, ano 4, n 38, RJ, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Rejeane/Downloads/6761-Artigo-12553-1-10-20121212.pdf> . Acesso em 12 de novembro de 2019.

CHAMON, R. C.; CARDOSO, R.; BARROS, C. F. Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, introduzindo uma nova tecnologia para o cenário brasileiro: Pirólise Lenta a Tambor Rotativo. *In: Congresso Fluminense de Engenharia, Tecnologia e Meio Ambiente - UFF*. Anais eletrônicos. Niterói-RJ. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Rejeane/Downloads/16968-Texto%20do%20Artigo-48088-1-10-20170827.pdf> . Acesso em 23 de novembro de 2019.

CUNHA, R. Resíduos Sólidos. *In: AUTORA, C. M. D. F. Gestão dos Resíduos Sólidos: conceitos e perspectivas de atuação*. Curitiba: Appris, 2018. 221p.

ERSE, E. B. e PHILOMENA, A. L. Comentários sobre a utilização de roteiros metodológicos de planejamento ambiental na composição de sistemas sócio-ecológicos de natureza sustentável. **GeoFocus** (Informes y comentarios), n 5, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Rejeane/Downloads/Dialnet->

ComentariosSobreAUtilizacaoDeRoteirosMetodologicos-1310208%20(2).pdf. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

FERNADES, V; SAMPAIO, C. A. S. Problemática Ambiental Ou Problemática Socioambiental? A natureza a relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13427/9051>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

FERREIRA, M. B. M; SALES, A. O.T. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, v. 43, n. 2, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Rejeane/Downloads/54001-209357-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

GEITENES, A. P. M; AUTORA. A visão dos acadêmicos de fisioterapia sobre os resíduos de serviços de saúde em uma instituição de ensino superior. **Rev. Monogr. Ambient**, Santa Maria, v.19, e. 6, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/38442/pdf>. Acesso em: 05 de janeiro 2020.

HANDL, G. Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment (Stockholm Declaration), 1972. In: **The Rio Declaration on Environment and Development, 1992**. United Nations Audiovisual Library of International Law. United Nations, 2012. Disponível em: <https://legal.un.org/avl/ha/dunche/dunche.html>. Acesso em 27 de novembro de 2019.

LEOPARDI, M. T. **Metodologia de Pesquisa na Saúde**. 2. ed. Florianópolis, Pallotti. 2002.

AUTORA, C. M. D. F. Cenário mundial dos resíduos sólidos e o comportamento corporativo brasileiro frente à logística reversa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 2, João Pessoa. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/10892995/CEN%3%81RIO_MUNDIAL_DOS_RES%3%8DDUOS_S%3%93LIDOS_E_O_COMPORTEAMENTO_CORPORATIVO_BRASILEIRO_FRENTE_%3%80_LOG%3%8DSTICA_REVERSA. Acesso em: 05 de janeiro 2020.

MURTAR, N. A; CASTRO, J. E; HELLER; L. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVIII, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n3/1809-4422-asoc-18-03-00193>. Acesso em: 05 de janeiro 2020.

OLIVEIRA, L. D. Os “Limites do Crescimento” 40 anos Depois. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&cluster=2820943089909033898. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

RIGOTTO, R. M. Saúde Ambiental e Saúde dos PACHECO Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 388-404, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X20030004003 Acesso em: 18 de setembro de 2020.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a06v26n74.pdf> . Acesso em 22 de setembro de 2019.

SANTOS, B. D. **Alternativas Mitigadoras para Ricos Ocupacionais na Profissão de Catadores de Materiais Recicláveis Vinculados a ARESA**. Dissertação (Mestrado em tecnologia Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2418> Acesso em 12 de setembro de 2019.

SILVESTRE, M. E. D. Código de 1934: Água para o Brasil Industrial. **Revista Geo - Paisagem**, v. 7, n 3, 2008. Disponível em <http://www.feth.ggf.br/%3%81gua.htm>. Acesso em 18 de setembro de 2019.

SIQUEIRA, M. M; MORAES, M. S. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e catadores de lixo. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, São Paulo, 2009. Disponível em

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000600018&script=sci_abstract&tlng=pt.
Acesso em 20 de setembro de 2019.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 59.

VILAR, O. M.; MACHADO, S. L.; CARVALHO, M. F. Resíduos Sólidos - capítulo 8. *In*: ZUQUETTE, L.V. (Org.). **Geotecnia Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2015 v. 1, p. 215-258.

INFORMAÇÕES DAS AUTORAS

Rejeane Santos Conceição

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador. Integrante do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais (GamDes)

E-mail: anne.cosan@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5013-2157>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3088053633039861>

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi

Pós-doutora pelo Instituto de Estudos Latino Americanos da Universidade de Estocolmo, Suécia. Doutora em Geologia pela Universidade Federal da Bahia.

Professora do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade na Universidade Católica do Salvador. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais (GamDes)

E-mail: cristina.marchi@pro.ucsal.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2078-9048>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7266933374095729>

Recebido em: 09/10/2020

Aceito em: 08/07/2021



RISCOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO CAMPO NO ESTADO DE MINAS GERAIS EM 2020

**Socio-environmental risks and conflicts
in the countryside in Minas Gerais
state in 2020**

DOI 10.29327/2797743.2.1-9

RESUMO

Este artigo tem por objetivo expor os resultados do mapeamento dos conflitos socioambientais do campo no Estado de Minas Gerais, no ano de 2020, a partir de evidências empíricas encontradas através de levantamento de dados secundários. Visa, ademais, identificar as formas mais recorrentes de riscos e conflitos socioambientais no estado, analisando sua dinâmica e suas relações com os setores econômicos mais proeminentes nas chamadas regiões de planejamento do estado. Em 2020, a pesquisa documental em 93 sítios eletrônicos de notícias, local, estadual e nacional, identificou a existência de 81 eventos que geraram 95 situações de riscos ou conflitos socioambientais, dos quais mais de 80% estão conectados às atividades do complexo industrial da mineração e mais de 70% localizados na região central do estado.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Riscos. Minas Gerais. Área rural.

Frederico Daia Firmiano

Universidade Estadual Paulista

E-mail: fredericodaia@hotmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-6701-1201

Paula Maria Rattis Teixeira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo

E-mail: paularattis@alumni.usp.br

Orcid: orcid.org/0000-0002-9396-5244

Amabile Maria de Moura Passos

Universidade Estadual Paulista Júlio
de Mesquita Filho

E-mail: amabile.passos@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0003-1915-7115

ABSTRACT

This paper aims to present the results of the mapping of rural socio-environmental conflicts in Minas Gerais state, in 2020, based on empirical evidence found from secondary data. It also aims to identify the most recurrent forms of socio-environmental conflicts and risks in the state, analyzing their dynamics and their relationships with the most prominent economic sectors in the state's planning regions. The documentary research in 93 local, national, and international electronic newspapers identified, in 2020, the existence of 81 events that generated 95 situations of social and environmental risks or conflicts. Of these, more than 80% are connected to the mining industrial complex activities and more than 70% are located in the central region of the state.

Keywords: Solid waste. Public environmental policies. Waste collectors.

INTRODUÇÃO

O atual padrão de acumulação/valorização de capital, em escala global, vem impondo um ritmo acelerado de degradação das condições elementares da reprodução social, expressas pelo conjunto dos recursos ecológicos e naturais disponíveis. O que ocorre é que o capital vem destruindo o sociometabolismo como característica inalienável de sua própria (re)produção (Chesnais, 2011; Mészáros, 2009; Moore, 2008; Foster, 1998). Ao que parece, enquanto o capital dispôs de capacidade de incrementar a produção e a produtividade, impulsionando a acumulação/expansão/(auto)valorização, suas contradições puderam ser empurradas para a frente. Hoje, porém, algumas evidências apontam para um possível *moment of truth* (STRASSBURG *et al.*, 2017) ou *tipping point* (Lovejoy; Nobre, 2019) do relacionamento metabólico entre homem e natureza, expressando-se sob uma crise ecológica global.

É neste contexto que os riscos e conflitos socioambientais vêm ganhando cada vez mais importância, alcançando, por isto, o estatuto de campo epistemológico no qual, em que pese suas diversas formulações e aplicações, diferentes cientistas buscam configurar relações de contradição e disputas em torno dos recursos ecológicos e naturais disponíveis. Este artigo tem por objetivo expor os resultados do mapeamento dos conflitos socioambientais e riscos associados a determinadas atividades produtivas no campo no estado de Minas Gerais, no ano de 2020, a partir de evidências empíricas encontradas através de levantamento de dados secundários, realizado pelo Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Diretos Sociais (GEIND), CNPq, da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Unidade Passos. Visa, ademais, identificar as formas mais recorrentes de conflitos socioambientais em Minas Gerais, analisando sua dinâmica e suas relações com os setores econômicos mais proeminentes nas chamadas regiões de planejamento do estado.

Como seu próprio nome informa, Minas Gerais, historicamente, tem sido grande objeto da intervenção dos setores primários da economia nacional, especialmente do complexo minero-industrial, constituindo-se como o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do país. Com o ajustamento da economia nacional à nova divisão internacional do trabalho, na qualidade de grande produtor de *commodities* (e plataforma de valorização financeira) (Firmiano, 2016), o estado reafirmou sua importância, promovendo um amplo processo de “modernização” político-institucional, no sentido de conceber maior liberalidade ao capital dos ramos intensivos em natureza (Firmiano, 2021, no prelo; Zhou, Laschefski, 2010). Em 2020, sob a pandemia da COVID-19 a partir de março, esses setores tiveram desempenho superior ao ano anterior, como veremos adiante, pressionando, inclusive, a disparada do preço dos alimentos.¹

Podemos dizer que, de modo geral, as condições da produção e reprodução da vida impostas pela pandemia da COVID-19 no âmbito das classes do trabalho, comunidades e povos tradicionais, cuja experiência está associada à lida direta com a terra e com os recursos ecológicos, sofreram uma piora drástica. Ao mesmo tempo, aproveitando-se da alta dos preços das *commodities* no mercado internacional, o complexo minero-industrial intensificou a produção e a produtividade, assim como os setores dos agronegócios. Foi neste quadro que buscamos capturar um momento da processualidade dos conflitos socioambientais do campo em Minas Gerais, visando articular suas dimensões estruturais-constitutivas aos fenômenos conjunturais, do ano de 2020.

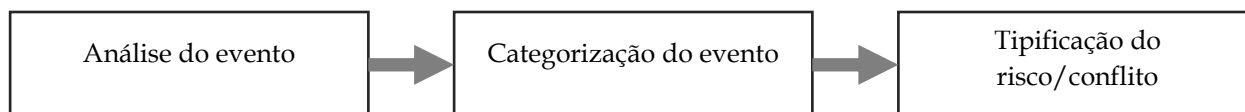
¹ Puxados pela demanda interna, alta do dólar e do preço das *commodities* no mercado internacional, os preços dos produtos alimentícios dispararam em 2020. No acumulado do ano, óleo de soja (103,79%), leite longa vida (26,93%); frutas (25,40%), carnes (17,97%); batata-inglesa (67,27%) e tomate (52,76%). Ver IPCA: inflação oficial fecha 2020 em 4,52%, maior alta desde 2016. Portal G1. 12/01/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/12/ipca-inflacao-oficial-fecha-2020-em-452percent.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2021.

AS BASES TEÓRICAS E EMPÍRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

A categoria de conflitos socioambientais tem sido formulada e aplicada de distintas maneiras, como demonstram Fleury, Barbosa e Sant'Ana Júnior (2017), ao realizarem uma genealogia de seu campo epistemológico. Neste estudo, tomamos como referência a proposição feita por Acselrad (2004), para quem os conflitos expressam o confronto das formas de concepção, apropriação e significação do território entre distintos grupos sociais, redundando em disputas pelos recursos ecológicos. Buscamos, ainda, incorporar sua natureza de classe, como defendem Silveira e Silva (2019) e Firmiano (2021, no prelo).

Para o registro e análise dos conflitos socioambientais e dos riscos associados a certas atividades produtivas no campo do estado de Minas Gerais, tomando 2020 como ano-base, foram elaborados instrumentos conceituais a partir da proposição de Firmiano (2021, no prelo). São instrumentos analíticos que permitem capturar um momento do movimento real da dinâmica das classes em disputa em torno das condições elementares da reprodução social da existência. Metodologicamente, partimos da consulta a sítios eletrônicos, com o objetivo de identificar eventos que possam se configurar como riscos ou conflitos socioambientais. Importante ressaltar que as informações extraídas da imprensa local, nacional ou internacional, bem como de *sites* e *blogs* de entidades são, pois, um registro do real. Como tal, não são o fato social, mas sua interpretação, mediada por toda sorte de posições ideológicas. Ao tomarmos tais registros como base de construção de nossa base de dados, buscamos produzir uma interpretação do evento ali exposto. O processo de mapeamento se dá em três etapas, conforme expresso na Figura 1, as quais serão detalhadas na sequência.

Figura 1 - Processo de mapeamento de riscos e conflitos



Fonte: Observatório dos Conflitos Socioambientais do Campo do Estado de Minas Gerais, do GEIND/UEMG, CNPq.

Iniciamos o levantamento de dados a partir da análise de notícias em sítios eletrônicos, quando são elencados os eventos que poderiam, pois, ser configurados como conflitos ou riscos. Sob nosso juízo, na sociedade do capital, o conflito não reside no movimento de tomada de consciência acerca dos processos de expropriação/privação e/ou no ato que decorre da necessidade da reprodução social da existência, mas na própria expropriação ou privação dos recursos socialmente produzidos ou disponíveis e na defesa enérgica, não raro violenta, de manutenção da apropriação privada da riqueza ou da produção social. Os eventos que buscamos elencar possuem, pois, tal característica fundamental. Assim, foram registrados os eventos que dizem respeito às classes sociais em disputa – de modo que não abordamos eventuais litígios intraburgueses. Também não anotamos as ações de resistência e luta da classe trabalhadora, mas o conflito produzido pela classe que efetivamente controla as condições elementares da reprodução social. Ademais, buscamos capturar os eventos que ocorrem no campo, ou aqueles que deságuam em contradições na cidade, mas, ainda assim, emergem no espaço rural. Nos casos aqui registrados encontramos eventos que envolveram grupos de trabalhadoras e trabalhadores de comunidades rurais atingidos por barragem, organizados politicamente ou não, povos tradicionais, assentados da reforma agrária que experimentam distintas situações de conflito ou riscos associados à existência de empreendimentos econômicos que disputam as condições elementares da reprodução social.

Na etapa seguinte, buscamos categorizar tais eventos entre conflitos e riscos. Conforme destacaram Silva e Sato (2012, p. 8) “os impactos ambientais e as atividades que os promovem

não são sinônimos de conflitos socioambientais, e sim, muitas vezes, as causas propulsoras dos conflitos”. Ademais, há que se considerar também os “riscos socioambientais” que emergem da existência de certos empreendimentos econômicos e que colocam grupos e comunidades de trabalhadoras e trabalhadores, povos tradicionais em situação de vulnerabilidade, muitas vezes conduzindo ao conflito. Nesse sentido, buscamos distinguir os conflitos e os riscos socioambientais a que estão expostos esses sujeitos, ainda que haja interconexões entre uma dimensão e outra da vida social e, mesmo diante do fato de que, por vezes, o risco seja produtor de conflitos. Adotamos, dessa forma, três categorias de caracterização de eventos: i) aqueles que representam um risco de impacto socioambiental; ii) aqueles em que um impacto ambiental não ocorreu, mas, mesmo assim, é possível identificar um conflito decorrente do risco de que este impacto ocorra; e, por último, iii) aqueles que representam conflitos decorrentes de um impacto socioambiental já ocorrido.

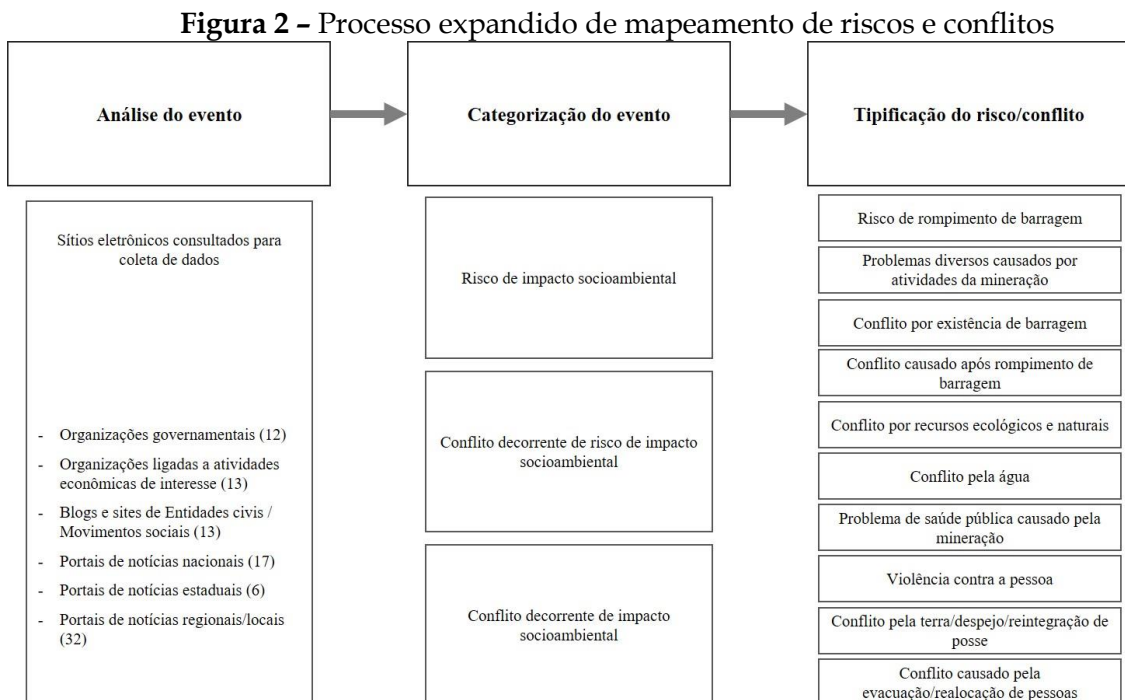
Uma vez categorizados os eventos entre riscos e conflitos, partimos para sua tipificação. Essa tipificação segue a definição oferecida por Firmiano (2021, no prelo) – e por nós ampliada – e classifica os riscos e conflitos socioambientais em 10 categorias:

- (a) **risco de rompimento de barragem:** é aquele decorrente do potencial de rompimento de barragem, assim classificado por parecer técnico, seja ela de qualquer natureza, impactando negativamente as dimensões econômica, política, social e cultural de grupos distintos da classe trabalhadora;
- (b) **problemas diversos causados por atividades da mineração:** são aqueles decorrentes das atividades produtivas do complexo industrial-mineral e que ameaçam diretamente a produção e reprodução da existência de grupos sociais distintos pertencentes à classe trabalhadora, em uma ou mais dimensões da vida econômica, política, social e cultural;
- (c) **conflito por existência de barragem:** é aquele decorrente da existência de barreira artificial para retenção de grandes quantidades de água ou rejeitos industriais, que ameaça diretamente a produção e reprodução da existência de grupos sociais pertencentes à classe trabalhadora, em uma ou mais dimensões da vida econômica, política, social, cultural e subjetiva;
- (d) **conflito causado após rompimento de barragem:** é aquele decorrente da ruptura de barreira artificial para retenção de grandes quantidades de água ou rejeitos industriais, impactando negativamente nas dimensões da vida econômica, política, social e cultural, grupos distintos pertencentes à classe trabalhadora;
- (e) **conflito por recursos ecológicos e naturais:** é aquele decorrente do obstáculo imposto pelo capital ao uso e apropriação de outros recursos ecológicos e naturais além da água, interferindo na continuidade ou privando a constituição de formas sociais diversas de existência a grupos distintos pertencentes à classe trabalhadora, entre os quais, povos tradicionais. Aqui incluímos, também, a atividade ilegal do garimpo;
- (f) **conflito pela água:** é aquele decorrente do obstáculo imposto pelo capital, público ou privado, ao uso e apropriação da água, interferindo na continuidade ou privando a constituição de formas sociais diversas de existência a grupos distintos pertencentes à classe trabalhadora, entre os quais, povos tradicionais;²
- (g) **problema de saúde pública causado pela mineração:** é aquele decorrente das atividades produtivas do complexo industrial-mineral e que impacta negativamente a saúde pública, em especial de grupos sociais distintos pertencentes à classe trabalhadora, que não estão necessariamente ligados ao trabalho no complexo mineral;

² Embora também seja um conflito por recursos ecológicos e naturais, a disputa pela água ganhou extrema relevância contemporaneamente, merecendo destaque.

- (h) **violência contra a pessoa:** é aquela decorrente do assédio, constrangimento, cerceamento, ameaça, destruição física ou moral, promovida pelo capital contra trabalhadores e trabalhadoras, organizados em luta ou não pela defesa de seus direitos;
- (i) **conflito pela terra/despejo/reintegração de posse:** é aquele decorrente do obstáculo imposto pelo capital, público ou privado, ao uso e/ou posse da propriedade da terra, interferindo na continuidade ou privando a constituição de formas sociais diversas de existência a grupos distintos pertencentes à classe trabalhadora, entre os quais, povos tradicionais;
- (j) **conflito causado pela evacuação/realocação de pessoas:** é aquele decorrente da desocupação ou deslocamento forçado de pessoas de um determinado território, em razão do risco iminente de dano ou interrupção da vida, provocado pela existência de uma determinada atividade produtiva.

Expandindo, pois, a Figura 2, apresentamos as possíveis categorizações e tipificações dos eventos encontrados, bem como uma especificação dos tipos de fontes que foram acompanhadas durante o levantamento de dados para a pesquisa.



Fonte: Observatório dos Conflitos Socioambientais do Campo do Estado de Minas Gerais, do GEIND/UEMG, CNPq.

Ainda em termos metodológicos, vale dizer que um mesmo evento pode ser tipificado de diferentes maneiras. Desta forma, elegemos como critério suas características mais relevantes no momento em que vêm à cena. Por exemplo, o rompimento de uma barragem produz um conjunto de contradições, que vão da contaminação do solo, da água aos problemas de saúde pública, entre tantos outros. São inúmeros conflitos aí presentes. No momento em que emergem, registramos como “rompimento de barragem” e, para cada consequência, quando vem à cena, um novo conflito. Igualmente, quando o mesmo evento atinge a diferentes grupos, registramos como conflitos distintos, uma vez que, em cada território, enceta uma dinâmica particular.

Em que pesem os esforços de ampliação de nossas bases de dados, ano a ano, as situações de risco e conflitos socioambientais nem sempre são noticiadas, de modo que os números de que dispomos devem ser considerados como uma aproximação de sua realidade.

Isto significa que tais fenômenos não se encerram em nossos registros. Há que se considerar também que há, ainda, a dimensão daquilo que não é registrado, ou seja, situações de risco e de conflitos socioambientais não capturadas por nossa pesquisa, em face de nossas possibilidades e limites metodológicos. A não publicização de eventos pode estar associada a diferenças identitárias, relações de poder, interesses econômicos de grandes corporações, entre tantos outros elementos que refletem a complexidade da temática. Dessa forma, ao optarmos por uma pesquisa que considera exclusivamente dados secundários provenientes de sítios eletrônicos de notícias, assumimos que este levantamento não abarcará a totalidade dos conflitos existentes no estado de Minas Gerais, no ano de 2020, mas poderá apontar para aquelas atividades econômicas de impacto sobre as condições elementares da reprodução da existência de grupos da classe trabalhadora, bem como para as regiões mais afetadas por empreendimentos geradores de conflitos.

Destacamos que, já há alguns anos, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG (GESTA) vem se dedicando a mapear conflitos no campo, decorrentes de impactos ambientais no estado de Minas Gerais. Propomos aqui um mapeamento cujo método de levantamento difere daquele adotado por este grupo de estudos, que considera “situações que apresentem um grau mínimo de institucionalização do conflito seja através do seu registro em instituições [públicas (...)], seja através do seu reconhecimento pelos movimentos sociais e entidades civis” (Zhoury; Zucarelli, 2008, p. 4). Ao adotarmos um método de levantamento que acompanha sítios eletrônicos – que não necessariamente impliquem algum grau de institucionalização de conflitos – ou seja, um método de levantamento de situações conflituosas distinto do empregado por tal grupo de estudos, esperamos encontrar conflitos diversos daqueles apontados pelo GESTA, ainda que se presuma que eventos coincidentes possam ser apontados pelos dois mapeamentos.

Por fim, vale dizer que 2020 foi um ano marcado pela pandemia da COVID-19, que instalou uma crise global multidimensional (Davis, 2020; Gouvea, 2020; Mello-Théry; Théry, 2020). Do ponto de vista de nossa pesquisa acerca dos conflitos socioambientais há, pois, pelo menos outras duas possíveis implicações que se entrelaçam: a primeira, é a tendência da imprensa em ocupar-se predominantemente das questões ligadas à pandemia, em razão de seus drásticos impactos; a segunda, é que a crise aberta pelas novas condições sanitárias pode ter provocado alterações sobre a dinâmica das situações de risco e conflitos.³ Se isto for verdade, num contexto de potenciação dos conflitos, a imprensa pode tê-los negligenciado em detrimento da própria crise sanitária que, eventualmente, colaborou para sua exponenciação.

LEVANTAMENTO DE DADOS

Realizamos levantamento de dados secundários em 93 sítios eletrônicos entre portais de notícias nacionais, estaduais e regionais/locais, bem como sites e blogs de organizações governamentais e de entidades civis. A pesquisa foi realizada no período de 01/01/2020 a 31/12/2020. Nas buscas, foram utilizadas as seguintes palavras-chave, no plural e no singular: conflito rural, conflito no campo, conflito socioambiental, conflito por terra, conflito por água, violência no campo, violência rural, violência contra sem-terra, transbordamento de barragem, queimadas, ruptura iminente de barragem, reintegração de posse, despejo, invasão de terra, ocupação de terra, mineração, garimpo, barragem, rompimento de barragem, risco de

³ Não tivemos aqui o objetivo de analisar os impactos da pandemia sobre a dinâmica já existente dos conflitos socioambientais, devendo esta ser objeto de investigação. Alguma evidência desta relação é encontrada na imprensa diária. Ver, por exemplo, “Violência e destruição ambiental avançam durante a pandemia”. Portal D.W. 15/05/2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/viol%C3%Aancia-e-destrui%C3%A7%C3%A3o-ambiental-avan%C3%A7am-durante-a-pandemia/a-53455339>. Acesso em: 5 jan. 2021.

rompimento de barragem, MAB, Atingidos por Barragem, Movimento Sem Terra, MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No caso do “risco de rompimento de barragem”, confrontamos os dados levantados a partir da imprensa com o “Report Semana: Barragens de mineração: 2020”, elaborado pela Gerência de Barragens de Mineração, da Agência Nacional de Mineração (ANM), a fim de checarmos a existência ou não de registro do fenômeno pelos veículos de comunicação por nós consultados, assim como o contrário, o registro pela ANM dos eventos noticiados pela imprensa. Para alcançarmos um registro mais preciso deste tipo de evento, contabilizamos as barragens classificadas como de “alto risco”, com relação à Categoria de Risco (CRI), da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

Após constituída, a base de dados de eventos considerados para o ano de 2020 foi revisada, no sentido de não repetirmos o registro dos eventos que seriam analisados. Após este procedimento, os eventos foram categorizados entre riscos de impacto socioambiental; conflitos decorrentes de impacto socioambiental ou conflitos decorrentes de risco de impacto socioambiental. Uma vez categorizados, os riscos e conflitos foram então tipificados.

Em 2020, encontramos 81 eventos noticiados, que culminaram em 42 situações de riscos socioambientais e 53 conflitos do campo no estado de Minas Gerais.

OS RISCOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MINAS GERAIS NO ANO DE 2020

No ano de 2020 registramos 42 situações de risco e 53 conflitos socioambientais, ocorridos a partir de 81 diferentes eventos e distribuídos nas dez (10) regiões de planejamento do estado de Minas Gerais,⁴ conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Breve descrição dos riscos e conflitos socioambientais, por categoria, tipo e região, em Minas Gerais (2020)⁵

Nº	Evento	Categoria	Nº	Tipificação	Município	Região
1	Risco de rompimento da barragem 5 (MAC), Vale S.A Filial: Vale Paraopeba, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	1	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
2	Risco de rompimento da barragem 5 (Mutuca), Vale S.A Filial: Vale Paraopeba, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	2	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
3	Risco de rompimento da barragem 6, Vale Paraopeba, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	3	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
4	Risco de rompimento da barragem 7a, Vale Paraopeba, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	4	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central

⁴ Esta divisão territorial vem sendo adotada desde 1995 pelo estado de Minas Gerais, prevista pela lei no. 1.590/93. A opção por adotar este decorre de uma melhor aproximação entre as regiões organizadas segundo suas atividades socioeconômicas e a conflitividade socioambiental. De acordo com esta classificação, o estado está assim dividido: Alto Paranaíba (31 municípios); Central (158); Centro-Oeste de Minas (56); Jequitinhonha/Mucuri (66); Mata (142); Noroeste de Minas (19); Norte de Minas (89); Rio Doce (102); Sul de Minas (155); Triângulo (35). Ver <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>

⁵ Os registros que aparecem aparentemente duplicados se referem a riscos ou conflitos que impactaram mais de um território ou diferentes conjuntos de pessoas.

5	Risco de rompimento da barragem Área IX, Vale Itabiritos, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	5	risco de rompimento de barragem	Ouro Preto	Central
6	Risco de rompimento da barragem B, Vale S.A Filial: Vale Vargem Grande, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	6	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
7	Risco de rompimento da barragem B1, Mineração Geral do Brasil S.A, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	7	risco de rompimento de barragem	Brumadinho	Central
8	Risco de rompimento da barragem B1A Ipê, Emicon Mineração e Terraplenagem LTDA., emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	8	risco de rompimento de barragem	Brumadinho	Central
9	Risco de rompimento da barragem II Mina Engenho, Massa Falida de Mundo Mineração LTDA., emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	9	risco de rompimento de barragem	Rio Acima	Central
10	Risco de rompimento da barragem Mina Engenho, Massa Falida de Mundo Mineração LTDA., emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	10	risco de rompimento de barragem	Rio Acima	Central
11	Risco de rompimento da barragem Paciência, Mineração Serras do Oeste Eireli, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	11	risco de rompimento de barragem	Itabirito	Central
12	Risco de rompimento da barragem Borrachudo II, Vale S.A Filial: Vale Itabira, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	12	risco de rompimento de barragem	Itabira	Central
13	Risco de rompimento da barragem Campo Grande, Vale S.A Filial: Vale Mariana, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	13	risco de rompimento de barragem	Mariana	Central
14	Risco de rompimento da barragem Capim Branco, Minerações Brasileiras Reunidas: MBR Paraopeba, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	14	risco de rompimento de barragem	Brumadinho	Central
15	Risco de rompimento da barragem Dicão Leste, Vale S.A Filial: Vale Mariana, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	15	risco de rompimento de barragem	Mariana	Central

16	Risco de rompimento da barragem Dique B3 Ipê, Emicon Mineração e Terraplenagem LTDA, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	16	risco de rompimento de barragem	Brumadinho	Central
17	Risco de rompimento da barragem Dique B4 Ipê, Emicon Mineração e Terraplenagem LTDA, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	17	risco de rompimento de barragem	Brumadinho	Central
18	Risco de rompimento da barragem Forquilha IV, Vale S.A Filial: Vale Itabiritos, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	18	risco de rompimento de barragem	Ouro Preto	Central
19	Risco de rompimento da barragem Itabiruçu, Vale S.A Filial: Vale Itabira, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	19	risco de rompimento de barragem	Itabira	Central
20	Risco de rompimento da barragem Maravilhas II, Vale S.A Filial: Vale Itabiritos, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	20	risco de rompimento de barragem	Itabirito	Central
21	Risco de rompimento da barragem Marés I, Vale S.A Filial: Vale Itabiritos, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	21	risco de rompimento de barragem	Belo Vale	Central
22	Risco de rompimento da barragem Marés II, Vale S.A Filial: Vale Itabiritos, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	22	risco de rompimento de barragem	Belo Vale	Central
23	Risco de rompimento da barragem Menezes II, Vale S.A Filial: Vale Paraopeba, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	23	risco de rompimento de barragem	Brumadinho	Central
24	Risco de rompimento da barragem Paracatu, Vale S.A Filial: Vale Mariana, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	24	risco de rompimento de barragem	Catas Altas	Central
25	Risco de rompimento da barragem Peneirinha, Vale S.A Filial: Vale Vargem Grande, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	25	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
26	Risco de rompimento da barragem Pontal, Vale S.A Filial: Vale Itabira, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	26	risco de rompimento de barragem	Itabira	Central

27	Risco de rompimento da barragem Santana, Vale S.A Filial: Vale Itabira, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	27	risco de rompimento de barragem	Itabira	Central
28	Risco de rompimento da barragem Taquaras, Minerações Brasileiras Reunidas Sa Filial: MBR Paraopeba, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	28	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
29	Risco de rompimento da barragem Vargem Grande, Vale S.A Filial: Vale Vargem Grande, emergência nível 1	Risco de impacto socioambiental	29	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
30	Risco de rompimento da barragem B2 Auxiliar, Minérios Nacional S.A, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	30	risco de rompimento de barragem	Rio Acima	Central
31	Risco de rompimento da barragem Barragem de Rejeitos, ARCELORMITTAL BRASIL S.A, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	31	risco de rompimento de barragem	Itatiaiuçu	Central
32	Risco de rompimento da barragem Capitão do Mato, Vale S A Filial: Vale Vargem Grande, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	32	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
33	Risco de rompimento da barragem Doutor, Vale S A Filial: Vale Mariana, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	33	risco de rompimento de barragem	Ouro Preto	Central
34	Risco de rompimento da barragem Forquilha I, Vale S A Filial: Vale Itabiritos, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	34	risco de rompimento de barragem	Ouro Preto	Central
35	Risco de rompimento da barragem Forquilha II, Vale S A Filial: Vale Itabiritos, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	35	risco de rompimento de barragem	Ouro Preto	Central
36	Risco de rompimento da barragem Grupo, Vale S A Filial: Vale Itabiritos, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	36	risco de rompimento de barragem	Ouro Preto	Central
37	Risco de rompimento da barragem Norte/Laranjeiras, Vale S A Filial: Vale Minas Centrais, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	37	risco de rompimento de barragem	Barão de Cocais	Central

38	Risco de rompimento da barragem Sul Inferior, Vale S A Filial: Vale Minas Centrais, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	38	risco de rompimento de barragem	Barão de Cocais	Central
39	Risco de rompimento da barragem Xingu, Vale Mariana, emergência nível 2	Risco de impacto socioambiental	39	risco de rompimento de barragem	Mariana	Central
40	Risco de rompimento da barragem B3/B4, Minerações Brasileiras Reunidas Sa Filial: MBR Paraopeba, emergência nível 3	Risco de impacto socioambiental	40	risco de rompimento de barragem	Nova Lima	Central
41	Risco de rompimento da barragem Forquilha III, Vale S A Filial: Vale Itabiritos, emergência nível 3	Risco de impacto socioambiental	41	risco de rompimento de barragem	Ouro Preto	Central
42	Risco de rompimento da barragem Sul Superior, Vale S A Filial: Vale Minas Centrais, emergência nível 3	Risco de impacto socioambiental	42	risco de rompimento de barragem	Barão de Cocais	Central
43	Macacos sofre com alagamento e moradores temem rompimento de barragem	Conflito decorrente de risco de impacto socioambiental	43	conflito por existência de barragem	Nova Lima	Central
44	Temporal assusta vizinhos de barragens de Minas Gerais	Conflito decorrente de risco de impacto socioambiental	44	conflito por existência de barragem	Congonhas	Central
45	Vale eleva nível de emergência em barragem, e 67 famílias serão evacuadas em MG	Conflito decorrente de risco de impacto socioambiental	45	conflito causado pela evacuação/relocação de pessoas	Ouro Preto	Central
46	Escola de Conselheiro Lafaiete perto de mina da Vale tem aulas suspensas	Conflito decorrente de risco de impacto socioambiental	46	conflito por existência de barragem	Conselheiro Lafaiete	Central
47	Risco de rompimento de barragem força PM a retirar moradores de Florestal	Conflito decorrente de risco de impacto socioambiental	47	conflito causado pela evacuação/relocação de pessoas	Florestal	Central
48	BR-452 é interditada por risco de rompimento de represa em Tupaciguara	Conflito decorrente de risco de impacto socioambiental	48	problemas diversos causados por atividades da mineração	Tupaciguara	Triângulo
49	Mais famílias são realocadas de área de risco de barragem em Macacos	Conflito decorrente de risco de	49	conflito causado pela evacuação/relocação de pessoas	Belo Horizonte	Central

		impacto socioambiental				
50	Ameaça de rompimento de barragem causa evacuações em Ouro Preto e Itabirito (MG)	Conflito decorrente de risco de impacto socioambiental	50	conflito causado pela evacuação/relocação de pessoas	Itabirito	Central
			51	conflito causado pela evacuação/relocação de pessoas	Ouro Preto	Central
51	Com Paraopeba contaminado, Juatuba apresenta crescimento em casos de doenças	Conflito decorrente de impacto socioambiental	52	problema de saúde pública causado pela mineração	Juatuba	Central
52	Enchente pode levar rejeitos da Samarco novamente para casas de Barra Longa	Conflito decorrente de impacto socioambiental	53	conflito causado após rompimento de barragem	Barra Longa	Mata
53	Após desocupação, famílias temem expulsão em Mariana (MG)	Conflito decorrente de impacto socioambiental	54	conflito pela terra/despejo/reintegração de posse	Mariana	Central
54	Em plena pandemia, atingidos no Rio Doce estão sem água	Conflito decorrente de impacto socioambiental	55	conflito pela água	Belo Oriente	Rio Doce
55	Barragem de água rompe na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais	Conflito decorrente de impacto socioambiental	56	conflito causado após rompimento de barragem	Novo Cruzeiro	Jequitinhonha-Mucuri
			57	conflito causado após rompimento de barragem	Novo Cruzeiro	Jequitinhonha-Mucuri
56	Bacia do rio Doce sofre mais uma contaminação: rompe lagoa de dejetos e contamina o rio Casca em MG	Conflito decorrente de impacto socioambiental	58	conflito por recursos ecológicos e naturais	Ponte Nova	Mata
57	Com autorização judicial confusa, PMMG faz imissão de posse em território tradicional em plena pandemia	Conflito decorrente de impacto socioambiental	59	conflito por recursos ecológicos e naturais	Grão-Mogol	Norte
58	Chapada do Norte/MG sofre com falta de água durante a pandemia do coronavírus	Conflito decorrente de impacto socioambiental	60	conflito pela água	Chapada do Norte	Jequitinhonha-Mucuri
			61	problema de saúde pública causado pela mineração	Chapada do Norte	Jequitinhonha-Mucuri
59	Chuva provoca extravasamento em barragem e bloqueia estrada na Serra do Salitre	Conflito decorrente de impacto socioambiental	62	problemas diversos causados por atividades da mineração	Cruzeiro da Fortaleza	Alto Paranaíba
			63	problemas diversos causados por atividades da mineração	Grota do Cedro	Alto Paranaíba

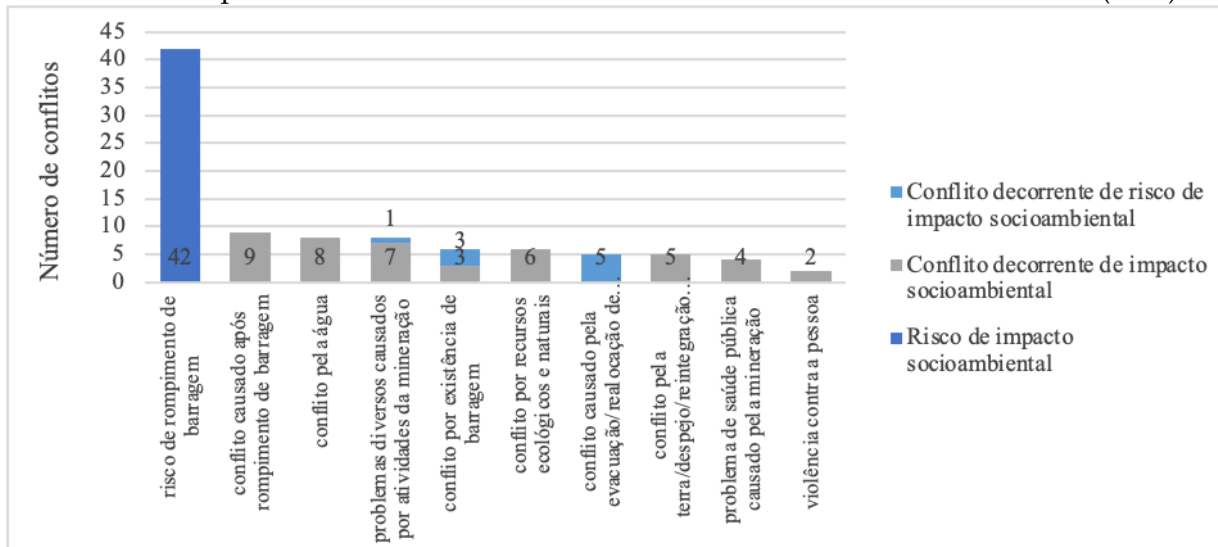
60	Vale dificulta pagamento do auxílio emergencial para atingidos pelo crime em Brumadinho	Conflito decorrente de impacto socioambiental	64	conflito causado após rompimento de barragem	Brumadinho	Central
61	Rompimento de barragem em Novo Cruzeiro/MG coloca em risco soberania alimentar	Conflito decorrente de impacto socioambiental	65	conflito causado após rompimento de barragem	Novo Cruzeiro	Jequitinhonha-Mucuri
62	Em plena pandemia, atingidos são cobrados por contas de água até 180x mais caras em MG	Conflito decorrente de impacto socioambiental	66	conflito pela água	Belo Oriente	Rio Doce
63	Vale nega indenização por danos psicológicos de crianças em Brumadinho	Conflito decorrente de impacto socioambiental	67	problema de saúde pública causado pela mineração	Brumadinho	Central
64	Em meio à pandemia, sem-terra são despejados e têm escola destruída em MG	Conflito decorrente de impacto socioambiental	68	conflito pela terra/despejo/reintegração de posse	Campo do Meio	Sul de Minas
65	Vale propõe fim de auxílio emergencial para atingidos em MG	Conflito decorrente de impacto socioambiental	69	conflito causado após rompimento de barragem	São Joaquim de Bicas	Central
66	Empresa Norflor é responsável por contaminação de nascente no município de Josenópolis/MG	Conflito decorrente de impacto socioambiental	70	conflito pela água	Josenópolis	Norte
67	Vale recusa nova reunião com atingidos de Antônio Pereira, em Ouro Preto (MG)	Conflito decorrente de impacto socioambiental	71	conflito causado após rompimento de barragem	Ouro Preto	Central
68	Vale interrompe fornecimento de água para ribeirinhos no Paraopeba	Conflito decorrente de impacto socioambiental	72	conflito pela água	São Joaquim de Bicas	Central
69	Vale proíbe uso da barragem pela população em Catas Altas (MG)	Conflito decorrente de impacto socioambiental	73	conflito por existência de barragem	Catas Altas	Central
70	Após rompimento de barragem, fazenda na zona rural de Perdizes afirma que não há risco de novos vazamentos	Conflito decorrente de impacto socioambiental	74	conflito causado após rompimento de barragem	Perdizes	Alto Paranaíba
71	Barragem de Itaúna não suporta volume de chuva e transborda	Conflito decorrente de impacto socioambiental	75	conflito por existência de barragem	Itaúna	Centro-Oeste
72	Angústia pós-tragédia aumenta consumo de álcool e drogas na região	Conflito decorrente de impacto socioambiental	76	problema de saúde pública causado pela mineração	Mariana	Central

73	Minas registrou mais de 5 mil ocorrências de incêndio no primeiro semestre de 2020	Conflito decorrente de impacto socioambiental	77	conflito por recursos ecológicos e naturais	-	Minas Gerais
74	Moradores de comunidades atingidas em Mariana não se veem felizes nos reassentamentos	Conflito decorrente de impacto socioambiental	78	conflito causado após rompimento de barragem	Mariana	Central
75	Ribeirinhos e produtores ainda lutam por água potável em Brumadinho	Conflito decorrente de impacto socioambiental	79	conflito pela água	Brumadinho	Central
76	Rejeitos vazam de barragem em Ouro Preto; Feam diz que vai investigar o caso	Conflito decorrente de impacto socioambiental	80	conflito por existência de barragem	Ouro Preto	Central
77	Moradores do Vista Alegre e São Miguel reclamam das detonações na empresa de mineração	Conflito decorrente de impacto socioambiental	81	problemas diversos causados por atividades da mineração	Matozinhos	Central
78	Juiz faz vistoria em três acampamentos do MST em terras de Eike Batista	Conflito decorrente de impacto socioambiental	82	conflito pela terra/despejo/reintegração de posse	Itatiaiuçu	Central
			83	conflito pela terra/despejo/reintegração de posse	Itatiaiuçu	Central
			84	conflito pela terra/despejo/reintegração de posse	São Joaquim de Bicas	Central
79	Empresários dominam o norte de Minas Gerais com drones e ameaças	Conflito decorrente de impacto socioambiental	85	violência contra a pessoa	Itacarambi	Norte
			86	conflito pela água	Itacarambi	Norte
			87	violência contra a pessoa	Januária	Norte
			88	conflito pela água	Januária	Norte
80	Empresas terceirizadas da Fundação Renova colocam em risco trabalhadores e atingidos em meio à pandemia, em MG	Conflito decorrente de impacto socioambiental	89	problemas diversos causados por atividades da mineração	Mariana	Central
			90	problemas diversos causados por atividades da mineração	Barra Longa	Mata
			91	problemas diversos causados por atividades da mineração	Rio Doce	Mata
			92	problemas diversos causados por atividades da mineração	Santa Cruz do Escalvado	Mata
81	Polícia Federal faz operação contra garimpo ilegal e contrabando em Minas	Conflito decorrente de impacto socioambiental	93	conflito por recursos ecológicos e naturais	Curvelo	Central
			94	conflito por recursos ecológicos e naturais	Bocaiúva	Norte
			95	conflito por recursos ecológicos e naturais	Governador Valadares	Rio Doce

Fonte: Observatório dos Conflitos Socioambientais do Campo do Estado de Minas Gerais, do GEIND/UEMG, CNPq.

A seguir passamos à análise dos dados.

Gráfico 1 - Tipos de riscos e conflitos socioambientais no estado de Minas Gerais (2020)



Fonte: Observatório dos Conflitos Socioambientais do Campo do Estado de Minas Gerais, do GEIND/UEMG, CNPq.

O risco de rompimento de barragens em Minas Gerais representou mais de 43% dos riscos/conflitos socioambientais levantados no estado em 2020. Em números absolutos, foram 42 riscos entre os 95 riscos/conflitos registrados. Isto, considerando-se apenas aqueles de “alto risco”. De acordo com o relatório da Gerência de Segurança de Barragens de Mineração, da Agência Nacional de Mineração (ANM), até 28/12/2020, havia 871 barragens cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM), em âmbito nacional. Deste total, 435 estavam enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). O estado de Minas Gerais comparecia com 380 barragens, das quais, 213 estavam entre as 435 de todo o país cobertas pela PNSB (ANM, 2020a).

A PNSB classifica as barragens com relação ao seu potencial de risco (ou à Categoria de Risco -CRI), como “baixo”, “médio” e “alto”. Em dezembro de 2020, eram 325 barragens consideradas de “baixo risco”, 58, de “médio risco” e 52 de “alto risco”. Destas 52 barragens de “alto risco”, 42 estavam em Minas Gerais. Mas, além destas, outras 163 barragens estavam classificadas, naquele momento, como de “baixo risco” no estado (ANM, 2020a).

Não foi à toa que encontramos cinco (05) conflitos causados pela evacuação/realocação de pessoas, como as dezenas de famílias removidas forçadamente de Ouro Preto, devido ao risco de rompimento da barragem Doutor, da mina de Timbopeba, e das Barragens de Forquilha, I, II, III e IV, todas da companhia Vale S.A. Em Macacos também houve evacuação de famílias diante do risco de rompimento de barragem – também da Vale S.A. E 40 famílias foram forçadas pela Polícia Militar a deixarem a cidade de Florestal, diante do risco de ruptura da barragem da represa localizada na fazenda Onori.

Se a remoção forçada produz grande impacto, objetivo e subjetivo, no plano da experiência dos sujeitos sociais, como já indicaram Valencio *et al.* (2009), o rompimento da barragem é uma situação-limite ainda mais radical. Em Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha, em 30 de março de 2020, rompeu uma barragem de água na fazenda Gravatá, no Córrego da Saudade, afetando mais de 40 famílias de agricultores familiares, que perderam parte ou todas as condições de vida e existência. Evidentemente, sua amplitude e extensão não é comparável à ruptura de barragens de rejeitos da produção de minério de grande capacidade, como nos casos de Brumadinho (2019) e Mariana (2015), mas, no plano da

experiência dos sujeitos afetados, todas elas compartilham a perda das condições mais fundamentais para a reprodução da existência (Freitas *et al.*, 2019).

O rompimento de uma barragem enceta, pois, um conjunto de outros conflitos. No nosso caso, identificamos oito (08) conflitos socioambientais decorrentes do rompimento de barragem: desde a negligência e obliteração dos direitos dos atingidos pelas empresas mineradoras em consórcio com o Estado, como a tomada de decisões sem consulta às famílias, interrupção dos auxílios durante a pandemia – como no caso das famílias de Brumadinho –, até a ameaça à soberania alimentar, o desabastecimento de água, entre tantas outras (Freitas *et al.*, 2019; Rezende, 2016).

A atividade de mineração, no entanto, não se encerra no risco de rompimento de uma barragem, pelo próprio rompimento ou pelo conflito após o rompimento: há um conjunto de problemas causados por atividades diversas da mineração e conflitos associados à mera existência da barragem – que, em 2020, foram, respectivamente, oito (08) e seis (06). São de natureza objetiva, como o bloqueio pelas empresas mineradoras do acesso à água por famílias de trabalhadoras e trabalhadores; bloqueios de vias de acesso público em razão do extravasamento ou transbordo de água e até de rejeitos de barragens; detonações diárias provocadas pela atividade de mineração; e de natureza subjetiva, como o medo constante da ruptura da barragem, ou da contaminação por metais pesados pelo consumo direto e indireto de água, entre outros.

Há, ainda, os problemas de saúde pública (04), não raro ligados ao conflito e disputa pela água, como a falta de acesso à água potável de moradores do reassentamento Agrovila Dois, em Chapada do Norte, que está associado a inúmeras doenças; ou a contaminação do rio Paraopeba pelo rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019. Mas chamam a atenção os danos psicológicos em crianças,⁶ como nos casos relatados em Brumadinho pós-rompimento da barragem do Córrego do Feijão ou o aumento do consumo de álcool e drogas. De acordo com a deputada estadual Ana Paula Siqueira (REDE), a prefeitura de Mariana registrou aumento de 160% no consumo de medicações antidepressivas após o rompimento da barragem, em 2015; a prefeitura de Brumadinho, por seu turno, mostra um aumento de 60% no uso de antidepressivos, 80% no uso de ansiolíticos e mais de 100% de medicamentos anti-psicóticos, entre agosto de 2018 e agosto de 2019 (a barragem do Córrego do Feijão rompeu em 25 de janeiro de 2019) – quadro que se agrava ainda mais ante a ausência de políticas efetivas de reparação de dano.⁷

Apesar dos conflitos socioambientais ligados às atividades diversas do setor minero-industrial serem dominantes, os litígios por terra/despejo/reintegração de posse também persistiram em 2020, mesmo sob o apelo de autoridades nacionais e internacionais para a interrupção dos despejos, em razão dos riscos oferecidos pela pandemia da COVID-19. Nossa pesquisa identificou cinco (05) deles no estado de Minas Gerais. A Campanha “Despejo Zero”, no entanto, afirma que, em todo o país, entre 01/03/2020 e 11/02/2021, 9.156 famílias sofreram processos de despejo/reintegração de posse. Outras 64.546 famílias foram, ou são, objeto de ameaça de despejo. Os Estados do Amazonas e São Paulo lideraram as remoções forçadas. Ainda de acordo com a campanha, em Minas Gerais, 550 famílias haviam sido removidas até 11 de fevereiro de 2021.⁸

⁶ Vale nega indenização por danos psicológicos de crianças de Brumadinho. Portal Racismo Ambiental. 05/05/2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/05/05/vale-nega-indenizacao-por-danos-psicologicos-de-criancas-em-brumadinho/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

⁷ Angústia pós-tragédia aumenta consumo de álcool e drogas na região. Portal Ponto Final. 13/11/2020. Disponível em: <http://jornalpontofinalonline.com.br/noticia/7454/angustia-pos-tragedia-aumenta-consumo-de-alcool-e-drogas-na-regiao>. Acesso em: 01 fev. 2021.

⁸ Ver <https://www.campanhadespejzero.org>. Ver também Despejos na pandemia deixam mais de 9 mil famílias expostas à doença. Portal Projeto Colabora. 23/03/2021. Disponível em: <https://projetcollabora.com.br/ods3/>

Entre os conflitos por terra/despejo/reintegração de posse, o caso de Campo do Meio merece destaque. Entre os dias 12 e 14 de agosto de 2020, quatorze (14) famílias foram despejadas de uma área que compõe o Complexo Quilombo Campo Grande, na região Sul de Minas Gerais. Foram 56 horas de um verdadeiro cerco jurídico-policial sobre as famílias de sem terra, contando com mais de 700 policiais, helicóptero, cavalaria da Polícia Militar, tropa de choque, Polícia Civil e Ambiental, até a desocupação de cerca de 52 hectares de terra, com direito à demolição da Escola Popular Eduardo Galeano e a destruição de casas e lavouras, em meio à pandemia da COVID-19.

O complexo, atualmente, é constituído por onze (11) acampamentos e três (03) assentamentos, onde vivem mais de 2 mil pessoas, numa área de cerca de 4 mil hectares de terra, resultado de inúmeras ocupações e lutas pelas terras da Usina Ariadnópolis, desde o final dos anos 1990, quando a Usina já dispunha de um grande passivo financeiro junto ao estado de Minas Gerais, à União e a diversas empresas e instituições financeiras, públicas e privadas, que só fez aumentar ao longo do tempo. Mesmo assim, diante da luta organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela destinação do conjunto de fazendas associado à Usina para fins de reforma agrária, seus proprietários vêm lançando mão de inúmeros expedientes para a preservação das áreas.

Sobre este processo, ainda em 2015, após intensa luta das famílias sem terra, o então Governador do estado de Minas Gerais promulgou o Decreto Estadual n. 365, que visava desapropriar mais de 3 mil hectares da área, destinando-os para a reforma agrária. E, no ano seguinte, um novo Decreto, n. 107 de 2016, visou desapropriar mais uma área, para a mesma finalidade. A Usina, no entanto, recorreu à Vara Agrária de Minas Gerais, judicializando o conflito. Em 19 de julho de 2019, o governador Romeu Zema anulou os decretos de 2015 e 2016, por meio de um novo Decreto, n. 378/2019, conferindo ao conflito uma nova dinâmica, que significou o retrocesso de anos da luta pela terra promovida pelas famílias de trabalhadoras e trabalhadores organizadas pelo MST. Esta nova medida criou as condições para que, em fevereiro de 2020, a Usina obtivesse uma reintegração de parte da área. As famílias sem terra interpuseram mandado de segurança contra a decisão judicial, mas o pedido foi indeferido, violando, entre outros, o direito à saúde, ameaçado pela pandemia da COVID-19. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público do estado peticionaram Agravo de Instrumento, no sentido de obter a suspensão do processo, mas também tiveram o pedido negado pela Vara Agrária, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de interposição de Reclamação Constitucional, mas esta também não foi atendida. O resultado foi o despejo de quatorze (14) famílias e a violação de seus direitos sociais.

O conflito em Campo do Meio não se encerrou no episódio do despejo, em agosto de 2020. A luta pela reforma agrária prossegue na região Sul de Minas e a defesa enérgica da Usina pela defesa das propriedades tende a multiplicar os conflitos na região. A propósito, a judicialização dos conflitos socioambientais tem sido uma importante tendência contemporânea (Cf. Escrivão Filho; Frigo, 2010), no entanto, esta não é a única dimensão do conflito: inúmeros expedientes, como ameaças às famílias e violação de direitos, têm sido frequentes, como nos casos das comunidades quilombolas e vazanteiras, da região Norte de Minas, ameaçadas por empresários do agronegócio.

Em Itacarambi e Januária, às margens do Rio São Francisco, os expedientes de defesa enérgica da propriedade passam pela intimidação, abordagens agressivas por pessoas armadas, voos de drone e vigilância permanente sobre territórios de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Assim atuam os latifundiários da região. Além disso, os conflitos pela água também se constituem como mecanismos de privação de trabalhadoras e trabalhadores de comunidades tradicionais. As comunidades vazanteiras de Maria Preta e Barrinha são

despejos-na-pandemia-deixam-mais-de-9-mil-familias-expostas-a-doenca/?fbclid=iwROJ9iROZ_Oyaqh-OoP2GOpIzF9AnuWMKA-E7-9vru76GzrM38U4H 5U8. Acesso em: 11 abr. 2021.

privadas do acesso à água, em razão da barragem construída pela empresa Brasnica Frutas Tropicais, que reivindica as terras tradicionais como sua propriedade.⁹

Esta empresa atua no âmbito do Projeto Jaíba, que remonta, pelo menos, à década de 1950, quando o então *Bureau of Reclamation*, dos EUA, identificou áreas com potencial de irrigação no norte do estado de Minas Gerais, na região da Mata da Jaíba, que está localizada entre os rios São Francisco e Verde Grande. Mais tarde, o governo de Minas Gerais implantou um projeto piloto de irrigação, em uma área de quase 6 mil hectares, em Mocambinho, uma localidade do município de Jaíba. Nos anos de 1970, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), entidade federal, passou a realizar obras de infraestrutura no local, com financiamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o que passou a atrair capital nacional e estrangeiro, além de novos financiamentos, desta vez, junto ao *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC). Em 1988, foi criado o Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ), com recursos públicos, estadual e federal, e capital privado, nacional e internacional. O projeto, atualmente localizado nos municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia, cobre uma área superior a 107 mil hectares de terra, e visa incentivar a expansão da agricultura irrigada dos agronegócios, em grandes propriedades de terra,¹⁰ impactando fortemente as comunidades tradicionais e a agricultura familiar da região.

Aqui também podemos evidenciar o conflito pela água. Nossa pesquisa identificou oito (08) conflitos pela água em 2020. São situações diversas, como a contaminação de nascentes no município de Josenópolis, pela Norflor Empreendimentos Agrícolas, que administra ativos florestais, privando animais de gado de beberem água e promovendo a disparada do preço por sua utilização: há registros de aumento de 180 vezes nas contas de água de moradores do município de Belo Oriente, no chamado Vale do Aço. Na Chapada do Norte, famílias de trabalhadores e trabalhadoras reassentados sofrem com a falta de água, destinada para os agronegócios, assim como os atingidos de Cachoeira, no Rio Doce. No caso de Brumadinho, desde o rompimento da barragem, pelo menos 16 comunidades dependem do fornecimento de água por caminhões-pipa.

Como salientam Silveira e Silva (2019), ainda na segunda metade do século XX emerge a “questão da água” para expressar um conflito socioambiental em torno das formas de acesso a este recurso natural, no contexto de sua crescente capitalização. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, em 2002, primeiro ano-base de registro especificamente de conflitos por água pela entidade, foram 8 em todo o país. Em 2018, esse número saltou para 276, chegando a 489, em 2019, impactando a vida de 69.793 famílias. Minas Gerais está entre os 5 estados que mais registra conflitos pela água do país (CPT, 2020)

Outros conflitos por recursos ecológicos e naturais também foram registrados por nós (06), como a extração ilegal de quartzos raros, em diferentes regiões do estado, próprias à atividade do garimpo ou a disputa do capital por território tradicional. Esta última, como parte da ofensiva contemporânea do capital pela destituição de territórios historicamente constituídos por povos tradicionais e, em alguns casos, até reconhecidos pelo Estado como tal (Firmiano, 2020).

Como podemos notar, ao complexo minero-industrial está conectada a parte mais substantiva dos conflitos socioambientais do campo do estado de Minas Gerais, em 2020. E sua totalidade, aos setores primários que, inclusive, estiveram na contramão das tendências da economia mundial: enquanto o PIB mundial experimentou uma retração de 4,3% – para a qual o Brasil contribuiu com um recuo de -4,5% do PIB (WBG, 2021) – os preços do petróleo, gás natural, metais e minerais, bem como produtos agropecuários, dispararam (WBR, 2020).

⁹ O litígio, inclusive, foi judicializado, tanto na Vara Cível de Janaína, quanto na Vara Agrária de Belo Horizonte (não sem antes passar pela Vara Federal de Janaína, que declarou incompetência para julgar o caso).

¹⁰ Ver <http://www.projetojaiba.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

De acordo com o cálculo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq/USP, com dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o PIB dos agronegócios teve um aumento de 24,31% entre os anos de 2019 e 2020 (CPEA/CNA, 2020). Em 2020, o setor mineral teve um faturamento da ordem de US\$ 32 bilhões, 31% maior que o faturamento de 2019, com destaque para as exportações de minério de ferro e ouro, cuja variação, com relação ao ano anterior foi, respectivamente, 16% e 36% para cima.¹¹

Do ponto de vista da economia política dos setores primários, este desempenho pode ser explicado pela ampliação da produção agropecuária, pela alta dos preços das *commodities* e pela demanda externa (sobretudo chinesa). Muito embora os agronegócios estejam experimentando perda significativa de participação no PIB Nacional nas últimas duas décadas - em 1996 representava 34,8% e em 2019, 20,9% - em conjunto, seus setores produziram um PIB-Renda da ordem de R\$ 1,6 bi em média, por ano, no período considerado (1996-2019), com poucas variações para baixo ou para cima, ainda exercendo forte influência sobre o conjunto da economia nacional e anotando, ano a ano, ganhos em produção e produtividade -através do incremento de sua base técnica e tecnológica e pela incorporação de novas áreas.¹² No caso do complexo minero-industrial, o setor foi responsável por quase 2,5% do PIB nacional em 2020.¹³

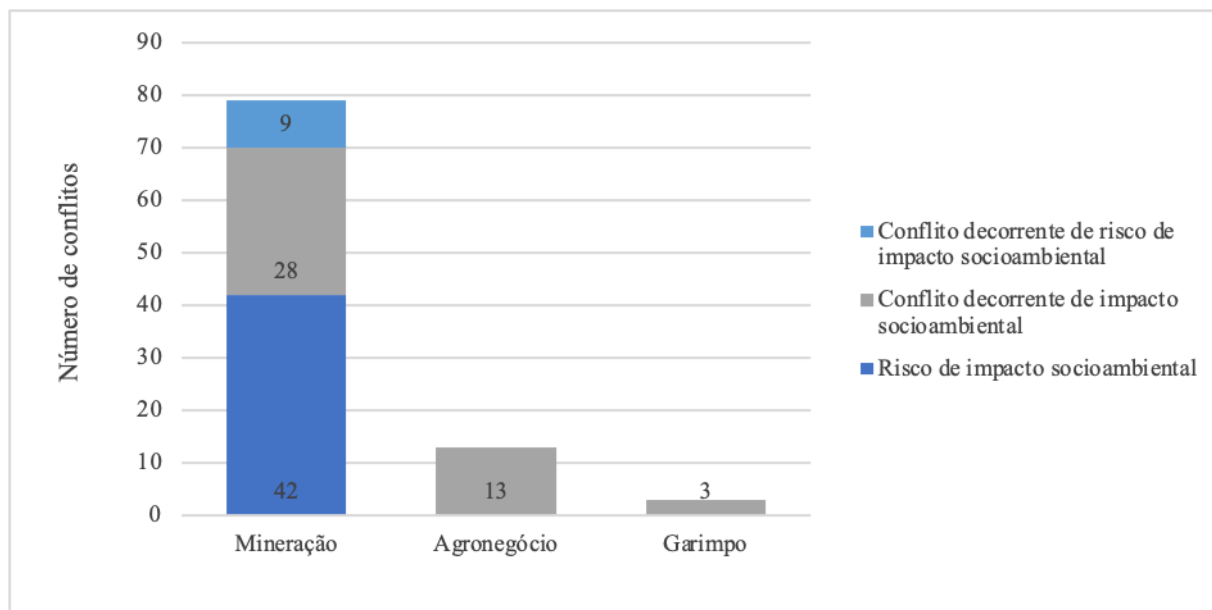
Mas esta pujança dos setores primários, como se vê, vem sendo acompanhada pela explosão dos conflitos socioambientais. Como dissemos anteriormente, as atividades econômicas a que se conectam os riscos e conflitos socioambientais são as do complexo industrial-mineral, que concentra setenta e nove (79) dos noventa e cinco (95) riscos/conflitos, seguido pelos agronegócios, que são responsáveis por treze (13) riscos/conflitos, e pelo garimpo, ao qual identificamos três (03) riscos/conflitos (Gráfico 2). A literatura brasileira é farta em demonstrar que, onde o complexo minero-industrial se desenvolve, há conflitos socioambientais (Firmiano, 2021, no prelo; Laschefski, 2020; Coelho, 2018; 2012; Rezende, 2016; Zhouiri; Laschefski, 2010). Igualmente, à expansão dos agronegócios corresponde ao desenvolvimento, em escala sempre crescente, dos expedientes mais vis da acumulação de capital e, em larga medida, de conflitos socioambientais (Firmiano, 2016).

Gráfico 2 - Riscos e conflitos socioambientais associados à atividade econômica no estado de Minas Gerais (2020)

¹¹ “Desempenho do setor mineral em 2020 supera expectativas”. Portal Governo Federal do Brasil. 19/02/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/02/desempenho-do-setor-mineral-em-2020-supera-expectativas#:~:text=renda%20%C3%A0s%20localidades%20E2%80%9D.-,Dados%20estat%20C3%ADsticos%20confirmam%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20do%20setor%20mineral%20para%20um,%24%2032%20bilh%C3%B5es%2C%20em%202020>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

¹² O Produto Interno Bruto (PIB) dos agronegócios é tomado pela CEPEA/CNA, a partir de uma concepção sistêmica, como um conjunto dos segmentos de insumos para a agropecuária, produção agropecuária primária, agroindústria e agrosserviços. Ver <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

¹³ “Desempenho do setor mineral em 2020 supera expectativas”. Portal Governo Federal do Brasil. 19/02/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/02/desempenho-do-setor-mineral-em-2020-supera-expectativas#:~:text=renda%20%C3%A0s%20localidades%20E2%80%9D.-,Dados%20estat%20C3%ADsticos%20confirmam%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20do%20setor%20mineral%20para%20um,%24%2032%20bilh%C3%B5es%2C%20em%202020>. Acesso em 29 Mar 2021.



Fonte: Observatório dos Conflitos Socioambientais do Campo do Estado de Minas Gerais, do GEIND/UEMG, CNPq.

Em 2020, o estado de Minas Gerais arrecadou mais de R\$ 2,3 bilhões correspondentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o que representou 38,89% do total nacional, ficando atrás somente do estado do Pará, cuja arrecadação foi 51,57% do total.¹⁴ No ano anterior, a CFEM do estado foi de pouco mais de R\$ 1,7 bi. O valor global da produção mineral (VGPM) brasileira é constituído, sobretudo, por substâncias metálicas (80%), como alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco. O ferro, sozinho, representa 72,8% do total do VGPM nacional, seguido pelo ouro (10,5%) e cobre (7,9%). Em 29 municípios do estado de Minas Gerais estão algumas das mais importantes reservas minerais do país, com grande destaque para o quadrilátero ferrífero (onde se localizam 19 destes municípios) (ANM, 2020b).

Os dados mais atuais disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração dão conta que, em 2019, o Brasil outorgou 2733 novas autorizações de pesquisa para exploração mineração, concedeu 44 lavras e 186 permissões de lavra garimpeira. No estado de Minas Gerais foram 234 autorizações de pesquisa, 10 lavras e 1 permissão (ANM, 2020b). Ano a ano a atividade do complexo industrial-mineral vem aumentando no estado, em consonância com a própria direção assumida pela economia brasileira, fortemente apoiada pelos setores primários (Firmiano, 2016) ou pelo padrão de especialização produtiva baseado em *commodities* (Osorio, 2012).

A expansão do complexo minero-industrial, no entanto, reitera aquilo que Coelho (2012; 2018) chama de minério-dependência, que acaba por subordinar a economia – no caso, do estado de Minas Gerais – ao mercado global de *commodities*, quem dita os processos de desenvolvimento econômico, político e social. Ainda, à medida que o complexo minero-industrial se expande, o que se tem é uma espécie de obstrução para o desenvolvimento de outras atividades econômicas – sobretudo aquelas que operam sob a mesma base, qual seja, o controle direto e indireto dos recursos ecológicos e naturais.

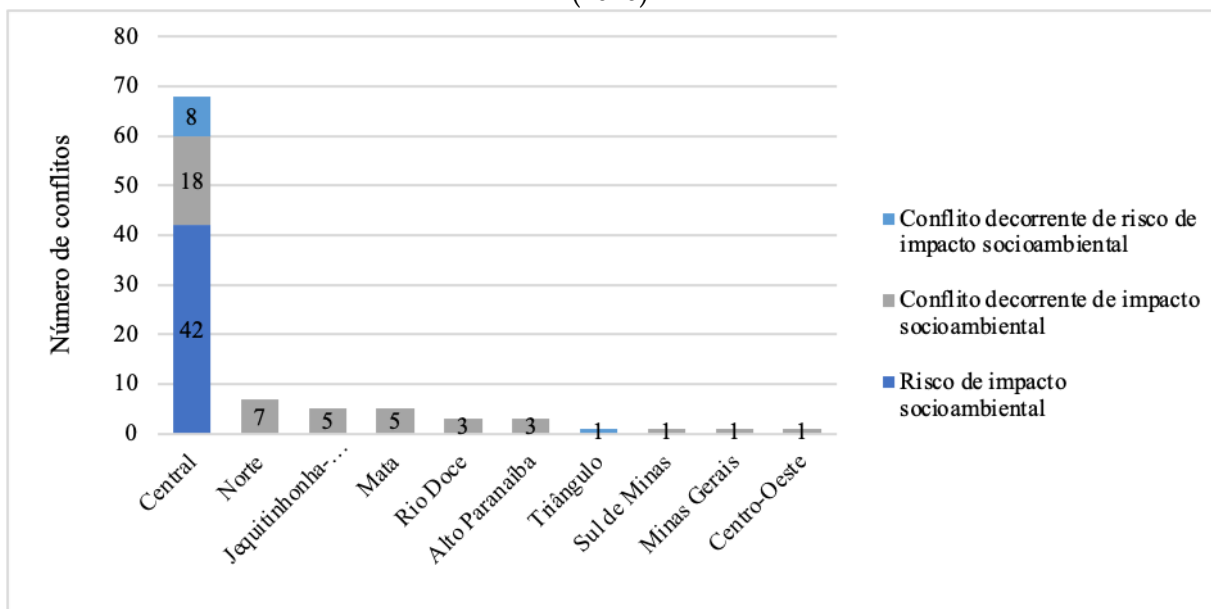
A economia política dos setores primários, assim, mobiliza em torno de si uma complexa rede de estruturas e interações que reitera e aprofunda sua realização como uma

¹⁴ Ver Portal Agência Nacional de Mineração: https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/mineracao-em-numeros/copy_of_estatisticas/arrecadacao-cfem/arrecadacao-da-cfem-por-gerencias-regionais-2020. Acesso em: 03 Abr. 2021.

espécie de “única alternativa viável”. Parte deste processo é a flexibilização da regulação e legislação ambiental. Laschefski (2020) investigou o processo de desmonte das regulamentações ambientais no estado de Minas Gerais nas últimas duas décadas, evidenciando uma complexa rede de interferências das corporações do setor que atravessa os órgãos legislativos, o governo, conselhos da sociedade civil e até mesmo o Ministério Público. Depois dos rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), a despeito da expectativa de que a devastação socioambiental provocada por ambos os crimes se tornasse objeto de preocupação pública, tornando-se parte da agenda de governança, o que se viu foi a introdução de instrumentos jurídicos que tornam o licenciamento de atividades do setor ainda mais célere - vide a criação da Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), no âmbito da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, quase imediatamente após o conflito em Mariana. Isto, como parte do discurso do *there is no alternative*.

A concentração das atividades econômicas do complexo da mineração do estado de Minas Gerais na região central ajuda a explicar a dinâmica espacial dos conflitos socioambientais no estado (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Conflitos socioambientais por região de planejamento no estado de Minas Gerais (2020)



Fonte: Observatório dos Conflitos Socioambientais do Campo do Estado de Minas Gerais, do GEIND/UEMG, CNPq.

Mais de 70% dos conflitos socioambientais foram registrados na região central, o que se deve aos alertas de risco de rompimento de barragens na região: exceto no caso de risco do rompimento da represa de Tupaciguara, na região do Triângulo Mineiro, todas as demais ocorrem na região central, concentrando-se nos municípios Nova Lima, Congonhas, Ouro Preto, Florestal, Belo Horizonte, Itabirito, Brumadinho, Rio Acima, Itabira, Mariana, Belo Vale, Catas Altas, Itatiaiuçu, Barão de Cocais. Nestes municípios estão algumas das principais reservas minerais do país, especialmente de ferro e ouro, compondo o chamado quadrilátero ferrífero. Há, nesta região, mais de dez (10) minas de ferro com produção ROM acima de 1.000.000 toneladas por ano - além da mina de ouro, em Sabará, e de alumínio, em Mirai com esta capacidade (ANM, 2020b).

Com um mercado altamente concentrado, cinco (05) empresas detêm a produção de ferro no estado: Vale S.A, CSN-Mineração, Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A, Mineração Usiminas S.A, Vallourec Mineração Ltda. No caso da exploração do ouro, somente

duas (02) empresas detêm quase 40% da produção nacional e praticamente a totalidade da produção em Minas Gerais: a Kinross Brasil Mineração S.A e a Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A. Em Araxá, está a Companhia Mineradora do Pirocloro, que responde por 41,78% da produção nacional de nióbio. E, em Paracatu e Vazente, está a Nexa Recursos Minerais S.A, que, em 2019, foi responsável por mais de 97% de toda produção de zinco do país (ANM, 2020b).

A arrecadação da CFEM pelos municípios mineradores é, pois, o principal argumento pela defesa enérgica do caráter estratégico representado pelo complexo minero-industrial para o estado de Minas Gerais. De fato, os municípios mineradores dependem, em larga medida, da CFEM, assim como da geração de empregos dentro e no entorno da atividade de produção minero-industrial. No entanto, quando comparada com o valor das operações das empresas mineradoras, a arrecadação municipal referente a CFEM é ínfima, como afirma Coelho (2018), ao investigar os municípios de Brumadinho e Mariana, e nem sempre se reflete em melhores índices de desenvolvimento humano (IDH). A bem da verdade, não há qualquer relação direta de causa e efeito entre arrecadação da CFEM e IDH elevado entre os municípios mineradores. Ao que tudo indica, se há uma relação intrínseca que se pode extrair da presença do complexo minero-industrial em Minas Gerais é seu potencial gerador de conflitos socioambientais de toda sorte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 foi pródigo para os setores primários da economia brasileira, com especial destaque para o complexo minero-industrial e para os agronegócios. Mesmo sob as condições da mais impactante crise econômica, social e sanitária experimentada pelo país – decorrente da pandemia da COVID-19 – e, em razão mesma das condições de pandemia, o estado de Minas Gerais registrou superávit primário ainda maior que no ano anterior, em grande medida, puxado pelo complexo da mineração. Longe de significar qualquer desenvolvimento econômico, político e social, este processo, no entanto, vem acompanhado pela expansão dos conflitos socioambientais.

Como pudemos observar, mais de 80% dos 95 riscos/conflitos socioambientais registrados no ano de 2020 estão diretamente conectados às atividades produtivas do complexo minero-industrial, concentrando-se, predominantemente, na região central do estado – que engloba o chamado quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. O “alto risco” de rompimento de barragens significa mais de 40% do conjunto dos riscos/conflitos, instando dezenas de milhares de pessoas em situação de grande vulnerabilidade. Além disso, outros conflitos socioambientais, ligados à disputa pelos recursos ecológicos e naturais, entre os quais a terra e a água, provocados também pelos ramos dos agronegócios, ganham evidência, como aquele que envolve o complexo Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio.

Devemos destacar que, longe de aparecerem como um momento da expansão da economia política mineira, os conflitos aqui registrados são, pois, constitutivos do curso do desenvolvimento econômico, político e social apoiado pelos setores primários. Por esta razão, tendem a se ampliar no tempo e no espaço: os alertas de rompimento de barragem ou o violento processo de reintegração de posse das famílias de sem terra em Campo do Meio – bem como os inúmeros conflitos por terra, água, recursos ecológicos e naturais –, não desfecham no ano de 2020, adentrando o ano seguinte sem qualquer indício de que terão qualquer resolução no curto prazo.

Com o desmonte crescente da governança socioambiental do estado de Minas Gerais e criação de mecanismos de facilitação das atividades intensivas em natureza – em plena sintonia com as políticas federais para o campo – os conflitos socioambientais tendem a ganhar

novos desdobramentos, assumindo um lugar importante na configuração dos territórios, como dimensão da luta de classes.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.
- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Report Semanal: Barragens de Mineração 21** – 28/12/2020. Brasília: ANM, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/boletim-de-barragens-de-mineracao/arquivos/report/semanal-2020-12-28.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Anuário Mineral Brasileiro: principais substâncias metálicas**. Coordenação técnica de Marina Dalla Costa. – Brasília: ANM, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro>. Acesso em: 03 Abr. 2021.
- CEPEA/CNA. **PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020**. 2020 Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/sut.pib_dez_2020.9mar2021.pdf
- CHESNAIS, François. Não só uma crise econômica e financeira, uma crise de civilização. In.: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. (Orgs). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- COELHO, Tádzio. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. **Rev. Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22 n. 41, p. 252-267, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46681/pdf>. Acesso em 10 Mar. 2019.
- COELHO, Tádzio. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. **Rev. Intratextos**, Rio de Janeiro, Número Especial 03, p. 128-146, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/3140/2245>. Acesso em:10 Mar. 2019.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo: 2019**. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Paulo César Moreira dos Santos. Goiânia: CPT Nacional, 2020.
- DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In.: DAVIS, Mike *et al.* (Org.) **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- ESCRIVÃO FILHO, Antonio Sergio; FRIGO, Darci *et. al.* A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? In.: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2009**. (coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski). São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FIRMIANO, Frederico Daia. Conflitos Socioambientais no estado de Minas Gerais: uma análise do ano de 2019. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 53, n. 2, nov. 2021. No prelo.
- FIRMIANO, Frederico Daia. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 364-387, jun. 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-2_05_quem_lamenta. Acesso em: 14 abr. 2021.
- FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.
- FLEURY, Lorena C.; BARBOSA, Rômulo S.; SANT´ANA JÚNIOR, Horácio A. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Rev. Brasileira de Sociologia**, Minas Gerais, v. 05, n. 11, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/328> Acesso em: 17 Dez. 2019.

- FOSTER, John. The Scale of Our Ecological Crisis. **Monthly Review**, 49, n. 11 (April): 5–36. DOI: https://doi.org/10.14452/MR-049-11-1998-04_2.
- FREITAS, Carlos Machado de *et al.* Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00052519>.
- GÔUVEA, Marina Machado. A culpa não é do vírus. *In.*: MOREIRA, Elaine; GOUVEIA, Raquel (Orgs.). **Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.
- LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. **Rev. Ambientes**. Volume 2, Número 1, 2020, pp. 98-143. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23299/15844>. Acesso em: 03 Abr. 2021.
- LOVEJOY, Thomas; NOBRE, Carlos. Amazon Tipping Point: Last Chance for Action. **Science Advances**, v. 5, n. 12, dez., 2019. DOI: <https://doi.org/10.1126/sciadv.aba2949>.
- MELLO-THÉRY, Neli Aparecida; THÉRY, Hervé. A geopolítica do COVID-19. **Espaço e Economia** [Online], n. 17, abr., 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia11224>.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. [tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa]. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; PINTO, Raquel Giffoni. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00051219>.
- MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo. *Minería en Brasil: Problemas, Perspectivas y Desafíos*. *In.*: GANDARILLAS, M.A. (Org.). **Extractivismo: Nuevos Contextos de Dominación y Resistencias**. Cochabamba: CEDIB, 2014.
- MOORE, Jason. *Ecological Crises and the Agrarian Question in World-Historical Perspective*. **Monthly Review**, v. 60, n. 6 p. 54–62, nov., 2008. DOI: https://doi.org/10.14452/MR-060-06-2008-10_5.
- OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In.*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- REZENDE, Vanessa Leite. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 375-384, dez., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-451320160304>.
- SILVA, Michelle Jader da, SATO, Michèle Tomoko. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Ambiente & Sociedade**, 2012, XV(1), 1 – 22. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31722793002>. Acesso em: 12 Ago. 2021.
- SILVEIRA, Sandra Maria Batista; SILVA, Maria das Graças e. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 342-352, mai., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p342>.
- STRASSBURG, Bernardo *et al.* *Moment of Truth for the Cerrado Hotspot*. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, n. 4, p. 1-3, mar., 2017. DOI: <http://doi.org/10.1038/s41559-017-0099>. Acesso em 5 Mar. 2021.
- VALENCIO, Norma *et al.* (Orgs.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.
- WORLD BANK. Global. **Economic Prospects, January 2021**. Washington, DC: World Bank, 2021. doi: 10.1596/978-1-4648-1612-3. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 3 Abr. 2021.

WORLD BANK GROUP. Commodity Markets Outlook-Persistence of Commodity Shocks, October. World Bank, Washington, DC, 2020. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em 3 Abr. 2021.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais - notas preliminares de uma pesquisa em andamento. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2008, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2008.

INFORMAÇÕES DOS AUTORES

Frederico Daia Firmiano

Doutor em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP. Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas (DECSPP), da UNESP/Franca e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (PAPP, FCHS/UNESP). Coordenador de Extensão do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) e líder do Grupo de Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Crise do Capital, do CNPq

E-mail: fredericodaia@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6701-1201>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7151157247612663>

Paula Maria Rattis Teixeira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da USP/EESC
Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

E-mail: paularattis@alumni.usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9396-5244>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3294218447279196>

Amabile Maria de Moura Passos

Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Franca. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPPEM) e do Grupo de Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Crise do Capital.

E-mail: amabile.passos@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1915-7115>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730466209677890>

Recebido em: 18/04/2021

Aceito em: 19/08/2021



HETEROTOPIAS

O PATRIMÔNIO TERRITORIAL: REALIDADE, CONCEITO E CATEGORIA DA PRÁXIS CONTRA-HEGEMÔNICA

Territorial heritage: reality, concept and category of conter-hegemonic praxis

DOI 10.29327/2797743.2.1-10

RESUMO

Este texto contém uma síntese da nossa compreensão da relação patrimônio-desenvolvimento. Este último é compreendido como (des)envolvimento raiz em razão da concepção territorial que adotamos, tanto para pesquisar como para atuar, por meio da pesquisa-ação-participativa, em processos de cooperação e solidariedade. Nosso objetivo principal é problematizar o debate internacional e evidenciar a centralidade do patrimônio para a mobilização e para as conquistas das classes populares, atuando na interface universidade-sociedade, numa perspectiva territorial que consideramos contra-hegemônica. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica e empírica, tendo como base o Sudoeste do Paraná. O principal resultado que conseguimos, até agora, é a compreensão de que o patrimônio territorial é singular, plural (social e natural), portanto, (i)material, e que a pesquisa-ação-participativa é fundamental para nossa imersão territorial, contribuindo para (des)envolver o patrimônio num processo popular, ecológico e contra-hegemônico.

Palavras-chave: Patrimônio territorial. (Des)envolvimento. Pesquisa-ação-participativa Praxis.

Marcos Aurelio Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-3435-8428

ABSTRACT

This text summarizes our understanding of the heritage-development relationship. The latter is understood as root (de)involvement due to the territorial conception we adopt, both to research and to act, through participatory action-research, in cooperation and solidarity processes. Our main objective is to problematize the international debate and highlight the centrality of heritage for the mobilization and achievements of the popular classes, acting at the university-society interface, in a territorial perspective that we consider counter-hegemonic. To this end, we carried out a bibliographical and empirical research, based on the Southwest of Paraná - Brazil. The main result we have achieved so far is the understanding that territorial heritage is singular, plural (social and natural), therefore (i)material, and that participatory-action research is fundamental for our territorial immersion contributing to (de)involve heritage in a popular, ecological and counter-hegemonic process.

Keywords: Territorial heritage. (De)involvement. Participatory action-research. Praxis.

INTRODUÇÃO

Inicialmente cabe alertar o/a leitor/a de que este texto foi publicado originalmente em espanhol (Saquet, 2021), agora, atentamente revisado e atualizado para esta publicação em língua portuguesa. Portanto, agradecemos intensamente a autorização do editor equatoriano para fazer esta socialização no Brasil. Trata-se, desse modo, de um texto inédito, publicado quase que simultaneamente em duas línguas para facilitar sua difusão e o debate que esperamos que aconteça.

A partir dos anos 1970 e, em especial, depois dos anos 1990, a problemática ambiental tem assumido cada vez mais centralidade nos movimentos sociais e nas pesquisas científicas acadêmicas, caracterizando-se, também, com um conteúdo vinculado ao desenvolvimento territorial, inicialmente na Europa e, posteriormente, na América Latina. Nesse movimento científico e político, notamos que o debate sobre o patrimônio tem sido fundamental, às vezes evidenciando-se sua dimensão natural, às vezes suas características histórico-culturais ou, ainda, as duas dimensões conjuntamente.

Desse modo, nós optamos por compreender o patrimônio por meio de uma concepção histórica, relacional (relações sociais transversais e transescalares) e pluridimensional, portanto, o patrimônio tem significados históricos, relacionais e plurais, ou seja, econômicos, culturais, ambientais e políticos, conforme tentaremos evidenciar neste texto. Isso significa, simultaneamente, que o patrimônio é constituído histórica e geograficamente, com singularidades materiais e imateriais – compreendidas numa perspectiva (i)material -, locais e transnacionais – transterritoriais -, caracterizando-se como realidade processual e relacional, conceito interdisciplinar e categoria fundamental para a práxis de desenvolvimento “do” e “no” território (Saquet, 2019 [2007], 2015).

Nossa concepção é contrária ao “capitalismo eurocentrado e colonial” (Quijano, 2000) e tem um vínculo direto com as classes populares e com a conservação ambiental e patrimonial. Por meio da pesquisa-ação-participativa, estamos trabalhando num movimento contrário à colonialidade e ao capitalismo, contribuindo para conservar a natureza e reproduzir relações solidárias e cooperadas (Walsh, 2014 [2008]; Saquet, 2018a, 2019b, 2020).

Entendemos que um conceito é uma ideia que designa um ou mais objetos de estudo em certa problemática, revelando sua compreensão por meio dos seus componentes – do conceito – constituídos historicamente. Os conceitos, portanto, podem ser superados em virtude das mudanças sociais e em nível do pensamento; são reconstruídos cientificamente a partir da descrição e interpretação dos fenômenos e processos estudados em cada ciência. Assim, os conceitos estão vinculados às categorias: estas têm um significado epistemológico relacionado ao concreto da vida cotidiana (Sposito, 2004). Parece inevitável, desse modo, relacionar os conceitos e categorias com a teoria e a prática cotidiana, indispensável para a compreensão e realização da práxis territorial contra-hegemônica.

Nessa concepção, patrimônio, desenvolvimento e território são indissociáveis, como tentaremos demonstrar, explicitando, também, uma metodologia participativa para a práxis contra-hegemônica de desenvolvimento com base no patrimônio territorial. Esse é nosso objetivo principal neste texto que resultou da pesquisa bibliográfica e empírica, tendo como base espacial do Sudoeste do Paraná – Sul do Brasil. Nossas pesquisas e ações de cooperação se fazem necessárias em virtude da pobreza geral do povo brasileiro e, de maneira geral, latino-americano, bem como da riqueza ambiental, política e cultural desse continente, normalmente invisibilizada e explorada por grandes empresas transnacionais, degradada e subordinada à lógica mercantil da divisão internacional do trabalho, como já é bem conhecido na literatura (inter)nacional. Nossos patrimônios, escrito no plural, em virtude da sua heterogeneidade, são trunfos populares e territoriais, que precisam ser compreendidos,

representados, explicados e potencializados a favor justamente das classes populares e da conservação ambiental e patrimonial.

Quando nos referimos a essas classes, estamos considerando, de maneira especial, os povos originários – indígenas, com saberes e sabores singulares-, juntamente com os africanos, camponeses-artesãos e demais agricultores – como sujeitos fundamentais da nossa história e geografia, criadores de identidade e práticas solidárias, de dignidade, resistência e luta pela liberdade, autonomia e honra (Fals Borda, 2013 [2007]).

Todos vivem em seus territórios, que resultam (das) e condicionam as relações sociedade-natureza, ou seja, cada território é produto histórico da apropriação do espaço geográfico e influencia a continuidade da vida (social e natural). É o lugar da nossa vida cotidiana, heterogêneo interna e externamente, contém mudanças e permanências e está organizado em redes conflituosas (mercantis, industriais, financeiras e de serviços), de cooperação e solidariedade, com o grande predomínio, na sociedade capitalista, das relações sociais de disputa, dos conflitos e da hegemonia da classe dominante.

Nesse campo conflituoso, o desenvolvimento é um processo contínuo de melhoria das condições de vida das pessoas, no campo e na cidade, especialmente por meio de formas cooperativas e solidárias (Coraggio, 2004 [2000]). “[...] O desenvolvimento é uma questão cultural, cujo significado difere de lugar em lugar, na mesma medida em que as culturas são diferentes” (Boisier, 2004, p. 27). Então, numa concepção territorial como a nossa, as práticas de desenvolvimento precisam ser construídas considerando os processos culturais, juntamente com os econômicos, sociais, ambientais, institucionais e políticos, todos integrados no nível de cada território (Barquero, 2007), num movimento histórico de melhoria qualitativa das condições de vida cotidiana para certa população.

Por isso, trabalhamos com uma compreensão de **(des)envolvimento territorial raiz**, na qual reconhecemos e valorizamos cada patrimônio, tornando central o estudo aprofundado do território, compreendendo-o, representando-o e explicando-o, gerando subsídios voltados para a valorização e a potencialização das singularidades locais. Os planos, os programas e as políticas de desenvolvimento precisam partir de uma concepção política e científica que reconheça as relações sociedade-natureza, ou seja, as territorialidades e as temporalidades, as desigualdades, as identidades e as diferenças em cada território e tempo.

Isso significa envolver novamente, especialmente as pessoas que foram e são, histórica e geograficamente, colonizadas, subordinadas, invisibilizadas e exploradas, significa revalorizar os ambientes naturais e requalificar os ambientes construídos socialmente, para que as pessoas possam participar e decidir o (des)envolvimento que desejam, conforme suas necessidades e as singularidades de cada tempo e território. Por isso estamos trabalhando na construção de espaços de diálogos e reflexões, de pesquisa-ação-participativa que se caracterizam como (des)envolvimento raiz numa práxis territorial contra-hegemônica (Saquet, 2014, 2015, 2017, 2018a, 2019c, 2020).

Assim, o território, com suas transformações e permanências, é um patrimônio e o patrimônio é territorial. Degradar o território significa destruir o patrimônio e, degradando o patrimônio, estamos destruindo o território, o ambiente e parte da vida das pessoas. O território é um lugar de relações sociais, de conexões e redes, enfim, de vida, para além da produção econômica, como natureza, identidade e patrimônio cultural, por isso, é condição para habitar, viver e produzir (Saquet, 2019 [2007], 2020).

Nesse sentido, na primeira parte do texto, socializaremos uma síntese atual sobre a relação desenvolvimento-patrimônio, relacionada ao debate territorial, seguida por outra síntese da metodologia de pesquisa-ação-participativa que utilizamos em nossos projetos de pesquisa e cooperação com os sujeitos “estudados”. Portanto, acreditamos que nossa

concepção de práxis se vincula a uma proposta teórico-metodológica alternativa aos discursos oficiais e hegemônicos eurocêntricos, globalizantes e universalistas.

A RELAÇÃO (DES)ENVOLVIMENTO-PATRIMÔNIO

Segundo evidenciamos anteriormente em Saquet (2020 [2007]), a revisão teórico-metodológica de algumas ciências sociais, em alguns países europeus, nos anos 1960-70, ocorreu com base na retomada do conceito de território sob o neomarxismo, incorporando-se as relações de poder, de dominação e resistência, as distintas apropriações do espaço, a problemática do desenvolvimento regional, a proximidade, a ancoragem territorial etc.

De maneira geral, o conceito de território torna-se mais difuso a partir dos anos 1970-80, com a chamada crise do fordismo e valorização dos distritos industriais marshallianos, reconfigurando-se com o pós-fordismo por meio dos processos localizados e contextualizados territorialmente, caracterizando um processo que Rullani (2003, 2005) denominou de “re-emergência” e “redescoberta do território”. Esse processo foi verificado anteriormente por Dematteis (1981 [1979]), que o chamou de “descoberta do território”, como conceito e realidade sócio-espacial específica relacionada aos movimentos sociais e ao desenvolvimento regional. Storper (2003) também destacou a importância do território vinculado aos processos de desenvolvimento, afirmando que este último se caracterizou, desde a década de 1970, pelos elementos tecnológicos, organizativos e territoriais, em contextos regionais e/ou transnacionais.

Isso significa, resumidamente, que os debates e as propostas de desenvolvimento precisam considerar, como argumenta Magnaghi (2000), a **coevolução** sociedade-natureza, o poder, as identidades e a sustentabilidade ambiental, isto é, o território como espaço fundamental e, por isso, patrimônio da humanidade. O patrimônio é local sem deixar de ser, ao mesmo tempo, da humanidade em geral: “o patrimônio faz o território” e o território está no patrimônio (Bourdin, 2001) por meio da atuação dos diferentes sujeitos e classes sociais.

Desse modo, território, desenvolvimento e patrimônio estão intimamente relacionados e está cada vez mais claro que o desenvolvimento se torna uma “problemática territorial”, considerando-se os processos culturais, políticos e econômicos, ou seja, sua caracterização história e relacional (Bagnasco, 1977, 1978; Dansero; Governa, 2005; Saquet, 2019 [2007], 2014, 2015, 2018, 2019c, 2020), suscitando o chamado “retorno ao território” (Becattini, 2009, 2015; Magnaghi, 2015; Saquet, 2017, 2018b, 2020). E esse “retorno” acontece no que se refere ao território como realidade de vida cotidiana, como conceito de orientação científica e como espaço de mobilização, (in)formação, luta e resistência diante do estado burguês e dos agentes dominadores do capital.

Assim, é essencial identificar os sujeitos, os fluxos, as redes, os poderes, as identidades, as desigualdades, as diferenças, os ecossistemas, enfim, as temporalidades e territorialidades que formam cada patrimônio e cada território, especialmente quando se tratam de projetos e/ou programas de **(des)envolvimento territorial raiz**. Produzir conhecimento interdisciplinar e histórico-crítico útil para as classes populares é fundamental, na perspectiva que temos construído, **do povo e para ele, e preferencialmente, com ele** (SAQUET, 2015, 2018b, 2019c, 2020).

Aqui é importante notar que esse aspecto também foi indicado por Bignante, Dansero e Loda (2015), quando destacam a necessidade de profundos estudos territoriais voltados para a cooperação com os sujeitos “estudados”, realizada por meio de ações voluntárias por parte dos sujeitos envolvidos em cada projeto e/ou programa. Há, então, diferentes concepções teórico-práticas: **sobre certa realidade e a cooperação; outra feita na (ou durante a) cooperação e, por fim, a realizada para a cooperação entre diferentes sujeitos**.

A concepção de **abordagem da cooperação** está centrada na análise das formas, dos mecanismos, objetivos e ritmos de cooperação (sujeitos, escalas, políticas, intencionalidades, filosofias, ações etc.), entendida como um fenômeno e processo territorializado, produzindo-se saberes críticos sobre certa cooperação territorial. Na concepção orientada **para a cooperação**, produzem-se, sistemática e cientificamente, conhecimentos sobre os territórios, em diferentes escalas e contextos territoriais, diretamente voltados para o desenvolvimento, ou seja, conhecimentos úteis à cooperação. Já a concepção feita **no processo de cooperação** responde a um envolvimento mais direto, de pesquisa realizada no âmbito da cooperação, entre diferentes sujeitos do campo e/ou da cidade: o próprio conhecimento produzido participativamente é um patrimônio de todos (Bignante, Dansero; Loda, 2015; Dansero, 2008; Dansero; Governa, 2003; Saquet, Dansero; Candiotti, 2012; Saquet, 2018a, 2018b).

Isso significa que, mesmo considerando o patrimônio numa concepção ampla como esta que estamos argumentando, temos diferentes opções teórico-metodológicas e políticas, mas sempre na direção de pesquisar os territórios e subsidiar, direta ou indiretamente, a concretização de projetos e/ou programas de desenvolvimento territorial dando centralidade para os patrimônios. A decisão é nossa, como professores, pesquisadores, militantes, cidadãos e camponeses, com mais ou menos compromisso político com as classes populares.

A partir da nossa opção de pesquisa e ação participativa, a qualificação da “consciência de classe e de lugar”, juntamente com a práxis territorial de cooperação e solidariedade, têm centralidade, justamente em virtude da necessidade de participação popular. A consciência de classe é sempre fundamental, em nível da organização transescalar (do local ao global, sempre que necessário e possível), porém, esta não é suficiente, conforme demonstram nossas pesquisas empírico-reflexivas (Saquet, 2017). É necessário, considerando-se a gravidade da precariedade das condições de vida de milhões de pessoas, no Brasil e no restante da América Latina, bem como o acelerado processo de degradação ambiental, criar, fortalecer e qualificar a “consciência de lugar”, como também argumentam Becattini (2009, 2015), Magnaghi (2000, 2015) e Becattini; Magnaghi (2015).

Por meio da consciência de classe e de lugar, estamos estimulando a ampliação e qualificação da práxis popular de luta e enfrentamento do estado burguês e dos agentes do capital; intensificando a participação social em nível do lugar, reproduzindo-o como território de mobilização, compromisso político e luta, mas também – como território – de convivência com relações comunitárias, de fato, mais humanas, cooperadas, solidárias e ecológicas. Os habitantes precisam se sentir conhecidos e reconhecidos, valorizados e pertencentes ao lugar de vida cotidiana.

Isso também significa que queremos e precisamos muito da diminuição das pesquisas limitadas às imitações e contemplos do objeto de estudos, a diminuição das ordens e obediências, bem como da burocracia, do controle e da punição. Queremos e necessitamos muito mais criação e criatividade, respeito e diálogo, preservação e conservação ambiental e patrimonial, espontaneidade e honestidade, ensinando e aprendendo, construindo participativamente nossos próprios (des)envolvimentos territoriais raízes.

Nesse sentido, as descrições de d’Emilio e Guillot (2020), por exemplo, auxiliam nossa argumentação para a necessidade de valorização do território como patrimônio, bem como da comunidade, como espaço privilegiado para a pesquisa-ação-participativa, uma forma para a criação de sinergias entre habitantes e território. Porém, nossas experiências de **(des)envolvimento raiz** são bem mais amplas e complexas, juntamente com tantas outras latino-americanas.

Nossa concepção é experimentada, ao longo dos anos, na práxis territorial, com um conteúdo teórico-prático popular e científico, e tem um sentido próprio e raiz, é feita para os movimentos sociais de resistência e luta, sobre eles e com eles, está no nível político do

(des)envolvimento territorial também raiz e próprio - e não poderia ser diferente -, considerando, necessariamente, os seguintes aspectos e processos:

√ Nosso envolvimento com as causas de luta popular, com compromisso participativo e respeito dialógico, ativando-se/motivando-se mutuamente.

√ A (in)formação continuada, na interface universidade-sociedade local, em virtude do nosso inacabamento e da constante aprendizagem que acontece dentro e fora da universidade.

√ A necessidade de descolonização das mentes e das práticas, feita na práxis territorial, popular e contra-hegemônica.

√ A ancoragem cultural e política, bem como a proximidade (organizacional, filosófico-política e ecológica) realizada preferencialmente por meio das redes curtas de cooperação e solidariedade, valorizando-se e preservando-se, portanto, os vínculos comunitários e o patrimônio territorial no seu conjunto (social-natural, [i]material/pluridimensional).

√ A mobilização de classe e de lugar, juntamente com o enfrentamento político, tendo em vista a descolonização e contra-hegemonia, bem como a preservação e/ou conservação ambiental.

√ A conquista do máximo possível de autonomia decisória, tendo em vista a sustentabilidade política de cada experiência de (des)envolvimento, com a participação de distintos sujeitos e grupos sociais, valorizando e potencializando a auto-organização e a autogestão por parte dos sujeitos de cada projeto e/ou programa de práxis territorial e (des)envolvimento próprio.

Nesse (des)envolvimento territorial raiz que estamos experimentando e socializando, de maneira resumida, nesta oportunidade, o território é fundamental, conforme já mencionamos, em virtude das suas singularidades (sociais-naturais ou pluridimensionais) e de cada contexto articulado a outros níveis escalares, sobretudo no regional. Em cada território, a diversidade (interna e externa) tem essencialidade, juntamente com sua especificidade e com a auto-organização ali existente, processo fundamental na construção da sustentabilidade ou “autossustentabilidade” do desenvolvimento territorial (Dematteis, 2008).

Eis porque, em cada território, há um patrimônio dos habitantes e das pessoas que por ali transitam, essencial para nossa reprodução biológica, social e espiritual. Então, está claro que a gestão do desenvolvimento precisa ocorrer, necessariamente, em nível de cada território e de forma transterritorial, transtemporal, dialógica, participativa, científica e popular. Concepção esta que requer uma metodologia de pesquisa e ação específica, conforme evidenciaremos na parte final deste texto.

O que estamos afirmando, de maneira bem simples, é que o território é essencial para nossa reprodução, e é resultado sócio-histórico e natural e, requalificá-lo é fundamental, considerando os conflitos e as diferenças, as identidades e as desigualdades, juntamente com as técnicas e tecnologias e demais conhecimentos cotidianos. Como patrimônio de todos/as, onde há “poderes fortes”, dominadores e insurgências, resistências populares, o território é constantemente reproduzido (Dematteis, 1999), aspecto que se objetiva também no patrimônio, conforme detalharemos a seguir.

O patrimônio territorial, segundo Dallabrida (2020), numa síntese adequada e atual, corresponde ao produto histórico e multidimensional, ou seja, natural e social: um “todo histórico-cultural e socioeconômico-ambiental” que envolve conhecimentos, associativismo, instituições públicas e privadas etc., que esse autor sintetiza da seguinte maneira: patrimônios produtivo, natural, humano e intelectual, cultural, social e institucional; esses patrimônios formam os “ativos e recursos” materiais e imateriais de cada território.

Concepção esta que, apesar do peso da literatura italiana, nas argumentações de Valdir Dallabrida - especialmente de Alberto Magnaghi -, tem uma íntima relação com enfoques construídos na França, onde é muito comum correlacionar o patrimônio com os “recursos” de cada território, compreendido como condição da existência humana, com suas dimensões

material e imaterial (elementos institucionais, produtivos, comportamentos, organizações, identidades, ciência e técnica) em cada território (Nieddu; Vivien, 2010 [2000]).

Entre a França e a Itália parece haver certa identidade de abordagem do patrimônio territorial, pois é recorrente, na literatura italiana, compreender-se o patrimônio como uma acumulação histórica que contém diversidade cultural, identidades, bem como criatividade, inovações, conhecimentos, enfim, distintos modos de viver. Cada modo de vida tem seu patrimônio vinculado a certo território (Dematteis, 2008).

Isso já sinaliza que não se trata de concepções economicistas, pelo contrário, o patrimônio territorial é composto por amplos processos que coevoluem conjuntamente, conforme destaca Dallabrida (2020), na relação sociedade-natureza e, por ser patrimônio, o território é um “bem comum” a ser conservado para as gerações futuras por meio da “patrimonialização proativa” ou não (Dematteis, 2008; Cerdan, 2009; Dallabrida, 2020). Assim, o patrimônio herdado do passado pode ser ativado (de diferentes maneiras) nos processos de desenvolvimento, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de cada território.

Numa direção muito parecida, Cerdan (2009) entende o patrimônio territorial considerando a “diversidade biológica e cultural” de certo território, caracterizando-o também como um “recurso” diferenciador de produtos e territórios, como ocorre com a carne bovina do Pampa do Rio Grande do Sul (Brasil), com o vinho do Vale dos Vinhedos, também no Rio Grande do Sul, com os vinhos dos Vales da Uva Goethe, em Santa Catarina etc. Esses processos revelam estreitas relações entre ecossistemas e povoamento, entre cobertura vegetal, criações de animais e cultivações dos parreirais, entre relevo, insolação e cultura, entre tradição e inovação.

Aliás, parece recorrente o entendimento do patrimônio com suas dimensões material e imaterial, natural e social, vinculado à memória individual e/ou coletiva, como se percebe na argumentação de Huertas Calvente (2018) que, com significativa influência do geógrafo Milton Santos, também reconhece a existência de patrimônios fixos e fluxos, com mudanças e permanências redefinidas historicamente.

O patrimônio territorial – e isso está claro – tem alguns significados específicos, ou seja, é formado por elementos naturais e sociais (culturais, políticos e econômicos), materiais e imateriais; é constituído ao longo do processo histórico de apropriação do espaço geográfico e contém, como invariantes no tempo e no espaço, mudanças e permanências; é singular a cada território e, por isso, não pode ser reproduzido como tal. Por fim, como “bem comum” a todos os seres vivos, precisa ser preservado e/ou conservado, justamente de acordo com sua diversidade e com suas singularidades autossustentáveis.

Desse modo, o patrimônio corresponde a uma sedimentação histórico-geográfica de longa duração; é considerado um “bem cultural” onde há capacidade artesanal e comercial, museus, universidades, memórias, técnicas, tecnologias, relações de cooperação, associações locais, prefeituras municipais, identidades e comportamentos comunitários, tudo compreendido como potencialidades para o desenvolvimento local (Dematteis, 2003; Dansero; Governa, 2003). O patrimônio também pode ser considerado uma “tradição viva” com possibilidades de viabilizar projetos coletivos com base nas relações socioambientais e transescalares de cada território (Dematteis, 2003).

Por fim, de maneira geral, consoante já indicamos na introdução deste texto, o patrimônio é uma realidade fundamental para a reprodução da nossa vida social-natural, sempre vinculada a cada território, bem como conceito e categoria para uma práxis territorial contra-hegemônica, portanto, de base popular, local e ecológica e contrária aos grandes projetos de investimento de capital. Como realidade, conceito e categoria, o patrimônio tem diferentes dimensões sociais e naturais, materiais e imateriais, históricas e atuais, locais e

transterritoriais (Quadro 1), dimensões estas que precisam ser, necessariamente, revistas, discutidas, atualizadas, detalhadas, coproduzidas de acordo com os objetivos, com as metas, com a problemática e com a opção teórico-metodológica e política de cada projeto e/ou programa de pesquisa e ação participativa.

Quadro 1 – O patrimônio territorial em distintas concepções

	Dimensões do (des)envolvimento e do território	Dimensões do patrimônio	Patrimônio	Territorial (transterritorial)
PATRIMÔNIO	- Econômica	- Social	- Realidade social-natural e (i)material.	Sócio-natural (pluridimensional) (I)material Histórico-relacional/reticular (passado-presente-futuro = transtemporal)
	- Política	- Natural	- Conceito da concepção de pesquisa da/sobre a cooperação.	
	- Cultural	- Material		
	- Ambiental	- Imaterial		
	- Transtemporal	- Temporal (histórica, relacional)	- Categoria analítica e de gestão da concepção voltada para a cooperação.	
	- Transterritorial	- Espacial (geográfica, relacional)	- Práxis de (des)envolvimento territorial raiz (na/durante a cooperação) .	
		- Local		
		- Global		

Fonte: Elaboração de Marcos Saquet, dezembro de 2020.

O patrimônio é, para nós, conceito e categoria de análise, realidade a ser estudada, preferencialmente, na perspectiva da pesquisa-ação-participativa, bem como território-patrimônio de (in)formação, resistência, luta e enfrentamento diante dos agentes colonizadores, exploradores e expropriadores, do estado burguês e do capital.

Desse modo, a participação das comunidades no processo de identificação e valorização de cada patrimônio é fundamental, especialmente para que possam conquistar autonomia decisória e potencializar sua própria cultura e gestão (Cury, 2019). A liberdade precisa ser construída por meio das redes de cooperação e solidariedade para combater as desigualdades e diferenças, num movimento voltado para a criação e/ou valorização da auto-organização e do autogoverno (Coraggio, 2004 [1987]; Saquet, 2017, 2020).

UMA METODOLOGIA POPULAR E TERRITORIAL

Um dos limites percebidos na concretização de projetos e/ou programas de (des)envolvimento territorial raiz, tendo como base o patrimônio local supracitado, está justamente na metodologia de pesquisa e operacionalização das ações de (des)envolvimento. Normalmente, trabalha-se de maneira dedutiva, burocrática e assistencialista, desconsiderando-se as singularidades (sociais, naturais, históricas, geográficas, cosmológicas etc.) de cada território, os sujeitos, seus saberes e suas técnicas, suas identidades e seus ecossistemas.

Então, nos últimos 10 anos, temos avaliado nossa práxis de (des)envolvimento realizada na perspectiva da interação universidade-sociedade local, isto é, da pesquisa-ação-participativa (ciência-saber popular), por meio da qual construímos, popular e

participativamente, alguns projetos de práxis territorial contra-hegemônica (Saquet, 2015, 2018a, 2019c, 2020). Como o patrimônio é territorial e os projetos e/ou programas precisam ser feitos para e com os habitantes de cada território, parece-nos claro que a metodologia de pesquisa e ação também necessita ser territorial e popular. Essa é uma das aprendizagens que tivemos até o momento que, embora pareça simples, muitas vezes, a relação ciência-saber popular-território tem sido desconsiderada no meio acadêmico.

Entendemos que a concepção de pesquisa e ação precisa ser, ao mesmo tempo, crítica e utópica, para construir “espaços de esperança” (Mignolo, 2003 [2000]) a favor da vida de todos (humanos e não humanos), a partir da diversidade dos sujeitos, das suas linguagens, histórias, experiências, temporalidades, territorialidades, memórias, técnicas, dos seus valores, saberes, sabores etc. Trata-se de um processo que consideramos necessariamente popular, de base local e ecológica, realizado com as pessoas, especialmente com as negadas e oprimidas histórica e geograficamente nos processos colonial, imperial e moderno.

Despertamo-nos para participar e contribuir no processo de descolonização das mentes e das práticas, na construção de uma comunicação intercultural, de intercâmbio de experiências, sobretudo com os significados práticos da liberdade para produzir e criticar, contribuindo para se livrar da discriminação e exploração da colonialidade europeia (Quijano, 1992).

Despertamo-nos e renascemos trabalhando com os sujeitos mais simples e humildes, do campo e da cidade, num movimento que pode ser denominado de “próprio e autêntico” (FALS Borda, 2013 [2001], 2013 [2007]), construído, metodologicamente, por meio da *Investigación-Acción-Participativa* (IAP), com nossa participação social tanto nas pesquisas como nas ações territoriais.

Nesse sentido, acreditamos que construímos, ao longo do tempo, conhecimentos centrados em realidades singulares e problemas próprios, úteis para as classes populares, tentando contribuir para libertá-las da exploração, opressão e submissão a partir de uma “ciência popular” (Fals Borda, 1981, 2013 [2007]; Saquet, 2019c, 2020). A ciência popular é uma práxis contra-hegemônica, pois está vinculada aos sujeitos mais simples e humildes de cada território, no tempo e no espaço, realizada na interface entre ciência acadêmica e saberes populares, vinculada diretamente com a resolução dos problemas populares e ambientais (Saquet, 2019a, 2019b, 2020).

Isso significa que nós estamos pensando e trabalhando, desde 1996, com os sujeitos do povo, nos territórios que estudamos (urbanos e rurais), numa relação sujeito-sujeito, embora com muitas dificuldades cotidianas, tanto infraestruturais como cognitivas, políticas e financeiras.

Optamos, em cada projeto, pela metodologia participativa desde a coleta dos dados, passando pela discussão da metodologia até o planejamento e realização das ações voltadas para o (des)envolvimento territorial raiz. As premissas básicas dos nossos projetos de pesquisa-ação-participativa foram a participação social continuada (em reuniões, assembleias, oficinas, cursos, cartografias sociais, pesquisas e ações comunitárias permeadas pelo debate dos “sonhos”, imaginando uma vida melhor), a auto-organização e (in)formação, a interdisciplinaridade, a sustentabilidade ambiental, bem como a preservação do patrimônio territorial de cada comunidade rural ou bairro urbano onde trabalhamos.

São atividades de pesquisa e ação que realizamos dentro e fora da universidade, envolvendo distintos sujeitos urbanos e rurais, de diferentes formações acadêmicas e de distintas instituições (públicas, ONGs, sindicatos e associações de trabalhadores), trabalhando juntos para superar dificuldades e limites, valorizando-se e potencializando as singularidades territoriais, a solidariedade, a participação, as redes curtas de produção e comercialização agroecológica e a auto-organização. Trabalho esse feito com base na pesquisa bibliográfica e

documental, na coleta e análise dos dados secundários municipais (sobretudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na realização das entrevistas, assembleias e oficinas, bem como na aplicação dos questionários (SAQUET, 2018b, 2020).

De maneira geral, com orientações teórico-metodológicas de Fals Borda (1978, 1981, 2013 [2007]) e Freire (2011 [1996], 2011 [1974], 2016 [1992]), esse processo foi realizado da seguinte forma: i) consideramos a “devolução” sistemática do conhecimento com compromisso e formação de novos conhecimentos, construídos na interface universidade-sociedade local, ciência-saber popular; ii) uma comunicação diferenciada, apropriada e simples (para cada projeto urbano e/ou rural realizado); iii) efetivamos uma comunicação respeitosa, transparente e dialógica com os distintos sujeitos envolvidos em cada processo de pesquisa-ação, reconhecendo conhecimentos acadêmicos e saberes populares, conflitos locais, desigualdades, diferenças e identidades para mobilização, luta e potencialização; iv) realizamos um ritmo de trabalho participativo centrado na conversa-reflexão-ação, com humildade, utilizando técnicas para a produção coletiva de conhecimento de fácil compreensão para as “pessoas comuns” (Fals Borda, 2013 [2007]; Saquet, 2020).

Desse processo transtemporal e transterritorial, trabalhando com camponeses e moradores da periferia urbana, de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná (Brasil), resultaram várias aprendizagens, dentre as quais, destacamos:

√ A realização das reuniões para socialização e discussão das ideias de cada projeto de pesquisa-ação-participativa foi essencial, pois envolvemos os sujeitos urbanos e/ou rurais, especialmente camponeses, operários, sem trabalho, estudantes, sindicalistas e ONGs, assumindo compromissos com diferentes grupos sociais, em cada projeto realizado.

√ A definição dos projetos temáticos, das equipes interdisciplinares e interinstitucionais (ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, associações de trabalhadores e moradores, escolas, igrejas, grupos de jovens, clubes de mães, prefeituras municipais, secretarias estaduais etc.) também foi fundamental, colaborações sem as quais não teríamos conseguido realizar as pesquisas participativas e, muito menos, as ações de cooperação com os sujeitos “estudados” em cada projeto.

√ A discussão interdisciplinar se revelou bastante plural, diversa e complementar, fortalecendo a concepção de análise e ação adotada em cada projeto, redefinindo os procedimentos de trabalho (também de pesquisa e ação) por meio de reuniões temáticas, observação participante, cartografia social, oficinas, seminários, assembleias etc.

√ A definição conjunta das coordenações e subcoordenações de cada projeto também valorizou os diferentes sujeitos da sociedade civil e da universidade, considerando sempre uma composição interdisciplinar e interinstitucional.

√ A redação de cada projeto de pesquisa-ação contribuiu para qualificar nossas equipes, especialmente as lideranças políticas locais e nossos estudantes universitários, pois trabalhamos de maneira horizontal e dialogada, considerando sempre as prioridades (econômicas, políticas, culturais e ambientais) dos sujeitos de cada projeto.

√ A socialização, o debate e a escolha dos instrumentos de pesquisa com a participação dos representantes da população local foi extremamente enriquecedora política e culturalmente: conversando, decidimos juntos a forma mais adequada para coletar os dados, analisar, escrever os diagnósticos, estabelecer as reivindicações e ações mais urgentes etc. Isso também foi decisivo para valorizar os sujeitos do campo e da cidade, que passaram a se sentir mais presentes em cada projeto, com possibilidades de decisão e construção conjunta.

√ Também aprendemos muito convivendo com os camponeses e moradores urbanos por meio da coleta e análise dos dados empíricos do território de vida cotidiana, com nossa participação continuada nas pesquisas e nas ações, juntamente com pelo menos parte dos habitantes locais

e dos demais colaboradores. Produzimos os relatórios (diagnósticos participativos) debatidos com os moradores urbanos e/ou rurais de cada projeto.

√ A convivência também esteve presente na realização das oficinas temáticas, dos dias de campo teórico-práticos, das atividades (in)formativas (cursos), das reuniões reivindicativas, das viagens de intercâmbios etc., reunindo pessoas de diferentes faixas etárias, sexualidades, cores, religiões, níveis escolares etc., principalmente para mobilizar a população local e se fortalecer na luta para conquistar o que os grupos sociais precisavam.

√ Realização sistemática de reuniões de planejamento, analíticas e de avaliações das ações participativas também contribuíram para ampliar e qualificar nossa identidade política de luta, resistência e enfrentamento diante dos agentes do capital e do estado burguês.

√ Já a realização das assembleias de debates, integração e decisão das prioridades de luta e contra-hegemonia (o que, como, onde, quem, quando, recursos financeiros e logísticos etc.) contribuíram para aumentar a participação popular, para ativar suas territorialidades e para valorizá-los como sujeitos que podem e devem decidir seu presente e futuro. As assembleias foram espaços de reordenamento do poder, pois foram feitas num nível horizontal de debate e decisões coletivas.

√ Outrossim, aprendemos que a mobilização e auto-organização para as ações reivindicativas (sempre pluridimensionais) são fundamentais, para enfrentar e lutar contra as injustiças e desigualdades, colaborando diretamente na resolução de problemas locais. Nunca desconsideramos a centralidade do poder público (federal, estadual e municipal), pelo contrário, sempre criticamos, propomos e reivindicamos organizadamente o que os sujeitos de cada projeto decidiam nas assembleias deliberativas.

√ Também foi vital o acompanhamento analítico, avaliativo e reflexivo das ações realizadas em cada projeto, refazendo e ajustando o que era necessário para atingir os objetivos e as metas definidas com os sujeitos de cada projeto.

√ Por fim, a produção de conhecimento popular, aconteceu em três níveis principais: i) nas equipes de trabalho de cada projeto, com participação dos diferentes sujeitos pesquisadores e “pesquisados”; ii) nas equipes, entre os pesquisadores; iii) entre os próprios sujeitos “estudados” (Saquet, 2019a, 2019b, 2020).

Sucintamente, as premissas e os princípios de cada projeto foram transformados em diretrizes e práticas, por meio das discussões feitas com os sujeitos do campo e da cidade, com as lideranças políticas locais e com os grupos de moradores de cada território, apreendendo e valorizando suas linguagens e técnicas, seus saberes e patrimônios herdados dos seus antepassados. Trata-se de um trabalho de pesquisa e ação ancorado territorialmente, cooperado e solidário, realizado na interface universidade-sociedade-local, ciência-saber popular.

Isso tem possibilitado a análise crítica e contra-hegemônica de cada realidade territorial e a transformação territorial também contra-hegemônica e reflexiva (Saquet, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2020). Trata-se de trabalhar, ao mesmo tempo, de forma integrada, com conhecimentos científicos e populares (dos camponeses, movimentos sociais, indígenas, operários urbanos etc.), num “encontro de saberes” técnicos com as gentes (Coraggio, 2004 [2000]).

Desse modo, as metodologias participativas têm se demonstrado fundamentais para compreender, representar, explicar e orientar a construção de projetos contra-hegemônicos de (des)envolvimento raiz, nos quais o patrimônio territorial tem sido central, seja urbano e/ou rural, definido no âmbito de cada projeto de pesquisa-ação-participativa. Entre as metodologias participativas, há destaque, em nossa prática, para:

- i) A cartografia social e temática, como parte da IAP, para resgatar a “cartografia verbal” dos camponeses e habitantes da periferia urbana, das suas memórias ancestrais, como instrumento de valorização dos sujeitos e da sua territorialização por meio da luta, na qual, o reconhecimento territorial é fundamental (Melin; Mansilla Quiñones; Royo, 2016). A cartografia social é territorial, pois precisa ser participativa e criativa, aspectos que somente podem ser trabalhados com os sujeitos da cartografia de cada território, considerando seus múltiplos aspectos políticos, culturais, ambientais e econômicos (González *et al.*, 2015).

A través de esta metodología se busca poner en valor el conocimiento propio, los saberes, sentires y pensares que se construyen desde la perspectiva de las comunidades. De esta forma, la investigación acción participativa cuestiona el formato tradicional de investigación científica de carácter vertical promoviendo la construcción horizontal del conocimiento, promoviendo el diálogo entre los saberes de las comunidades y el saber científico (Melin; Mansilla Quiñones; Royo, 2016, p. 9).

- ii) A aplicação dos questionários e das entrevistas para coletar dados quantitativos e informações qualitativas sobre os indivíduos, suas famílias, seus estabelecimentos rurais, suas residências urbanas e suas comunidades, bem como sobre as principais redes nas quais participam cotidianamente para produzir, comercializar, lutar, resistir e enfrentar os agentes econômicos e políticos hegemônicos.
- iii) A realização das oficinas, como dias de atividades prático-teóricas, realizadas nos estabelecimentos rurais dos camponeses, nas escolas urbanas e em algumas casas dos moradores urbanos. São atividades (in)formativas, científicas e populares, reunindo pessoas de diferentes faixas etárias, sexos, cores, saberes e religiões, ou seja, interculturais, técnicas e políticas.
- iv) Os intercâmbios de experiências feitos entre diferentes grupos urbanos e rurais, de distintos municípios, para conhecerem suas práticas produtivas, associativas, de comercialização, de certificação agroecológica etc., aprendendo e ensinando seus patrimônios reproduzidos historicamente e geograficamente.
- v) Os espaços de diálogos entre os diferentes colaboradores de cada projeto, reunindo representantes de instituições públicas, associativas, cooperativas, formativas e de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. “Novas relações de poder são construídas desta forma; na relação interpessoal e grupal onde as opiniões diferentes e os debates são práticas corriqueiras [...]”. (Duarte, 1996, p. 93).

Dessa forma, aprendemos e ensinamos, ou seja, cooperamos com os sujeitos estudados, compreendendo, representando, explicando e valorizando seus saberes e suas técnicas, suas mobilizações e organizações políticas. E, sim, cooperar foi um processo histórico e transterritorial da construção dialógica de cada projeto, do planejamento, enfim, do (des)envolvimento próprio, tendo em vista a melhoria das condições de vida das classes populares, bem como a preservação da natureza e do patrimônio histórico-cultural, a valorização do saber-fazer e da participação popular.

Com uma metodologia participativa como essa, temos a rica possibilidade de escutar as pessoas, de conversar com elas, de senti-las e compreendê-las da melhor maneira possível, com calma, respeito e transparência, com compromisso político e necessária cooperação para a resistência, luta e enfrentamento contra-hegemônico. Assim, trabalhando juntos, podemos contribuir para conquistar o que nosso povo necessita para viver mais e melhor, numa sociedade mais justa e ecológica.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Os projetos e/ou programas de (des)envolvimento territorial raiz precisam ter, necessariamente, um caráter participativo e dialógico, científico e popular, conservando e valorizando o patrimônio territorial em sua pluralidade natural e social, material e imaterial, histórica e relacional. Valorizar os sujeitos e suas experiências é vital para ativar, na medida do possível, sinergias já existentes entre os sujeitos, grupos e classes locais.

É preciso atender, participativa e dialogicamente, as singularidades e particularidades de cada território, bem como aspectos comuns transterritoriais, em redes de cooperação e solidariedade entre diferentes associações de moradores urbanos, distintas associações de camponeses, ONGs, sindicatos de trabalhadores (urbanos e rurais) e universidades. Para isso, a compreensão do patrimônio como realidade, conceito e categoria tem sido fundamental, pois orienta a pesquisa-ação-participativa, ou seja, a análise participativa, dialógica e reflexiva das singularidades de cada território e, ao mesmo tempo, é estimuladora de uma postura política comprometida com os sujeitos “estudados” e, obviamente, com a conservação ambiental e patrimonial, tendo em vista a construção de territorialidades mais solidárias, cooperadas e ecológicas.

O significado de categoria tem um forte conteúdo político, popular e de resistência, luta e enfrentamento diante das injustiças e desigualdades sociais: o patrimônio é das pessoas de cada território. A própria (in)formação e mobilização política faz parte do patrimônio territorial. O significado de categoria está diretamente relacionado à consciência de classe e de lugar, bem como à práxis territorial contra-hegemônica. Se não for assim, o patrimônio constituirá mais uma narrativa universalista, globalizante e eurocêntrica. Então, o patrimônio territorial é um potencial para ativar o sentido de pertencimento, a solidariedade, a resistência e luta territorial, a favor da gestão democrática e participativa de cada lugar (Botía Flechas; Preciado, 2019).

A territorialização do (des)envolvimento precisa acontecer, necessariamente, valorizando-se as identidades, os movimentos sociais de resistência, os patrimônios, os trabalhos autônomo e coletivo, os espaços públicos (ruas, parques, praças etc.), as paisagens, as pequenas cooperativas de trabalhadores e consumidores, a autogestão, a auto-organização, a solidariedade, a recuperação e preservação do ambiente, a vida indígena, as relações de confiança, sem a racionalidade produtiva, mercantil e financeira das grandes empresas (financeiras, industriais e comerciais) e do estado burguês (Saquet, 2015, 2017, 2018a, 2019a, 2019b, 2019c, 2020).

É fundamental, portanto, conservar as tradições e os patrimônios de cada território, sustentando-se na cultura local e regional, orientando-se para o presente e para o futuro, satisfazendo as necessidades da população, melhorando a qualidade de vida com tecnologias ambientalmente adequadas, estimulando e concretizando a participação das populações locais (Rodríguez, 2012).

Isso significa que o (des)envolvimento territorial raiz, na práxis que estamos argumentando e realizando, precisa atender nossas necessidades fisiológicas e antropológicas, ou seja, o desenvolvimento de todos (Hinkelammert; Jiménez, 2009). Nossas práticas cotidianas, no campo e na cidade, dentro e fora da universidade, necessitam ser orientadas e concretizadas para a reprodução da vida humana e não humana, por meio de uma “pluralidade de sujeitos emancipadores” (Coraggio, 2009), construindo sinergias colaborativas na diversidade.

Muitas vezes – e isso é muito possível-, cooperamos e alteramos a realidade, participamos de uma práxis a partir de uma “utopia possível” (Fals Borda, 2013 [2007]; Bartra,

2011b) e da esperança de viver mais e melhor, no presente e no futuro, no campo e na cidade, como fizemos em nossos projetos de pesquisa-ação-participativa.

Como afirmara muito bem Ceceña (2017), a resistência e defesa popular passam, necessariamente, pela identidade “inventada na luta”, embora carregada de tradições e histórias, ou seja, de distintos patrimônios, construindo-se “sentido comum”, a partir de objetivos também comuns, para o enfrentamento contra-hegemônico político, cultural e ambiental. Estão juntas, coexistindo, tradição e inovação, participação e cooperação, diferenças e desigualdades, num único processo de práxis territorial popular, cultural, política e ecológica.

A forma menos sangrenta e mais legítima de desalentar a guerrilha como alternativa libertária é, sem dúvida, fortalecer os camponeses e suas comunidades, estabelecendo, assim, um ponto de partida para a dignificação justa e democrática da sociedade rural (Bartra, 2011a, p. 107).

Desse modo, entendemos que é extremamente vital avançar muito mais, teórica, metodológica e politicamente, no movimento “des-colonial”, como uma resposta ética, social, política e epistêmica, considerando-se outro pensamento e outra práxis (Walsh, 2014 [2008]), como essa práxis territorial de cooperação e solidariedade construída com os sujeitos de cada território, tendo como base seus patrimônios territoriais em seus (des)envolvimentos raízes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brasil), por meio de uma bolsa de produtividade em pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie**. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BAGNASCO, Arnaldo. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell’analisi: un paradigma per l’analisi territoriale. *In*: MESSORI, M.; TRIGILIA, C.; BAGNASCO, A. **Le problematiche dello sviluppo italiano**. Milano: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.
- BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial, **Investigaciones Regionales**, n. 11, 2007, p. 183-210.
- BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011a.
- BARTRA, Armando. **La utopía posible**. México, DF: La Jornada Ediciones/Editorial ITACA, 2011b.
- BECATTINI, Giacomo. **Ritorno al territorio**. Bologna: Il Mulino, 2009.
- BECATTINI, Giacomo; MAGNAGHI, Alberto. Coscienza di classe e coscienza di luogo. *In*: BECATTINI, G. (Org.). **La coscienza dei luoghi**. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.
- BIGNANTE, Elisa; DANSERO, Egidio; LODA, Mirella. Geografia e cooperazione allo sviluppo: prospettive e agende di ricerca, **Geotema**, n. 48, 2015, p. 5-24.
- BOISIER, Sergio. Una (re)visión heterodoxa del desarrollo (territorial): un imperativo categórico, **Estudios Sociales**, vol. 12, n. 23, 2004, p. 9-36.
- BOTÍA FLECHAS, Clara; PRECIADO, Jair. Resiliencia comunitaria: defensa del agua y del territorio en la cuenca del río Sumapaz, Colombia, **Revista Perspectiva Geográfica**, vol. 24, n. 1, 2019, p. 13-34.

- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CECEÑA, Ana Esther. Poder, emancipación, guerra y subjetividad. *In*: LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín (Org.). **Praxis espacial en América Latina**. Lo geopolítico puesto en cuestión. Ciudad de México: ITACA, 2017. p. 21-60.
- CERDAN, Claire. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política e Sociedade**, n. 14, 2009. p. 277-299.
- CORAGGIO, José L. Poder local, poder popular? *In*: CORAGGIO, J. L. **Descentralizar: barajar y dar de nuevo**. La participación en juego. Quito: FLACSO Ecuador, 2004 [1987]. p. 11-38.
- CORAGGIO, José L. Desarrollo local y municipios participativos. *In*: CORAGGIO, J. L. **Descentralizar: barajar y dar de nuevo**. La participación en juego. Quito: FLACSO Ecuador, 2004 [2000]. p. 159-172.
- CORAGGIO, José L. Los caminos de la economía social y solidaria. **Íconos**, n. 33, vol. 13, Quito, 2009, p. 29-38.
- CURY, Mauro Ferreira. As territorialidades do turismo e o patrimônio: Brasil, Paraguai e Argentina. *In*: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações sociais**. Londrina, PR: Madrepérola, 2019. p. 147-160.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Patrimônio Territorial: Abordagens Teóricas e Indicativos Metodológicos para Estudos Territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, ano 18, n. 52, 2020. p. 12-32.
- DANSERO, Egidio. Geografia e cooperazione allo sviluppo. Prospettive di ricerca. *In*: BIGNANTE, E.; DANSERO, E.; SCARPOCCHI, C. (Org.). **Geografia e cooperazione allo sviluppo**. Temi e prospettive per un approccio territoriale. Milano: Franco Angeli, 2008. p. 9-26.
- DANSERO, Egidio; GOVERNA, Francesca. Patrimoni industriali e sviluppo locale. *In*: DANSERO, E.; EMANUEL, C.; GOVERNA, F. (Org.). **I patrimoni industriali**. Una geografia per lo sviluppo locale. Milano: Franco Angeli, 2003. p. 11-42.
- DANSERO, Egidio; GOVERNA, Francesca. Geografia e sviluppo locale: itinerari di riflessione e prospettive di ricerca, **Geotema**, AGEI, n. 26, 2005, p. 5-9.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Il "terreno" come lotta di classe: la "scoperta" del territorio nel 1968-69. *In*: CANIGIANI, F.; CARAZZI, M.; GROTTANELLI, E. (Org.). **L'inchiesta sul terreno in geografia: geografia democratica**. Torino: Giappichelli, 1981 [1979]. p.135-144.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. *In*: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). **I futuri della città: Tesi a confronto**. Milano: Franco Angeli, 1999. p. 117-128.
- DEMATTEIS, Giuseppe. La geografia dei beni culturali come sapere progettuale. *In*: DANSERO, E.; EMANUEL, C.; GOVERNA, F. (Org.). **I patrimoni industriali**. Una geografia per lo sviluppo locale. Milano: Franco Angeli, 2003. p. 43-52.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Si può misurare l'autosostenibilità culturale dei sistemi locali territoriali: *In*: DANSERO, E.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. (Ed.). **Lo sviluppo locale al Nord e al Sud: un confronto internazionale**. Milano: Franco Angeli, 2008. p. 247-261.
- D'EMILIO, Luna et GUILLOT, Xavier. Le territoire au cœur de la pensée et de l'action: l'école territorialiste italienne, **Signé Pap 40**, 2020, p. 1-8. Disponível em <http://www.paysages-apres-petrole.org/articles-signes-pap/>; acessado em 30.11.2020.
- DUARTE, Valdir. **Construindo escola na roça**. Escolas comunitárias de agricultores. Francisco Beltrão, Paraná: ASSESOAR/GRAFIT, 1996.
- FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla, **Simposio Mundial de Cartagena**, Bogotá, Punta de Lanza, vol. 1, 1978, p. 209-249.

- FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: *In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.
- FALS BORDA, Orlando. Kaziyadu – registro del reciente despertar territorial en Colombia. *In: Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2001]. p. 137-218.
- FALS BORDA, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. *In: Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016 [1992].
- GONZÁLEZ Serna, Aura *et al.* **Cartografía social y territorio en los municipios de Urabá**. Medellín: CIDI-UPB, 2015.
- HINKELAMMERT, Franz e JIMÉNEZ, Henry. Por una economía orientada hacia la reproducción de la vida, **Íconos**, n. 33, vol. 13, Quito, 2009, p. 39-49.
- HUERTAS CALVENTE, Maria del Carmen. O patrimônio territorial e a perspectiva das populações tradicionais, **GeoTextos**, vol. 14, n. 1, 2018, p. 39-60.
- MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- MAGNAGHI, Alberto. La lunga marcia del ritorno al territorio. *In: BECATTINI, G. (Org.). La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.
- MELIN, Miguel; MANSILLA QUIÑONES, Pablo; ROYO, Manuela. **MAPU CHILLKANTUKUN ZUGU**: Descolonizando el mapa del Wallmapu, construyendo cartografía cultural en Territorio Mapuche. Temuco, Chile: Pu Lof Editores, 2016.
- MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales**. Madrid: Editorial Akal, 2003 [2000].
- NIEDDU, Martino; VIVIEN, Franck-Dominique. Patrimoine, territoire, développement durable. *In: ZUINDEAU, B. (Éd.). Développement durable et territoire*. Villeneuve d'Ascq, France: Presses Universitaires du Septentrion, 2010 [2000]. p. 133-142.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad, **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, Lima, 1992. p. 11-20.
- QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina, **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.
- RODRÍGUEZ, José Mateo. **La dimensión espacial del desarrollo sostenible**: una visión desde América Latina. La Habana: Editorial UH, Editorial Científico-Técnica, 2012.
- RULLANI, Enzo. Complessità sociale e intelligenza localizzata. *In: GAROFOLI, Gioacchino. (Org.). Impresa e territorio*. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 85-130.
- RULLANI, Enzo. Dai distretti alla distrettualizzazione: le forze che fanno (e disfano) il sistema territoriale. *In: BELLANCA, N.; DARDI, M.; RAFFAELLI, T. (Org.). Economia senza gabbie*. Bologna: Il Mulino, 2005. p. 111-169.
- SAQUET, Marcos. Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia, **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18, 2014, p. 1-30.
- SAQUET, Marcos. **Por una geografía de las territorialidades y de las temporalidades**: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial. La Plata, Argentina: FAHCE/UNLP, 2015.

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, **Geographica Helvetica**, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

SAQUET, Marcos. A *descoberta* do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

SAQUET, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, **IGepec**, v. 23, 2019a, p. 25-39.

SAQUET, Marcos. O conhecimento popular na praxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, **Revista GEOTEMA - AGEI**, Roma, Suplemento 2019, 2019b, p. 5-16.

SAQUET, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. *In*: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações sociais**. Londrina, PR: Madrepérola, 2019c, p. 20-40.

SAQUET, Marcos. **Enfoques y concepciones de territorio**. Bogotá: Editorial Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2019 [2007].

SAQUET, Marcos. **Saber popular, praxis territorial e contra-hegemonía**. Ciudad de México: Editorial ITACA, 2020.

SAQUET, Marcos. El patrimonio territorial: realidad, concepto y categoría de la praxis contrahegemónica. URIBE, Saul (Org.). **Visiones críticas del patrimonio cultural: discursos, prácticas y alternativas**. Quito: Editorial Universitaria Abya-Yala/UPS de la Universidad Politécnica Salesiana, 2021.

STORPER, Michael. Le economie locali come beni relazionali. *In*: GAROFOLI, G. (Org.). **Impresa e territorio**. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 169-208.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. *In*: MIGNOLO, W. (Org.). **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2014 [2008]. p. 17-51.

INFORMAÇÕES DO AUTOR

Marcos Aurélio Saquet

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5464297116879647>

Recebido em: 10/08/2021

Aceito em: 26/08/2021



UCSAL



UFBA



USP

ISSN 2675-7958